



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB  
CAMPUS I  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E  
INTERCULTURALIDADE**

**GIOVANNA DE ARAÚJO LEITE**

***O PAÍS DAS MULHERES* COMO UM ROMANCE UTÓPICO FEMINISTA: ENTRE  
O “ESPERANÇAR”, O “LUGAR DE FALA”, A SUBALTERNIDADE E A  
DECOLONIALIDADE**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2023**

GIOVANNA DE ARAÚJO LEITE

***O PAÍS DAS MULHERES* COMO UM ROMANCE UTÓPICO FEMINISTA: ENTRE  
O “ESPERANÇAR”, O “LUGAR DE FALA”, A SUBALTERNIDADE E A  
DECOLONIALIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Literatura e Interculturalidade da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito para a obtenção  
do título de Doutora em Literatura e  
Interculturalidade.

**Orientador:** Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva.

**CAMPINA GRANDE – PB  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L533p Leite, Giovanna de Araújo.  
O país das mulheres como um romance utópico feminista: entre o "esperançar", o "lugar de fala", a subalternidade e a decolonialidade [manuscrito] / Giovanna de Araújo Leite. - 2023.  
215 p.  
Digitado.  
Tese (Doutorado em Literatura e Interculturalidade) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.  
"Orientação : Prof. Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva., Coordenação do Curso de Letras - CEDUC. "  
1. Utopia. 2. Esperança. 3. Subalternidade. 4. Feminismo.  
I. Título  
21. ed. CDD 801.95

GIOVANNA DE ARAÚJO LEITE

**O PAÍS DAS MULHERES COMO UM ROMANCE UTÓPICO FEMINISTA:  
ENTRE O “ESPERANÇAR”, O “LUGAR DE FALA”, A SUBALTERNIDADE EA  
DECOLONIALIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Literatura e Interculturalidade.

**Área de concentração:** Literatura, Memória e Estudos Culturais.

Aprovada em: 06/04/2023.

**BANCA EXAMINADORA**



Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva – Orientador/UEPB



Profa. Dra. Ildney de Fátima Souza Cavalcanti – Examinadora Externa/UFAL



Profa. Dra. Luciana Calado Deplagne – Examinadora Externa/UFPB



Prof. Dr. Antonio Carlos de Melo Magalhães – Examinador Interno/UEPB



Prof. Dr. Eli Brandão da Silva – Examinador Interno/UEPB

*À Energia Cósmica do Amor que nos impulsiona à luta pelos ideais utópicos de equidade de gênero, classe, raça, etnia, sexualidades e todas as decolonialidades, mesmo que, em meio a tudo isso, seja necessário cruzar com a distopia.*

*Giovanna Leite*

## AGRADECIMENTOS

À minha mãe Ozilene de Araújo Leite, que exerceu a dupla jornada de trabalho, como professora universitária da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, nos cursos de Administração; Comunicação Social e Serviço Social, lecionando em sete turmas e, ao mesmo tempo, tendo sido uma mãe sempre presente, afetiva e cuidadosa. Orgulhosamente, meu MUITO OBRIGADA!!! Te Amo!!!

Ao meu pai Lauro de Aguiar Leite (*In memoriam*), também professor universitário da Universidade Estadual da Paraíba-UEPB e pai por excelência, por ter sido um homem que me deu total apoio a minha vida pessoal, afetiva, acadêmica e profissional. Gratidão para sempre! Te amo e te amarei eternamente!!!

À minha irmã primogênita Luciana de Araújo Leite (*In memoriam*), por sua presença espiritual constante em todos sentidos de minha vida, a qual sempre me serviu de fortaleza no processo de escrita e reescrita desta Tese.

À minha irmã do meio, Fabíola de Araújo Leite, mãe dos meus dois sobrinhos (Fábio e Fabrício), mulher guerreira, Mestre, Doutora, Phd e fonte inspiradora de garra para mim; e ao meu cunhado Eduardo Rodrigues Medeiros, por ter sido prestativo e atencioso durante esta jornada!

Às minhas tias: Guia Leite (*In memoriam*) e Ana Leite que tanto me incentivaram nos meus estudos e na minha fé! Gratidão!

Aos meus primos Áurea Leite e Augusto Plínio que trouxeram Laura e Elisa como minhas primeiras sobrinhas-primas, Gratidão!

Ao meu querido professor orientador, Dr. Antonio de Pádua Dias da Silva, paraibano, compromissado, incentivador, questionador, provocador, amigo e anjo, em meio às minhas ideias e interpretações sobre *O país das mulheres*. Ele foi fundamental, desde o início da seleção do doutorado do PPGLI/UEPB, com a disciplina *Literatura e Estudos de Gênero*, e durante o processo de doutoramento, na disciplina *Teoria do Ensaio Acadêmico*. A você, meu eterno obrigada!!!!

Aos meus animais de estimação que acompanharam esta travessia: à cadelinha salsicha que tanto latiu enquanto eu escrevia esta tese, Açucena Carmelita (*In memoriam*); à minha gata persa, Lola, companheira fiel nos meus estudos, sempre atenta, assim como aos filhotes que ela trouxe ao mundo, Fred Pepê e Loren, que me divertiram enquanto eu estava escrevendo esta tese.

**Agradeço, especialmente, às falas potentes de mulheres fundamentais para o desenvolvimento desta tese:**

À autora nicaraguense Gioconda Belli, por me fazer refletir sobre as relações entre os valores da feminilidade na sociedade e na política, fundamentais para a compreensão do ser Mulher.

À professora alagoana, *Ildney Cavalcanti*, da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, que me inspirou generosamente a continuar meus estudos críticos pelos caminhos da utopia e distopia, no universo do feminismo;

À professora paraibana Luciana Calado Deplagne, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, que me iluminou com suas sábias reflexões sobre *O país das mulheres*, em seu artigo *Ironia e subversão em duas utopias 5rotofeminista: A cidade das damas e o Sonho da Sultana;*

À *Bruna Becchilin*, a quem tive o prazer de conhecer, por meio do Google Acadêmico, ao ler sua dissertação de mestrado *El país de las mujeres de Gioconda Belli: Um romance feminista?*, possibilitando-me continuar a jornada da interpretação e crítica literária feminista, além de ter me tornado sua amiga, mesmo a quilômetros de distâncias, *Foz do Iguaçu/PR – Campina Grande/PB*.

**Agradeço também às pessoas fundamentais para desenvolvimento deste trabalho, como:**

Aos professores doutores Luciano Justino e Antônio Carlos Magalhães, que me sugeriram vários *insights* nas disciplinas Tópicos Especiais em Dialogismo; Filosofia do Intercultural; Tradição e Modernidade e Mediação Intercultural: Mídia, Região e Continente e a todo corpo docente do Programa de Literatura e Interculturalidade – PPGLI, Gratidão!!!!

À professora e ex-coordenadora do Programa de Doutorado, Dr<sup>a</sup> Rosilda Alves (*In memoriam*), vítima da Covid – 19, exemplo de mulher batalhadora pelos estudos de gênero e feminismo em torno da representação da mulher negra e da negritude nas literaturas de língua portuguesa e literaturas africanas: Gratidão eterna!

À professora doutora Francisca Zuleide Duarte de Souza, exemplo para minha vida acadêmica de mulher estudiosa sobre as literaturas vernáculas e hispano-americanas no PPGLI/UEPB.

À secretaria do Programa de Literatura e Interculturalidade – PPGLI, na pessoa de *Telma*, nossa querida e atenciosa secretária, sempre disposta a tirar as dúvidas das matrículas e pendências do Programa de Literatura e Interculturalidade – PPGLI, minha eterna gratidão!

À *Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns – AESGA*, em especial, às Coordenações dos Cursos de Administração de Empresas, Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e

Engenharia Civil, por me conceder afastamento parcial e licença sem vencimentos durante esta caminhada acadêmica, meus sinceros e eternos agradecimentos!

Aos meus amigos doutores Samuel Barbosa e Lindinês Barros, sempre em constante diálogo nesta travessia de pesquisa entre a Literatura, o Texto, o Discurso e a Mídia.

Aos revisores linguísticos Danilo Lins e Diana Guimarães pelas leituras e observações atentas, sempre que eu precisei. Meu muito obrigada!!!

Aos amigos e amigas do mestrado e do doutorado do Programa de Literatura e Interculturalidade, em especial a Larissa Farias, Leandro Almeida, Rafael Barros, Tatiane Fernandes, dentre outros e outras, os/as quais tive a honra de conhecer durante esta trajetória acadêmica! Saudades dos nossos bate-papos, sempre após as aulas do Programa de Literatura e Interculturalidade – PPGLI.

Aos amigos pernambucanos, *Lucivânia Santana* e *Luiz José da Silva Filho*, que sempre me incentivaram a lutar por uma vaga no doutorado, seja em Campina Grande, Maceió ou em Recife. Gratidão pela força e pela amizade fraternal.



“OCHO DE MARZO”

*Gioconda Belli*

[...]

Queremos flores de los que no se alegraron cuando nacimos hembras  
en vez de machos,  
Queremos flores de los que nos cortaron el clítoris  
Y de los que nos vendaron los pies  
Queremos flores de quienes no nos mandaron al colegio para que cuidáramos a los hermanos  
y ayudáramos en la cocina  
Flores del que se metió en la cama de noche y nos tapó la boca para violarnos mientras  
nuestra madre dormía  
Queremos flores del que nos pagó menos por el trabajo más pesado  
Y del que nos despidió cuando se dio cuenta que estábamos embarazadas  
Queremos flores del que nos condenó a muerte forzándonos a parir  
a riesgo de nuestras vidas  
Queremos flores del que se protege del mal pensamiento  
obligándonos al velo y a cubrirnos el cuerpo  
Del que nos prohíbe salir a la calle sin un hombre que nos escolte  
Queremos flores de los que nos quemaron por brujas  
Y nos encerraron por locas  
Flores del que nos pega, del que se emborracha  
Del que se bebe irredento el pago de la comida del mes  
Queremos flores de las que intrigan y levantan falsos  
Flores de las que se ensañan contra sus hijas, sus madres y sus nueras  
Y albergan ponzoña en su corazón para las de su mismo género  
Tantas flores serían necesarias para secar los húmedos pantanos  
donde el agua de nuestros ojos se hizo lodo  
arenas movedizas tragándonos y escupiéndonos,  
de las que tenaces, una a una, surgiremos.  
Amanece con pelo largo el día curvo de las mujeres.  
Queremos flores hoy. Cuánto nos corresponde.  
El jardín del que nos expulsaron.

## RESUMO

A literatura de ficção tem se prestado a várias leituras, influenciada por campos de saberes diversos, entre eles, a crítica feminista, que procura ler textos criativos de modo crítico, propondo a superação de problemas de gênero. Assim, defendo a tese de que, no governo de Fátuas em *O país das mulheres* (2011), os valores da feminilidade tradicional (maternidade, cuidado e contato), cultivados historicamente pelas mulheres no espaço doméstico, foram transpostos para a esfera pública, com a intenção de enfraquecer o domínio masculino, trazendo à tona o protagonismo da mulher na gestão pública, projetados em discussões em torno da esperança, da decolonialidade, do lugar de fala e da subalternidade. A problemática recai em torno do questionamento do lugar da utopia, dos avanços do governo das mulheres, a partir das transformações desencadeadas pelo ‘risco’ da essência (FUSS, 2017), do essencialismo estratégico (SPIVAK, 2017) e da decolonialidade (VERGÈS, 2020). O objetivo geral foi investigar as formas de caracterização da utopia e os seus sentidos semânticos, numa autorreflexão sobre o feminismo humanista representados na narrativa de Gioconda Belli. Para isso, estabelecemos como objetivos específicos: analisar a utopia do felicismo; refletir sobre o papel das personagens coadjuvantes; investigar a corrupção do governo ditatorial dos homens e a sua concepção sobre a valorização do trabalho doméstico, bem como a linguagem paródica e irônica em diálogo com a imprensa enquanto quarto poder. Interpretamos que a obra possibilita o (re)pensar e o questionar os efeitos maléficos do patriarcado, ainda insistentes na sociedade contemporânea nos países do eixo Sul Global.

**Palavras-Chave:** *O país das mulheres*. Utopia. Esperança. Lugar de fala. Subalternidade.

## ABSTRACT

Literary fiction has given itself to several readings, influenced by different fields of knowledge, among them, feminist criticism, which seeks to read creative texts in a critical way, proposing the overcoming of issues for gender problems. Thus, I defend the thesis that, in the government of Fátuas in *O País das Mulheres* (2011), the values of traditional femininity (motherhood, care, and contact), historically cultivated by women in the domestic space, were transcended to the public sphere, with the intention of weakening male dominance, bringing to the fore the role of women in public management, the values of hope and decoloniality, the place of speech and subalternity. The problem revolves around questioning the place of utopia, the advances of women's government, based on the transformations triggered by the 'risk' of the essence (FUSS, 2017), strategic essentialism (SPIVAK, 2017) and decoloniality (VERGÈS, 2020). The general objective is to investigate the ways of characterizing utopia and its semantic meanings, in a self-reflection on First and Second Wave humanist feminism. For this, we established the following specific objectives: to analyze the Utopia of felicism; reflect on the role of supporting characters; investigate the corruption of the men's dictatorial government and its conception of the valorization of domestic work, as well as the parodic and ironic language in dialogue with the press as the fourth power. We interpret that the work makes it possible to (re)think and question the harmful effects of patriarchy, still insistent in contemporary society in the countries of the Global South axis.

**Keywords:** *O País das Mulheres*. Utopia. Hope. Place of speech. Subalternity

## RESUMEN

La literatura de ficción se ha prestado a varias lecturas, influenciadas por diferentes campos del saber, entre ellos, la crítica feminista, que busca leer textos creativos de manera crítica, proponiendo la superación de cuestiones para los problemas de género. Así, defendiendo la tesis de que en el gobierno de *Fáguas*, en *El País de las Mujeres*, los valores de la feminidad tradicional (maternidad, cuidado y contacto), históricamente cultivados por las mujeres en el espacio doméstico, fueron trascendidos a la esfera pública con la intención de debilitar el dominio masculino, sacando a la luz el papel de la mujer en la gestión pública, los valores de la esperanza y la decolonialidad, el lugar de habla y la subalternidad. El problema gira en torno de cuestionar el lugar de la utopía, los avances del gobierno de las mujeres, a partir de las transformaciones desencadenadas por el 'riesgo' de la esencia (FUSS, 2017), del esencialismo estratégico (SPIVAK, 2017), de la decolonialidad (VERGÈS, 2020), entre otros. El objetivo general es investigar las formas de caracterizar la utopía y sus significados semánticos, en una autorreflexión sobre el feminismo humanista de Primera y Segunda Ola. Para ello, establecimos los siguientes objetivos específicos: analizar la *Utopía del felicismo*; reflexionar sobre el papel de los personajes secundarios; investigar la corrupción del gobierno dictatorial de los hombres y su concepción de la valorización del trabajo doméstico, así como el lenguaje paródico e irónico en diálogo con la prensa como cuarto poder. Interpretamos que la obra permite (re)pensar y cuestionar los efectos nocivos del patriarcado, aún insistentes en la sociedad contemporánea de los países del Eje Sur Global.

**Palabras-Clave:** *El país de las mujeres*. Utopía. Esperanza. Lugar de habla. Subalternidad.

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Obras publicadas de Gioconda Belli .....	34
QUADRO 2: Relação de termos usados para se referir a ações políticas femininas e masculinas .....	162
QUADRO 3: Propagandas políticas inscritas em produtos de uso cotidiano de mulheres .....	171

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>2 O CONTEXTO DA NICARÁGUA: BREVES PALAVRAS</b> .....	22
2.1 A militância política de Gioconda Belli como jornalista e escritora na Nicarágua ....	25
2.2 O país das mulheres e Gioconda Belli.....	41
<b>3 O ROMANCE UTÓPICO FEMINISTA: REFLEXÕES POLÍTICAS E FEMINISTAS A PARTIR DA ESCRITA FICCIONAL DE GIOCONDA BELLI</b> .....	46
3.1 O conceito de utopia como um lugar de discussão política nas literaturas: lendo a narrativa contemporânea.....	53
3.2 O lugar da utopia em “o país das mulheres”: entre o “esperançar”, o “lugar de fala” e a subalternidade .....	63
3.3 Pensando uma utopia feminista decolonial em Fátuas .....	89
3.3.1 Desigualdade social, política e de gênero em <i>Fátuas</i> : condições de existência do governo dos homens e transformação em busca da utopia da equidade.....	112
3.3.2 O governo dos homens e a prática de corrupção em Fátuas .....	119
3.3.3 O tráfico de meninas: desigualdade de gênero e a reificação das mulheres.....	133
<b>4 A UTOPIA POLÍTICA DE <i>O PAÍS DAS MULHERES</i> A PARTIR DA LINGUAGEM PARÓDICA E IRÔNICA EM DIÁLOGO COM A IMPRENSA COMO O QUARTO PODER</b> .....	152
4.1 O romance utópico reiterado por documentos históricos: análise do Manifesto do Partido de Esquerda Erótico .....	159
4.2 Leitura da primeira proposta de campanha publicitária para uma agenda utópica e feminista .....	166
4.3 O programa de governo ginocrático e a visão da utopia felicista .....	176
4.4 Leitura dos documentos sobre as reformas educacionais: a educação como princípio basilar para a criação de uma consciência político-crítica .....	182
4.5 As reformas democráticas como estratégia de manutenção de um sistema eleitoral mais justo em Fátuas .....	187
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	195
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	203

## 1 INTRODUÇÃO

Logo nos agradecimentos de *O país das mulheres* (2011), Gioconda Belli expressa a gratidão à sua mãe, Glória Pereira, pois, graças a ela, declara o quanto se sente orgulhosa de ser mulher e nunca perceber seu sexo como uma desvantagem: “Eu o bendisse desde que tive consciência de ser o que sou” (BELLI, 2011, p. 03). Em um de seus poemas mais conhecidos – *E Deus me fez Mulher* –, que abre a coletânea da edição brasileira d’*O olho da mulher* (2012), o protagonismo feminino aparece em sua plenitude, desde o biológico ao social, se instalando de maneira evidente quando ela afirma: “as mil e uma coisas que me fazem mulher todos os dias [...] pelas quais me levanto orgulhosa todas as manhãs e bendigo o meu sexo” (BELLI, 2012, p. 12). Essa fala da autora me instiga a ler e investigar a sua literatura com o propósito de refletir sobre escrituras de mulheres que carregam em seus textos marcas de sua singularidade, de sua subjetividade, cativando leitoras como eu, a enveredar por caminhos marcados por essa concepção de escrita: feminista.

Nicaraguense, nascida em Manágua, a autora de *O país das mulheres* (2011) escreve uma ficção que suscita provocações acerca de como as mulheres de um país imaginário se organizaram e indicaram a jornalista e apresentadora de televisão, Viviana Sansón, a pleitear as eleições presidenciais de Fátuas, com vistas a alcançar outros caminhos governamentais que promovessem o reconhecimento do trabalho doméstico remunerado para homens e mulheres e, conseqüentemente, a equidade de gênero.

Somente a partir de um governo formado, única e exclusivamente, por mulheres autocríticas e conscientes, poderia ser reconhecida a mudança profunda do cotidiano da sociedade, sob a perspectiva crítica da mulher, quanto aos valores tradicionais da feminilidade, afirmando, assim, positivamente, a maternidade, o contato e o cuidado transpostos para a gestão ou administração das instituições públicas - historicamente geridas pelo pensamento patriarcal, que definiu e moldou toda uma herança cultural de domínio do homem como o chefe e detentor de todos os poderes em uma sociedade.

O romance publicado inicialmente na Nicarágua no ano de 2010 e, posteriormente, no Brasil em 2011, trata da história de Viviana Sansón, bastante crítica em relação às ações governamentais dos homens que dirigiam Fátuas, país imaginário da narrativa, pois, em seu governo, a desigualdade social e de gênero era tamanha, a ponto de suscitar-lhe a demanda por uma revisão dos conceitos de sujeito e de democracia. Ao divulgar, nos veículos de

comunicações, as denúncias sobre a criação de um pinguim<sup>1</sup> dentro da casa do magistrado Roberto Jiménez, membro do governo ditatorial de extrema direita, Paco Puertas, a jornalista e apresentadora abre uma fenda para as pessoas (re)pensarem as políticas públicas do país.

O governo dos homens é apresentado na obra como responsável pelo desvio de verbas públicas para a manutenção milionária de um pinguim<sup>2</sup> em uma câmara gelada que, além de manter o animal preso, era palco para uma rede de tráfico de menores<sup>3</sup> do sexo feminino, pois elas sofriam violências sexuais no interior destas câmaras, enquanto a população do país sobrevivia em meio à extrema miséria. Ao denunciar esse fato na imprensa televisiva do país, a personagem central Viviana Sansón é indicada, pelas jornalistas e parte da população revoltada, para se candidatar a presidenta pelo Partido da Esquerda Erótica – PEE, formado pelas companheiras Eva Salvatierra, Martina Meléndez, Rebeca de los Ríos, Ifigênia Porta e Juana de los Ríos.

Durante o processo eleitoral de Fáguas, Viviana é agraciada pelo apoio da própria natureza, por meio da erupção do vulcão Mitre que, inesperadamente, após centenas de anos inativo, entra em atividade e expelle uma fumaça tóxica, responsável por diminuir os níveis de testosterona dos homens, tornando-os dóceis, meigos e, conseqüentemente, neutralizados ou pacificados pela química expelida. Desse modo, passaram a não reagir ao decreto da presidenta, que obrigava a saída imediata de todos eles do serviço estatal, para trabalharem, temporariamente, apenas no ambiente doméstico, sendo remunerados por esse serviço. Essa exclusão visava à produção da alteridade nos homens, a fim de que se colocassem no lugar subalterno, ao qual as mulheres, secularmente, foram submetidas pelo regime masculino e patriarcal. Logo, essa visão assegura aquilo que se entende por tropo de inversão de papéis como marca de escritas utópicas feministas que refletem sobre modos de repensar os gêneros hoje.

Apesar das dificuldades, o governo das mulheres consegue transformar a visão de alteridade dos homens e das mulheres cúmplices, as quais não questionavam o poderio dos homens

---

<sup>1</sup> O caso do pinguim será analisado posteriormente. Por ora, trata-se de uma espécie de desvio de dinheiro público para trasladar um pinguim para um país tropical, cujo custo numérico para manter esse animal em cativeiro climatizado diuturnamente seria exorbitante, principalmente em se tratando de um país pobre e que não investia em políticas públicas.

<sup>2</sup> A questão ambiental é um outro ponto de discussão, quando surge a imagem do pinguim. A transposição de animais de um *habitat* natural para outro, artificial, torna-se uma discussão bastante pontual nas agendas políticas, não só das sociedades contemporâneas, como também das utopias literárias que buscam refletir sobre a preservação do meio ambiente degradado por políticas desumanas.

<sup>3</sup> O tráfico humano é outra questão cotidianamente discutida. No romance em estudo, a reflexão recaí sobre o governo dos homens que antecederam o decreto de Viviana Sansón, porque, nele, os homens se envolveram com o tráfico de mulheres e com os serviços sexuais de mulheres menores de idade.



e estavam sempre em comum acordo, inclusive com a exploração porque passavam nos trabalhos domésticos e a desigualdade em todos os sentidos. Porém, a transformação de pensamento também produziu desacordos e desavenças, a ponto de, no segundo mandato presidencial de Viviana Sansón, ao discursar no meio da multidão, em pleno *Dia da Igualdade em todos os Sentidos*, a presidenta ser atingida por um tiro de revólver, no tórax e na testa, por um homem desconhecido. Ao sofrer o atentado, surge a figura de um outro personagem chamado José de la Aritmética, única testemunha da tentativa de homicídio e importante personagem que espelha, na obra, as opiniões dos homens insatisfeitos pela política do governo das mulheres em Fáguas.

Ao me deparar com o fazer literário de Belli, percebo as suas atenções se voltarem para o protagonismo estratégico da feminilidade, conforme construído na narrativa, contemplando os diversos papéis sociais exercidos por mulheres, além da base biológica, cultural, linguística e psicanalítica, como em um panorama que vivifica as práticas socioculturais e linguísticas de mulheres na ficção, sobretudo da protagonista do romance, Viviana Sansón. Esse protagonismo estratégico é um modo de resistir às ideias e às práticas patriarcais, porque as mulheres elaboram um estilo de se fazerem sujeitos de si na contramão das práticas que, historicamente, estiveram sob o domínio masculino, segundo Saffioti (2015).

Vejo a ficção em análise como um convite à reflexão sobre o posicionamento das próprias teorias feministas de base humanista, que consideraram a relação entre sexo e o gênero feminino como negativas, presentes em Beauvoir (1967), que defendeu, em *O segundo sexo*, o fato de a palavra mulher ou a esfera do feminino estarem associados às instâncias da educação e dos costumes, negando o potencial biológico feminino dos processos reprodutivos da mulher, como positivos e afirmativos para a própria emancipação da mulher. É nesse sentido que o essencialismo estratégico é desenvolvido no romance como um modo de entender o corpo feminino, não apenas a partir da cultura e da ideia de construcionismo do sujeito, mas também de bases biológicas ou naturais que chegam à existência, portadores de determinados códigos que afetam diretamente o ser e o estar das mulheres, a exemplo da maternidade, do cuidar do outro e da propensão para o diálogo.

Em *O país das mulheres*, há o desejo de romper ou enfraquecer o domínio do patriarcado (centrado no individualismo, na competição, no domínio sobre os outros), assim como o desejo de questionar o binômio essencialismo *versus* construcionismo presente na crítica feminista, encorajando uma atenção mais cuidadosa às especificidades culturais e históricas sobre as reais ameaças do essencialismo para a luta das mulheres contemporâneas e entendendo ser necessário que “tenhamos até o momento, nos apressado em universalizar, mas por outro lado, excluído

investigações mais ambiciosas sobre a especificidade e a diferença, ao fomentarmos uma certa paranoia em relação à percebida ameaça do essencialismo” (FUSS, 2017, p. 362). Não se trata de opor a visão essencialista à construcionista, o que significa polarizar a questão de maneira binária, mas problematizar os prováveis imbricamentos desses modos de pensar e de existir numa dialogia estratégica.

A estrutura do enredo corrobora uma visão de mundo feminista, em que a “essência” biológica da mulher é tomada como elemento afirmativo, porque é aquela que gera vida, aquela que cuida, que mantém contato com o outro. Esse caráter essencialista estimula e dá relevância à criação de uma política feminista a ser estabelecida em um Estado, rompendo com a postura dos antigos governos de Fátuas, formado apenas por homens. Assim, entendemos que, de acordo com a nossa visão, a voz narradora parece buscar, uma estratégia essencialista de mudança da história patriarcal, questionando posturas feministas eurocêntricas de base humanística como as formuladas pela filósofa Simone de Beauvoir.

*O país das mulheres* é uma importante ficção para evocar reflexões sobre os movimentos e teorias feministas eurocêntricos, desde o feminismo da primeira<sup>4</sup> e segunda ondas<sup>5</sup>, conforme o que Young (2006) chama de feminismo humanista, contrariando o fato de que as mulheres são eternas dependentes dos homens e trazendo à baila valores da feminilidade para o espaço público, a fim de que os homens também compreendam sobre tais valores tradicionais da feminilidade. Tudo isso é protagonizado como elemento forte na ficção, no sentido de pensar as movências ou os movimentos utópicos das mulheres por um mundo mais justo e equitativo, evidenciando que uma das formas de lutar contra a opressão dos homens é partir da valorização das características tradicionalmente femininas, negligenciadas pelo Feminismo Humanista de Beauvoir (1967), aplicando-as nos setores públicos e utilizando a qualidade da maternidade e do cuidado com o lar na gestão governamental. Para isso, seria necessário tomar atitudes, ainda que paradoxais, como a exclusão temporária dos homens dos espaços públicos, para que eles pudessem, também, refletir sobre a importância dos valores tradicionais da feminilidade a partir desta exclusão.

---

<sup>4</sup> O feminismo da primeira onda ocorreu entre o fim do século XIX até meados do século XX e surgiu no contexto eurocêntrico, inicialmente, no Reino Unido e nos Estados Unidos, onde se reivindicou por direitos civis, no âmbito político, como o direito de participar da vida pública, em que mulheres lutavam para votarem e serem votadas ou adquirindo legitimidade para administrar bens e fortunas (SILVA, 2009)

<sup>5</sup> Bonnici (2007) afirma que a segunda onda feminista iniciou com a publicação de *O segundo sexo*, da filósofa Simone de Beauvoir, em 1949, e os movimentos da década de 60 (século XX) com Betty Friedan, Shulamith Firestone, Ana Oackey, Kate Millet, Juliet Mitchell e Germaine Greer pela atuação política cultural e literária. Especialmente Kate Millet, em *Política Sexual* discute as questões sobre papéis sexuais relacionados à dominação/subordinação.

Desta forma, sabendo-se que, historicamente, as mulheres foram excluídas, sabotadas e desvalorizadas, assim como seu protagonismo foi invisibilizado e negado pelo sistema patriarcal (ARONOVICH, 2019) e que, conforme Oliveira (2017), *O país das mulheres* traz, em seu bojo, uma proposta de fazer com que homens e mulheres valorizem a feminilidade, defendemos a tese de que no governo Fátuas, Viviana Sansón e suas companheiras do PEE, os valores da feminilidade tradicional (maternidade, cuidado e contato), cultivados historicamente pelas mulheres no espaço doméstico, foram transpostos para a esfera pública, com a intenção de enfraquecer o domínio masculino e trazer à tona o protagonismo da mulher na gestão pública. Além disso, aponto que este romance se caracteriza por ser utópico, feminista e decolonial por evocar a esperança, o lugar de fala, a subalternidade e o rompimento com a colonialidade, como caminhos possíveis encontrados pelas mulheres conscientes e autocríticas de Fátuas para enfraquecer o patriarcado.

Logo, parece ser coerente problematizar a questão, refletindo sobre o lugar da utopia em *O país das mulheres* e os avanços do governo de mulheres para a sociedade de Fátuas, considerando-se 1) as desigualdades promovidas pelos governos seculares dos homens, 2) o sentido sociocultural da utopia no interior do romance e 3) o significado do risco da essência e do essencialismo estratégico à luta feminista contemporânea. É importante, ainda, 4) investigar a relação utopia, decolonialidade e o diálogo com a imprensa como o quarto poder, a partir da linguagem paródica e irônica.

Com isso, esperamos apresentar uma resposta plausível para o questionamento proposto inicialmente nesta tese, apresentando não uma solução, mas uma reflexão diluída e aprofundada às pessoas leitoras, ao longo dos capítulos. A tese se apresenta como um texto que discursa em favor de uma visão de mundo que interpreta sujeitos e práticas sociais e culturais, voltadas para a equidade de gênero, para a diversidade, para a desconstrução do binarismo sexual que sempre favoreceu os homens em detrimento das mulheres.

Quanto às possibilidades interpretativas defendidas nesta tese, apresento aquelas que fazem parte do entorno discursivo, no qual inscrevo a minha ideia sobre o romance de Gioconda Belli: as noções de utopia, nesta obra, fazem com que se (re)pense e se questione a construção de uma equidade de gêneros a partir de uma sociedade, na qual os valores tradicionais da feminilidade são resgatados e problematizados, mesmo que se configurem como um “risco da essência” (FUSS, 2017), a fim de que, realmente, o patriarcado seja desconstruído, ou pelo menos, seja, enfraquecido na sociedade por homens e mulheres, e que, através da utilização de um essencialismo estratégico (SPIVAK, 2017), se reconheçam os valores da feminilidade, por muito tempo, aprisionados ao espaço doméstico (ato de cuidar e o valor da maternidade no

espaço público) e suas possíveis contribuições para a desconstrução da luta sexista, ainda não superada entre homens e mulheres.

Do mesmo modo, uma segunda hipótese de leitura avança no sentido de que a desconstrução e/ou a desnaturalização do masculino acontece na obra de Gioconda Belli, sob a ótica de um feminismo que valoriza as características essencialistas e biológicas da mulher, transmutando-se nas qualidades (maternidade e maternagem) para a esfera pública da sociedade, mesmo que seja necessário “temporariamente” realizar uma inversão do poder tradicional da masculinidade, que tem como características a força física, o egocentrismo e o individualismo para os valores da feminilidade supracitados, produzindo-se reflexões para ambos os sexos.

Como última chave de leitura levantada aqui, tem-se que o masculino é posto em um papel coadjuvante na obra de Gioconda Belli, como um lugar reflexivo para os homens e mulheres cúmplices do patriarcado, com a intenção de criar a possibilidade de que eles e elas atuem no espaço público, amparados em uma proposta de conscientização pautada na cidadania.<sup>6</sup> Logo, a lógica do diálogo é a que está na base da construção política desse país que se organiza a partir de um protagonismo de mulheres empoderadas de ideias/ideologias feministas, capazes de sustentar a chamada utopia do felicismo e, a partir de então, provocar ruídos nos estatutos consolidados e reflexões em quem lê, para que se apercebam do mote político de que se imbuí o texto literário. O felicismo trazido à tona pelo enredo diz respeito a um modo político e econômico de gestar o país representado a partir de uma visão ampla de bem-estar dos componentes da comunidade, respeitando-se as diferenças, estabelecendo valor às atividades sem engessá-las em práticas sexistas; trata-se de uma filosofia política de aceitação dos outros, de ensinar as pessoas, desde cedo, para o cuidado com o outro, para divisão de tarefas, para o compromisso com o humano.

Como objetivo geral, pretendo investigar as formas de caracterização da utopia na obra e os seus sentidos semânticos, de modo a compreender como se dão o risco da essência (FUSS, 2017) e o essencialismo estratégico (SPIVAK, 2017), enquanto provocações para o enfraquecimento do patriarcado, numa autorreflexão sobre o feminismo humanista das primeira e segunda onda. Nessa perspectiva, soa importante perceber como as escritas utópicas são planejadas com a finalidade de refletir sobre o mundo em que são produzidas, em que as mulheres almejam alcançar lugares, revisar ideologias, leis, contratos, mas são desfavorecidas por causa de políticas machistas e sexistas.

---

<sup>6</sup> O termo é ressignificado na narrativa, a partir do conceito de “cidadania”, para enfatizar o foco discursivo da autora: a política do cuidado de si e do outro é uma forma de ser cidadão/cidadã.

Para isso, teço os objetivos específicos seguintes: a) analisar a utopia do felicismo (como é intitulada na obra), b) as propostas da personagem Viviana Sansón e as cinco companheiras do Partido da Esquerda Erótica - PEE; c) refletir sobre o papel dos/das personagens coadjuvantes na narrativa, pontuando a violência contra a mulher, principalmente no tráfico de meninas; d) investigar a apresentação da corrupção do governo ditatorial dos homens, bem como sua concepção sobre a valorização do trabalho doméstico para homens e sua exclusão temporária da gestão das instituições públicas, obrigando-lhes a atuarem apenas no espaço doméstico, cuidando da casa e da família e, por fim, e) compreender a utopia política de *O país das mulheres*, a partir da linguagem paródica e irônica em diálogo com a imprensa enquanto quarto poder.

Nesse sentido, faz parte da expansão reflexiva desta tese, ainda, pensar o afastamento pleno das mulheres do trabalho doméstico e sua alocação direta nos postos de poder para a gestão pública das instituições enquanto uma ironia (nesse sentido, a paródia se instala, porque inverte as situações e posições de poder), assim como reconhecer os valores tradicionais da mulher, dentro e fora de casa e a solidariedade dos homens diante dessa situação, ao mesmo tempo, discutir a tentativa de assassinato da presidenta eleita Viviana Sansón na narrativa em análise.

A formatação do texto desta tese foi pensada, partindo-se, inicialmente, de um capítulo sobre o contexto de vida da autora na Nicarágua e, posteriormente, do entrelaçamento de conceitos teóricos, com aspectos analíticos da obra. Nesse sentido, em todos os capítulos, à medida que são desenvolvidos, são discutidos também os conceitos-base, uma vez que nem todos os conceitos são contemplados no segundo capítulo da tese, que se refere a uma discussão mais ampla dos conceitos usados ao longo da escrita. O método de discussão não se centra em um eixo discursivo único, mas foi pensado para que a discursividade mista, porém verticalizada, pudesse dar conta do objeto de estudo. Analisar o romance apenas pelos estudos feministas ou apenas pelos estudos culturais ou pela sociologia da literatura, a meu ver, reduziria o potencial que a narrativa tem. Daí a opção por mesclar filosofia, história, feminismo, estudos culturais, linguagem, sem que os pilares desses estudos venham a fazer parte específica da discussão.

Assim, para fins de contextualização, o capítulo primeiro desta tese faz um breve percurso sobre a história do país da Nicarágua, o processo de colonização espanhola, independência, imperialismo inglês e norte-americano; a presença da ditadura por meio de líderes nicaraguenses da família Somoza a serviço dos Estados Unidos da América e a resistência a esta ditadura através de Augusto Sandino, pondo em questão o modo como as mulheres entraram na chamada Revolução Sandinista e como Gioconda Belli se torna militante,

membra do governo sandinista, jornalista e escritora, destacando a importância do romance em estudo *O país das mulheres*.

No segundo capítulo, a obra é retratada como um romance utópico feminista, fazendo reflexões políticas e feministas, a partir da escrita ficcional de Belli (2011) e abordando o conceito de utopia como um lugar de discussão política na narrativa contemporânea. Desse modo, *O país das mulheres* é compreendido como uma ficção que traz o esperar, o lugar de fala e a subalternidade como termos-chave, para se pensar a importância da obra, no panorama da escrita de mulheres latino-americanas, tendo em vista o pensamento utopista e feminista na vertente teórica decolonial, em que a desigualdade social, política e de gênero, no país de Fátuas, são motivadas a uma transformação, em busca por uma utopia da equidade, amparada pela resistência das mulheres e dos homens conscientes em uma sociedade autocrítica e proativa. Assim, a proposta da presidenta Viviana Sansón e de suas companheiras do Partido da Esquerda Erótica – PEE pela *utopia do felicismo* traz uma movência distópica no governo das mulheres, ao excluir, temporariamente, os homens das gestões de cargos públicos, obrigando-lhes a atuar apenas no espaço doméstico para cuidar de toda família, como um modo de construir uma postura e uma consciência de reconhecimento dos valores tradicionais da mulher dentro e fora de casa, assim como a solidariedade deles diante desse contexto.

No terceiro capítulo, finalmente é discutida a intertextualidade, a interdiscursividade e a paródia e a ironia no interior da obra analisada, em diálogo com a imprensa enquanto quarto poder, observando-se como os veículos de comunicação participam deste processo de mudança e comportamento de homens e mulheres na sociedade governada por *Viviana Sansón* e suas companheiras do PEE. A ironia e a paródia são usadas como técnicas de construção do texto literário, para formar a utopia literária que provoca leitoras/es para os papéis sociais e as práticas de masculinidades e de feminilidades comumente associadas à manutenção do poderio machista. Nesse sentido, tanto uma quanto a outra invertem as posições de poder na narrativa, favorecendo as mulheres e, de maneira ampliada, as pessoas de Fátuas.

Desta forma, a obra possibilita vários questionamentos, a exemplo da luta pela equidade de gênero, sob a ótica do pensamento feminista ginocêntrico, em que a maternidade extraída do espaço doméstico é transposta para o espaço público, na gestão dos órgãos públicos, como uma ressignificação utópica favorável à equidade de gênero, utilizando-se de um essencialismo estratégico que visa quebrar práticas socialmente determinadas ao homem e à própria mulher. Esta pesquisa insere-se entre os estudos que relacionam Literatura, Memória e Estudos Culturais, consolidando, assim, uma leitura feminista comprometida com as políticas de gênero na atualidade.

Por fim, tecemos as considerações finais, com base na interpretação dos dados por nós analisados e refletimos que a obra possibilita o (re)pensar e o questionar sobre os efeitos maléficos do patriarcado, ainda insistentes na sociedade contemporânea nos países do Eixo Sul Global, além de pontuar aspectos fundamentais para se pensar alternativas de mudança histórica e a necessidade de colocar a presença das mulheres como protagonistas desta mudança social, sem deixar de valorizar a feminilidade como força afirmativa.

## 2 O CONTEXTO DA NICARÁGUA: BREVES PALAVRAS

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022)<sup>7</sup>, a Nicarágua é um país localizado na América Central e tem uma extensão territorial de 130.370 km<sup>2</sup> (Cento e trinta milhões, trezentos e setenta mil quilômetros quadrados) e uma população aproximada de 6.734.000 (seis milhões, setecentos e trinta e quatro mil) habitantes, em sua maioria, multiétnicos. Sua capital é Manágua, terceira maior cidade da América Central. Possui regime presidencialista, cuja língua oficial é o espanhol, mas também tem outros idiomas, a exemplo do misquito, oriundo dos povos ameríndios da América Central, que habitam a região da Mosquitia, entre Honduras e Nicarágua; o/a mestiço/a caribenho/a, além do inglês e das línguas dos povos originários da região.

É importante retomar um pouco da história da colonização deste país, a fim de que haja um maior entendimento de como a Nicarágua se estabeleceu perante o mundo inteiro. A Espanha conquistou a região no século XVI e o país só alcançou a independência em 1821, de modo que a trajetória de luta do povo nicaraguense remonta à resistência dos povos originários que contestaram veementemente a presença dos colonizadores espanhóis. Dada sua localização estratégica, os europeus e norte-americanos sempre tiveram interesse pela facilidade que o país apresenta para a navegação entre os mares dos oceanos Atlântico e Pacífico. Com isso, a Nicarágua foi sendo conhecida justamente por sua conveniência para a exportação e importação marítima, oferecendo condições para a construção do tão sonhado “Canal Interoceânico”.

A cobiça por esse Canal Interoceânico gerou conflitos políticos violentos, produzindo, inclusive, ditaduras que marcaram a história do país, a exemplo da ditadura realizada por Anastasio Somoza<sup>8</sup>, entre os anos de 1934 e 1979, e a Revolução de Augusto Sandino<sup>9</sup> no século XX, entre os anos de 1979 e 1999.

---

<sup>7</sup> Disponível em: [www.paises.ibge.gov.br/#/dados/nicaragua](http://www.paises.ibge.gov.br/#/dados/nicaragua). Acesso em 12/11/2022.

<sup>8</sup> Clã dos Somoza, família nicaraguense, responsável por consolidar a herança das décadas de ocupação norte-americana com a criação de um exército de confiança dos EUA, a Guarda Nacional, um contingente militar que passava a ser um micro aparato de poder dependente diretamente dos EUA encabeçado por Anastácio Somoza. Educado numa escola de Boston, íntimo amigo do embaixador norte-americano e vinculado ao novo governo por ser sobrinho do presidente, Juan Bautista Sacasa, Somoza se tornou chefe da Guarda, o que, imediatamente, se constituiu no instrumento fundamental de poder na Nicarágua. Seu caráter de extensão do poder dos EUA, de poder militar extranacional, mercenário e paralelo ao governo civil, lhe fez o germe do que seria o Estado somozista (SADER, 1992, p.62).

<sup>9</sup> Augusto César Sandino nasceu no povoado de Niquinohomo, na cidade de Masaya, no dia 18 de maio de 1895. Filho natural de um abastado fazendeiro e de uma camponesa colhedora de café, teve uma infância humilde e, por esforço próprio, conseguiu um mínimo necessário de instrução. Sandino teve contato com as dificuldades dos trabalhadores das fazendas dos oligarcas locais ou das companhias mineradoras, petroleiras e bananeiras norte-americanas. Em 1926, quando os mariners interventores desembarcaram na Nicarágua, o jovem nicaraguense, vivendo na cidade de Tampico, no México, transpira o desejo de voltar ao seu país e lutar contra a intervenção. Munido com pouco dinheiro que conseguiu economizar, regressa à Nicarágua no dia 1º de julho de 1926 (PIVA, 1986, p.17).



A história deste país é marcada pelo desejo de libertação dos europeus e norte-americanos, os quais, secularmente, exploraram as riquezas naturais e a sua importante localização geográfica, por estar entre o Oceano Atlântico e o Pacífico, dividido por uma área fluvial chamada de lagos “Manágua”, com 1.490 km<sup>2</sup> (mil quatrocentos e noventa quilômetros quadrados), e o “Nicarágua”, com cerca de 7.165 km<sup>2</sup> (sete mil cento e sessenta e cinco quilômetros quadrados) de superfície essencial, por se caracterizar como um Canal Interoceânico de sistema fluvial de vinte quilômetros da costa pacífica, favorecendo o transporte marinho em maior escala e em menor tempo (SADER, 1992).

Esta importante localização da Nicarágua sempre atraiu as atenções dos europeus e norte-americanos, o que, do ponto de vista político e econômico, provocou o engessamento da própria independência do país, que esteve ligada à cobiça das grandes potências em relação ao importante canal de comunicação interoceânico de seu território. A Inglaterra, pioneiramente, foi a responsável por construir o canal, atravessando constantemente conflitos de interesses com os Estados Unidos da América. Conforme Sader (1992), um aventureiro pirata chamado William Walker, que já havia participado de muitos intentos expansionistas nos Estados Unidos, desembarcou na Nicarágua juntamente com muitos homens no ano de 1855, saqueando o país, repartindo terras férteis entre seus homens e iniciando o processo de conquista de outros países centro-americanos à base de muita violência e exploração. Isso criou um império e restabeleceu a escravidão, agregando o território ao domínio dos Estados Unidos.

Em 1856, Walker se proclamou presidente da Nicarágua, estabelecendo o inglês como língua oficial, mas os interesses europeus também estavam em jogo e ele acabou fugindo para os Estados Unidos, mesmo sendo capturado e fuzilado antes de ir à guerra. Assim, a história da Nicarágua traz uma economia nicaraguense inicialmente dirigida pelos espanhóis na Costa Pacífica e pelos ingleses e norte-americanos na Costa Atlântica.

Aos poucos, foram surgindo, na Nicarágua, partidos tradicionais divididos entre o Partido Liberal e o Partido Conservador, que, no período de trinta anos, construíram uma falsa ideia de paz conhecida como “Ditadura Oligárquica”, marcada pela revolta liberal, comandada pelo general José Santos Zelaya<sup>10</sup> em 1893, que representou a oligarquia do Café e, ao mesmo tempo, fez oposição ao setor da pecuária no país. A comercialização do café foi comandada pelo apoio dos Estados Unidos aos fazendeiros e, em 1914, intensificou-se cada vez mais pela

---

<sup>10</sup> Político e ditador nicaraguense de 1893 a 1910, conhecido pela sua hostilidade em relação aos Estados Unidos e pelo seu esforço para unificar a América Central em 1907. Durante seu governo, praticamente monopolizou os recursos econômicos de seu país. Disponível em: [www.britannica.com/biography/Jose-Santos-Zelaya](http://www.britannica.com/biography/Jose-Santos-Zelaya), acesso em 15/11/2022.

construção do Canal Interoceânico com os interesses norte-americanos, gerando insatisfações populares, pois a população nicaraguense sofreu muitas explorações, fazendo surgir, no seio popular, um jovem revolucionário chamado Augusto Cesar Sandino, filho de uma campesina e empregada doméstica e de um descendente de fazendeiro nascido no dia 18 de maio de 1895.

Ele teve uma infância humilde e um grau mínimo de instrução, mas, por sua trajetória como trabalhador operário mecânico em Honduras, Guatemala, El Salvador e México, Sandino atuou em grandes multinacionais, a exemplo da *United Fruits Company*, importante companhia estadunidense da América Central; depois, no México, como trabalhador em uma companhia de Petróleo nos Estados Unidos. Na Revolução Mexicana, participou de guerrilhas e criou um exército de homens para retornar à Nicarágua e encarar o grupo liberal - oligárquico controlado pelos Estados Unidos. Tentou se integrar ao grupo do general liberal Moncada, do grupo liberal-conservador da Nicarágua, mesmo sabendo que o grupo atuava em favor dos Estados Unidos, mas acabou rompendo com ele e resolveu, com seu exército próprio de trabalhadores, criar um território de luta nacional em prol da Nicarágua, expulsando tropas norte-americanas e trazendo à tona, para a população, pautas sociais sobre a miséria da população e a exploração das grandes potências neste país.

Em 1932, Sandino aceitou a contragosto, a supervisão norte-americana das eleições, em troca da retirada estadunidense da Nicarágua, porém, a retirada foi derrotada e, neste panorama de conflitos, os Estados Unidos apoiou o nome de um nicaraguense residente em Boston chamado Anastasio Somoza Garcia, para liderar em favor dos interesses norte-americanos, dando-lhe total aparato militar para fundar um Estado Ditatorial. Assim, sob o comando de Somoza, na Nicarágua, conviviam três poderes distintos – o governo do presidente eleito – Anastasio Somoza; a Guarda Nacional (formada pelos fazendeiros e pecuaristas) e as forças de Augusto Sandino. Todavia, Somoza sabia que o exército de Sandino era forte e guerrilheiro e, por isso, escolheu para atuar severamente contra ele, intensificando o massacre das populações que apoiavam Sandino, tomando o poder definitivamente em 1936.

A batalha constante entre Somoza e o exército de Sandino foi muito violenta, chegando a significar uma dinastia familiar somozista, que abriu as portas ao capital estrangeiro, sempre com medidas políticas, econômicas e militares consoantes aos interesses dos Estados Unidos da América. A população camponesa foi expropriada e suas terras ficaram concentradas nas mãos dos latifundiários. Segundo Piva (1986, p. 24),

a economia nicaraguense estava dividida em duas partes: uma era manipulada pelo capital estrangeiro, a outra nacionalizada e dirigida pelo próprio Somoza. Durante 20 anos, os nicaraguenses estiveram sob os caprichos de Anastácio Somoza Garcia

A fome, o desemprego e a repressão, além dos terremotos e vulcões que assolavam o país, fizeram com que a população perdesse as esperanças de encontrar um caminho viável de libertação. Surge, então, a Frente Sandinista de Libertação Nacional – FSLN, em 1961, liderada por jovens que atuavam na juventude do Partido Socialista Nicaraguense e, assim, iniciaram-se ações armadas contra o Estado Somozista, muitas vezes apoiadas pelas guerrilhas do país de Cuba. Desta forma, o movimento estudantil nicaraguense, setor mais ativo na oposição ao regime somozista, foi ganhando simpatia e muitos adeptos.

O pensamento sandinista se baseava no nacionalismo e patriotismo, numa visão libertadora, havendo toda uma preocupação em lutar por um país livre do imperialismo norte-americano de forma mais engajada com as lutas dos países vizinhos, a exemplo de Cuba. Neste sentido, os sandinistas se uniram com os países latino-americanos para lutar por outros caminhos longe da dinastia somozista.

A vitória da Revolução Sandinista ocorreu, finalmente, em julho de 1979, pondo fim à ditadura da família Somoza, que governou a Nicarágua durante 45 anos, de 1936 a 1979. Somoza fugiu do país e o velho aparelho do Estado somozista foi destruído, a polícia e o exército foram dissolvidos, o sistema judiciário foi reformulado e os interesses populares passaram a ter prioridade sobre as ambições de lucro dos donos do capital.

Assim, a vitória sandinista significou um grande marco de luta na Nicarágua, pois representou uma ruptura com o sistema imperialista e, ao mesmo tempo, a esperança pelas reivindicações das classes populares. Organizou-se, então, uma rede de infraestrutura, para que a população organizada participasse do processo político e da defesa do país, tendo o apoio de setores da população nicaraguense, principalmente em Manágua, capital, e em Granada, no interior do país. Neste meio tempo, a escritora nicaraguense Gioconda Belli entrava em cena na história da Nicarágua, sobre quem debateremos sua militância política na seção seguinte.

## **2.1 A militância política de Gioconda Belli como jornalista e escritora na Nicarágua**

Diante do que foi dito sobre a Nicarágua acerca do contexto político em que o país se desenvolveu, é crucial relacionar a história de vida da autora nicaraguense Gioconda Belli com esta nação. A escritora nasceu em 09 de dezembro de 1948 na capital, Manágua, localizada na América Central. Como bem definiu a jornalista e escritora, a Nicarágua está situada na chamada “cintura” da América Central, entre a América do Norte e a América do Sul, marcada,

geograficamente, por fortes vulcões, motivados por plataformas oceânicas que empurram a massa continental do Norte em direção ao Atlântico e a do Sul em direção ao Pacífico.

Não por acaso, Belli (2011) é dona de uma voz dissonante, capaz de incomodar as estruturas sociais, políticas e culturais de seu país, pois, desde criança, presenciou a violência marcante de uma política ditatorial em seu país, criada pela família Somoza, a qual, secularmente, ditou leis e normas violentas para a sociedade de seu tempo como manutenção do regime político ditatorial. A grande contradição da vida da autora é justamente o fato de pertencer a uma família privilegiada da Nicarágua, filha de Humberto Belli e Glória Pereira, que a educaram para assumir o papel de mãe e esposa perfeita, mas, ao mesmo tempo, firme na tradição antissomozista. Justamente por ter nascido no seio de uma família crítica à ditadura do clã Somoza, Gioconda Belli se tornou uma mulher pensante, desde criança, integrando-se, a contragosto dos familiares tradicionais, à Frente Sandinista de Libertação Nacional – FSLN, na qual ela militou, desde o ano de 1970 até 1994, ampliando sua militância política na Literatura, escrevendo poemas, novelas, romances e contos.

Essa relação com a política teve início desde os três anos de idade, quando já era uma criança questionadora, ao ouvir falar de ditadura na rua onde morava, *Calle del Trunfo*<sup>11</sup>, muito importante na capital da Nicarágua. Já em tenra idade, Gioconda sentia interiormente uma indignação e revolta em torno da violência e da opressão instituída pela família Somoza, pois a casa, onde residia na infância, era próxima aos familiares do Partido Liberal de Somoza, espaço onde se realizavam comícios e se rugiam palavras de ódio e insultos os mais diversos, que atravessavam as paredes dos quartos de sua casa. Sua prima gritava “morra” e, na casa dos Somoza, retrucavam “viva”. Tudo isso já se tornava, desde então, uma construção social muito forte na vida da autora, no sentido de impeli-la a lutar contra toda uma ordem vigente de ódio que fora instaurada pela família Somoza e que a tornava disposta, paradoxalmente, a se juntar aos seus primos e primas contra toda aquela situação de ódio vindo do Partido Liberal, mesmo em silêncio. Como ela mesma afirma: “Eu acompanhava sem elevar muito a voz, ou pedia que se calasse, imaginando que os soldados não demorariam muito em chegar e golpear as portas para nos levar presas” (BELLI, 2002, p. 31).

Em seu memorial autobiográfico *O país sob a minha pele: memórias de amor e guerra*, Belli (2002) narra que sentia a vida na Nicarágua com uma sensação de fragilidade, tanto por conta das tragédias acidentais dos vulcões e terremotos, como pela violência da ditadura somozista em seu país, motivando-lhe a ser solidária com aqueles que questionavam essa

---

<sup>11</sup> Rua do Trunfo

opressão instaurada pelos ditadores há séculos. Desta forma, ela se solidarizou ao máximo com os/as opositores/as daquele regime ditatorial e passou a defender a vida das pessoas desamparadas e agredidas por aquele sistema opressor, pois a Nicarágua sempre fora conhecida em todo mundo, como um lugar de guerra política constante, incerteza, exploração e desamparo colonialista e imperialista.

Foi com esse sentimento de busca por esperança e, conseqüentemente, por libertação na Nicarágua, que a escritora encontrou na força das palavras e na sua força de mulher, o desejo de estudar fora, para se “alimentar” de educação, como ela mesma afirmou. Inicialmente, se formou em um colégio de freiras na Espanha e, posteriormente, viajou para a Filadélfia, onde cursou Publicidade e Jornalismo numa escola da cidade, que, por concessão das religiosas da Assunção, teve oportunidade de morar com sua mãe.

Ao completar dezessete anos, voltou para a Nicarágua, atuando como executiva de uma agência de publicidade em Manágua. Na agência, Belli dividia o escritório com executivos influentes que lhe treinaram bastante. Dentre esses, conheceu um rapaz, por quem se apaixonou e com quem se casou. Como ela bem descreve na sua autobiografia, era um rapaz comunicativo, amante da leitura e da literatura, pertencia a uma família muito respeitada de Manágua.

Apesar de conservadores e tradicionais, os pais de Gioconda Belli sempre foram contra a ditadura da família Somoza na Nicarágua, especialmente sua tia Elena. Todos e todas coléricos/as inimigos/as da ditadura, mas também pertenciam a uma classe social abastada do país, pois eles tiveram condições de dar uma educação de qualidade à escritora, possibilitando-lhe, como dito acima, estudar tanto na Espanha como nos Estados Unidos. Essa educação, no entanto, apesar de burguesa se agregou à percepção crítica da escritora, construída desde criança e solidificada na maturidade profissional e nos seus relacionamentos amorosos, em que ela destaca a mulher crítica que se tornou, tendo em vista sua infância observadora acerca da realidade que permeava seu existir.

Mesmo tendo se casado rapidamente, por motivação das próprias condições sociais e culturais de sua família em 1967, na cidade de Manágua na Igreja *Del Carmen*, uma das mais bonitas da cidade, ao passar dos anos começou outra inquietação: além da situação opressiva da ditadura, ela também passou a enxergar a opressão pela qual tanto ela como tantas outras mulheres de outras classes sociais passavam. Então, começou a sentir repulsa por todo pensamento patriarcal responsável por ditar as regras de como a mulher deveria se portar para ser uma “esposa perfeita”, conforme sua mãe lhe instrumentalizava desde o seu nascimento, por força da sociedade vigente conservadora.

Ao lembrar com delicadeza como ela e a mãe construíram o sentido de ser mulher, Belli traz a importância da feminilidade na sua vida, tanto pela forma especial de lutar contra a ditadura da família Somoza, como também pelo poder da feminilidade nas estruturas sociais e culturais de sua nação, atribuindo outro sentido, agora estratégico, à importância da maternidade, não apenas como questão biológica que as mulheres possuem por si só, mas como sinal do corpo da mulher, de germinadora da semente da sociedade, no tratamento e no cuidado uns/umas com os/as outros/as.

Desde o parto de sua filha Maryam, a escritora descreve como a maternidade lhe comprovou, a graça de ser mulher e experimentar o acolhimento de um novo ser em seu ventre, incitando-lhe, cada vez mais, o instinto de cuidar e proteger, e ao mesmo tempo, a necessidade que toda mulher tem, também, de se auto cuidar e lutar por seus sonhos mais íntimos, sejam profissionais, amorosos, sociais, culturais, além do desejo de cuidar do seu próprio país. Ela aborda, ainda, como os homens, em especial, seu marido, lidava com estas questões, sempre indiferente ao potencial da mulher para denunciar os problemas sociais, políticos, entre outros de seu país, excluindo-lhe destes assuntos públicos e levando-a, assim, a inquietações para além da maternidade, que não se limitavam a atividades domésticas, como pensara seu marido.

Belli demonstra a sua insatisfação perante as limitações que a sociedade e que seu marido conferia à maternidade, pois ser mãe para esta sociedade heteronormativa significava a necessidade de afastamento de si mesma e das potencialidades extra mãe, ou seja, suas potencialidades, enquanto profissional e ser político, eram-lhe excluídas naturalmente e isso era motivo de insatisfação e revolta para si. Assim, ela traz, em seu íntimo, a crítica ao próprio sistema social, cultural e econômico que determinava à mulher apenas esse lugar de mãe biológica que criava e cuidava dos/das filhas, para que eles/elas fossem continuadores/as do sistema opressivo dos homens contra as mulheres e ficassem subjugadas somente ao contexto materno biológico e à procriação das famílias, excluídas da participação ativa político-social e econômica do país e se dedicassem apenas às peculiaridades da maternidade, enquanto perspectiva biológica, moral e doméstica. Definitivamente, a maternidade, para Belli, não significava isso e isso lhe estimulava, o desejo subversivo de travar um longo trabalho de escrita e militância em prol das mulheres, dentro de seu contexto político, cultural, social e econômico nicaraguense.

Desse modo, começou a entender o que significava a luta armada entre os chamados sandinistas e somozistas e, ao mesmo tempo, como mulher pertencente a uma classe social privilegiada, formada e intelectualmente conjecturada, poderia construir uma outra perspectiva do ser mulher, enquanto ser político em toda sua existência, sendo mãe, profissional e empática

com as lutas revolucionárias que nasciam junto à classe dos/das trabalhadores/as de seu país e, como a mulher de seu tempo, estava inserida nesta perspectiva de luta e desejo por mudança.

Em sua família, apesar de serem contra Anastasio Somoza, não se cogitava defender Augusto Sandino, pois todo o movimento sandinista era temido entre as classes sociais abastadas. No entanto, Gioconda Belli estava atravessando por uma crise existencial em sua vida, entre ser a “esposa perfeita” e, ao mesmo tempo, uma mulher à frente de seu tempo, crítica e questionadora sobre sua própria realidade, a realidade das mulheres e a realidade de seu país. A vida doméstica lhe entediava, incitando-lhe pesadelos, quando pensava que deveria incorporar a mulher dona de casa, entretida com receitas de cozinha, móveis, limpeza e decoração da casa, enquanto seu marido e tantos outros jogavam *golf*, as crianças brincavam, se divertiam e as mulheres ricas se responsabilizavam em administrar suas babás e discutir sobre assuntos corriqueiros e triviais que não tivessem nenhuma relação com a política, a sociedade e a economia de seu país, pois estes assuntos não lhe diziam respeito por sua condição de ser mulher.

Então, já formada em Jornalismo e Publicidade, começou a se indignar profundamente, procurando sair dessa condição limitante de ser mulher, isto é, de uma zona de conforto, na qual não havia esperança de libertação e empoderamento. Procurou emprego, saindo do enclausuramento da “esposa perfeita” e colocou em prática o aprendizado de vida pessoal juntamente com sua graduação superior, atuando no que realmente gostava e sentia prazer pela vida. Através da influente importância de seu pai no ambiente sociopolítico da Nicarágua, ela conseguiu um trabalho na empresa *Pepsi-Cola* e, mesmo sem atuar inicialmente na área do jornalismo em si, iniciou como atendente de telefonemas e ajudante de gerente numa agência de publicidade.

Nesta agência, conheceu um rapaz chamado Bosco, o qual lhe ofereceu um trabalho como executiva de publicidade e, a partir daí, foi construindo sua carreira profissional da comunicação. Posteriormente, também se insere na literatura, pois, influenciada por esse rapaz, conhecido no escritório como “Poeta”, começou a sentir interesse pela poesia. Sentindo profunda admiração pelo rapaz, ao ouvi-lo recitar poemas e ao mesmo tempo já casada com seu primeiro marido, Belli pensou estar apaixonada e desafiada a transgredir toda uma ancestralidade familiar, questionando profundamente seus deveres tradicionais de mulher perfeita e considerando seus direitos como mulher livre que podia ser, ao invés da clausura de ser a eterna esposa:

o desejo de liberdade se expandiu por todo o universo. De minha vida de jovem casada da classe alta ficou apenas a enganosa e polida superfície. Dentro de mim começaram os sete dias da criação, os vulcões, os cataclismos (BELLI, 2002, p.59).

Como profissional atuante das comunicações, a escritora se aproximou cada vez mais estreitamente dos problemas sociais por que seu povo nicaraguense passava, sobretudo, das mulheres nicaraguenses de classes, raças, gêneros e orientações sexuais diferentes. Começou a entender os reais problemas de Manágua, enxergando os contrastes de sua cidade, entre a modernidade e a pobreza da população.

Teve acesso direto aos bairros pobres de Manágua, presenciando a insatisfação das pessoas perante as péssimas instalações de água potável, a eletricidade e as ruas mal-cuidadas, as diferenças entre as vidas de pobres e ricos:

aceitas com naturalidade por uns e com resignação cristã por outros, como se tratasse de uma ordem universal que não podia ser modificada. Eu recordava de minha infância os bairros pobres onde as freiras do colégio nos levavam para despertar nossos instintos de caridade (BELLI, 2002, p. 55).

Foi assim que ela começou a sentir, interiormente, que era necessário falar sobre as diferenças sociais, pelas quais seu povo passava, há séculos, em seu país, ao mesmo tempo em que lia livros feministas de Germaine Greer<sup>12</sup>, Betty Friedan<sup>13</sup>, Simone de Beauvoir<sup>14</sup> para buscar forças junto a mulheres como ela que se questionavam sobre a cultura vigente, ao mesmo tempo em que também lhe nascia, interiormente, o desejo de lutar contra a conjuntura que fora imposta no regime de seu país pela ditadura, as consequências sociais e culturais e a repressão

---

<sup>12</sup> Escritora e feminista inglesa nascida na Austrália que defendeu a liberdade sexual das mulheres, Greer foi educada nas Universidades de Melbourne Sydney, antes de fazer um doutorado em 1967 em literatura na Universidade de Cambridge. Ela atuou na televisão, escreveu para jornais e lecionou na Universidade de Warwick até que seu primeiro livro influente, *The Female Eunuch* (1970), foi publicado. Postula que a passividade na sexualidade das mulheres é uma característica associada a um castrado, daí o título, e é um papel que lhes é imposto pela história e pelas próprias mulheres. Nunca tímida de controvérsia, Greer debateu o autor Norman Mailer sobre o tema da libertação das mulheres em abril de 1971 na Câmara Municipal de Nova York. O debate foi o tema do documentário *Town Bloody Hall*, de 1979. Greer mudou-se para a Itália e continuou a lecionar, mas mais tarde retornou à Inglaterra. Disponível em: [www.britannica.com/biography/Germaine-Greer](http://www.britannica.com/biography/Germaine-Greer), acesso em 19/11/2022.

<sup>13</sup> Nascida em 4 de fevereiro de 1921, Peoria, Illinois, EUA - falecida em 4 de fevereiro de 2006, Washington, DC), feminista americana mais conhecida por seu livro *The Feminine Mystique* (1963), que explora as causas das frustrações das mulheres modernas em papéis tradicionais. Disponível em: [www.britannica.com/biography/Betty-Friedan](http://www.britannica.com/biography/Betty-Friedan), acesso em 19/11/2022.

<sup>14</sup> Nascida em 9 de janeiro de 1908, Paris, 14 de abril de 1986, escritora e feminista francesa, membro da irmandade intelectual de filósofos-escritores que deram uma transcrição literária aos temas do existencialismo. Ela é conhecida principalmente por seu tratado *Le Deuxième Sexe*, (1949; *O Segundo Sexo*), um apelo erudito e apaixonado pela abolição do que ela chamou "eterno feminino". Tornou-se um clássico da literatura feminista. Disponível em ([www.britannica.com/biography/Simone-de-Beauvoir](http://www.britannica.com/biography/Simone-de-Beauvoir)), acesso em 19/11/2022.



dos atos dos governos totalitários na Nicarágua. Aos poucos, então, Belli tornou-se, paulatinamente, uma mulher ativista em busca da equidade entre mulheres e homens na sociedade, se unindo a outras vozes de mulheres por justiça em todos os sentidos e atingindo também as lutas pela equidade entre as classes sociais, raça, etnia, sexualidade, entre outros.

Como foi visto acima, a carreira profissional de Belli teve início como jornalista e publicitária e, após se comprometer politicamente na década de 1970 com a Frente Sandinista de Libertação Nacional-FSLN, passou a ser colaboradora clandestina e ativista da resistência contra a família Somoza. Trabalhando como correio secreto, foi perseguida pelos serviços de inteligência e pela Guarda Nacional da ditadura e integrava as equipes que preparavam uma ação-comando. A filiação contra a ditadura somozista tornou-lhe uma militante atuante, em prol da equidade de gênero e da liberdade de expressão no país, enquanto mulher e defensora de outras tantas mulheres nicaraguenses, sobretudo as operárias, donas de casa, as índias, afrodescendentes e as homoafetivas. É uma escritora que reúne, em sua obra literária, poesia, prosa e revolução, pois sua marca maior é a crença de que a palavra poética também faz parte das transformações dos seres humanos e do mundo. De acordo com Lemos (2010, p. 4):

Ainda que a escritora Gioconda Belli viva atualmente nos Estados Unidos, realmente em um ‘exílio voluntário’, acreditamos que as personagens e protagonistas de Belli, sempre femininas, encontram-se em uma situação de busca/reencontro e perda, uma vez que suas trajetórias no terreno ficcional se encaminham na direção da procura de um espaço simbólico, onde o desenvolvimento pleno deixe de ser somente uma utopia.

No excerto acima, é possível interpretar o caráter de exílio voluntário da autora como muito importante para a compreensão da história de vida da escritora na literatura, pois ela buscou conhecimento e educação fora de seu país natal para compreender melhor as razões, pelas quais as mulheres nicaraguenses permaneciam imersas em um jugo de opressão perante as ditaduras na Nicarágua.

Ao lado das normas sociais que engessavam a liberdade de ser mulher, profissional e mãe, simultaneamente, Belli também foi chamada para participar ativamente como jornalista da FSLN. Foi, então, nesse turbilhão de acontecimentos – problemas no casamento, desejo de engravidar novamente, ser escritora e ao mesmo tempo militante –, que ela se contagiou ainda mais pela luta sandinista, apesar de todas as ressalvas e os medos que tinha em participar de guerrilhas em prol da liberdade de seu país. Ao lado de homens guerrilheiros e corajosos, Gioconda Belli também conheceu mulheres corajosas e desejosas por quebrar todas as barreiras que lhes restringiam de lutar por seus direitos e pela causa do povo nicaraguense. Conheceu

Leana, a esposa de um grande amigo, e com ela se solidarizou pela luta entre mulheres, desde a gravidez, não perdendo o desejo de lutar pela transformação de seu país.

Assim sendo, sempre expressou a alegria de não estar sozinha em meio a homens jornalistas e guerrilheiros, pois via em sua amiga Leana a mesma energia feminina de mulher política na luta pela liberdade de si e de seu país, lutando pelo povo até “o último fôlego”, conforme aponta no seu trecho autobiográfico. Essa energia confirma que sua voz não é solitária e que, assim como sua amiga, outras tantas mulheres também compactuariam com essa irmandade e sororidade, fazendo crer novamente na esperança possível de liberdade, desde as crianças que traziam no ventre. A natureza da mulher é como uma árvore de imensas raízes, que precisa de união e força, para fazer ecoar, no mais profundo de seu ser, os sonhos mais verdadeiros que uma mulher pode trazer dentro de si, tanto a sua introspectividade, a sua sensibilidade, o seu gesto de cuidado de si e do outro, como também levar tudo isso para o social e político.

Como foi apontado, Belli tornou-se uma escritora contemporânea, inquieta com questões que afetam diretamente o seu país Nicarágua e, ao mesmo tempo, reflexiva sobre a construção social da feminilidade em ressignificações que vai realizando ao longo de sua vida. Sua produção literária reúne cerca de vinte livros distribuídos entre prosa e poesia. Ela foi responsável por produzir uma literatura que, segundo Zinani (2010), tematiza a América Latina, desde a época da colonização espanhola ao imperialismo norte-americano e europeu, denunciando, muitas vezes, um cenário de injustiça social, desigualdades de gênero, subalternidade feminina, degradação do meio ambiente, opressão e violência em todos os sentidos. Tanto na poesia como na prosa, a autora provoca leituras ousadas sobre a própria Nicarágua, muitas vezes chamada por ela, ficcionalmente, de Fáguas, retratando, assim, a condição política pela qual o país já passou e as possibilidades de saída da ditadura, pela qual sua nação sempre perpassara.

Após voltar como jornalista formada, ela adentrou as agências de publicidade e propaganda, conheceu jornalistas e poetas. Aos poucos, se familiarizou com as problemáticas pelas quais seu país atravessava e foi compreendendo e tentando fazer diferente do que já havia escutado por seus pais e familiares. Também se filiou, a contragosto dos próprios familiares, à luta sandinista, como jornalista clandestina, contexto em que escrevia textos para correspondência entre as guerrilhas entre Sandino e Somoza. Ao mesmo tempo, foi se tornando uma escritora preocupada com o mundo ao seu redor, retratando os problemas da Nicarágua no jornalismo e na literatura.

Alinhada com a perspectiva sandinista e fazendo o percurso crítico-social nos seus textos literários, Belli pensa a mulher nesse contexto de luta ditatorial, como também mãe e trabalhadora, militando e atuando na sociedade. Reflete também sobre o trabalho doméstico como quesito fundamental a ser transformado, na própria forma de gerir a sociedade, não mais pautada na escravidão dentro do lar e na exclusividade do homem no espaço público, mas numa sociedade de equidade, em que mulheres e homens realizem a gestão pública e doméstica, pois o trabalho doméstico é uma ação de cuidado do lar, assim como da sociedade.

A escrita de Gioconda Belli respalda reflexões sobre a mulher, com enfoque nessas questões sociopolíticas, econômicas e ambientais, visando ao indispensável enfraquecimento do pensamento heteropatriarcal e à contemplação das inquietudes que o ambiente privilegiado da burguesia nicaraguense lhe proporcionara, sufocando-a diante das regras sociais que impediam o desgarro da mulher das amarras que os homens criaram secularmente desde a colonização. De acordo com Lemos (2012, p. 9), “as armas e as letras caminham lado a lado desde o ingresso de Gioconda Belli no panorama literário de seu país, como herdeira de Rubén Darío<sup>15</sup> e afilhada intelectual de José Coronel Urtecho<sup>16</sup> e Ernesto Cardenal<sup>17</sup>, seguindo a linha e os códigos estabelecidos”, eu seja, Belli se enxerga imersa numa luta social que vai muito além de uma simples utopia ou lugar ideal, trata-se de uma utopia pautada pela transformação na *práxis*, numa busca consciente e lúcida, sempre na batalha da consciência de gênero, especialmente no contexto da Nicarágua, marcada pela ditadura, pela dor do patriarcado, da dominação e da opressão. As suas obras trazem essa voz, historicamente subalterna, das mulheres conscientes de si, perante as discussões e a atuação dessas, ligadas aos movimentos sociais dentro da política.

Já na FSLN, em 1972, e em 1979, quando Sandino venceu a luta contra a família Somoza, Belli passou a ocupar cargos na direção do governo, ficando até meados de 1990.

---

<sup>15</sup> **Rubén Darío**, pseudônimo de **Félix Rubén García Sarmiento**, (18 de janeiro de 1867, Metapa, Nicarágua — morreu em 6 de fevereiro de 1916, León), influente poeta, jornalista e diplomata nicaraguense. Como líder do movimento literário espanhol americano conhecido como Modernismo, que floresceu no final do século XIX, ele reviveu e modernizou a poesia em espanhol em ambos os lados do Atlântico, através de suas experiências com ritmo, metros e imagens. Darío desenvolveu um estilo poético altamente original que fundou uma tradição. Disponível em: [www.britannica.com/biography/Ruben-Dario](http://www.britannica.com/biography/Ruben-Dario), acesso em 12/11/2022.

<sup>16</sup> José Coronel Urtecho (28 de fevereiro de 1906 - 19 de março de 1994) foi um poeta, tradutor, ensaísta, crítico, narrador, dramaturgo, diplomata e história do nicaraguense. Ele foi descrito como "o pensador nicaraguense mais influente do século XX". <sup>[1]</sup> Depois de uma atração ao fascismo na década de 1930, tornou-se um forte apoiador da Frente de Libertação Nacional Sandinista em 1977. Disponível em: [www.en.wikipedia.org/wiki/jose\\_Coronel\\_Urtecho](http://www.en.wikipedia.org/wiki/jose_Coronel_Urtecho), acesso em 12/11/2022)

<sup>17</sup> Padre **Ernesto Cardenal Martínez** (Granada, 20 de janeiro de 1925 – Manágua, 1 de março de 2020) foi um escritor, sacerdote e teólogo nicaraguense. Dissidente sandinista, considerado um dos mais importantes poetas da América Latina. Seu irmão, o jesuíta Fernando Cardenal, foi Ministro da Educação da Nicarágua. Disponível em: [www.en.wikipedia.org/wiki/Ernesto\\_Cardenal](http://www.en.wikipedia.org/wiki/Ernesto_Cardenal), acesso em 12/11/2022.

Neste meio tempo, ela se envolveu profundamente com a escrita literária e possui, atualmente, vinte e quatro obras publicadas, distribuídas entre poesia e prosa, conforme apresento a seguir:

**Quadro 1 – Obras publicadas de Gioconda Belli**

<b>TÍTULO DA OBRA</b>	<b>GÊNERO LITERÁRIO</b>	<b>VERSÃO PORTUGUESA</b>
1. <i>Sobre la grama</i> (1972)	Poesia	Na grama
2. <i>Línea de fuego</i> (1978)	Poesia	Linha de fogo
3. <i>Truenos y arco iris</i> (1982)	Poesía	Trovões e aro-íris
4. <i>Amor insurrecto</i> (1984)	Poesía (Antología)	Amor insurgente
5. <i>De la costilla de Eva</i> (1986)	Poesía	Da costela de Eva
6. <i>La mujer habitada</i> (1988)	Novela	A mulher habitada
7. <i>Poesía reunida</i> (1989)	Poesía	Poesia reunida
8. <i>Sofía de los presagios</i> (1990)	Novela	Sofia dos presságios
9. <i>El ojo de la mujer</i> (1991)	Poesía (Antología)	O olho da mulher
10. <i>Sortilegio contra el frío</i> (1992)	Poesia	Sortilégio contra o frio
11. <i>El taller de las mariposas</i> (1994)	Cuento infantil	A oficina das borboletas
12. <i>Waslala</i> (1996)	Novela	Rio de prata
13. <i>Apogeo</i> (1997)	Poesía	Apogeu
14. <i>El país bajo mi piel, memorias de amor y de guerra</i> (2001)	Autobiografía	O país sob minha pele: memória de amor e de guerra
15. <i>El pergamino de la seducción</i> (2005)	Novela	O pergaminho da sedução
16. <i>Fuego soy apartado y espada puesta lejos</i> (2006)	Poesia	Separada sou fogo e afastada sou espada
17. <i>El infinito en la palma de la mano</i> (2008)	Novela	O infinito na palma da mão
18. <i>El país de las mujeres</i> (2010)	Romance	O país das mulheres
19. <i>En la avanzada juventud</i> (2013)	Poesia	Na avançada juventude
20. <i>El intenso calor de la luna</i> (2014)	Novela	O intenso calor da lua
21. <i>Cuando floreció la risa</i> (2016)	Novela	Quando o riso floresce
22. <i>La prima risata</i> (2017)	Novela	A primeira risada
23. <i>Las fiebres de la memoria</i> (2018)	Novela	As febres da memória
24. <i>Rebeliones y revelaciones</i> (2018)	Novela	Rebeliões e revelações

Fonte: giocondabelli.org (2022)

Entre os anos de 1972 até os dias atuais, a autora se aprofundou na literatura, escrevendo seus três primeiros livros. Suas primeiras produções são referentes no gênero poético, quando era jornalista clandestina e produzia notícias importantes para o movimento da FSNL.

Inspirando-se na realidade da sua própria vida, escreveu *Sobre la grama*<sup>18</sup> (1972); *Línea de fuego*<sup>19</sup> (1978); *Truenos y arco iris*<sup>20</sup> (1982); *Amor insurrecto*<sup>21</sup> (1984) e *De la costilla de Eva*<sup>22</sup> (1986), as quais retratam as temáticas da guerra, da força da feminilidade, do ser mãe, mulher, amante, apaixonada, livre e autônoma, sobrevivente dos vulcões e terremotos nicaraguenses e, ao mesmo tempo, das guerrilhas políticas de seu tempo entre os sandinistas e somozista.

O tema da literatura e revolução está muito presente em suas produções literárias, além de serem perceptíveis em sua obra, seja na poesia ou na prosa, aspectos da feminilidade influenciados pelas leituras de autoras feministas e sua nascente rebelião contra o sistema patriarcal e social vigente. Para Lemos (2008, p. 177), “essa nova autora se lança no panorama social e literário com armas e letras. Belli pertence à geração de poetas que criaram um estilo de expressão na Nicarágua, um estilo revolucionário que rompe com antigas estruturas”.

Na prosa, a autora se destacou em meados de 1988 com o romance *La mujer habitada*, em língua portuguesa, *A mulher habitada*, foi publicado no Brasil no ano de 2000. Com esta ficção, a autora ganhou, na Alemanha, o *Prêmio de Mejor Novela Política del Año* em 1989 e o *Prêmio Segheres*, traduzido para o inglês, alemão, italiano, português, francês. No romance, gênero e nação, ficção e realidade se entrecruzam como se fossem alegorias da própria Nicarágua, metaforizada sob o nome de Fáguas. Ao mesmo tempo, levanta as inquietações sempre constantes da autora sobre o papel da mulher, a formação da identidade pessoal e de gênero através da consciência histórica que a Nicarágua vivenciou, desde o passado da colonização espanhola à ditadura do Clã Somozista e a participação de Belli na militância da FSLN. Em estudos sobre este romance, Lemos (2008) comenta que se retrata o eixo simbólico e histórico da recuperação das deusas e dos deuses, do mágico indígena e da inter-relação com as críticas da sociedade contemporânea, numa linguagem literária, em que se investiga, ficcionalmente, o processo de construção identitária, da memória histórica e da utopia. A utopia e a perspectiva crítico-feminista estão presentes no cerne de sua obra, pois ela procura problematizar, em sua ficção, ambientes imaginários com personagens imersos em situações de opressão política, desigualdade social, ambiental, de gênero, entre outros, pensando estratégias de transformação destas situações em ambientes melhores. Daí a utopia, como sentimento de esperança e vetor de transformação ser tão importante para o entendimento da escrita de Belli.

---

<sup>18</sup> Sobre a grama

<sup>19</sup> Linha de fogo

<sup>20</sup> Trovões e arco-íris

<sup>21</sup> Amor e insurgente

<sup>22</sup> Da costela de Eva

Nas obras *Sofía de los Pressagios* (1990), *Waslala* (1996) e *El país bajo mi piel*, (2001), Lemos (2008) afirma que a autora narra, sobretudo, nesta última, uma autobiografia sobre os anos decisivos de sua vida, distribuídos desde a descoberta do amor, da sexualidade e da maternidade até a sua convicção de que, fazendo a revolução, poderia transformar a realidade de seu país, apresentando os processos políticos importantíssimos para compreensão da Nicarágua e da América Latina. A autonomia e a liberdade na voz da mulher buscam dar “sororidade”, isto é, empatia, solidariedade, irmandade a todas as outras mulheres conscientes de sua luta interior e exterior. Em *Waslala* (1996), traduzindo “Rio de Prata” na língua miskita, nome real de uma cidade nicaraguense situada no extremo sudeste da região do Atlântico Norte, Belli nos faz refletir, por meio da imaginação literária, sobre o sonho, realidade e transformação dos espaços de opressão dentro no contexto latino-americano de exploração e colonização para a possibilidade de uma outra realidade longe das desigualdades e violências.

As cidades nas obras de Gioconda Belli são objetos produtores de imagens onde residem as possíveis soluções para os personagens da narrativa. A busca da cidade possível é apresentada como uma viagem empreendida pelos personagens em direção ao território dos sonhos, onde a imaginação se expande (LEMOS, 2010, p. 123).

Em *Waslala* (1996), Fágua é um país projetado em um tempo futuro no século XXI, numa situação em que, em meio à deterioração, ao subdesenvolvimento e à miséria social, ainda é possível exportar oxigênio para os países desenvolvidos, demandando um cuidado especial para a preservação do meio ambiente. A autora suscita reflexões sobre a destruição do meio ambiente e a necessidade da utopia como um mecanismo de defesa da esperança e da recuperação do passado de exploração espanhola como projeção do futuro. Os personagens são movidos pela busca de um local onde haja negociação e reconstrução, apontando novos caminhos e questionamentos sobre o presente.

Uma outra produção literária de Belli, a coletânea de poesias *O olho da mulher*, revela também esse olhar combativo, apaixonado e maternal da autora pelo país da Nicarágua, nascendo juntamente com sua militância sempre ativa, em 1967, quando se casa e logo é mãe, trajetória atravessada por uma crise entre lidar com a vida doméstica e a vida profissional. A escrita, para ela, é esse lugar de reflexão para a mulher latinoamericana, de consciência política e libertadora. De acordo com Zinani (2010), o país de Fágua, sempre presente em algumas de suas obras e já comentado acima, é uma espécie de alegoria da própria Nicarágua; e a autora, por meio da ficção ou da própria poesia, procura abordar questões, as quais, na sua história de vida, são bastante fortes. Ela consegue se apropriar da realidade e transformá-la em matéria

literária, sem causar prejuízo à literariedade de seu texto, deixando rastros de suas memórias pessoais, lembranças do vivido e experimentado no passado e no presente e mantendo, ainda, a chama da esperança por dias melhores.

Como bem pontua Zinani (2010), a tendência de retratar experiências pessoais é frequente na literatura produzida por mulheres e Belli faz isso com muita inteligência, revendo os aspectos da história da Nicarágua e, ao mesmo tempo, criando cenários literários que dão voz às dores das mulheres nicaraguenses e de toda população vítima dos vulcões, dos terremotos, dos desempregos, da fome e da miséria, da discriminação das mulheres e, acima de tudo, da dor da ditadura no seu país a serviço das grandes potências mundiais.

Em *A mulher habitada* (1988), a escritora aborda a presença das mulheres nos movimentos de libertação da ditadura somozista e no sandinismo, como forma de denunciar, por meio da literatura, o desejo de saída da opressão, instituída desde a colonização espanhola e transportado para a ditadura política, pela qual seu país atravessara, por tantos anos, durante o poderio do clã Somoza:

A memória adquire função diferenciada, no momento em que se contrapõem dois períodos históricos: o período da conquista espanhola e a ditadura contemporânea, ou seja, há o imbricamento da memória individual, da situação vivida pela autora no período da ditadura somozista, com a memória somozista, com a memória histórica, representada pelo período da fundação da nacionalidade (ZINANI, 2010, p. 105).

Entre um livro de poesias e outro de prosa, Belli deixa rastros desse desejo de libertação das políticas autoritárias, colonizadoras, misóginas, hipócritas, machistas com que os povos originários da Nicarágua têm se deparado desde a chegada dos europeus e norte-americanos nas terras da América Central. A escrita da autora insere-se em um grande projeto teórico, político feminista e de gênero, assim como retrata sua experiência vivida, numa lógica decolonial, a partir de um conjunto diferenciado de opressões historicamente existentes nos países deste Eixo, chamado Eixo Centro Sul do planeta, pois em tudo estão presentes a colonização espanhola, portuguesa, francesa, holandesa e o imperialismo norte-americano fortemente ameaçador da liberdade destes países. Dessa forma, a autora consegue abordar tais aspectos em suas obras como um todo, destacando as questões dos governos ditatoriais e populistas, pontuando também, nas narrativas e nas próprias poesias, as dinâmicas da globalização econômica, cultural e política. Trata especialmente de como a Nicarágua passou e passa por isso, lugar que ela tão bem conheceu, desde sua mais tenra infância, quando já no seio da família, presenciou as brigas ideológicas entre somozistas e sandinistas, as violências verbais e a dor da opressão em todos os sentidos. Assim, a escrita de Belli se encontra em comum acordo

com o que, na América Latina, o feminismo latino-americano tem se debruçado sobre uma epistemologia decolonial, tal qual Quijano (2005) já mencionava, sobre o conhecimento produzido processualmente na modernidade ter uma relação de poder do moderno/capitalista/eurocentrado sobre o colonial, ou seja, uma escrita que busca decolonizar a teoria política que fora recebida de cima a baixo.

Em suas produções, o cenário político retratado pode ser, analogamente, refletido para os outros países irmãos oprimidos da América Latina, pois todos eles sofreram a colonização eurocêntrica, por meio do massacre dos povos originários e afrodescendentes: “o sistema tributário, a religião, a escravização do negro e do índio, a exploração de matérias-primas, a proibição da industrialização, a expansão econômica europeia, a disseminação do ideário liberal” (ZINANI, 2010, p. 35). É perceptível a disputa de poder pelos movimentos de grupos e setores da sociedade, reivindicando mudanças de governo, a ideologia dos regimes políticos oligárquicos e populistas, em que os grandes proprietários de terras dominam, até hoje, a economia interna e externa, utilizando-se muitas vezes de figuras políticas que mobilizam imaginários tradicionalistas e retrógrados, para impedir o avanço dos países latinoamericano.

Dessa forma, esse giro latinoamericano e feminista é percebido como engajado com as especificidades das mulheres da América Latina, concedendo lugar à voz da mulher no espaço público e rompendo com o pensamento eurocêntrico ocidental, branco e cristão, pensado do ponto de vista da perspectiva dos países do Eixo Sul Global “visto que a experiência vivida pelo movimento feminista latinoamericano reflete-se como um processo complexo de intersecções que se deu a partir de um conjunto diferenciado de opressões” (CYPRIANO, 2013, p. 33). A escrita de Belli insere-se, poética e ficcionalmente, combinando com as questões porque perpassa toda a América Latina, como é o caso do colonialismo espanhol, português, francês, holandês e, ao mesmo tempo, denunciando as dinâmicas específicas dos governos ditatoriais a serviço do imperialismo norte-americano, da globalização econômica, cultural e política.

A América Latina e o feminismo são expostos pela autora, numa perspectiva decolonial, pois, a partir de suas poesias e narrativas autobiográficas, em muitos momentos, ela repensa o colonialismo e o imperialismo, propondo a voz dos movimentos de ruptura com o eurocentrismo e revisita, inclusive, o feminismo produzido nos países do Norte Global, demonstrando, através de suas personagens, a necessidade de refutar a ideia de mulher branca e universal, assim como a de homem colonizado que reproduz a violência de gênero do patriarcado, das mulheres cúmplices e dos/das colaboradores/as da violência exercida contra as pessoas de cor. Metaforiza e discute, ainda, a postura equivocada da heterossexualidade e do



binarismo relacional homem *versus* mulher, ressaltando e a urgência de superar tais paradigmas retrógrados de produção de desigualdades de gênero e suas interseccionalidades.

O feminismo decolonial, nascido das experiências do eixo Sul Global, me parece ser um ponto muito forte na obra de Belli, pois há, na sua escrita, o desejo de “insubmissão” colonial, racial, de desigualdades de classes e sexualidades e uma postura de resistência ao Estado patriarcal. Ela direciona o seu discurso poético e ficcional à temática da mulher e da luta política latino-americana, sempre criando cenários na literatura, em que a ditadura, ocorrida no seu país, também ocorre nos espaços poéticos e narrativos, deixando evidente a sua tarefa enquanto autora revolucionária, cuja escrita é ideologicamente comprometida. Ela assume a responsabilidade pela existência política na vida das personagens, nos versos e estrofes de suas poesias. A experiência pessoal, a sua história de vida e o lugar onde ela está inserida trazem para a literatura o papel de incomodar e denunciar o *status quo* vigente da sociedade latinoamericana, optando por estar ao lado dos/as marginalizados/as e se posicionando, politicamente, no contexto em que vive, defendendo sempre a mulher enquanto força criativa e erótica dentro do social.

Conforme Gontijo (2019), Belli tem a função, na literatura, de questionar os papéis de gênero, estabelecidos social e culturalmente, dentro e fora da Revolução Sandinista, mostrando que a mulher neste processo revolucionário tem ascensão à voz, tanto na poesia como na prosa. Na novela *A mulher habitada* (1988) e *Sofia dos presságios* (1990), além do debate da sociedade e da revolução, a voz da mulher inserida no contexto histórico e político na Nicarágua é uma marca predominante. Ou seja, as mulheres bellianas desempenham papel de luta e transformação política fora do estereótipo de feminilidade dentro da cultura hegemônica, colocando a mulher ativamente nas decisões, gestões públicas e na própria literatura como protagonista das transformações sociais e políticas.

Belli cruza questões de classe com o debate de gênero, ao apontar sobre como as militantes de classe média eram consideradas traidoras tanto da sua classe social quanto de seu sexo, por lutarem contra Somoza e por desafiarem os papéis de gênero preestabelecidos (GONTIJO, 2019, p. 49).

A autora busca, na força do feminino, as motivações para as mudanças sociais na América Latina, pois, conforme o pensamento de Mohanty (1988, p. 78), “é o contexto comum da luta política contra a classe, a raça, o gênero e as hierarquias imperialistas que pode constituir as mulheres terceiro mundistas como um grupo estratégico nessa conjuntura histórica”. Dessa forma, é possível encontrar, na escrita de Belli (2011) “caminhos de avanço político na chave

latinoamericana e crítica irônica de um feminismo neoliberal cuja luta é focada nas políticas identitárias, sub-representação de grupos sociais e em avanços individuais” (HOLLANDA, 2020, p.13), pois ao lermos a sua escrita criativa, é possível ver toda uma preocupação em abordar, na própria literatura, assuntos discutidos pela chamada crítica feminista ocidental e pela crítica feminista decolonial.

O “essencialismo estratégico”, termo cunhado por Spivak (2010), torna-se perceptível nos seus textos, pois os elementos biológicos do corpo da mulher são aspectos estratégicos e positivos na política de mulheres. As narrativas bellianas impulsionam uma reflexão crítica ao pensamento feminista ocidental, historicamente encabeçado pela filósofa francesa Beauvoir (1967), a qual defendeu um feminismo humanista. A base desse feminismo converge para aquilo que a sociedade patriarcal se apropriou: a maternidade como um valor desencadeador da opressão. Nessa visão ou versão crítica, a maternidade é transposta como aspecto positivo e estratégico para que a mulher dela se aproprie para resolver tensões em outros setores da sociedade, principalmente aqueles em que homens e mulheres exercem a “maternidade social”, isto é, uma “maternagem” desde os trabalhos domésticos e cuidados com a prole até a sociedade organizada, com toda uma carga de afeto, cuidado e contato de ambos os gêneros.

Se, por um lado, para o pensamento humanista beauvoiriano, a feminilidade limitaria a existência da mulher à reprodução da espécie e a própria biologia feminina limitaria suas capacidades individuais (lembramos que Beauvoir tensiona essa discussão, não a aceitando como uma verdade absoluta), Mohanty (1988)<sup>23</sup> mostra as limitações do discurso hegemônico e ocidental sobre o feminismo em relação às mulheres não ocidentais, isto é, as mulheres que também vivem na América Latina ou “Mulheres de Terceiro Mundo”. Para ela,

as análises feministas que perpetraram e sustentam a hegemonia da ideia de superioridade do ocidente produzem um conjunto correspondente de imagens da ‘mulher do terceiro mundo’, imagens como a mulher com véu, a mãe poderosa, a virgem casta, a esposa obediente etc. Estas imagens existem num esplendor universal a-histórico, apresentando um discurso colonialista que exercita um poder muito específico de definir, codificar e manter as relações existentes entre primeiro e terceiro mundo. (MOHANTY, 1988, p. 63)

De um modo geral, Gioconda Belli reivindica a presença da mulher terceiro mundista, ocupando os espaços da sociedade, seja o político, o social, o econômico, o militar, o cultural, entre outros, retratando-a de forma consciente de seu papel na sociedade, pondo em prática a

---

<sup>23</sup> Autora que escreveu um importante estudo sobre as mulheres do Terceiro Mundo, cujo título é “Sob os olhos do ocidente: estudos feministas e discursos coloniais”, traduzido por Cláudia de Lima Costa no livro “Traduções da Cultura: perspectivas críticas e feministas (1970-2010)”, em 2017.

desconstrução de identidades construídas pelos discursos europeus modernos raciais, coloniais e patriarcais, pois parte-se de uma identidade que pensa, politicamente, em termos de desvinculamento dos fundamentos ocidentais e da acumulação do conhecimento.

Descolonização ou descolonialidade significa promover a lógica da colonialidade e da reprodução da matriz colonial do poder capitalista, além da desconexão dos efeitos totalitários das subjetividades e categorias de pensamento ocidentais imperialistas. Dessa maneira, o caminho para o futuro é um ato de desobediência epistêmica que afeta o Estado e a economia, que seja capaz de demonstrar outros olhares, como a constituição de uma nova subjetividade, a expressão subjetiva ou intersubjetiva do que os povos estão fazendo na contemporaneidade, conferindo direito aos grupos marginalizados para falar e representar-se nos domínios políticos e intelectuais que os excluem, usurpam suas funções de significação e falseiam suas realidades históricas. Para Hollanda (1994, p. 08): “no plano político e social, esse debate ganha terreno a partir dos movimentos anticoloniais, étnicos, raciais, de mulheres, de homossexuais e ecológicos que se consolidam com novas forças políticas emergentes”.

Gioconda Belli escreve sua obra literária, nesse processo histórico, tomando posição, dentro de uma escrita processual, marcada pela resistência a todo domínio masculino presente na sociedade, responsável por construir a ditadura na própria Nicarágua.

Dessa forma, ao ler a poesia e a prosa de Belli (2011), percebo esse lugar de autocrítica sobre a mulher na sociedade vigente e na literatura, mesmo as pertencentes às classes sociais elevadas, como é o caso da própria autora, que teve uma condição econômica abastada, mas questionou sua própria condição, por empatia, ao se colocar no lugar da mulher pobre, mãe de família, preta, latina, indígena e lésbica, sempre à margem das decisões políticas e da própria sociedade vigente. A questão da alteridade, nesse caso, faz sentido para o processo de escrita criativa de Gioconda Belli, que se coloca no lugar do outro, mesmo não pertencendo a determinados contextos ou fatores que orbitam em torno das mulheres. Ela é uma autora que busca, por meio das palavras poéticas e ficcionais, essa transformação social, desde a própria mudança pessoal, questionando a situação da mulher, as normas e os modelos pré-estabelecidos pelo heteropatriarcado e como sendo voz dessa figura da mulher que expressa suas experiências e as põe no meio político, administrativo, enfim, no social, cultural, econômico e ambiental.

## **2.2 O país das mulheres e Gioconda Belli**

*O país das mulheres*, publicado no Brasil em 2011 pela editora Verus e traduzido por Ana Resende, evidencia de forma metafórica, a vivência política da autora, como militante na

Nicarágua, assim como sua intensidade literária e sua luta feminista no contexto latinoamericano, pois, nesta obra, ela resgata a problemática da opressão das mulheres pelos homens, desde o ambiente doméstico até o cenário político, procedendo a reflexões sobre o trabalho no Capitalismo Organizado pelo Estado<sup>24</sup>, que apagou a importância social do trabalho não assalariado, como era o caso dos trabalhos das inúmeras mulheres donas de casa e, ao mesmo tempo, daquelas mulheres que também atuavam fora de casa, seja como professoras, jornalistas, entre outras, e que também exerciam o trabalho doméstico. Com uma dupla jornada, eram totalmente submetidas a um trabalho servil de cuidado da família, do trabalho reprodutivo e operário, institucionalizado pelo sistema patriarcal e androcêntrico de família e do trabalho.

O foco de análise sobre *O país das mulheres* (2011) não é um mero acaso, pois a relação desta obra com a vida de Belli é intrínseca. Em 1980, a autora já estava ligada ativamente às lutas da FSLN, levando-a, automaticamente, a conhecer o então Partido de la Izquierda Erótica - PIE<sup>25</sup> e a participar juntamente com outras mulheres pelas mesmas causas políticas, sociais, culturais, entre outras.

Nesta ficção, a história de vida de Belli parece estar muito conectada com os interesses da personagem protagonista Viviana Sansón, pois as duas são jornalistas, com a diferença de que a personagem de *O país das mulheres* é uma conhecida apresentadora de televisão de Fátuas.

Viviana Sanson é uma mulher de 40 anos, viúva e mãe de uma filha. Passa pelo dilema de ser mãe e profissional, preocupada com o crescimento de sua filha e, concomitantemente, com os anseios de libertação do povo de seu país, especialmente o das mulheres, que, assim como ela, vieram de classe, raça, etnia, sexualidades diferentes e passaram por situações opressivas, pelas quais o próprio sistema vigente foi responsável.

Assim, ela se une a outras mulheres, motivada pelos problemas sociais, culturais e políticos de Fátuas e funda o Partido da Esquerda Erótica – PEE. A finalidade deste partido é fortalecer a união das mulheres conscientes e autocríticas, por meio de práticas políticas dentro da sociedade civil, fato este que sempre foi preocupação da autora Belli, pois ela atuou na Revolução Sandinista como jornalista do correio clandestino no final da década de 1970, em meados de 1979, e na década de 1980. Ao participar ativamente da FSLN, foi convidada para ser ministra ao lado dos Sandinistas e juntos venceram os Somozistas.

---

<sup>24</sup> Segundo Fraser (2019, p. 28), diz respeito à “formação social hegemônica na era do pós-guerra, uma formação em que os estados exercem um papel ativo na condução de suas economias nacionais”.

<sup>25</sup> Partido da Esquerda Erótica - PEE

Então, em *O país das mulheres*, percebe-se, também, essa relação forte entre a vida de Belli e a personagem central Viviana Sansón que se candidata como presidenta de Fátuas. A personagem Viviana participa das eleições presidenciais em Fátuas, denunciando as corrupções dos governos ditatoriais do país e, juntamente com suas amigas companheiras (Martina Meléndez, Eva Salvatierra, Ifigênia Porta e Rebeca de los Ríos), invertem a ordem do domínio masculino pelo feminino, pondo todos os cargos do governo, de ministérios à polícia local, todos os setores essenciais da sociedade para serem geridos e administrados apenas por mulheres. Em contrapartida, todos os homens que antes comandavam o setor público são postos, obrigatoriamente, para chefiar o ambiente doméstico, cuidando de todas as atividades que dizem respeito ao lar, aos cuidados com a higiene da casa, da cozinha, da família como um todo.

Esse trabalho não seria mais gratuito, todos os homens seriam remunerados por trabalharem em casa, enquanto as mulheres iriam trabalhar apenas no setor público, gerindo e administrando o governo. Essa *modus operandi* em *O país das mulheres* é uma resposta imaginária de Belli (2011) a toda a sua atuação no governo, enquanto ministra, após a revolução sandinista, pois, em seu texto, ela aponta para a reflexão de como seria o governo apenas sob “o olhar da mulher” na gestão pública, sem qualquer interferência masculina, realizando, na narrativa, uma espécie de brincadeira linguística e literária sobre o que aconteceria se os homens não estivessem no Estado e como seria o desempenho das mulheres na governança de Fátuas.

Ela escreve esse romance com a imaginação de tirar os homens e depois colocá-los de volta na administração do governo, com o olhar renovado e reconstruído pela provocação de produzir neles a empatia, ao ocuparem o lugar histórico que a mulher sempre ocupou: o ambiente doméstico. Qual seria a reação destes homens, ao serem impedidos de atuar no setor público como fizeram com as mulheres durante tanto tempo?

O decreto de Viviana Sansón provoca, na obra, muitos questionamentos, mas o propósito maior é a ideia de enfraquecimento da dominação masculina em Fátuas e a (re)construção de uma outra sociedade, amparada pelos valores do cuidado, pois os homens, após terem passado pelo cuidado do ambiente doméstico, seriam (re)conhecedores do valor deste trabalho e do que ele provocaria em suas existências, que seria justamente a empatia pelo cuidado de outrem (de si mesmo, do outro, do país, do Estado, entre outros), não mais amparados pelo egocentrismo, individualismo e ganância. Todas as atividades seriam compartilhadas de forma solidária e empática.

Contudo, nem todos os homens e as chamadas “mulheres cúmplices” entenderam a proposta de Viviana, pois compactuavam o chamado heteropatriarcado, sistema sociopolítico

no qual a heterossexualidade cisgênero masculina tem supremacia sobre as demais formas de identidade de gênero e orientações sexuais, promovendo e construindo mulheres e homens cúmplices de governos autoritários masculinos e opressores. Uma parcela do país de Fáguas, formado por essas pessoas, ecoou as vozes contrárias à da presidenta Viviana e, devido ao posicionamento feminista na estrutura governamental, responsável por modificar a própria maneira de administrar o país. Ela sofre um atentado, sendo atingida “por um tiro no peito e na testa por um homem com boné azul de caminhoneiro no meio da multidão” (BELLI, 2011, p. 14-15). Tal fato representa, na obra, a luta histórica de tantas mulheres do PEE, das idosas às mais jovens.

Em *flashbacks*, a narrativa de *O país das mulheres* é encaminhada para a busca dos/as culpados/as pelo atentado, assim como para as razões pelas quais o governo de Viviana optou pela exclusão dos homens da gestão pública de Fáguas. É trazido à tona o fluxo de consciência da personagem em coma no hospital, enxergando lucidamente, em um enorme galpão, objetos e utensílios pessoais que vão lhe relembrando cada acontecimento vivenciado ao longo da obra. Com a bala alojada no crânio, Viviana fica em situação de coma, durante um tempo necessário na narrativa, para que todos os desejos feministas de transformação da sociedade heteropatriarcal sejam efetivamente postos em prática. Viviana vai relembrando todos os acontecimentos, ao mesmo tempo em que faz reflexões, enquanto suas companheiras do PEE administram o país. A população clama pelo seu retorno, até que ela se recupera e retorna ao governo, renovada pelas memórias advindas pelo fluxo de consciência e, ao final, a personagem pensa sobre a necessidade de ter feito decisões radicais operadas em sua política, mas que foram essenciais para promover o enfraquecimento do domínio masculino (heteropatriarcado) e o reconhecimento das melhorias da sociedade como um todo, após os homens terem, de fato, vivenciado o trabalho doméstico em sua plenitude, cuidando da casa, da família, da alimentação e limpeza do lar, de todas as atividades relacionadas a este ambiente.

Essa “brincadeira”, dentro da obra, provoca a mudança de atitude de homens e mulheres cúmplices do sistema, fazendo com que o cuidado uns/umas com os/as outros/as produzisse o sentimento de equidade de gênero a partir do cotidiano, reduzindo, também, as desigualdades sociais, visto que as mulheres não seriam mais reduzidas a atuarem, obrigatoriamente, no espaço doméstico, como mandava o protocolo da sociedade heteropatriarcal, de que as mulheres eram as eternas “vitalícias do lar”. Com os homens trabalhando no espaço doméstico, eles adquiriram empatia e se solidarizaram, finalmente, com as lutas das mulheres do PEE, somando juntos/as, de forma cooperativa, dentro do ambiente doméstico e no ambiente público.

Fáguas é, então, este espaço fictício que Belli constrói como uma utopia transformadora que visa ao rompimento dos paradigmas heteropatriarcais, impostos pelos homens às mulheres, ao mesmo tempo, este lugar latino-americano, em que a pobreza e a miséria social também são postas em destaque, porque foram produtos dos governos ditatoriais e autoritários que não potencializavam as pessoas para o pensamento crítico e autocrítico. A autora produz *O país das mulheres* procurando recriar todo um cenário imaginário da Nicarágua e trazer à baila pautas fundamentais para muitas mulheres feministas latinoamericanas, como a necessidade urgente de a mulher ocupar o lugar público e político dentro da sociedade, de forma protagonista, saindo do lugar da subalternidade e da margem, para ressignificar o espaço doméstico e a feminilidade tradicional, como estratégicos e promotores do cuidado e da cooperação dentro da sociedade.

O posicionamento político como escritora que realiza a representatividade social, abordando os estereótipos que a mulher carrega em seu corpo, da mulher e mãe dentro do espaço doméstico para o espaço público demonstra todo um aprendizado desenvolvido, enquanto mãe, jornalista, militante e ocupante de cargos públicos dentro do governo após a revolução sandinista. A partir desta constatação, observa-se a preocupação da autora em apontar direções para a autonomia da mulher latinoamericana, pois, como já foi dito antes, Fáguas, como alegoria da própria Nicarágua, também representa as dores de toda América Latina, predominantemente dominada pelo discurso opressor do domínio masculino e colonialista que precisa cada vez mais ser enfraquecido, por meio de atitudes políticas de decolonização motivadas por mulheres autocríticas e conscientes de suas infinitas possibilidades, desejos, sonhos. O caminho da promoção da equidade entre os gêneros em *O país das mulheres* foi a inversão dos papéis de gênero, para que houvesse, de fato, a construção de um equilíbrio masculino e feminino nas esferas doméstica e públicas da sociedade.

### 3 O ROMANCE UTÓPICO FEMINISTA: REFLEXÕES POLÍTICAS E FEMINISTAS A PARTIR DA ESCRITA FICCIONAL DE GIOCONDA BELLI

Etimologicamente, a palavra utopia é a soma da partícula grega *ou*, que significa *não* com a palavra *topos*, que significa *lugar*. Ela aponta para o sonho de uma comunidade ideal, na qual as pessoas vivem em harmonia e em condições adequadas para um sistema que funcione em favor de todos. Neste sentido, superficialmente, utopia seria um *não lugar* ou lugar nenhum que se busca através de ideais e sonhos (BERRINI, 1997). Os estudos da utopia, desde a aceção da tradição literária, política ou filosófica, remontam ao contexto da cultura ocidental, sendo muito conhecida em Platão, na obra “República” (380 a.C) e na “Utopia” do escritor inglês Thomas Morus, publicada em 1516, assim como em tantas outras produções históricas que remetem ao desejo de uma sociedade ideal.

Comumente, convencionou-se afirmar que a noção de utopia, enquanto conceito que circula entre as pessoas, está associada diretamente a uma materialização daquilo que é configurado apenas em sonho, com provável (im)possibilidade de acontecer. De certa forma, podemos nos deparar com essa noção, porque, nos dois textos citados, tanto em Platão quanto em Morus, a projeção de um espaço de convivência coletiva fora idealizada em razão da realidade em que viveram naquele momento, dois “idealizadores ou sonhadores”, portanto, era contrária e desfavorável às causas defendidas por eles. Todavia, do ponto de vista contemporâneo, principalmente a partir de Ernst Bloch (2005) e de Paulo Freire (1992), a utopia se configura em uma discursividade e prática política, ideológica, social que se faz no momento concomitante à projeção: o sonho se realiza, à medida que o sonhador constrói o espaço imaginário que quer ver, sentir e viver. Assim, trata-se de um sonho que se realiza e se materializa na conjunção da vontade (desejo) com a ação (impulso para executar), conforme nota-se essa força de vontade e de impulso em Gioconda Belli.

O objetivo deste capítulo é refletir sobre a narrativa *O país das mulheres* como um romance utópico. Em literatura, parece não ser pacífico o fato de se nomear ou classificar produções literárias, considerando-se o modo como a escrita é performada. Há na história literária ideias já cimentadas que apontam, no caso das narrativas longas, uma classificação feita em razão tanto da temática como do modo como as temáticas são abordadas pelo estilo autorial. Assim, se tomamos o livro de Nejar (2011) como parâmetro das histórias literárias no Brasil, verificamos várias classificações, como *romance histórico*, *romance indianista*, *romance realista*, que são considerados em razão dos temas abordados (o indígena, fatos



históricos passados), do momento histórico (realista) a que pertencem, do estilo dado à escrita, sendo esse aspecto uma questão bem peculiar ao/à autor/a.

Afirmar, em início de capítulo, que o objeto de estudo passa a ser considerado um *romance utópico* exige de quem escreve uma reflexão sobre como esse modo escritural acontece no texto, performa uma linguagem que redimensiona um tema e o traz de forma a cooptar leitoras para si. Neste capítulo, *O país das mulheres* passa a ser investigado como uma escrita romanesca de teor utópico, tanto da perspectiva temática quanto do modo de refletir a linguagem, porque, conforme palavras de Witeze Jr. (2012, p. 1), “nas utopias existe uma forte ancoragem histórica e, em muitos casos, uma dimensão de projeto político” – conforme veremos na discussão do próximo tópico, sobre o conceito de utopia.

É importante frisar que os romances utópicos ou a escrita utópica atual vem de uma tradição antiga. Remontam, segundo Almeida e Silva (2021, p. 283), à *República*, de Platão; desenvolvem-se no curso do tempo, encontrando em Thomas Morus (1516) um idealista cuja figura é, até hoje, venerada no sentido de uma percepção apurada sobre esse gênero. Todavia, antes mesmo desse autor lançar a sua escrita utópica, Christine de Pizan já havia publicado, em 1405, *A cidade das Damas*, escrita utópica e bem próxima, em estrutura e ideia, de *O país das mulheres*, de Gioconda Belli, porque aborda uma sociedade ideal sem as presenças masculinas nos postos de poder.

Tradicionalmente nos estudos sobre utopia, Thomas Morus aparece à frente de toda a discussão em torno do gênero. Tal princípio conservador de atribuir a criação das coisas, dos fenômenos, eventos e das ideias aos homens fez com que o nome de Christine de Pizan só viesse à tona em pesquisas e leituras específicas de cunho feministas, resgatando aspectos históricos obnubilados, escondidos, sequestrados, invisibilizados por um regime machista, patriarcal e androcêntrico. Sem querer priorizar tempos históricos e nem querer dar a impressão de fossos históricos (não é intuito, aqui, refletir sobre a escrita do gênero ao longo do tempo), o século XX desponta também com suas escritas utópicas.<sup>26</sup>

A busca por um mundo ou por uma sociedade ideal decorre de diversas tentativas e inúmeras frustrações ocorridas entre as pessoas que sofrem o viver diário e aquelas que, além de sofrerem, pensam como o mundo e as relações entre as pessoas do mundo poderiam ser mais

---

<sup>26</sup> É relevante dizer como as pesquisas sobre resgate de autoras e de textos cancelados ou apagados em vários momentos históricos acontecem em razão de diversas políticas de cunho feminista, com base também nos estudos culturais, que proporcionam essa ida ao passado, fazer uma espécie de arqueologia enquanto “escavação” e produção de sentido para textos, escritas e pessoas que não tiveram suas produções intelectuais visibilizadas. No caso das escritas utópicas, soa importante essa busca e resgate para não se manter a ideia de que apenas homens produziram utopias literárias.

bem aproveitadas em perspectivas dialogais, plurais, de respeito e igualdade. Segundo Llosa (2002, p. 20), “os homens não estão contentes com sua sorte e, quase todos [...], gostariam de ter uma vida diferente da que têm. Para apaziguar esse apetite, nasce a ficção. Ela é escrita e lida para prover seres humanos com vidas que eles não se resignam a não ter”. A escrita utópica se insere no contexto de produção artística (literária) com profundas reflexões sobre o campo social e filosófico, para contemplar esse sonho por dias melhores e duradouros, conforme veremos no próximo tópico, quando discuto o conceito de utopia associado a pedagogia da esperança e aos lugares de fala.

É em contextos sociais e culturais de extrema dificuldade de existência que as utopias, enquanto um modo de sonhar, proporcionam de maneira estética o desejo de uma felicidade capaz de satisfazer o “apetite”, a que se referiu o filósofo, por uma vida melhor, tranquila, de paz, justa. Quando as questões de liberdade de expressão, submissão de mulheres e domínio de homens são colocadas em cena; quando os direitos civis ou são sequestrados ou inexistem, há sempre as pessoas que se colocam, politicamente, como defensoras de si e de coletivos, vão em busca de construir um lugar acessível, conforme o que acreditam ser o melhor para a comunidade, para um todo e coletivo. Nesse sentido, para Bastazin (2012, p. 64):

Pré-concebida e distinta da experiência vivida na concretude do real, a utopia consistiria na criação imaginária de uma sociedade cujo espaço de realização permitiria ao homem uma vida social marcada por valores de igualdade, justiça e bem estar comum. Todas as conquistas seriam usufruídas, igualmente, por todos os homens.

A ideia apontada no trecho dado não corrobora apenas uma filosofia da existência em seus diversos âmbitos (pessoal, político, cultural, social, jurídico), como também se estende para um modo específico de escrever sobre o tema: é necessário ter domínio, conhecimento de como articular uma escrita ficcional, em que aspectos de ordem política e ideológica estejam sobrepujando a visão estética e conotativa da linguagem. Não que a escrita utópica se fundamente em uma espécie de referência engajada, mas que o teor político e ideológico, nesses casos, de forma sutil ou direta, opere em uma dinâmica de reconhecimento automática da leitura do texto na perspectiva utópica.

Essa discussão, por mais crítica que seja, ainda exige outras reflexões, porque ela se distancia daquele modo de ler o mundo e seus substratos hoje, a partir da interseccionalidade da diferença. Generalizar um lugar imaginário em que haja igualdade para todos os homens seria um projeto não apenas utópico como impossível. Isso porque as pessoas são marcadas socialmente por questões de gênero, de cor, de orientação sexual, de condição social, de lugar

de moradia, de grau de instrução, de limites físicos e corporais e mentais ou intelectuais também. Logo, parece-me um sonho impossível de se alcançar, a partir das reflexões de narrativas utópicas, aquiulo que é projetado enquanto sociedade. Entendo que se não houver uma reflexão nesse sentido, de incluir as questões que são obscuerecidas em favor de uma humanidade no masculino e planificada como se todos pertencessem a um mesmo vetor social. É Suvin (2015, p. 468) quem reforça essa noção de utopia:

a utopia será definida como: a construção de uma comunidade singular onde instituições sociopolíticas, normas e relações entre as pessoas estão organizadas de acordo com um princípio radicalmente diferente que o da comunidade do autor; essa construção é baseada no estranhamento resultante de uma hipótese histórica alternativa; é criada por classes sociais interessadas em alteridade e mudança.

Observe que o teor ficcional das utopias é bastante representativo no trecho dado, porque o autor diferencia o mundo real e concreto, em que a autoria da escrita utópica habita, daquele mundo querido pela voz que narra uma sociedade imaginária, a partir de sonhos políticos, de defesa e crença em uma ideologia capaz de sustentar um todo social a partir de ideias de justiça, igualdade de direitos e felicidade coletiva. Quando aponta a sociedade utópica organizada sobre um “princípio radicalmente diferente que o da comunidade do autor (sic)”, injeta-se, nesse trecho, a realidade da fantasia do texto: as regras, normas e regimes sociais só são possíveis do ponto de vista da leitura, porque a realidade das leitoras não possibilita, no tempo da circunscrição escritural, a felicidade vivida na ficção. É nesse sentido, ainda, que Bastazin (2012, p. 65) reflete:

A utopia como construção de um *não lugar*, ou espaço distinto do existente é, portanto, idealizado pela mente, passa a se constituir em crença, verdade proferida e professada pelo sujeito criador do discurso. Esse sujeito traz consigo uma história marcada por ideais que se desdobram em ações de busca e conquista do espaço utópico.

A ideia da utopia como esse não lugar é, segundo Deplagne (2006), apresentada, desde o livro da *Cidade das Damas*, no século XV, de Cristine de Pizan, porque essa narrativa traz uma cidade-metáfora, com um espaço alternativo e utópico, onde as mulheres são as protagonistas de uma nova possibilidade de governo. Especulações literárias sobre o mesmo teor se configuraram em diversos gêneros literários, atingindo, no século XX, um forte diálogo com o pensamento e a militância feminista. Organizar uma sociedade a partir da visão das mulheres que se juntam para ordenarem uma estrutura sob a qual sempre estiveram subordinadas não é apenas um sonho: a realidade, em muitas sociedades ocidentais, nos indica que esse pensamento encontra respaldo e as pessoas mudam seus modos de ver o mundo,

apostando na direção política, econômica e social de mulheres compromissadas com as causas mais relacionadas à justiça social, igualdade de gênero, à visão humanista do tratamento do outro.

Isso acontece com *O país das mulheres*, pois Gioconda Belli é uma autora nicaraguense que atua fortemente sobre a presença das mulheres na política, lutando por outros horizontes e outras possibilidades de enfraquecimento dos governos centenários formados por homens. Historicamente, ela foi perseguida e exilada no México e na Costa Rica, até que, em 1979, retornou à Nicarágua, apoiando a Revolução Sandinista, ocupando cargos no governo de Augusto Sandino, até a renúncia deste em 1994; mas, daí em diante, Belli se dedicou à literatura e ao ativismo feminista, e em especial, na ficção em análise, constrói um país imaginário, no qual as mulheres formam uma corrente de luta em busca da construção de uma sociedade em que a equidade de gênero seja possível.

Neste sentido, compreendendo brevemente a participação da autora na política da Nicarágua, é possível pensar a presença do gênero utopia, nesta obra de Belli (2011), como possibilidade de criar um outro modo de agir e pensar, num lugar imaginário chamado Fáguas, enquanto forma de utilizar a literatura como ativismo, através da ideia de utopianismo. Esse sonho possível, onde o sonho de transformação da sociedade é dado na ficção, pensado a partir de um processo de transformação do presente, “processo de mudança-utopismo” (LEVITAS; SARGISSON, 2003, p. 16).

Esse processo de utopismo e mudança social é posto com a noção de felicidade ou utopia do felicismo. A noção de felicidade, na sociedade utópica, será de grande interesse para esse capítulo, porque há, no romance em estudo, um tópico discursivo evocado constantemente esse tipo de utopia. Ou seja, toda a modificação estrutural na administração, na política, no modo de gerir a sociedade de Fáguas, converge para a tônica da felicidade, haja vista a condição social evidenciada pela autora, devido à política extremista e militar que tomou conta de seu país de origem, tornando as condições de vida dos nicaraguenses bastante precárias, sem liberdade de se colocar como sujeito, sem a felicidade cotidiana que deveria ser construída e vivida a partir da divisão social de bens, de salários justos, de carga de trabalho digna, da igualdade de gênero e da divisão social do trabalho descentrada do sexismo.

Esse modo de conceber a utopia como um gênero aloca a discussão em uma vertente reflexiva de teor histórico, ou seja, por abordar, na formulação interna da obra, aspectos políticos e ideológicos, a narrativa utópica tangencia, a seu modo, o modo histórico de representar, aspecto já evidenciado por Mazzeo (2019) e Cardoso (2007). Este, em artigo sobre o assunto, discute a noção de historicidade que permeia determinadas escritas, como a de

Gioconda Belli: o modo de abordar temas como as utopias referenda esse aspecto histórico, porque as utopias são criadas, imaginadas e escritas a partir de situações históricas reais, em que a felicidade do humano é deixada de lado em favor de políticas individualistas ou favorecedoras de grupos hegemônicos minoritários, mas de alto poder político.

Daí o surgimento de escritas de mulheres que agregam valores diferenciados à utopia como gênero, porque lançam luzes sobre aspectos não focalizados pela escrita utópica de homens. Para Funck (1993, p. 36), “as utopias do século XIX deixam de focar desigualdades raciais e sexuais [...] a alteridade era reprimida ou eliminada”. Por esse aspecto, a tradição utópica, por se assentar em bases machistas, androcêntricas e patriarcais, tornava relevante apenas aspectos relacionados às instituições e sistemas administrativos, porque “não se preocupavam com as estruturas essenciais de poder”. Anunciamos esse aspecto, mas ele será melhor aprofundado no tópico seguinte. É importante mencioná-lo, porque, na discussão sobre o conceito de utopia, veremos que as escritas literárias feministas avançam nesse quesito, porque saem do lugar comum e investem numa discussão em torno das bases sociais de poder e não se tornam apenas administrativas.

É nesse intervalo que as utopias feministas se colocam como escrita produtiva, do ponto de vista da reflexão política, da evocação de uma discursividade capaz de estabelecer diálogos entre os gêneros, de possibilitar alternativas menos agressivas e violentas na interpretação dos sujeitos, de produzir normas de condutas sociais para a condução do sujeito humano rumo à felicidade. Pensa-se em uma sociedade regida pelo poder feminino<sup>27</sup> (sociedade de mulheres, divergente da sociedade de homens, modelo negado pelas mulheres que escrevem utopias feministas), em que a estrutura social é constituída com a ausência dos homens ou com a redução maciça da participação masculina; a família, a reprodução e a criação dos filhos, logo, seriam todos a partir da visão da mulher (ela teria direito sobre esses aspectos) e as estruturas sociais seriam engendradas pelas relações dialogais entre as mulheres e pela sororidade (LAGARDE DE LOS RÍOS, 2012), em comparação à fraternidade e/ou à homosociabilidade para os homens (SEDGWICK, 1985). Isso porque as utopias literárias feministas fazem o diferencial. É o que atesta Funck (1993, p. 35):

---

<sup>27</sup> Esse tipo de sociedade veiculado pelo imaginário literário tem como encontrar lugar no corpo social de sociedades reais. Nas ficções, textos veiculadores dessa filosofia vão centrar reflexões em sociedades matriarcais, matrilineares, por exemplo. Em Gioconda Belli, nesse aspecto, a sociedade não vem como revanche ao machismo estrutural, patriarcado e misoginia (e isso ocorre de forma irônica e paródica, não de forma real no âmbito da ficção). Mas esse modelo encontrado em *O país das mulheres* incorpora uma mundividência feminista em que os modos de pensar, senti e agir o corpo social são filtrados pelas lentes de mulheres compromissadas com a igualdade de gênero, com o tratamento igual, com os direitos iguais e diferenciados, de acordo com a condição de cada grupo.

a utopia literária tem, com efeito, uma longa história de resistência política, atestada por sua grande popularidade na literatura norte-americana das décadas de 1880 e 1890. Seu uso por socialistas e feministas é bastante significativo. Devemos, entretanto, tomar cuidado [...] para não ter na ficção utópica feminista apenas uma modificação superficial da tradição utópica, ou seja, as mesmas estórias com personagens femininos substituindo os homens. O feitiço viraria contra a feiticeira. A ficção utópica feminista deve proporcionar uma revisão radical dos textos conservadores, uma revisão que avalie criticamente o significado ideológico das convenções textuais e da ficção enquanto prática discursiva.

Ao pensar em uma sociedade em que as relações de gênero ganhem teor produtivo de equidade entre homens e mulheres e em que todo o *corpus* social esteja centrado no bem-estar comum, na busca da felicidade do coletivo, as utopias feministas precisam, na visão da feminista acima citada, dar um passo além do que os homens deram, quando instituíram o modo de pensar uma sociedade melhor através da escritura utópica. Se eles, pela perspectiva feminista, deixaram para trás questões de suma importância para os gêneros, as mulheres não podiam deixar um vazio semântico-discursivo nesse sentido, propondo um modelo de sociedade cujo governo fosse apenas de mulheres, oprimindo os homens, pois tratar-se-ia de revanche, de vingança (SILVA, 2009), não haveria uma discussão produtiva do ponto de vista político, filosófico e cultural.

O que Funck (1993) coloca é que as utopias feministas, mesmo que estabeleçam relações de opressão masculina pelas mulheres, precisam superar essa fase e apontar, no texto, algo além disso: criticar duramente o sistema ainda impregnado ou maculado pelo pensamento masculinista. Criticar, parodiar, ironizar, subverter, carnavalizar, se possível for, de modo que seja explicitada uma dinâmica diferente, em que a escritura utópica feminista alcance um degrau além dos escritos utópicos masculinistas, porque as utopias dos homens não negociam ou dialogam com o gênero feminino: este fica perdido na imensidão das questões de gênero que favorecem, unicamente, a visão ou versão fraternal, esquivando-se da ordem da sororidade.

A pessoa lê consegue perceber que *O país das mulheres* é uma narrativa, na qual houve uma espécie de inversão de papéis e de poderes relacionados aos gêneros, conforme já exposto. Todavia, Gioconda Belli parece ultrapassar esse limite superficial da revanche e da vingança (*do feitiço virar-se contra a feiticeira*, na visão de Funck (1993)), porque elabora uma escrita utópica em que a noção de felicismo atravessa todo o romance, sendo redimensionado, à medida que as mulheres da narrativa trabalham em favor do todo coletivo, incluindo, aí, uma reeducação masculina para projetos coletivos e colaborativos nos espaços domésticos.

A sororidade, neste caso, encontra figuração nas atitudes das personagens, no romance em estudo, evidenciando-se, desse modo, uma nítida e tênue relação entre a utopia feminista e a sororidade das personagens, uma vez que a protagonista do romance, Viviane Sansón,

coordena (física e simbolicamente) as relações entre as mulheres, as políticas públicas e as relações tecidas entre essas e outras possíveis alteridades presentes no romance. No que diz respeito ao conceito de sororidade, Lagarde de Los Ríos (2012), assim, a compreende:

La sororidad es una dimensión ética, política y práctica del feminismo contemporáneo. Es una experiencia subjetiva de las mujeres que conduce a la búsqueda de relaciones positivas y a la alianza existencial y política cuerpo a cuerpo, subjetividad a subjetividad con otras mujeres, para contribuir a la eliminación social de todas las formas de opresión y al apoyo mutuo para lograr el poderío genérico de todas y el empoderamiento vital de cada mujer. [...] La sororidad es la conciencia crítica sobre la misoginia, sus fundamentos, prejuicios y estigmas, y es el esfuerzo personal y colectivo de desmontarla en la subjetividad, las mentalidades y la cultura, de manera paralela a la transformación solidaria de las relaciones con las mujeres, las prácticas sociales y las normas jurídico políticas (LAGARDE DE LOS RÍOS, 2012, p. 543).<sup>28</sup>

É nesse sentido – consciência ética, política, consciência crítica sobre a misoginia e o papel que o feminismo contemporâneo exerce sobre o prejuízo que a misoginia causa – que a utopia feminista ou a escritura utópica de mulheres pode agir, na visão crítica de Funck (1993). O diferencial será estabelecer diálogos entre os gêneros, em busca de uma reorganização social capaz de projetar um modo de existência mais justo, feliz e com as práticas discursivas de preconceito e estigmatização reduzidos. Só assim, o corpo social poderia alcançar um estágio de maior produtividade humana entre os seus componentes, educados ou orientados para o respeito às alteridades, à diversidade, a promoção da equidade de gênero, de modo que aspectos da “essência” de gênero (maternidade, cuidado com o outro) fossem uma tônica afirmativa na sociedade utópica das mulheres. Vejamos a discussão em torno da noção de utopia, no subtópico seguinte.

### **3.1 O conceito de utopia como um lugar de discussão política nas literaturas: lendo a narrativa contemporânea**

Ao longo do capítulo, a noção de utopia e de distopia, essa em menor grau, aparece como fazendo parte da estrutura da tese construída, porque este conceito se torna basilar para entender o romance de Gioconda Belli. Neste tópico, procuro refletir sobre a noção que melhor

---

<sup>28</sup> A sororidade é uma dimensão ética, política e prática do feminismo contemporâneo. É uma experiência subjetiva das mulheres que conduz à busca de relações positivas e à aliança existencial e política corpo a corpo, subjetividade a subjetividade com outras mulheres, para contribuir com a eliminação social de todas as formas de opressão e apoio mútuo para lograr o poderío genérico de todas e o empoderamento vital de cada mulher. [...] A sororidade é [um]a consciência crítica sobre a misoginia, seus fundamentos, prejuízos e estigmas, e é [um]o esforço pessoal e coletivo de desmontá-lo na subjetividade, as mentalidades e a cultura, de maneira paralela à transformação solidária das relações com as mulheres, as práticas sociais e as normas jurídicas e políticas.

me favorece para analisar a narrativa que considero como utópica, centrada em uma base política de teor feminista e que amplia, ideologicamente, a visão leitora para aquilo que faz parte do cotidiano de todas as mulheres do mundo que ainda vivem os estigmas da opressão dos homens em vários aspectos da vida cotidiana. Aproprio-me de textos que problematizam a questão e me conduzem para o esteio da utopia como atividade política e centrada no presente, projetando-se para uma mudança futura que abarque todo um coletivo.

Pensar a utopia na literatura, especificamente em Gioconda Belli, é pensar em um no gênero: o romance. Vários estudiosos se debruçaram sobre este gênero literário, formulando questões desde a sua estrutura ou forma, como foi muito estudado nas décadas de 1970 e 1980, a exemplo de Massaud Moisés (1995); passando pelo seu compromisso social, estrutural e temático, como Georg Lukacs (1999) e Lucien Goldman (1967); seu nascimento ou surgimento a partir da epopeia (VASCONCELOS, 2007); sua origem na base do entretenimento (MORETTI, 2009) e a sua configuração na contemporaneidade (SILVA, 2016).

Observemos que nenhum desses autores focaliza, em suas reflexões, o romance utópico ou distópico. Esses são lidos numa chave de leitura que parece prescindir de orientações conceituais sobre o gênero, sobre a estrutura e sua formulação interna. Apesar de que, do ponto de vista da cultura e da linguagem, é Bakhtin (2010) quem faz levantamentos valiosos para entender esse gênero que carrega em si aspectos voltados para realidades mais transgressoras, a exemplo da paródia, da carnavalização, conforme discuto, de maneira breve, no capítulo seguinte, quando trato da paródia política em sintonia com a ironia no mesmo romance em estudo.

Moisés (1995) discute o conceito de romance em sua acepção etimológica, história, estrutural e tipológica. Carrega o seu texto de informações coletadas de vários autores, apontando o gênero como uma narrativa extensa que problematizou, inicialmente, a sociedade burguesa e, sem adentrar neste tópico, dá margens à pessoa que lê para pensar nos tipos de valores e conceitos, reincidentemente, opostos à estrutura do romance para figurar personagens com caracterizações similares às pessoas do universo do autor. Como o romance na visão conservadora ou tradicional se centrava na estrutura, o crítico elabora um esquema em que mostra o gênero como centrado em um núcleo dramático que abre possibilidades para vários outros pequenos núcleos, distensão espacial e temporal, mas tudo isso no entorno da personagem que protagoniza a diegese narrada. Diferentemente de *O país das mulheres*, a estrutura em si é colocada em segundo plano, porque o vetor principal do romance contemporâneo e utópico é a configuração social, as estruturas sociais, as ideologias presentes, os valores apontados. Não é que a estrutura/forma não tenha importância: trata-se da



“primeiridade” ou relevância do romance para o momento atual (não confundir primeiridade aqui com a categoria estabelecida na semiótica peirceana).

Lukacs (1999) e Goldman (1967) trabalham numa mesma vertente de noção de romance, porque aportam suas discussões na base sociológica. Talvez a convenção de que o romance traz, no seu interior, um herói deslocado de seu mundo (representado), porque ele luta por valores afirmativos em um mundo degradado, como uma ponte para o entendimento também do romance utópico, porque o universo de Fáguas, por assim dizer, é distopicamente representado: um mundo degradado, no qual a heroína problemática, Viviana Sansón, luta naquela sociedade degradada por valores não degradados, mas utópicos. A distinção reside neste aspecto: para Lukacs (1999), o herói problemático luta por valores degradados em uma sociedade degradada, mas vemos uma espécie de aproximação conceitual, se assim é permitido se expressar.

Vasconcelos (2007) problematiza o fato de que o romance não deriva da epopeia clássica, contrariando muitos estudos e estudiosos que defenderam tal pressuposto. Como ele defende a epopeia contemporânea, afirma que o romance se origina em outras bases fora da epopeia, uma vez que essa resiste ao tempo e até hoje, como bem demonstra, é produzida. Nesse sentido, arrolando o conceito em sua base estrutural da sociedade burguesa, retorna à ideia de Moisés (1995), que aloca o nascimento do romance dentro de um contexto político e econômico fundado pela burguesia e seus valores. Esse fato adentra outras discussões e faz que Moretti (2009) discuta o romance na base de suas ações diegéticas, ou seja, seria romance a narrativa longa cujo enredo se centra nas aventuras que tanto entreteram a sociedade leitora burguesa do século XIX. Um romance utópico ou distópico fugiria desse esquema entretenedor, porque trabalha com aspectos políticos e ideológicos. Silva (2016), ao discutir esse assunto, assim também expressa: uma fuga do romance clássico para chegar aos entornos de uma textualidade, formalmente, não modelar, mas profundamente compromissada com questões política, econômica, sexual e social.

Numa leitura apressada, essa discussão sobre o romance, talvez, não seja pertinente ao assunto central da tese, mas apenas em uma leitura apressada, porque a reflexão, mesmo que breve, justifica a construção do romance utópico por mulheres e em bases feministas. O romance utópico, para além de sua conceituação teórica, favorece o surgimento de discussões em torno de políticas de gênero, políticas econômicas, educacionais e gestão de setores. Colabora, também, para que reflitamos sobre modos de pensar e de materializar políticas públicas que favorecem quase, exclusivamente, os homens, em detrimento das mulheres, porque estas, nos planos da economia dirigida por homens conservadores, machistas e sexistas,

são consideradas cidadãs de categoria inferior. Assim sendo, romances utópicos e distópicos trazem à tona profundas reflexões sobre estruturas sociais que podem ser repensadas a partir das críticas feministas, dos olhares das mulheres que, secularmente, vêm sofrendo com a negação de si e de espaços para si no mundo.

Nesse sentido, como ponto de partida para a discussão central da tese defendida nesta escrita, o conceito de utopia será discutido atrelado à escrita romanesca, considerando o romance utópico, pertinente a um paradigma dentro do próprio gênero, a saber, utópico, e lido nessa chave de leitura, afastada da noção genérica do romance enquanto narrativa com uma estrutura específica. Partimos deste ponto, mas o ponto de chegada é a utopia como tema estruturador da ficção analisada, porque é ela que sustenta a visão que defendo sobre revisão de políticas de gênero e sexuais; crítica a práticas culturais e sociais de homens que desprezam as ideias de mulheres, apesar de a grande parte das utopias escritas de autoria masculina.

De acordo com Marge Piercy (1976), a maior parte das escritas utópicas são de escritores socialmente bem colocados e cujos projetos de sociedade reverberam uma condição social de homens no topo da pirâmide e os demais sujeitos nos degraus inferiores ou abaixo do topo. E por mais que pareça injusto, esses escritores projetam a sua condição social para aquela que, nas utopias, alcança ou se ancora no topo da pirâmide. Ora, essa prática não foge muito daquilo que, já no século XIX, era comum: os escritores representarem nos romances a sociedade burguesa da qual faziam parte, defendendo seus valores e opiniões. Daí a ideia que, não apenas eu, mas uma horda de outras pessoas defende: estudar as utopias feministas, porque as mulheres descrevem as sociedades de forma mais aberta e anárquica, preocupadas com o trabalho, a educação, o tratamento igual e humanitário. Já as utopias masculinas se centram na administração social.

Essa visão converge para aquilo que Firpo (2005) aponta, ao problematizar a noção de utopia numa perspectiva mais ampla, diferentemente do senso-comum, o autor compreende, assim como entabulam as utopias feministas, um projeto utópico global, “que envolva em sua totalidade o modo de viver dos homens em sociedade” (2005, p. 229). Isso porque focar na parte administrativa de uma sociedade, relegando diversos outros aspectos que são cruciais para o gerenciamento e sobrevivência do todo, parece um tanto limitado. Logo, para o mesmo autor, “o utopista<sup>29</sup> é um grande realista. Trata-se de uma pessoa que possui uma tão lúcida

---

<sup>29</sup> Vale dizer que muitos textos citados trazem o masculino universal como norma, fato que dificulta a nossa interação com as pessoas leitoras. Em outros momentos, como este a que a nota faz referência, há a visão estreita de que a escrita utópica ou as utopias são pensadas em uma base masculina ou a partir unicamente da produção masculina, fato com o qual discordo, porque estou exatamente defendendo o ponto de vista da utopia feminista escrita por uma mulher.

consciência da imaturidade da sua própria proposta, do fato de que ela não encontraria nenhum sucesso prático” (FIRPO, 2005, p. 229). A ideia do utopista e da utopia como um sonhador e sonho, como uma imagem aérea se desfaz, quando lemos um pensamento como este. Esse pensamento reitera aquilo que Cavalcanti; Deplagne (2019) dizem, logo na introdução do livro organizado:

Para as mulheres de todos os tempos e lugares, o mundo tem sido predominantemente distópico, uma vez que tem se configurado (de modo transcultural, hegemônico e histórico) como patriarcal. É dentro dos mais variados contextos de supressão da voz e do desejo das mulheres que emerge o feminismo como força expressiva da insatisfação e catalisadora de mudanças (CAVALCANTI; DEPLAGNE, 2019, p. 9).

A discussão inicial dessas duas autoras em importante publicação que reúne diversas visões de estudiosos/as sobre as escritas utópicas dá mostras de que projetos autorais utópicos de base feminista são amplos, porque visualizam um todo, um coletivo, não uma parcela da sociedade representada. O romance de Gioconda Belli se adequa a essa linha de pensamento, porque a sociedade de Fátuas, antes da gerência do país por Viviana Sansón e todo o seu corpo ministerial, tinha a sua existência centrada no sequestro de vozes femininas, em que desejos, pensamentos, atitudes oriundas das mulheres eram silenciadas, oprimidas, em razão de uma força masculina que detinha para si todo o poder de atuar, falar, pensar, desenvolver ciência, agir politicamente etc. Daí as escritas utópicas femininas se fundamentarem em princípios, como o da esperança, para poder revolucionar modos de estar no mundo. Assim, adentramos ao universo discursivo da utopia em Gioconda Belli.

A utopia, aqui abordada, é consoante ao que prega Levitas (2013), ao afirmar que ela é um método relevante para entender o século XXI, por fornecer uma ferramenta crítica para expor as problemáticas vivenciadas na política contemporânea, combinando reflexividade, provisoriabilidade e engajamento democrático, exigindo concepções de necessidades humanas aliadas ao reflorescimento humano nos futuros possíveis. Levitas (2013) propõe que o cerne da utopia é o desejo de ser diferente, individual e coletivamente, subjetiva e objetivamente, trazendo para o debate público conteúdos e contextos potenciais do florescimento humano sob o nome de *Imaginary Reconstitution of Society – IROS*<sup>30</sup>. Ou seja, a constituição de um mundo melhor em um modo analítico e arqueológico, ontológico e arquitetônico. Esse último, para a autora, é justamente o que caracteriza a forma literária da utopia, pois lhe confere um caráter sociológico e lhe envolve por um desenho institucional, delineado de uma boa sociedade,

---

<sup>30</sup> Reconstituição Imaginária da Sociedade (tradução própria)

agregado ao que ela chama de “modo arqueológico” que complementa esse desenho institucional, pois envolve a interpelação de elementos ausentes ou implícitos nos relatos utópicos políticos, literários ou artísticos, escavando os fragmentos ou os “cacos”, a fim de “construir” uma recombinação em um todo coerente, de maneira que se estabeleça uma sociedade aberta a uma autoanálise e à crítica.

Aliado a isso, ainda nesta utopia como ferramenta crítica, há o “modo ontológico”, no qual se apresentam os sujeitos e os agentes da utopia, interpelados por ela, que se sentem encorajados a se permitirem lutar, criticamente, contra situações opressivas ou degradantes ao ser humano. Nas palavras de Levitas (2013, p.225), “Esses modos ou facetas do método utópico são analiticamente separáveis uns dos outros, mas também entrelaçados, pois as características da Reconstituição Imaginária da Sociedade são o holismo e sua especificidade institucional”.<sup>31</sup> Como se vê, nesse modelo ou método adotado pela socióloga, encontra-se a discussão do humano em suas imbricações com as demais esferas sociais.

A forma literária aqui estudada, *O país das mulheres*, de Gioconda Belli, retrata justamente esse caráter hipotético de sociedade alternativa ao modelo hegemônico, que fora implantado pelos homens e que as mulheres questionam este “desenho institucional”, forjado sob os moldes patriarcais e estabelecem a reflexividade e a provisoriade e o engajamento político-democrático feminista, amparado nas necessidades de lugar de fala latinoamericanas, exigindo concepções que sejam aliadas ao reflorescimento humano nos futuros possíveis, re(construídos) por elas sob outras possibilidades. Parece óbvio que uma utopia feminista traga à tona os lugares de fala, sobretudo em relação ao feminino. Se os lugares sociais estiveram sempre à mercê dos sujeitos masculinos, os anseios, desejos, pretensões femininas não atingiam altura de voz. Daí Ribeiro (2017) enunciar lugares que cada grupo de pessoas, historicamente silenciadas, puder alçar voz, gritar, falar de si e por si, sem intermediários, favorecendo as suas causas, sem interpretações duvidosas sobre si. Na economia utópica, proposta por escritas como a de Gioconda Belli, as vozes antes excluídas são reinseridas socialmente e ocupam os seus espaços e lugares.

Percebo o desejo de rompimento dos valores patriarcais impostos secularmente pelos homens em “O país das mulheres”, detectando a possibilidade de construção de uma outra sociedade, que se reveste do “sonho para frente, buscando o que está vindo como alvorecer”

---

<sup>31</sup> “These modes or facets of the utopian method are analytically separable from one another but are also intertwined; for the distinctive characteristics of IROS are its holism and its institutional specificity”. Levitas (2013, p.225)

(BLOCH, 2005, p. 122). Este “alvorecer” está no desejo de “florescer”, tão presente na obra, pelo sonho de transformação marcante das companheiras do Partido da Esquerda Erótica – PEE:

espírito de igualdade ao exercício do poder que, segundo havíamos proposto, necessitava de um momento inicial de terror e surpresa [...] em que os homens experimentaram a perda absoluta do poder; em que passaram literalmente a calçar os sapatos da sujeição doméstica que, por séculos, as mulheres haviam experimentado e à qual havíamos resistido não com guerras nem com bombas, mas fazendo das tripas coração, aprendendo a exercer o amor, nos tornando especialistas no cuidado da espécie, encontrando, nas mais difíceis condições de repressão de nossa riqueza intelectual, no pequeno espaço no qual recordar que nossa liberdade, o sublime e o belo de nosso espírito, perduraria, e algum dia, passo a passo, um pé diante do outro, conseguiria emergir e mostrar ao mundo outro caminho, de camaradagem, de colaboração, de respeito mútuo [...] *Fáguas*, a pequena e pobre *Fáguas*, sob nossa liderança poderia, deveria mostrar que era possível uma organização social igualitária, enriquecedora para homens e mulheres, capaz de integrar família e trabalho e de acabar com essa injusta exploração milenar que lamentavelmente se aprendia no próprio coração do lar e da qual nós, mulheres, éramos as vítimas propiciatórias. (BELLI, 2011, p. 186-187).

Ao ler o fragmento extraído de *O país das mulheres*, entendo que o sonho utópico de transformação real, propulsionado pelo PEE em florescer, buscar e conquistar uma nova paisagem de “esperança consciente-ciente [...] uma vontade que determina [...] um caminhar firme, uma vontade que não se deixa preterir por nada já existente: esta firmeza é seu privilégio” (BLOCH, 2005, p. 146). É o desejo que nutre as companheiras do PEE, conjuntamente pelo mesmo espírito de igualdade, a partir da experiência de exclusão temporária (provisória) do trabalho dos homens nos serviços públicos para a sua consecutiva inclusão, no espaço doméstico, denotando, desta forma, uma intenção pedagógica do governo das mulheres “ensinar”, politicamente, uma outra gestão pública, pautada no cuidado, na colaboração, no respeito mútuo, na organização social igualitária entre homens e mulheres conscientes deste papel colaborativo, integrando, ao mesmo tempo, a compreensão de homens e mulheres perante os papéis de gênero, numa “pedagogia da esperança”, conforme termo cunhado por Freire (1992), porque há o desejo de conjecturar um outro mundo, longe da opressão e sem nenhum idealismo, pois eles são

tão necessários aos sujeitos históricos e transformadores da realidade para sua *práxis*, quanto necessariamente faz parte do trabalho humano [...] tarefas da educação democrática e popular, da Pedagogia da Esperança – a de possibilitar nas classes populares o desenvolvimento de sua linguagem, que, emergindo e voltando-se sobre sua realidade [...] se impõe a posição assumida e defendida na Pedagogia do Oprimido contra os sectarismos, castradores sempre, e em defesa do radicalismo crítico (FREIRE, 1992, p. 622).

O pensamento de Paulo Freire, conforme o recorte dado, está urdido em uma cadeia semântica e política, estrategicamente orientada para a construção de uma sociedade que alimenta o bem-estar comum de todos, independentemente dos valores defendidos, dos credos professados. Isso porque uma sociedade que queira avançar em uma perspectiva humanista deve propor aos seus componentes uma estrutura mínima de satisfação e felicidade, para que todos se sintam motivados e apostem na reconstrução social. Entender os reais ganhos desse outro tipo de experiência é uma atividade nem sempre fácil. Daí a importância da literatura, porque as mentes, mesmo quando sonhando com outras possibilidades mais cristalinas e favoráveis ao coletivo, acomodam-se a perspectivas engessadas, conformadas com o *status quo*, porque se, como muitas pessoas aventam, houve uma perda do potencial de sonhar, as escritas utópicas apontam para o reavivamento contínuo desse desejo, dessa vontade, desse potencial, explorando as utopias como possibilidades em construção.

A esperança apontada em *O país das mulheres*, recai na busca pela produção de reflexão sobre o contínuo retomar pelos caminhos de liberação, criação e recriação, em que o sujeito conquista historicamente um horizonte de expectativa mais amplo, aliado a um humanismo pedagógico catalisador de ideias de quem o pensa, criando e recriando outros rumos possíveis de conscientização, ancorados no aspecto da decisão de atos e compromisso com esses (FREIRE, 1992).

No dizer de Furter (1973, p. 152), “O princípio da esperança que anima a utopia faz da crítica atual e, em particular, dos fracassos de nossas ações, o momento decisivo da construção de uma utopia militante e concreta”. É possível vislumbrar, por este dizer, que as ideias de utopia gestadas por estudiosos contemporâneos procuram sair do estigma da utopia como uma ideia totalitária, muitas vezes ditatorial. A construção de um todo, por um coletivo, motivado pela esperança de dias melhores, é o motor primeiro das utopias feministas.

Aliado a isso, o pensamento de Bloch (2005) é crucial porque ele traz uma perspectiva de utopia diferente daquelas amplamente conhecidas desde o século XVI, como *Utopia* (Thomas More), que abordava a utopia literalmente do grego *topos* (lugar) e do prefixo *eu*, de qualidade positiva, assim como do prefixo *ou*, de espaço que não existe, conferindo ao conceito o *status de* apenas um “sonho” que não existe na realidade e, portanto, seria uma abstração; da utopia dos séculos XVI, configurada por Rabelais no romance *Pantagruel*, o qual expôs o projeto do governo futuro imaginário; da utopia dos séculos XVIII e XIX, de Charles Fourier, Saint-Simon, Étienne Cabet, também caracterizada por expressar o modelo abstrato e imaginário de um Estado e de uma sociedade em que são projetadas todas as aspirações e sonhos de uma sociedade mais justa. Bloch (2005), ao contrário, propõe alargar o sentido de “utopia”,

enquanto transcendência e força subversiva. Esse efeito de transformação com respeito à ordem histórico-social existente e energia subversiva é encontrado em *O país das mulheres*.

O trabalho que faz a história avançar, sim, já há muito fez avançar, conduz para a causa que tem a possibilidade de ser boa, não como abismo, mas como montanha para o futuro. Os homens, assim como o mundo, carregam dentro de si a quantidade suficiente de futuro bom; nenhum plano é propriamente bom se não contiver essa fé basilar (BLOCH, 2005, p. 433).

O pensamento utópico blochiano de nome “utopia concreta”, radicalmente oposto ao de “utopia abstrata”, significa um esforço e um estudo crítico, rigoroso e sistemático de todos os modelos utópicos elaborados no pensamento do Ocidente. Essa utopia concreta encontra amparo nos signos linguísticos, com os quais trabalha, ressignificando-os. Se, inicialmente, *ou topos* tratava-se de “nenhum lugar” (*nowhere*) e *eu topos* de um “lugar onde se está bem” e que “não existe”, na linha teórica ou conceitual tanto de Bloch (2005), de Freire (1992), de Levitas (2013) quanto de Rouvillois (1998), a noção de utopia não assume um caráter *metageográfico* e *metahistórico*. O que isso significa? Que essas noções conceituais encontram materialização no cotidiano de quem as pensa, evitando-se as abstrações pendentes no antigo modo de ler esse gênero ou tema, porque a utopia enquanto esperança é histórica, porque acompanha o desenvolver dos fatos diários, bem como é geográfica, porque só é possível pensar uma sociedade melhor, inserido nela, a partir da estrutura existente. Nada está fora do espaço e do processo histórico.

Para Münster (1993), desde a *República*, de Platão, até *Phalanstères*<sup>32</sup>, de Charles Fourier, passando por *Brave New World*<sup>33</sup>, de Aldous Huxley, Bloch (2005) transcendeu a crítica marxista relativa às utopias. Isso porque a sua crítica – não exclusivamente negativa, pautada na crítica materialista dos fenômenos específicos da superestrutura, rechaçados na obra *Manifesto Comunista*, de Karl Marx, em forma de utopias, sonhos e projeções imaginárias –, destaca o caráter positivo dos produtos da imaginação social, elencando fundamentalmente, a força criadora, subversiva, construtiva, anunciadora e antecipadora de uma vontade futura firme e clara da antecipação, da reconstrução da sociedade, segundo as ideias de igualdade, dignidade humana, de fraternidade e de liberdade.

A definição de utopia dos filósofos da Antiguidade, como a de Platão, este último, sempre lembrado como o primeiro pensador que indicou a utopia como um “lugar celeste onde moram as ideias”, é contrária à de Bloch (2005), pois ela não se constitui um *topos* (lugar)

<sup>32</sup> Falanstérios (tradução própria)

<sup>33</sup> Admirável Mundo Novo (tradução própria)

idealizado ou projetado, mas um *topos* (lugar) da atividade humana orientada para um futuro, um *topos* da “consciência antecipadora” e a força ativa dos “sonhos diurnos”, assim como ele chamava. Por esse motivo, as utopias feministas como *O país das mulheres*, conforme o lemos, pautam-se por projetos literários ou escritos que exploram essa visão material da utopia, deixando de lado a versão abstrata e exclusiva da possibilidade, porque as forças históricas, nos espaços em que se encontram as pessoas são as que movem a construção do pensamento utópico, que se constitui a partir do momento em que alguém o projeta enquanto caminho a se desenvolver.

Quando discute a noção de sonhos diurnos, Bloch (2005) entende se tratar de construções imaginárias relacionadas ao cumprimento de um desejo, mantendo, ao mesmo tempo, o “Eu” (ideia de consciência, de razão e, por antagonia, diferente do sonho) e ignorando a sua interrupção, sendo privados de todo envolvimento mitológico e simbólico, imagens estranhas e problemáticas, e, ao mesmo tempo, orientados para o futuro, numa atividade de sonhar para frente e de se conectar a um “*topos* de conteúdo”, isto é, um futuro, no qual predomina a utopia em si mesma, em um ato de transformação utópica e numa realidade humana em forma de “amanhã”.

Assim, o pensamento utópico de Bloch (2005) demonstra um mundo em movimento, evolução, gestação e transformação, cheio de possibilidades ilimitadas, não apenas por causa das intervenções da vontade humana e prática transformadora na história, mas por causa da incidência permanente da categoria da “possibilidade”, pois é esta que permite uma transformação permanente e um processo ininterrupto do “devir-autêntico”.

Essa filosofia da *práxis* renovadora e transformadora, responsável por construir possibilidades reais e um futuro, já na realidade presente, se apresenta em *O país das mulheres*, pois, na obra, se manifesta um interesse para com as utopias sociais em “sonhos diurnos” materializados pela representação, pela transformação do impulso em um novo tipo de consciência, pautado no “sonhar para frente”, antecipando o futuro e iniciando uma produtividade criadora de uma nova história e uma nova sociedade, numa relação íntima com a realidade. Essa relação de intimidade com o real vivido impulsiona sujeitos a quererem ampliar e dar asas a modos de atingir as metas projetadas para a sociedade utópica.

No século XX, o impulso da utopia é retomado a fim de criticar o mundo atual e pensar em alternativas possíveis, utilizando-se de ficções científicas especulativas, dada a crescente onda de obras ficcionais e os estudos sobre a temática da utopia na academia. Furlanetto (2012) desenvolveu um levantamento bastante significativo acerca da relação entre ficção científica e os estudos da utopia, desde o contexto norte-americano e sul-americano, destacando a



influência da tradição materialista histórico-marxista em grande parte das escritas do gênero utópico e constatou que elas utilizam construções estéticas como forma de comentar e polemizar a realidade social, criticando o sistema socioeconômico vigente e sugerindo alternativas potentes para uma melhoria social.

A crítica utópica, segundo Furlanetto (2012), é bastante utilizada em escritores/ras que plasmam nos gêneros do utopismo literário a força por mobilizar energias da crítica, da resistência, do engajamento e da luta. Há algumas perguntas de mulheres conscientes e atuantes na sociedade de forma crítica, que são sempre recorrentes em busca de uma outra possibilidade existencial: Como lutar por uma sociedade equitativa entre homens e mulheres, sem reproduzir o sexismo biológico nem glorificar o papel reprodutivo da mulher como único determinante da personalidade feminina ou nos termos da receptividade passiva do útero? Como traçar outros caminhos da mulher, que não sejam o da “mística feminina” (FRIEDAN, [1963]<sup>34</sup>2020), que marcou o feminino como símbolo da reprodução da espécie humana, o feminino apenas como maternidade biológica, transferindo para a mulher a responsabilidade tradicional pelo trabalho doméstico em todos os afazeres do lar, como lavar, passar, reproduzir, amamentar e cuidar? Como é possível reunir o biológico e o cultural, afirmativamente, sem cair nas armadilhas do patriarcado?

Esses questionamentos nos levam a pensar mais objetivamente, no romance de Gioconda Belli porque, no governo instaurado pela protagonista, todas as atividades do lar, da educação dos filhos, da maternidade, do cuidado e da amamentação, aspectos culturalmente interpretados dentro de uma perspectiva biológica e natural, encontram lugar na mesma proporção que as atividades históricas, seculares, de estudo, pensamento, governança, liderança, performatividade do sujeito e de sua condição. Gioconda Belli cria este projeto utópico de modo racional, por isso a característica maior das mulheres – o cuidar – é delineado metaforicamente, no romance, em uma versão que se afasta do patriarcado, do machismo e do sexismo. Atuar socialmente não invalida mulheres de se encontrarem como pessoas em suas particularidades físico-corporais e/ou biológicas.

### **3.2 O lugar da utopia em “o país das mulheres”: entre o “esperançar”, o “lugar de fala” e a subalternidade**

Como diria Cixous (2017, p. 129),

---

<sup>34</sup> Apesar de ser de meu conhecimento que a primeira edição do texto é de 1963, trabalho, nesta tese, com a versão ou edição lançada em 2020.

É preciso que a mulher se escreva sobre mulher e traga as mulheres à escrita, de onde elas foram tão violentamente distanciadas quanto foram seus corpos [...] A mulher precisa se colocar no texto – como no mundo, e na história –, através de seu próprio movimento.

É sobre a crítica literária utópica feminista, que produz esse movimento da mulher na escrita literária, expressando seus desejos utópicos dentro da literatura e da prática social, que apresentamos neste capítulo, mais um tópico que fomenta essa discussão.

Por isso, diante da contextualização realizada no item anterior, destacamos, neste subitem, as produções de teor utópico, escritas por mulheres a partir da primeira mulher a escrever sobre o tema da utopia ou a formular em escrita o gênero utopia de que se tem notícia, como já foi dito: Christine de Pizan, escritora franco-italiana e autora de “Cidade das Damas”, no ano de 1405, na França. Ela trouxe a utopia na ótica do gênero feminino. Os estudos sobre a utopia, em que me baseei, partem desta narrativa estudada por Deplagne (2006), além de outros estudos críticos no contexto contemporâneo como os encontrados em Funck (2016).

Tomo os estudos de mulheres pesquisadoras da crítica literária feminista brasileira, destacando as pesquisas de Deplagne (2019) e de Funck (2016), devido à relevância, ao alcance de reflexões e às autocríticas dos estudos feministas contidos em suas pesquisas, os quais me direcionaram para uma compreensão crítica das questões utópicas de *O país das mulheres*, pois, a partir da leitura destas pesquisadoras conscientes de seu papel autônomo na sociedade, é possível revisitar as imagens de outras mulheres ao longo da história, especialmente, no universo utópico, quando o “não lugar de fala” parece ser a tônica sobre a qual muitas mulheres (latina, de cor, pobre, trabalhadora, indígena, lésbica, entre outras) ainda se movimentam ou por onde transitam na sociedade e que em *O país das mulheres* esse aspecto se torna bastante latente. Na verdade, quando menciono o não lugar de fala já sinto que a noção de utopia perde seu sentido porque a versão distópica de sociedade é a mais adequada para enredar personagens no contexto dos apagamentos, silenciamentos ou cancelamentos de falas.

De um modo geral, percebo que nas utopias feministas há uma crítica direta às estruturas sociais de cunho patriarcais que são lidas como um estado não natural e o desafio de ir contra os preconceitos sexistas e as posições contrárias à chamada “inata natureza feminina”, que fora construída historicamente por esse pensamento. Isso fica evidente, porque parte da crítica ferrenha sobre as políticas e práticas sociais de origem masculina sobre as mulheres são vislumbradas em romances utópicos, a exemplo de *O país das mulheres* que se constrói como em uma distopia. Então, para elaborar uma proposta utópica, revisita-se o universo em que

vivem as mulheres e percebe-se que elas estão imersas em uma sociedade distópica, contrária a elas, aos seus valores, aos seus pensamentos, aos seus corpos como autônomos. Daí a busca pela proposta basilar da igualdade de direitos e tratamento igual.

A obra literária escrita por Christine de Pizan se destacou como um marco na história da literatura de autoria feminina na cena cultural da Europa Ocidental. *A cidade das Damas*, livro pioneiro sobre a utopia nas questões de gênero, apresenta uma cidade modelo projetada por arquitetos italianos como um lugar feliz e perfeito, mas com a diferença de que esta cidade é formada apenas por mulheres míticas e históricas, de todas as idades, classes e culturas, presididas por uma Rainha do Céu, em um mundo imaginário, construído pelo Reino da Feminilidade, em que cada senhora honrada do passado e do presente reivindica uma resistência perpétua e uma utopia de um mundo imaginário, formado apenas por mulheres. “Um novo Reino da Feminilidade em que cada senhora honrada do passado, bem como do presente pode reivindicar uma residência perpétua enquanto o mundo perdurar”<sup>35</sup> (BAMMER, 2015, p. 15).

Para Deplagne (2019), a obra de Christine de Pizan é propulsora de uma tradição de utopias profeministas, pois, entre o século XV e XX, está presente o desafio ao sistema hierárquico e à assimétrica construção de gênero desenvolvida no patriarcado.

Seja cidade, ilha, país, os espaços governados pelas protagonistas dessas utopias profeministas apresentam um deslocamento de papéis de gênero justificados não pela busca ávida do poder, mas pela maior competência das mulheres na construção e gerência de um mundo livre de injustiça e de violência. O amor, a paz e a sabedoria são os elementos-chave do *modus operandi* nessas utopias, contrapondo-se às práticas de violência, opressão e arrogância experimentadas no mundo real, regido pelo patriarcalismo (DEPLAGNE, 2019, p. 98).

As imagens de uma cidade, ilha, país, ou quaisquer espaços são configuradas pela presença central da mulher na esfera pública governamental e o deslocamento dos papéis de gênero hegemônicos expressa o desejo por uma outra sociedade, construída por mulheres questionadoras. Deplagne (2020) demonstra que *A cidade das Damas* trouxe, pioneiramente, no universo das mulheres, o desejo utópico de uma sociedade igualitária a partir do olhar da mulher, assinalando esperança, reconstrução da sociedade e a ruptura com o real vivido, no encalço de transformações sociais, políticas, culturais e econômicas que enfatizavam melhorias nas condições de vida da população, especialmente, no que diz respeito aos papéis desiguais de

---

<sup>35</sup> A new Kingdom of Femininity in which every honorable lady of the past as well as the present can claim a perpetual abode as long as the world endures (BAMMER, 2015, p. 15).

gênero existentes nas sociedades patriarcais. Essa discussão sobre a obra citada foi também motivo de crítica de Bammer (2015), conforme vemos abaixo:

Em suma, *A cidade das Damas* é o próprio modelo de uma utopia: um lugar imaginário onde um governo ideal preside um povo feliz. É um mundo em si mesmo, isolado do mundo exterior ao qual se posiciona em oposição. É habilitado e sustentado por um ato de separação: o velho mundo (dos homens e sua cultura) e um novo mundo (da cultura feminina) [...] em vez de novas instituições ou novas formas de governo, apresenta novas formas de pensar sobre as mulheres e a história: o que elas têm sido e poderiam ser. Esta é uma utopia, então, no sentido mais literal da palavra: fisicamente um não-lugar; ela existe apenas na forma de um estado de espírito diferente (BAMMER, 2015, p. 15-17, *kindle*).<sup>36</sup>

O fragmento transcrito explora a utopia em seu sentido material, mas um tanto abstrato em relação a outros textos do mesmo gênero. Isso porque, na visão dada, *A cidade das Damas* se sobrepõe às demais escritas feministas utópicas por pensar um mundo em que mulheres são pensadas de modo diferente da estrutura binária heterossexual e machista. A história e as mulheres que atuam na história construída alcançam um nível de discussão e de diferença, até então, não visto no entorno das escritas utópicas. Isso permite estabelecer uma ponte com *O país das mulheres* porque Gioconda Belli, conforme tradição inaugurada por Cristiane de Pizán, elabora um mundo (Fáguas), em que a relação de gênero se estabelece em uma outra lógica, na contramão da existência entre homens e mulheres: as mulheres assumem os postos de poder, de onde os homens são literalmente banidos e tendo que exercer muitas funções antes unicamente sob a tutela feminina. O diálogo entre os gêneros é sequestrado, usurpado. Resta o poder e domínio das mulheres sobre todos. Uma sociedade de mulheres planejada para que a inversão de papéis sociais configurasse como um tropo adequado para refletir essa questão.

A partir do estudo de Deplagne (2006), é possível observar *A cidade das Damas* como um marco do gênero utópico, para compreender a lógica da escrita de mulheres engajadas neste movimento utópico de crítica à sociedade vigente e hegemônica, constatando o que o filósofo Rouvillois (1998) afirmou sobre a necessidade de reconhecer, no gênero utópico, características indissociáveis da utopia, a educação, o isolamento e a lei. Se lá n' *A cidade das Damas* a ideia do filósofo pode ser vista como um modo de compreender a obra, em *O país das mulheres* isso

---

<sup>36</sup> In short, Ladies City is the very model of a utopia: an imaginary place where an ideal government presides over a happy people. It is a world in itself, isolated from the outside world to which it stands in opposition. It is enabled and sustained by an act of separation: the old world (of men and their culture) and a new world (of female culture) [...] instead of new institutions or new forms of government, presents new ways of thinking. about women and history: what they have been and could be. This is a utopia, then, in the most literal sense of the word: physically a non-place; It exists only in the form of a different state of mind. (BAMMER, 2015, p. 15-17). Peter Lang. Edição do Kindle.

também é tema recorrente, porque a educação é um aspecto amplamente debatido nos documentos oficiais do Partido da Esquerda Erótica, de Viviane Sansón.

A educação é um aspecto muito importante deste gênero, pois aponta a criação de um espaço idealizado, sendo que, sem ela (educação), “tout retombe dans la barbarie, grâce à elle en revanche, l’homme peut opérer sa propre rédemption, il peut, sans secours divin ni baguette magique devenir l’homme nouveau qui convient à la Cité parfait”<sup>37</sup> (ROUVILLOIS, 1998, p. 23). Para vencer ou superar a barbárie, a educação é o caminho ideal, porque trata-se de um investimento a longo prazo, que acompanha o sujeito em formação, desde o seu nascimento até a idade adulta. Através da educação, como característica viva do gênero utópico, Christine de Pizan funde-a dentro da política, estabelecendo, na obra, uma educação do/a filósofo/a e uma educação do/a não filósofo/a, no sentido de que, na primeira, além das aulas obrigatórias de arte e ciências, por exemplo, há uma orientação moral, organizada por meio de virtudes como coragem, temperança, sabedoria e justiça, motivando o/a filósofo/a guiar homens e mulheres não filósofos/as a saírem da prisão da mentira e a caminhar à luz do conhecimento.

Deplagne (2006) mostra que esse papel de condução e intermediação do saber acontece, na obra, como uma missão pedagógica que promove uma dialética da aprendizagem, destacando a necessidade, já no contexto da Idade Média, de denúncia da desigualdade da partilha do conhecimento entre os gêneros, pois, historicamente, a educação formal foi destinada ao mundo masculino, excluindo as mulheres deste contexto de aprendizagem. Christine de Pizan o inscreve, na ficção, como possibilidade real de que seja dada à mulher toda a liberdade e todo protagonismo em todos os setores da sociedade, mas que por meio da educação se constrói essa possibilidade na constituição de um espaço, mesmo que isoladamente dentro de uma cidade, *A Cidade das Damas*, pois, somente assim, é possível se construir a autonomia, a esperança e a proteção na lei política. Como afirmou Deplagne (2006, p. 92), somente através da educação, do isolamento e da lei, Christine de Pizan cria um universo de liberdade e autonomia “para se proteger das opiniões misóginas dos clérigos e da maior parte das obras literárias”.

Pelos estudos de Funck (2016), durante muito tempo, a representação da mulher na literatura era produzida a partir do desejo heterossexual masculino, tanto nas ficções escritas por homens quanto por mulheres, pois se partia de uma tradição literária herdada culturalmente pelos valores patriarcais, principalmente tomando o sentido da maternidade enquanto

---

<sup>37</sup> “[...] tudo volta à barbárie, graças a ela, contrário, o homem pode operacionalizar sua própria redenção, podendo, sem socorro divino, nem varinha mágica, tornar o novo homem que convém à Cidade perfeita”. (TRADUÇÃO DE DEPLAGNE, 2006, p.87)

instituição política vinculada ao contrato heterossexual, como “nervo” central do problema, sendo as mulheres vistas apenas como “mães”. Nesse plano institucional, era considerado regra que as mulheres se submetessem à experiência da maternidade, não como condição ambivalente ou como uma experiência profunda despojada de uma “mística feminina”, termo este cunhado por Friedan (2020), que o entendia numa como um “entulho” de tradições culturais que impedem compulsoriamente que as mulheres reflitam sobre sua condição e identidade a partir da lógica patriarcal.

Com base nos estudos de Funck (2016), é possível discorrer sobre algumas escritoras de ficção que produziram romances que se contrapõem às práticas sociais do capitalismo patriarcal, identificando a concepção de maternidade por outras óticas e possibilidades em relação à procriação e à maternagem, ao invés da maternidade enquanto propriedade privada, para, então, a partir de suas reflexões, chegar à obra “O país das mulheres”, de Gioconda Belli, explicando a virada utópica, amparada teoricamente em Bloch (2005), sobre a utopia enquanto “consciência antecipadora” e esperança e, assim, realizar uma crítica literária utópica feminista no contexto latino-americano.

Funck (2016) identificou em cinco romances de língua inglesa, publicados num período de, aproximadamente, dez anos, *scripts* narrativos com novas e eficazes posições de sujeito para a mulher e se apoiou teoricamente em Rich (1976) para argumentar sobre a chamada “maternidade escravizada”, a qual entendia que as relações entre homens e mulheres se fundavam numa situação em que a mulher era propriedade do homem ou de instituições por ele controladas. Na obra *The Left Hand of Darkness*, de Ursula LeGuin, o romance demonstra uma tentativa de fazer pensar sem dualismos, de apagar as dicotomias entre passado e futuro, ordem e desordem, masculino e feminino, claro e escuro, vida e morte, eliminando, assim, uma série de separações políticas entre as nações abordadas no romance, ao mesmo tempo em que possibilita uma crítica das relações de gênero na sociedade, abordando, também, o fato de que qualquer pessoa está sujeita a engravidar, pondo homens e mulheres na mesma situação de “maternidade”, pois o instinto maternal variaria de pessoa para pessoa e não estaria ligado ao sexo, não podendo haver diferença entre instinto materno e instinto paterno. O romance de LeGuin trouxe, segundo Funck (2016), uma visão especulativa que anularia a separação entre masculino e feminino, fazendo com que a maternidade, embora não eliminada, deixasse de ter uma função diferenciadora em termos psicosssexuais e socioculturais, promovendo, assim, uma desconstrução dos pressupostos teóricos das diferenças de gênero. A maternidade é “desmantelada”, no dizer de Rich (1976), enquanto instituição, para ser afirmada enquanto experiência.

Na sequência, Funck (2016) apresenta outra análise crítico-feminista de outra obra chamada *The Female Man*<sup>38</sup>, de Joanna Russ, afirmando que esta autora também quebra valores patriarcais sobre a maternidade, destacando outras versões da feminilidade e das relações de gênero, apontando novos papéis sociais disponíveis para a mulher, devido à emergência de um feminismo que coloca dois possíveis mundos do futuro em “trânsito” no planeta *Whileaway*<sup>39</sup>, o mundo dos homens, *Manland*<sup>40</sup>, e o mundo das mulheres, *Womanland*<sup>41</sup>. Quatro personagens protagonistas analisam os valores apresentados pelas companheiras, desvendando, processualmente, estranhas possibilidades em “trânsito”, apontando que na maternidade não existe polaridade de gênero ou função social, seja numa mãe biológica, ou mãe de afeto; seja o cuidado das crianças como temporário e a unidade familiar, independentemente da reprodução ou da biologia para existir.

Em outro romance, Funck (2016) analisa em *Woman on the Edge of Time*<sup>42</sup>, de Marge Piercy, questões sobre as diferenças sexuais, a eliminação da estrutura binária e assimétrica da família nuclear patriarcal, na qual a mulher se sentia responsável pelo “maternar” no espaço doméstico e que Piercy opta por criar um mundo não marcado pelo gênero de homens e mulheres:

Enquanto na *Getten*, de LeGuin, a igualdade é obtida pela extensão da maternidade biológica a todos os seres humanos, e na *Whileaway*, de Russ, as diferenças genéricas desaparecem com a eliminação do masculino e a apropriação, pelas mulheres, das qualidades ditas masculinas, na *Mattapoirett*, de Piercy, as diferenças biológicas deixam de ser importantes e, paradoxalmente, todos podem exercer a maternidade porque ninguém mais é mãe (FUNCK, 2016, p. 136).

Na leitura do trecho acima, Funck (2016) faz uma leitura crítica sobre como as questões teóricas do feminismo dos anos de 1960 e 1970 buscam uma nova racionalidade em torno do cuidado, das estratégias, do passado e do futuro, do consciente e do inconsciente, do feminino e do masculino, do significado de se minimizar a importância da maternidade como fato biológico, numa materialização de utopias que negam a especificidade da experiência da mulher. Funck (2016) aponta outras ponderações críticas com uma análise de *The Kin of Ata are Waiting for you*<sup>43</sup>, de Dorothy Bryant, identificando uma postura mais conservadora e arrojada, pois a obra aponta o modelo de viagem e regresso, sem complicações narrativas, mas,

---

<sup>38</sup> O Homem Feminino (tradução própria)

<sup>39</sup> Enquanto estiver fora (tradução própria)

<sup>40</sup> Mundo dos Homens (tradução própria)

<sup>41</sup> Mundo das Mulheres (tradução própria)

<sup>42</sup> Mulher à beira do tempo (tradução própria)

<sup>43</sup> Os King of Ata estão esperando por você (tradução própria)

ao mesmo tempo, transforma a viagem numa busca mística do inconsciente em que a misoginia dá lugar ao princípio feminino, mesmo arriscando retomar uma posição essencialista em relação a tal princípio.

O romance de Bryant ilustra, neste sentido, uma tendência contemporânea no feminismo atual que reavalia e revaloriza os aspectos da feminilidade, que eram, tradicionalmente, considerados “inferiores”, por associar a mulher com a natureza e distanciá-la da cultura. Assim, intuição, irracionalidade e ausência de agressividade caracterizam-se, segundo Funck (2016), numa busca de humanidade em um romance por ela intitulado de “feminilista”, pois a sociedade de *Ata* é anárquica em sua organização intuitiva, valorizando os costumes sobre a lei não hierarquizada ou polarizada e se configura numa visão feminina.

A estudiosa finaliza sua análise na obra *The Wanderground*<sup>44</sup>, de Sally Miller Gearhart, identificando uma concepção de mundo exclusivamente feminina, em que inexistem os valores masculinos de competição e ambição, mostrando que o romance exibe a história da vida cotidiana de uma comunidade separatista, formada apenas por mulheres que escaparam da opressão de uma sociedade patriarcal e misógina. Nessa narrativa, atribui qualidades femininas à natureza, em um plano ecofeminista, que busca restaurar a conexão entre a mulher e a natureza, revalorizando a maternidade biológica no fundo da terra, numa caverna em forma de útero e a natureza, revoltada com a exploração dos homens, os torna impotentes fora dos muros da cidade.

A partir do esboço crítico-analítico feminista realizado por Deplagne (2006) e Funck (2016), compreende-se que a crítica literária contemporânea tem se debruçado intensamente na visibilização de uma postura entre literatura e mulher, desde a revelação da misoginia existente na instituição literária, através do questionamento dos estereótipos femininos aos clássicos critérios, em que “as mulheres começam a perceber que suas experiências – enquanto escritoras, leitoras, críticas e professoras, não pode se equiparar a dos homens como norma” (FUNCK, 2016, p. 115).

A autora afirma que uma segunda fase ginocrítica buscou mapear um território desconhecido e estabelecer uma tradição literária paralela, especificamente feminina, até uma terceira fase feminista, em que se abordam questões teóricas relativas à produção, recepção e influência literárias, revisando o arcabouço conceitual herdado e que formulou posições alternativas, seja pela corrente norte-americana, com seu viés sócio-histórico; a corrente inglesa, em sua ênfase marxista e na cultura popular; a francesa, de orientação psicanalítica e a

---

<sup>44</sup> O *Wanderground*.



corrente decolonial, dos países do eixo Sul americano, centro-americano e africano. Além da crítica à misoginia, questões de raça, gênero, sexualidades, classe (aspectos considerados pelo feminismo decolonial), são tomadas na crítica literária feminista, investigando-se a relação mulher e literatura, ficção científica, fantasia, utopia, distopia, entre outros, no sentido de estudar a fundo outras posturas sobre a mulher na ficção.

Desta forma, através do (re)conhecimento de obras literárias utópicas escritas por mulheres, faço uma conexão com os estudos críticos sobre a utopia, abordando o “lugar de fala” e a “subalternidade da mulher” na América Latina, porque *O país das mulheres* é uma obra escrita por uma autora nicaraguense que interpreta a sociedade a partir do olhar da mulher em seu país, Fátuas, terceiro mundista e representante de tantas mazelas sociais, pelas quais os países do Centro Sul da América passam cotidianamente. Esse lugar terceiro-mundista alude aos espaços geográficos ou sociedades não desenvolvidas em relação a países que comandam a economia global, como Estados Unidos, China, Rússia, dentre outros, e ficam sempre à mercê das oscilações desses países que se projetam como “mandantes” das economias locais.

Ser mulher em *O país das mulheres* é colocar em primeiro plano a “glória” da maternidade e todos os “estereótipos femininos” para o mundo político, público e social, administrando e cuidando de um país, um estado, uma cidade, entre tantas outras atividades fora do ambiente doméstico, sem cooperar com o sistema de opressão criado pelos homens do patriarcado e reproduzido pela própria ciência social de base colonial eurocêntrica. É realizar uma luta de mulheres autônomas, combatendo o sistema patriarcal que as oprime, questionando a forma eurocêntrica de se fazer feminismo.

Neste trabalho, foi escolhida a postura utópica de esperança, pelo fato de se compreender *O país das mulheres* enquanto uma figuração utópica que constrói, processualmente, o “esperançar”, como pontuou Freire (1992), em sua “Pedagogia da Esperança”; não aquela do verbo “esperar” passivamente que o mundo melhore e as injustiças cessem, mas no “esperançar” da batalha e recusa da opressão em toda e qualquer circunstância, olhando e reagindo àquilo que parece não ter saída, promovendo discussão e debate por meio de ações no universo político e comunicacional. Esse “esperançar” é pedagógico e progressista pois ele não se reduz a um mero “ensinar por ensinar”, mas a um “ensinar a aprender a aprender”, gerando uma apropriação de uma significação profunda do desejo de mudança e transformação, “aplicando na prática” formas de desconstrução e enfraquecimento de sistemas opressores.

A pedagogia de Freire traz esperança aos oprimidos e oprimidas de incontáveis países do mundo, aos que buscam uma vida mais digna. É a esperança de que os políticos dos estados pobres e ricos cumpram suas responsabilidades (DABISCH, 2021, p. 54).

Essa energia impulsionadora do “esperançar” está contida fortemente na personagem Viviana Sansón e em suas companheiras do PEE, pois elas se inquietam, se unem e batalham para sair de um estado de mesmice, corrupção, violências sexuais, psicológicas, misoginia, entre outras opressões, para “enfraquecer” as estruturas vigentes heteropatriarcais de Fátuas, através de um constante diálogo de permanentes questionamentos que poderiam ser chamados de provocações pelos “lugares de fala” que tantas delas ocuparam. Para isso, buscam uma “pedagogia”, por meio de mudança no modo de governar aquele país, através de posturas diferentes em relação ao governo dos homens, questionando a ditadura, enxergando as situações difíceis que têm de enfrentar no governo pela falta de entendimento da população, mas não desistindo de lutar pelos seus próprios ideais de mudança. *O país das mulheres* se constitui em um “celeiro” de pessoas, revisitando seus lugares de ação, seus poderes e suas fraquezas, homens e mulheres em suas diversidades e situações. Viviana Sansón é essa personagem central que, no interior da narrativa, se sente mobilizada por esse “esperançar” de questionamentos e possibilidades, pensando seu lugar enquanto cidadã, desde quando era jornalista e apresentadora de televisão até quando se torna presidenta de Fátuas.

Neste sentido, a partir do conceito de “lugar de fala”, entendo que é fundamental, neste universo utópico do “esperançar” em *O país das mulheres*, destacar esse lugar, em que as chamadas mulheres “caribenhas”, nicaraguenses, latinas, mulheres do Eixo Centro Sul americano foram deslegitimadas na colonização e no patriarcado, por não terem o espaço igualitário perante os homens para produzirem seus próprios conhecimentos e suas próprias reflexões sobre as problemáticas vivenciadas. Segundo Ribeiro (2020, p. 57), “o termo lugar de fala surgiu do ponto de vista feminista da diversidade, da teoria racial e do ponto de vista decolonial advindo dos movimentos sociais presenciais e virtuais como ferramenta política”. Isso gerou um posicionamento contrário às autorizações discursivas autoritárias e hegemônicas, que sempre excluía e questionavam “quem pode falar”.

Esse “lugar de fala” foi gerado dentro do feminismo negro e decolonial, os quais salientaram a diversidade de experiências, tanto de mulheres quanto de homens, sob os diferentes pontos de vista:

Pensar a intersecção das desigualdades a depender de suas características [...] das diferentes formas de ser mulher assentadas no entrecruzamento entre gênero, raça,

classe, geração, sem predominância de algum elemento sobre outro (SOTERO, 2013. p.36)

Ou seja, é necessário entender o entrecruzamento dos elementos, acima destacados, como constituintes da estrutura social, que precisam ser evidenciados e postos de forma igualitária, pois, historicamente, eles foram usados para favorecerem as desigualdades, de modo que as mulheres foram silenciadas e marginalizadas perante as instituições heteropatriarcais de ordens políticas, culturais, intelectuais, entre outras. Assim, *O país das mulheres*, de Gioconda Belli, gera essa energia utópica que impulsiona Viviana e o PEE a falarem sobre isso na narrativa e a conquistarem a oportunidade de criar outra forma de administrar a sociedade vigente, denunciando o sistema ditatorial dos homens heteropatriarcais, os quais impossibilitaram que suas vozes e as de tantas outras mulheres fossem ouvidas.

Viviana e as outras afinaram o discurso e as respostas: falaram sobre reformas na democracia, na constituição, nos métodos educacionais e nos centros de trabalho. Em suas críticas, incluíram fragmentos de filosofia popular e usaram o arsenal de sua memória, citando frases que incluíam desde as teorias de Deepak Chopra, Fritjof Capra e Marx, até as teses feministas de Camille Paglia, Susan Sontag, Celia Amorós e Sofía Montenegro [...] Infigênia se lembrou da camiseta [...] era uma camiseta com o verso de um poema da poeta nicaraguense Gioconda Belli, que dizia simplesmente: EU BENDIGO O MEU SEXO [...] Viviana distribuiu aos homens um exemplar de *Um teto todo seu*, de Virgínia Wolf, a Grande Loba [...] Sofía Montenegro veio [...] vieram dona Yvonne, dona Olguita, dona Alba, a Poeta, dona Malena, dona Milú, dona Ana, dona Vilma, dona Lourdes e dona Rita [...] As fundadoras originais do PEE já eram idosas. Muitas delas eram instituições de *Fáguas*”, pois haviam sido bravas lutadoras dos direitos da mulher. Montenegro era a teórica que todas haviam lido até a exaustão nos dias em que criaram o PEE. Sua eloquência era uma lenda urbana. (BELLI, 2011, p.93-95;121;141-142)

De acordo com o fragmento extraído da própria obra, todo um conjunto de mulheres é reunido, tendo como base as reformas necessárias que as sustentem, na prática, para lutarem por esse “lugar de fala”, inclusive, a própria autora do livro é citada na obra como uma “voz” dissonante, “bendizendo o sexo feminino” e sua necessidade de “voz”: a autora inglesa Virginia Woolf do célebre livro *Um teto todo seu*, assim como outras tantas mulheres militantes e já idosas, que, no passado de Fágua, já gritavam por justiça e igualdade social em todos os sentidos.

As mulheres do Partido da Esquerda Erótica estão em constante diálogo na narrativa, pondo suas existências como sinais de resistência a toda forma de colonização, dominação e opressão. A força utópica do “esperançar” e transformar o pensamento de homens e mulheres de Fágua, a partir do Decreto provisório da exclusão de todos os homens do serviço estatal, cria, paulatinamente, nos homens uma compreensão do que é ser mulher numa sociedade,

sobretudo, terceiro-mundista, sexista, racista, lgbtqia+<sup>45</sup>+fóbica entre outras, produzindo, neles, a experiência subalterna das mulheres “despossuídas” de sua existência e liberdade, por ocasião de um sistema de dominação. O subalterno, a saber, a mulher negra, pobre, lésbica, caribenha, sul-americana, indígena começa, finalmente, a ser visualizada, estrategicamente por força da política alavancada por Viviana Sansón. O romance utópico, por esta via de pensamento, alavanca uma discussão que protagoniza o lugar central das mulheres nas discussões que envolvem sua vida, não em particular, mas considerando um coletivo que respeite as individualidades, as subjetividades.

Conscientes dessa realidade histórica de marginalização das mulheres, e ao mesmo tempo, refletindo e pensando sobre o assunto, os homens começam a se tornar conscientes e muitos deles vislumbram essa força do “esperançar” de Viviana e suas companheiras do PEE. Trata-se de uma mudança de postura que envolve a todos os que estão, potencialmente, esperando por mudanças, as quais numa versão direta, talvez, não seja a espera dos homens. Todavia, ao entrar em contato com as ideias de mudança de uma sociedade estagnada para outra que prevê prosperidade, paz, economia forte, educação para todos, por exemplo, é possível que os homens que desacreditam as ideias femininas passem a ser cooptados para esse novo esperançar, essa utopia que engloba um todo e coletivo, e não um grupo individualizado.

O personagem José de Aritmética, “o único homem entre nove irmãs” (BELLI, 2011, p. 22), pai de cinco mulheres, “todas com nomes de flores: Violeta, Margarida, Açucena, Rosa e Petúnia” (BELLI, 2011, p. 23-24); esposo de Dona Mercedes “comilona e gorda, mas tinha um lindo rosto e uma personalidade alegre, calma e prática” (BELLI, 2011, p. 24), reflete, paulatinamente, na narrativa que “Era preciso reconhecer, ainda que não gostasse, pensou, que era verdade o que as mulheres diziam: que os homens tinham o vício da violência. Que necessidade havia de atirar na presidenta, meu Deus?! [...] Talvez por ter sido criado entre mulheres – era meio feminista” (BELLI, 2011, p. 24).

Nos fragmentos expostos, observa-se a aprendizagem reflexiva de José de Aritmética na convivência diária com as mulheres, algo bem recorrente em sua vida, desde quando nasceu, pois foi o único homem dentre nove irmãs. Possivelmente, adquirira empatia pelo estar junto delas, apoiando-lhes, mesmo que, em seu nicho masculino, se visse dividido entre o “lugar de fala” das mulheres e “o lugar de fala” dos colegas homens, sentindo-se numa “encruzilhada”

---

<sup>45</sup> Sigla que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Travesti e Transsexuais, Queer, Intersexo, Assexuais e Pansexuais, além de outras denominações ligadas ao termo. Disponível em: [www.cnnbrasil.com.br/saiba](http://www.cnnbrasil.com.br/saiba) o que significa a sigla LGBTQIA+ e a importância do termo na inclusão social, acesso em 29/11/2022.

de pensamentos entre aqueles que criticavam negativamente o universo feminino e entre o que ele mesmo pensava sobre as mulheres: “gostava delas e as respeitava. Gostava das mulheres, ainda que fossem do jeito que eram. Na sua casa se sentiu protegido por elas. Quando cresceu, o machismo fez com que ele as protegesse e cuidasse para que outros homens não se metessem com elas” (BELLI, 2011, p. 24). Isso permite interpretar que a aprendizagem acontece na vida prática com suas dificuldades e situações diversas, pois essas fizeram de José de Aritmética um homem diferente, apesar de suas “dúvidas” em relação a seu “lugar de fala”, perante o universo feminino, sempre tão criticado e machucado pelo sistema vigente.

Ele gostava do sistema da presidenta. Era diferente, pelo menos [...] Hilário, seu amigo que antes era policial, chegou a confessar que, sem essa medida da presidenta, jamais perceberia o prazer que lhe dava ver de perto os filhos crescerem (BELLI, 2011, p.49).

Assim, mentalidades sólidas de machismo vão se desfazendo a partir da prática governamental das mulheres em uma espécie de ironia: os que detrataram as mulheres, historicamente, sentem, naquelas que foram depreciadas, a força de mudança para melhorar suas vidas. E sentem isso não enquanto projeção, mas no dia a dia do governo delas, como a dizer que a utopia e a esperança se fazem no agir, durante a caminhada.

Isso se dá também ou melhor, pode ser visualizado através da aprendizagem de Emir, intelectual que se apaixona por Viviana Sansón: sentado ao lado dela, no assento de avião, ambos se identificam e conversam bastante sobre comunicação social, problemas nos meios de transportes, na política e as problemáticas dos países terceiro mundistas como era o caso de Fáguas. Em meio às concordâncias e discordâncias, Emir consegue se colocar no “lugar de fala” de Viviana, defendendo-a como aquela sensível aos problemas vivenciados na América Latina, pois ele também defendia isso e entendia muito bem:

Ela havia sido convidada, como personalidade dos veículos de comunicação, para o Fórum das Sociedades em Montevideu [...] conseguiu dormir em Miami. Ali, embarcaram Quinhentos passageiros. Aviões desse tamanho não voavam em *Fáguas*. O país permanecia num intervalo entre a Idade Média e a Modernidade. Isso ocorria com o Terceiro Mundo [...] o avião se preparou para sair e Viviana voltou ao seu assento. Pediu vinho. Respirou fundo. Emir sorriu para ela [...] o jogo de rodear e seduzir se deu inicialmente em uma longa e divertida discussão sobre a segurança de aviões, trens e outros meios de transporte e passou para o tema dos veículos de comunicação, o papel que desempenhavam, se podiam ou não ser objetivos [...] Viviana falou do PEE. Ele riu, alegre do nome [...]

– Genial – disse –, genial. Me considere um membro a partir de agora.

[...] Ela finalmente conseguiu se livrar das pessoas e entrou na conferência de Emir quando ele já havia começado. [...] Sua análise sobre a relação Estados Unidos e América Latina era rica em dados. [...], Mas Emir se calou. Os saltos dela ressoaram no auditório. As pessoas se viraram.

– Quero que conheçam Viviana Sansón – disse Emir. –Ela é uma jovem jornalista de *Fáguas* e uma pessoa que parece ter clara a ideia da qual venho falando há muito tempo: a política como desafio à imaginação (BELLI, 2011, p.111-113;117-118).

No fragmento acima, é clara a evidência da energia criativa e sedutora, da força feminina intelectual e utópico-concreta de Viviana e como isso afetou a experiência de “Emir”, esse intelectual que consegue se colocar no “lugar de fala”<sup>46</sup> da jornalista e enxergar a possibilidade real de concretização da “política como desafio à imaginação”, de modo a mobilizar mulheres e homens a lutarem por seu país e, ao mesmo tempo, enfraquecer os paradigmas colonialistas promotores da opressão diante do decreto de Viviana, excluindo os homens do serviço público, considerado radical por muitos homens e mulheres cúmplices do patriarcado e isso o tenha assustado, mas também o tenha feito refletir:

No avião, sentado ao lado da janela, fez o singular esforço de reviver sua vida com Viviana. Pensou que fecharia a usina de ideias que o obrigava a viajar frequentemente para Washington [...] Ele preferia categoricamente o modo ocidental, mas era defensor, promotor e crente fiel à teoria do decrescimento, da tese matriarcal do agrado, e sua experiência com o PEE acabara por convencê-lo de que a pedra filosofal da sociedade e da economia, que salvaria o mundo de si mesmo, seria proveniente do lado das mulheres. Viviana tinha que continuar viva. Ele a arrancaria da morte, mesmo que tivesse que descer ao inferno para recuperá-la (BELLI, 2011, p.130-131).

O fragmento acima evidencia esse traço transformador da política alavancada por Viviana e suas companheiras do PEE, o qual impulsiona a reflexão, de forma tão profunda, neste personagem Emir, um homem cheio de convicções intelectuais, colocando-o na mesma direção do “lugar de fala” das mulheres, na mesma voz subalterna que grita pelo “esperançar”. Vê-se que esse personagem, ao falar com a potência política do discurso e prática das mulheres, se coloca em uma posição que não binariza fala de homem e fala de mulher, espaço de um e de outro. Pelo contrário, fala do lugar assumido pelas mulheres, mas que diz respeito ao coletivo. Não estou querendo dizer que não haja as singularidades, as particularidades de gênero e de pessoas. Estou concordando com o fato de que Emir assume o discurso do outro (feminista) que é um discurso de ação do todo (Fáguas).

Emir capta esse “lugar de fala” de denúncia que as vozes dessas mulheres ecoam, em concordância com Ribeiro (2020, p. 64), quando ele afirma: “Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia

---

<sup>46</sup> A minha visão aqui sobre o lugar de fala relacionado a Emir é apenas metafórica, porque entendo que o modo melhor de explicar a visão dele sobre as causas defendidas por Viviana Sansón é a partir do termo *alteridade* porque ele se coloca no lugar do outro, por empatia, e questiona as visões deturpadas que a sociedade tem sobre os seus componentes, principalmente em relação às atividades diárias e à gestão da “coisa pública” que, numa visão conservadora, e criticada por Emir, só seria possível se atribuída ao sujeito homem.

social” que foi capaz de, durante séculos, produzir um silenciamento em Fátuas, que somente com Viviana Sansón e as companheiras do PEE foi enfraquecido por meio da reflexão e da ação política dentro da sociedade, atingindo homens e mulheres com um modo diferente de administrar.

Assim, homens e mulheres, jovens e idosos construíam juntos a escola, as creches, o restaurante comunitário; as pessoas mais escolarizadas ministravam aulas, não pagavam pela água no bairro, pois as atividades de limpeza, em que todos trabalhavam, davam resultado, a limpeza nas ruas era efetiva e, de fato, para os homens, por mais doloroso que fosse, “a verdade é que era embaraçoso aceitar que aquela revolução das mulheres dava frutos [...] foi difícil para todos os homens entenderem no início, mas pouco a pouco o tal felicismo surtia efeito” (BELLI, 2011, p. 49).

A obra mostra que alguns personagens masculinos, a exemplo de José de Aritmética, Emir, Hilário, assim como Silvio, Adolfo, Jaime, Joer, Boanerges – estes últimos até participam de um programa de televisão chamado “Campeões domésticos” – chegam a realmente “aceitar” e publicizar que o governo das mulheres era realmente eficaz, fazendo-os refletir:

Nenhum jornalista foi melhor testemunha da mudança que José de la Aritmética. Tocando a sineta ou raspando gelo, ouviu os comentários, que iam desde “o que vamos fazer, irmão, talvez elas tenham razão e essas férias nos caiam bem”, até os que se davam ares de importância, falando com raiva: “quero vê-las sozinhas, não lhes dou nem uma semana”, ou ainda aqueles que exclamavam: “Era só o que faltava a este país: que enlouquecêssemos! Só faltava isso, passar da corrupção à loucura [...] ex-funcionários do Estado, um mais acomodado que o outro [...] parecia mentira”, pensou Martina, como o programa havia sido educativo, porque certamente os participantes geralmente conseguiam realizar bem o trabalho, tão bem que começavam a compreender que o problema não era a dificuldade, mas justamente a rotina de ter que fazê-lo diariamente [...]. Se a vida de alguém fica nisso, saiu dizendo Adolfo na entrevista final na televisão, não sobra tempo nem de pensar. Deveriam pagar por esse trabalho, disse Jaime, essa história de ter que decidir o que preparar nas três refeições, dia após dia, acabou comigo, acabou comigo. Não sirvo para isso (BELLI, 2011, p.51;167-169).

Observa-se, no trecho acima, as vozes masculinas diante deste novo panorama político, provocando uma diversidade de opiniões, umas positivas, outras cheias de questionamento e ressentimento, pois, se, ao mesmo tempo, estavam felizes por poderem acompanhar o crescimento da prole e estarem em casa de “férias remuneradas”, porque eles achavam que ficar em casa correspondia a “tirar férias”, logo se depararam com as dificuldades do fazer cotidiano no espaço doméstico, as repetições das atividades culinárias, de limpeza, de cuidar dos/as filhos/as, entre outros. Essa mudança no cotidiano domésticos dos lares de Fátuas faz com que os homens voltem seus olhares e corpos sobre as atividades que deixaram de herança para as

mulheres historicamente. Ao sentir na pele o peso dessas atividades, é possível repensar o lugar das mulheres na estrutura do casal, do lar, da sociedade. Lugar de encontro e de diálogo, não lugar de dominação e de silenciamento.

Essa provocação por excluir os homens do serviço estatal é a estratégia do PEE de impulsionar o pensamento crítico sobre a opressão que as mulheres vivenciam cotidianamente, pois sequer o trabalho doméstico para uma mãe de família era remunerado. Com o ponto de vista feminista e da consciência do “lugar de fala” que a mulher enfrentava diariamente, é possível observar, nesta obra literária, o desejo pela ativação de uma multiplicidade de vozes pensando e refletindo sobre a prática social, desde o ambiente doméstico, a fim de mostrar como romper o discurso hegemônico opressivo e autorizado, aos lugares fora desse ambiente, como a política, a economia e a educação.

Spivak (2010) mostra que é necessária a tarefa intelectual e política no ser humano e, em *O país das mulheres*, a voz do sujeito subalterno é evidenciada e alavancada, ao invés de silenciada. A obra permite, justamente, esse fervilhar de “lugares de fala” em que muitos homens conseguem realmente entender que é preciso haver a cooperação, dentro e fora de casa, nos trabalhos domésticos e no entendimento das diferenças de classe, raça, orientação sexual, continentes e países, mesmo que ainda muitos deles até se revoltam contra a política do governo das mulheres em passeatas nas ruas, demarcando a revolta de estarem apenas trabalhando em casa e desejem voltar para seus postos de trabalho estatais, exigindo urgentemente seus direitos na passeata dos “Machos Eretos Inveterados”. Tratam-se de homens que não foram transformados pela força do “esperançar” de Viviana e de suas companheiras e exigiam que tudo voltasse a ser como antes:

[...] bruxas, filhas da puta, vagabundas [...] desfilaram pacificamente pela avenida principal, com falos enormes pintados com cartolina e outros feitos com tecido bege, recheados de algodão. Nas calçadas, as mulheres os viam passar; umas riam, outras mostravam a língua. Eleições! Eleições! gritavam os homens (BELLI, 2011, p. 196-197).

Observemos que, mesmo em face de uma política que reajusta os lugares das mulheres no social; mesmo sentindo que o universo de Fáguas melhora com a política feminista de *Viviana Sansón*, há os homens que não conseguem “sair do seu quadrado” e só conseguem visualizar o lado ruim da situação, que é o lado deles, das práticas deles, dos discursos deles. E por causa desse tipo de personagem que não enxerga nada além de seu próprio nariz, há divergência de opinião acirrada em Fáguas. O tumulto de opiniões a favor e contra o governo do PEE chega a ser capa do *Jornal El Comercio*, pontuando as falas das mulheres cúmplices



dos homens e das mulheres defensoras do PEE, motivadas por Martina Meléndez, ministra das “Liberdades Irrestritas”.

Enquanto as manifestantes lançavam insultos às observadoras, estas atiravam flores e agitavam pacificamente as já conhecidas bandeiras do pezinho. [...] a indústria das flores é um dos mais espetaculares sucessos do governo feminino do PEE. [...] Nós, mulheres nos colocamos de pé [...] grupos de mulheres passarão pelas casas fazendo as unhas dos pés e pintando de vermelho as unhas das mulheres que assim desejarem (BELLI, 2011, p.201).

E nessa enxurrada de opiniões e disputas entre homens e mulheres “cúmplices” do sistema opressor do governo masculino e ditatorial, vai surgindo uma “voz” mais forte de homens e mulheres que não conseguem mais permanecer no lugar da opressão ou da subalternidade. *O país das mulheres* é esse lugar do “esperançar” e esse espaço para a expressão do “lugar de fala” do subalterno e da luta de Viviana, que, ao final da obra, expressa seu não arrependimento pela “loucura” de mandar os homens para casa e afastá-los do serviço público estatal, pois tudo foi um laboratório, em que foi possível misturar identidades e papéis, para que a sociedade reconhecesse as mulheres e as mulheres, sobretudo, reconhecessem a si mesmas: “nenhum homem considera mais depreciativo passar, lavar, cozinhar ou cuidar dos filhos. As novas famílias de Fáguas dividem as tarefas” (BELLI, 2011, p. 220).

Neste contexto, a proposta de Freire (1992) do “esperançar” é que não haja uma simples “adaptação” ao discurso pragmático, mas insatisfação e um contínuo “estar desperto” para as relações entre tática e estratégia. É preciso lutar, mesmo que às vezes essa luta pareça até mesmo uma “loucura”:

Uma coisa é chamar a atenção dos militantes que continuam brigando por um mundo menos feio da necessidade de que suas táticas, enquanto caminhos de realização do sonho estratégico, se dão, se fazem, se realizam na história, por isso, mudam, e outra é simplesmente dizer que não há mais por que sonhar. Sonhar não é apenas um ato político necessário, mas também uma conotação de forma histórico-social de estar, sendo de mulheres e homens. Faz parte da natureza humana que, dentro da história, se acha em permanente processo de tornar-se [...] Não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança [...] não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente [...] a utopia implica essa denúncia e esse anúncio, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciando e agora um novo presente (FREIRE, 1992, p. 47).

O esperançar de Freire (1992), na pedagogia da esperança, vem encontrar-se com as ideias defendidas pelo novo governo de Fáguas. Trata-se de uma esperança ativa, politicamente militante e defensora de direitos coletivos para a igualdade, mantendo-se as subjetividades, as singularidades e sensibilidades de cada pessoa, de cada condição. Aprender o novo modo de

ser e estar no mundo é uma lógica que ganha corpo em *O país das mulheres*, a partir da política de vida de Viviana Sansón e de suas ministras. O encontro com o diálogo só é possível dentro de uma estrutura educacional que ambiciona o bem-estar de todos, a felicidade do coletivo, minimizando problemas, tensões e conflitos de todas as ordens possíveis. E diferentemente das utopias de autoria masculinas que focalizavam apenas a administração social, as utopias femininas pensam o corpo social como um todo e, no caso de Gioconda Belli, a contradição do sistema representado (a inversão de papéis sociais e lugares de poder) surge como paródia, como ironia política, como modo de aprendizagem.

O fazer-se e refazer-se, no processo de construir uma nova história, como sujeito e objetos, mulheres e homens como seres inseridos no mundo e não da pura adaptação ao mundo, sempre em contínuo processo de denúncia e anúncio é a proposta que encontro em *O país das mulheres*. Corroboro a fala de Bloch (2005), ao pensar que a utopia não é pautada em utopias particulares de pensadores utópicos dos séculos anteriores ao século XX, mas por uma utopia da *práxis* que representa uma luta real, daí, afirmarmos que *O país das mulheres* encena essa luta de mulheres feministas, amparada nos problemas locais latino-americanos e, por isso mesmo, decoloniais dos países do Eixo Centro Sul americano.

Viviana Sansón e suas companheiras do PEE carregam consigo a vontade de subverter sistemas patriarcais, opressores e capitalistas, que nunca se interessaram em libertar as mulheres do jugo da submissão, as quais, historicamente, foram empregadas nas indústrias de forma mal remunerada, com um salário ínfimo e mal pago, a fim de que elas se tornassem cada vez mais subalternas e dóceis, numa construção ideológica de gênero que mantém a dominação masculina e o sujeito subalterno feminino ainda na obscuridade, como poderíamos interpretar a partir do pensamento de Spivak (2010).

Os homens, na “nova” condição e lugar, ao experienciarem o espaço doméstico em sua profundidade e exclusividade, passam a compreender processualmente o “grito” secular das mulheres contra a opressão masculina implantada no país latino-americano de Fátuas, docilizam-se pelos efeitos da “Mãe Natureza”, com a fumaça do vulcão Mitre que “explode” e expelle a fumaça tóxica que os enfraquece, significando, na obra, uma aliança da “Mãe Natureza” em favor das mulheres “conscientes-cientes”, no dizer de Bloch (2005). O vulcão Mitre entra em atividade justo no período de campanha presidencial das mulheres do Partido da Esquerda Erótica – PEE e, ao expelir a fumaça tóxica, dociliza e diminui a virilidade dos homens, estabelecendo, na narrativa, uma parceria entre a natureza e a luta secular das mulheres. Essa cena de aliança entre natureza e mulher, na obra, confere uma utopia concreta em prol da luta central da mulher em busca de equidade e felicidade, intitulada de “felicismo”,

como uma ideologia e um sistema político que traz o desejo de uma convivência equitativa, harmônica e feliz entre os gêneros, sem a hierarquia implantada pelos homens no poder, a opressão, a competição e a violência.

Talvez, haja no corpo narrativo um equívoco não colocado em pauta no quesito relacionado ao enfraquecimento masculino diante da absorção das cinzas do vulcão que entra em erupção. Se, por um lado, os homens perdem o senso, a força viril, a agressão e violência, a ponto de se deixarem levar pelas ideias e pensamentos das mulheres; por outro lado, esse enfraquecimento não foi oriundo de uma reflexão, luta e argumentação. Os homens foram enfraquecidos pela natureza, tornando-se menores diante das mulheres. Soa como um favor ou ajuda que a natureza dá às mulheres para poderem ter seus caminhos livres dos homens. Até quando duraria o efeito natural sobre os homens? As mulheres poderiam continuamente contar com o efeito da explosão do Mitre? Esse ponto não foi explorado no romance e fica como um hiato entre o que almejam as mulheres, politicamente, com suas forças e poder de negociação, e aquilo que não se sabe, por haver tido esse acontecimento que pode apontar para o fato de que, sem o efeito do vulcão, talvez, as mulheres não tivessem chegado ao poder.

O “felicismo” constitui, no universo fictício de *O país das mulheres*, uma *práxis* utópica que propõe a união da força erótica e criadora das mulheres, trazendo para o poder político uma nova postura governamental, uma agenda pautada no “CONTATO” (BELLI, 2011) e no “CUIDADO” (BELLI, 2011), derrubando, desta forma, as barreiras impostas pelos homens entre o espaço privado e o espaço público, de modo que o erotismo se integre à política, tanto pela personagem presidenta de Fáguas, Viviana Sansón, como por suas companheiras de partido, que se unem para construir uma nova maneira de governar, desafiando a política patriarcal implantada há séculos pelos homens em Fáguas.

Elas desafiam a própria lógica feminista ocidental, pelo fato de (re)valorizarem tradições essencialistas, que foram amplamente criticadas pelo feminismo eurocêntrico e tidas, historicamente, como exclusivas do universo feminino de forma negativa e as colocam no centro do poder presidencialista do país, modificando toda uma estrutura patriarcal, para realizar, na prática, uma decolonização do poder e do pensamento dos homens, implantando, processualmente, um governo em que a lógica tradicional da maternidade biológica é transposta para a vida social, política, cultural e econômica de Fáguas. Essa decolonização de pensamento implica em uma ressignificação da maternidade, por exemplo: o caráter essencialista dessa prática e do desejo de maternar surge no PEE como uma alternativa para as mulheres que, assim, desejem a maternidade por consciência, sem as amarras historicamente postas como uma determinação ou obrigação biológica do corpo feminino engendrar. Há uma apropriação desse

aspecto que é valorado na perspectiva da consciência, do querer, não do dar vazão a um determinismo biológico, mas de dar vazão a um desejo e necessidade singular de quem, assim, desejar maternar. Isso contraria muitos pensamentos feministas.

*O país das mulheres*, de Gioconda Belli, insere-se nesta lógica questionadora, pois sua escrita ficcional se assemelha às problemáticas de outras nações e continentes oprimidos pelas políticas patriarcais, partindo de uma nação terceiro-mundista, como é o caso do país de Fátuas, o exemplo de país localizado na América Central e representante das tantas questões, em que as mulheres, há tanto tempo, já visualizavam em sua nação e conseguiram, enfim, chegar ao topo da política, em um partido político, formado apenas por elas, de forma autocrítica e autorreflexiva sobre os anseios feministas nascidos no contexto das necessidades latino-americanas.

A experiência provisória do decreto de exclusão temporária dos homens do serviço público (estatal) evoca reflexões de um modo dialógico, em que a utopia atravessa Fátuas, pois um outro cenário vai sendo construído, processualmente, no Governo das mulheres do PEE, buscando outras narrativas, agora, pautadas concretamente no Ginocentrismo. Assim, os valores da feminilidade, tradicionalmente tidos, como o “cuidado” e o “contato”, são as molas propulsoras para esta nova sociedade, pautada no debate democrático, na *práxis*, das políticas públicas feministas e latino-americanas. Nas próprias palavras de Levitas (2013, p. 239):

The utopian method involves both making explicit the kinds of Society implied in existing political programmes and constructing alternatives. It entails also considering the kinds of people we want to become and that different forms of Society will promote or inhibit <sup>47</sup>.

Nesta linha de raciocínio, em *O país das mulheres*, é perceptível a importância de todo um programa político alternativo, pautado na educação que a “Ministra das Liberdades Irrestritas”, Martina Meléndez, mulher lésbica e atuante pela mudança educacional do país, propõe na sociedade: a conquista dessa consciência tão desejada da liberdade plena, ao invés da permanência do modelo forjado pelo governo dos homens antes da vitória de Viviana Sansón nas eleições de Fátuas. Trata-se de uma política que, processualmente, busca enfraquecer o “velho mundo” que sempre fora pior para elas no governo deles.

Martina era também a autora de uma campanha *sui generis* de educação cidadã. A Nova Zelândia lhe permitiu ser quem era, parar de fingir que gostava dos meninos e não se sentir por isso cheirando a enxofre, desviada ou deformada, como as freiras

---

<sup>47</sup> O método utópico envolve tanto tornar explícitos os tipos de sociedades implicados nos programas políticos existentes quanto construir alternativas. Implica também considerar os tipos de pessoas que queremos nos tornar e que diferentes formas de sociedade irão promover ou inibir (tradução própria).

costumavam chamar meninas como ela [...] usar o feminino para o geral e introduzir o conceito de *Cuidadania*, as e os cidadãos como *Cuidadãos*, como cuidadores da pátria [...] A educação para a liberdade, como a chamava, era uma árdua tarefa. Depois do governo autoritário, a necessidade havia ensinado as pessoas a sobreviver sob pena de se deixar aprisionar [...] custou a crer, mas era verdade o que Viviana havia-lhe explicado durante a campanha:

– A mentalidade do país é a de uma mulher dependente e violentada, percebe? Por isso você vai ver que até os homens vão votar em nós.

E assim foi. Conseguiram fazer com que muitos homens percebessem que não era má ideia cuidar do país como se ele fosse a casa de cada um (BELLI, 2011, p. 37).

Destacamos o “lugar de fala” da mulher lésbica, invisível perante a sociedade heteronormativa que, na obra, tem a voz e a autoridade para falar sobre educação no país terceiro-mundista de Fáguas, nação latino-americana, marcada pela colonização, várias formas de violência, incluindo aí a corrupção e o tráfico de meninas, operados unicamente pelos homens e mulheres cúmplices que governaram aquele país, conforme já apontado. Uma mulher que conhecia o significado da liberdade de expressão e de uma educação de amplo espectro, pois havia morado no país da Nova Zelândia, esse exemplo de nação mais desenvolvida no âmbito humano, de qualidade de vida, esperança de vida, educação pública, paz, prosperidade, economia equilibrada, liberdade de imprensa, democracia e honestidade na política.

A Nova Zelândia é essa “utopia concreta” viva e possível de existir também em Fáguas. Por isso, Martina criou a política da *Cuidadania* que se ancorou no cuidado da pátria, de forma que homens e mulheres passem a cultivar essa força da feminilidade tradicional que o próprio patriarcado reforçou sobre a mulher, mas de forma, agora, positiva e transformadora, pois tornou os próprios homens conscientes de que era preciso “cuidar do país como se ele fosse a casa de cada um”, mesmo que fosse necessário “levantar a tampa da panela de pressão que havia anos cozinhava em seu próprio caldo para que a esperança permitisse que sentissem seu aroma de coentro e hortelã” (BELLI, 2011, p. 38).

O “lugar da ecologia” também é evocado na obra com a proposta da “Ministra da Economia”, Rebeca, que tivera a ideia de transformar o país de Fáguas, grande produtor de flores e venda de oxigênio, pois, em sua concepção, era necessário renovar o país pela natureza verde: “Num mundo desmatado e castigado como a Terra, possuir os bosques e florestas que abundavam em Fáguas era um luxo inestimável” (BELLI, 2011, p.153-154). A proposta de oferecer o “bônus de carbono”, em um mundo globalizado, foi redentora para os países ricos, pois era

uma espécie de mecanismo de redenção para que os habitantes dos países ricos se sentissem menos culpados pela quantidade de dióxido de carbono – gás responsável pelo efeito estufa [...] produzida por seu estilo de vida. Pessoas ou empresas

ecologicamente conscientes, depois de fazer um cálculo de quanto gás carbônico suas atividades produziam, compravam bônus de outra atividade que, avaliavam, serviria para conservar oxigênio ou produzir energia sem prejudicar o meio ambiente [...] Quem pagaria pelo oxigênio, de modo que Fátuas não se visse forçada a derrubar seus bosques para obter recursos de subsistência? (BELLI, 2011, p.155).

Nessa proposta da Ministra da Economia de Fátuas, há uma forma ecológica de pensar as questões da poluição ambiental e de como os países ricos poderiam também “aprender” a valorizar o meio ambiente, através desta prática de venda de oxigênio, impulsionando a economia sustentável e ambiental. O sentimento de “esperança” realmente vai se construindo dentro da narrativa e, cada vez mais, essa consciência de transformação de um modo de pensar patriarcal, individualista, poluente e violento para uma cultura da cooperação, participação, cuidado e contato uns com os outros é posta em prática.

Essa é a política chamada de “Felicismo”, uma união de felicidade e ginocentrismo, isto é, um governo implantado somente por mulheres conscientes e autônomas, ocupando a centralidade governamental e apresentando novas formas de pensamento para a construção de uma outra possibilidade política e histórica neste continente, como já exposto. Trata-se de uma atitude crítica e utópica na *práxis*, tornando os homens empáticos, para se colocarem no lugar onde as mulheres sempre ocuparam historicamente. Assim, o espaço doméstico passa a ser visto como uma forma de, processualmente, gerar uma consciência de reconhecimento e equidade entre as pessoas que trabalham, produzindo-se, assim, a responsabilidade mútua no trabalho e cuidado doméstico.

Tal reflexão é desencadeada pela obra, a partir de diálogos frequentes entre as personagens, apresentando cada qual suas experiências doloridas de opressão durante o governo secular dos homens e a união entre muitas delas, pela implantação de uma nova postura governamental, em que os preceitos da maternidade, do cuidado e do contato são os elementos de base para reconstrução de uma nova superestrutura: “Vamos pegar cada estereótipo feminino e levá-lo até as últimas consequências” (BELLI, 2011, p.39). A Ginocracia (governo de mulheres) é a grande estratégia de Viviana Sansón, para “tentar salvar sua presidência do mal da mediocridade e da insignificância” (BELLI, 2011, p.137), que, em um diálogo com Emir, seu amante, ela lhe apresenta a importância de gerar essa demanda política de colocar as mulheres no centro do governo, porque isso significaria um:

sinal inequívoco de uma mudança irrefutável [...] uma lição daquelas que só se aprende na prática. O poder tem signo masculino, e os homens precisam sentir na própria pele o que significa ser marginalizado, que o outro sexo decida por eles. Além do mais, essa é a única maneira de fazer com que experimentem a vida doméstica como uma realidade (BELLI, 2011, p. 138).

No fragmento dado, vemos a importância do “lugar de fala” ou da voz subalterna, a potência que ela tem na política para fazer o outro “sentir na pele o que significa ser marginalizado”, isto é, o que Spivak (2010) aborda em “Pode o subalterno falar?”, ao descrever o termo subalterno como aquele lugar das camadas mais baixas da sociedade, constituído pelos modos mais específicos da exclusão dos mercados, da representação política e legal e da possibilidade de um dia a mulher se tornar membra plena no estrato social dominante. É necessário que a mulher exerça sua “voz” plena e autônoma em espaços, nos quais ela foi privada de “falar” ou “agir”, porque o homem sempre exerceu esse lugar de fala nos espaços dominantes e grande parte das mulheres se acumpliciou a esses homens que sempre ocuparam o poder.

Daí ser necessário um poder feminino em Fátuas, segundo Viviana Sansón e suas companheiras do PEE:

um partido que proponha dar ao país o que uma mãe dá ao filho, cuidar dele como uma mulher cuida de sua casa; um partido ‘maternal’, que enfatize as qualidades femininas com as quais nos desqualificam, como talentos necessários para assumir um país maltratado como este. Em vez de querermos mostrar que somos tão ‘homens’ como qualquer macho e, por isso, estamos aptas a governar, vamos enfatizar o lado feminino, aquilo que normalmente as mulheres que aspiram ao poder escondem como se fosse uma falha: a sensibilidade, a emotividade. [...] que tal, então, pensarmos num partido que convença as mulheres, que são a maioria dos eleitores, de que agindo e pensando como mulheres vamos salvar o país? Que tal se, com nossa arte sedutora de mulheres e mães, sem fingir nem renunciar ao que somos, oferecermos aos homens esse cuidado do qual estamos falando (BELLI, 2011, p.83).

No fragmento citado, Viviana reforça seu “lugar de fala”, com toda sua carga de feminilidade como principal força de valorização da mulher, desde sua biologia e sua função como mãe, transcendendo do pessoal para o político. A maternidade, então, de acordo com a pauta política, e envolvendo todas as mulheres, surge com um teor afirmativo e não como uma falha ou como um aprisionamento no espaço doméstico. Consideramos, assim, que Belli (2011), em *O país das mulheres*, traça uma utopia caracterizada pelo desejo de transformação e pela esperança da equidade entre os gêneros, pois o foco é que as mulheres podem, sim, construir um poder feminino, mesmo arriscando retomar questões essencialistas, porém, com um uso estratégico e provisório, como diria Fuss (1989), “mobilizado pelos próprios sujeitos excluídos e despossuídos da cultura” (CAVALCANTI, 2017, p. 402).

Com base nessa afirmativa, destacamos que as mulheres de Fátuas, latino-americanas, subalternas e excluídas secularmente da governança dos homens, escolhem o essencialismo como forma estratégica de deslocamento e desestabilização de um modo governamental

opressor, há séculos implantado pelos homens, o que soa irônico. O posicionamento histórico de propósito ideológico de quem o pratica, assim como a coalização de grupos voltados para a *práxis* política feminista, associados a um essencialismo estratégico e uma revisão crítica de seus usos, em *O país das mulheres*, que não seja “necessariamente reacionário”, como pontua Cavalcanti (2017), coloca o “risco da essência” como uma possibilidade de uma atividade feminista em constante autocrítica e em políticas identitárias com maturidade e sem inocência.

A utopia de *O país das mulheres* segue neste caminho crítico e autocrítico, entre como retomar o essencialismo, sem estabelecer linhas reacionárias e, ao mesmo tempo, dessencializar as visões mais retrógradas relativas ao essencialismo, refletindo sobre o significado da recusa à essência, assim como aproximando o feminismo construcionista, de Simone Beauvoir (1967), o qual rejeitou a ideia de que quaisquer dados essenciais ou naturais precedem os processos de determinação social. Segundo Fuss (1989), essencialistas e construcionistas polarizam-se em torno do natural e social, isto é, se para essencialistas, a diferença entre o “macho” e a “fêmea” é anterior às diferenças sociais; para as construcionistas, o natural significa, uma construção social. Assim, para essencialistas, o natural é recalcado pelo social e para construcionistas, o natural é produzido pelo social.

Em *O país das mulheres*, constato essa polarização de mulheres e homens, no universo biológico e colocados, experimentalmente, no centro do romance, como possibilidade estratégica de refletir sobre a prática política entre o feminino e o masculino, tanto olhando para o passado governamental de opressão patriarcal no país de Fáguas, como para a construção de um presente, pautado numa utopia da *práxis* de “consciência antecipadora”, conforme Bloch (2005) defendeu em *O princípio da esperança*, o qual criou a expressão “sonhar para adiante”. Tal pensamento é analisado no país latino-americano de Fáguas, em processo de decolonização das práticas patriarcais pelas mulheres.

O próprio feminismo é pensado, na obra analisada, em um diálogo com as companheiras do PEE, quando estas respondem ao questionamento de Viviana Sansón sobre o fato de todas as mulheres renunciarem ao que eram e oferecerem aos homens o princípio do cuidado:

As feministas acabariam nos dizendo que vamos eternizar tudo que se pensa das mulheres – Eva disse.

– Depende das feministas. O feminismo é muito variado. Para mim o problema não é o que se pensa das mulheres, mas o que nós aceitamos pensar sobre nós mesmas. Deixamos que nos culpassem por sermos mulheres, deixamos que nos convencessem de que nossas maiores qualidades são fraquezas. Temos que demonstrar como a maneira feminina de ser e agir pode mudar não só o país, mas o mundo todo – disse Viviana (BELLI, 2011, p.83).



Nesse sentido, na própria obra, há o questionamento sobre o feminismo eurocêntrico que, durante muito tempo, criticou características biológicas da mulher como algo negativo que possibilitou a opressão contra cada uma delas. Porém, no governo das mulheres de Fátuas, a força biológica e os valores sociais e tradicionais, tidos no feminino, são elencados como primordiais na política do país, de forma estratégica, a fim de que as tais “fraquezas” que refletissem sobre o fato de ser mulher seriam as “qualidades” para “ser e agir” na mudança de Fátuas. Como já apontado, ironicamente, há uma reapropriação de aspectos naturais e biológicos do corpo feminino, que são reinterpretados à luz de um novo conceito, essencializando o que já era essencial, todavia, numa chave de leitura consciente, singular, para quem quer e se sentir bem, sendo mãe, maternando, engendrando vida. A diferença está na valorização do corpo natural das mulheres, sem as opressões e determinações masculinas sobre ele.

Essa mudança de postura na forma de governar das mulheres do PEE é uma “consciência antecipadora” que se constitui numa nova filosofia da *práxis* e utopia tem um sentido profundo e íntimo de esperança, em forma de “afeto da espera” e da “expectativa com as camadas da possibilidade”. A interpretação se reveste de uma análise ampla da presença desta “filosofia da *práxis*” numa “utopia concreta”, pautada na crítica dialética das relações entre a base e a superestrutura, no caminho da ação e da transformação, conforme já falamos na discussão sobre o conceito de utopia como atividade construtora e ativa que se faz, no momento em que se pensa, e evidencia-se o pensamento ou desejo em atividade, se construindo num movimento histórico, que elege o processo e o caminho para o futuro como o tópico e o elementar.

Assim, *O país das mulheres* é construído sob esse “arranjo” institucional, promovido pela energia da esperança juntamente com suas companheiras de partido, conferindo uma realidade construída por meio de valores, habilidades, capacidades e experiências de mulheres autônomas, encorajadas por si mesmas a colocarem em prática toda uma vivência diferenciada da postura individualista dos homens e aproximada de uma sociedade cooperativa, consciente e livre da opressão. Uma sociedade onde “our institutional arrangements affect both the imagination and the reality of human flourishing”<sup>48</sup>(LEVITAS, 2013, p. 246).

A partir da possibilidade de transformação das forças produtivas e das relações de produção, extraídas por outro gênero, no caso, no contexto essencialista biológico da mulher com toda sua ressignificação da maternidade, desde a superestrutura, (seja no estado, na política, cultura, economia, religião, direito, no exército, entre outros setores da sociedade), a

---

<sup>48</sup> “Nossos arranjos institucionais afetam tanto a imaginação quanto a realidade do florescimento humano” (tradução própria).

função utópica antecipadora acontece, por força da energia de esperança da redenção, “ressurreição” e profunda conexão, no dizer de Münster (1993), com as questões latino-americanas, discutidas, por exemplo, na Teologia da Libertação, em países como a própria Nicarágua, o Peru, o Brasil, entre outros, em que a dimensão teológico-política surge como uma visão profética da possibilidade de aliança entre cristãos/cristãs e marxistas, juntos em otimismo militante, que recusa o pessimismo e se conecta a uma esperança messiânica das problemáticas dos países do Eixo Centro, Sul e Africano.

Apoiamo-nos em Freire (1992) para analisar a tomada de decisão do governo das mulheres em expulsar todos os homens do serviço público, assim como a medida de prender, em jaulas, todos que cometeram violência contra as mulheres, seguida dos estupros, e de tatuar, na testa dos homens, “estupradores”, como uma forma de realizar uma pedagogia em todo o pensamento patriarcal, em defesa de uma “pedagogia do oprimido contra os sectarismos, castradores sempre e em defesa do radicalismo crítico” (FREIRE, 1992, p. 622), a fim de gerar uma pedagogia, no país de Fátuas, onde o sofrimento secular das mulheres estava no domínio das estruturas políticas e socioeconômicas. “A esperança de produzir o objeto é tão fundamental quanto indispensável é a esperança de refazer o mundo na luta dos oprimidos e das oprimidas” (FREIRE, 1992, p.356), dessa forma, entendo que se trata de uma pedagogia dentro das próprias estruturas de poder desconstruídas do poder patriarcal.

Na obra em análise, essa discussão do trabalho doméstico e o trabalho fora de casa pela mulher está presente nas reuniões do PEE, o que é exemplificado no trecho a seguir, para mostrar essa característica da utopia na *práxis*, conforme discutida por Bloch (2005) e representado por Belli:

– E erguemos tantos cometas utópicos que dá medo também medo...—disse Eva.  
 – Eva, não é utopia pensar que as mulheres poderiam ter um enfoque diferente – insistiu Viviana. – Se pensarmos na experiência de vida de cada uma, veremos que não há igualdade. No trabalho, por exemplo: a mulher fez avanços enormes nos países desenvolvidos, mas não me digam que não cabe a elas a maior responsabilidade pela casa e pelos filhos. É por isso que existe esse telhado de vidro que apenas algumas ultrapassam. Por que vocês acham que a Alemanha, a Itália e a Espanha estão ficando sem gente? Se não fosse pelos imigrantes, haveria apenas idosos...As mulheres não querem ter filhos, porque isso significaria deixar de viver para dedicar-se à criação deles. A maternidade, no mundo todo, está condenada; a mulher é castigada por engravidar, parir e cuidar dos filhos. E adentramos ao mundo do trabalho, mas o mundo do trabalho não se adaptou a nós. Ele foi pensado para homens que têm esposa. Se nós, mulheres, tivéssemos organizado o mundo, o trabalho não estaria segregado da família, estaria organizado em torno dela: haveria creches maravilhosas e gratuitas nos próprios centro de trabalho. Poderíamos ficar com nossos filhos na hora do café. Levariam os bebês até nós para que déssemos de mamar [...] *Fátuas*” pode ser o plano piloto de um sistema diferente, proposto por nosso partido: o felicismo. A felicidade per capita e não o crescimento do produto interno bruto como eixo do

desenvolvimento. Medir a prosperidade não em dinheiro, mas em quanto mais tempo, mais tranquilas, seguras e felizes vivem as pessoas (BELLI, 2011, p. 84-85).

Nesse modo de leitura que proponho, o pensamento de Bloch (2005) é fundamental para entender a utopia enquanto esperança concreta e transformadora manifestada ficcionalmente por uma atitude de escrita utópica em Belli (2011), como exposto no trecho dado, considerando a possibilidade de uma renovação do pensamento utópico através da estratégia de valorização de todas as forças da feminilidade de criação e crítica social, cujo traço significativo é o abandono das utopias tradicionais, dos modelos imaginários de uma organização do Estado patriarcal para uma sociedade cooperativa e mútua nas relações entre homens e mulheres. A proposta de Viviana Sansón e de suas companheiras de Partido, ao instaurar uma nova superestrutura e base, amparadas por outras ideologias, a “ideologia desessencializada” da maternidade, tanto para mulheres como para homens, desestrutura toda uma “mística feminina” que fora criada e recriada, durante séculos no patriarcado, e fora responsável por gerar violências de gênero, opressão cotidiana desde a esfera privada (doméstica) da mulher, quando elas, além de trabalhar dentro casa, cuidando da criação dos/das filhas, também sentiram necessidade de trabalhar fora de casa, mas continuaram sendo oprimidas e exploradas.

No próximo tópico, discuto a utopia dentro do contexto decolonial, pois Fátuas é um país terceiro-mundista e foi colonizado pela cultura patriarcal e, por isso, mostra a força da política de Viviana Sansón e suas companheiras do (PEE) como “descolonizadora” ou “decolonizadora” de toda uma prática heteropatriarcal.

### **3.3 Pensando uma utopia feminista decolonial em Fátuas**

Fátuas, como um país terceiro-mundista, apresenta muitas mazelas que encontramos nos países do Eixo Centro Sul americano: misoginia, pobreza, desigualdade social, racismo, lgbtqiap+fobia, entre outras. Nesse sentido, há *insights* na obra para questionamentos sobre a colonialidade do poder e do saber, de gênero, aspectos que destaco pela “descolonização” ou “decolonização”.

A opção pela supressão da letra “s” na palavra “descolonização” se dá em conformidade com o que propõe Hollanda *et al* (2020), pois, segundo tal estudo, “descolonização” sem o ‘s’ marca justamente esse rompimento com estas colonialidades. Para Lugones (2008), além de raça, o conceito moderno colonial de gênero, no sentido daquilo que qualifica e identifica a diferença sexual, teria sido introduzido nos países latino-americanos como forma de dominação e controle do trabalho e dos corpos, pois os homens e as mulheres não europeus, isto é, pessoas

indígenas e africanas, por exemplo, eram consideradas diferentes e inferiores, porque não seguiam as mesmas regras de socialização e convivência das sociedades coloniais. Os povos originários que já viviam nos países do Eixo Centro Sul americano do planeta eram considerados pelos europeus como selvagens e animais, sendo isso uma justificativa para implantação, a todo custo, de uma cultura e uma religião europeia como únicas salvadoras.

Dessa forma, o feminismo denominado “decolonial” se descola justamente das marcas desse colonialismo, assinalando e provocando posicionamentos, posturas e atitudes contínuas de transgressão, juntamente com a intervenção por um caminho de luta contínua, por meio da qual é possível identificar, visibilizar e incentivar lugares de exterioridade e outras construções alternativas perante o que já existe, pois o feminismo decolonial não reage, mas age na construção de alternativas positivas e inclusivas sobre os saberes e as práticas do continente latino-americano.

Conforme Friedan (2020), a antropóloga norte-americana Margaret Mead, de grande importância teórica nos Estados Unidos, mesmo sendo mulher, ainda se deixou influenciar pelos antigos preconceitos que restringiam a vida das mulheres, conferindo-lhes o discurso processual circular sobre a mística feminina e disseminado pelas reflexões da própria psicologia, antropologia, sociologia e política, isto é, pela própria instituição das Ciências Sociais, Humanas e Médicas. Mesmo diante de tudo, Mead conferiu uma lógica opressora em torno da mulher, oriunda da colonialidade eurocêntrica, visto que, ao longo de muitos anos, profissionais das ciências comportamentais começaram a reinterpretar conceitos freudianos de forma equivocada, inclusive a própria Margaret Mead, sendo mulher, reproduziu nos campos da cultura e da personalidade, significados puritanos ao termo genérico “papel da mulher”, com uma espécie de “paralisia profunda – como Belas adormecidas à espera de um Príncipe Encantado que as acordasse enquanto em volta do círculo mágico, o mundo seguia em frente” (FRIEDAN, 2020, p. 152).

Diante dessa discussão em torno do que Friedan (2020) apresenta, observa-se um diálogo da obra *O país das mulheres* com as problemáticas da mística feminina já apontadas e, ao mesmo tempo, pode-se refletir sobre a mulher *ladinoamefricana*<sup>49</sup>, identificando-se, no feminismo decolonial, as angústias vividas pelas mulheres do Eixo Centro Sul americano. Essas que se encontram na prisão do trabalho doméstico sem remuneração, enfrentando a dupla

---

<sup>49</sup> Gonzalez (1988b, p.69) afirma: “trata-se de um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural [...] ele é uma América Africana cuja latinidade, por inexistente, teve trocado o ‘t’ pelo ‘d’ para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: América Ladina”.

jornada de trabalho, sendo responsáveis por cuidar da casa e, ainda, trabalharem fora, para poderem ter seu sustento, em países subdesenvolvidos governados por homens, onde a corrupção, a violência, a misoginia, a política e a religião ainda trazem marcas do patriarcado e da opressão.

Esse discurso patriarcal foi, inclusive, reforçado pela própria ciência freudiana, pois segundo Friedan (2020), tal teoria interpretou, de forma equivocada, as frustrações das mulheres, sobretudo, as mães, os ressentimentos e as inadequações de seus pais, irmãos e maridos, as suas próprias emoções e possíveis escolhas na vida, reforçando velhos preconceitos, como os de que a mulher é um ser de “sexo frágil” e por isso deve estar em casa cuidando dos/as filhos/as, ou outras ainda são taxadas de “pouco femininas”. Tal era a identificação dada às mulheres estadunidenses pela mística feminina, pois o destino da mulher era nascer para reproduzir e cuidar do lar, ou, em linhas gerais, cuidar da família. Se mesmo a mulher norte-americana que tinha a oportunidade ou o privilégio de estudar, ao cursar alguma faculdade, tinha contato com versões equivocadas advindas das ciências médicas, sociais e aplicadas, já que, no final das contas, a função dos trabalhos domésticos era destinada, exclusivamente, a elas ou àquelas marginalizadas da superestrutura social, as mulheres racializadas, as mulheres pobres, latino-americanas ou *ladinoamefricanas*, no dizer de Gonzalez (2020), as mulheres excluídas não brancas, entre outras denominações.

De acordo com a teoria da política decolonial, o gênero, a raça e a classe surgiram durante a modernidade como eixos cruciais, a partir dos quais as pessoas foram exploradas e a sociedade foi estratificada (OYÈWUMI, 2020). Foi durante a modernidade que a escravidão e a colonização europeia de África, Ásia e América Latina aconteceram juntamente com a intensificação do capitalismo e da industrialização na Europa, assim como o estabelecimento de estados-nação e o crescimento das disparidades regionais no sistema-mundo ocidental. A Era Moderna é marcada pela expansão da Europa e pelo estabelecimento de uma hegemonia cultural euro-estadunidense em todo o mundo.

A América Latina ou *América Ladina*, no dizer de Gonzalez (2020), e estendendo a todos os outros países das américas igualmente colonizados pelos europeus e brancos, vivenciou e ainda vivencia os efeitos do eurocentrismo, norte americanismo e a racialização do conhecimento, como se, somente, a Europa e a América do Norte fossem as detentoras de conhecimento sobre o comportamento humano, suas histórias, sociedades e culturas.

A marginalidade dos países do Eixo Centro Sul americano foi pensada desde Quijano (1992), a partir da naturalização da ideia de raça e das diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados, configurando estruturas biológicas como diferenciais nas

chamadas identidades sociais, como índios, negros, mestiços e europeu, identidades essas associadas às hierarquias, aos lugares e aos papéis sociais pautados em padrões de dominação, significando uma maneira de legitimar ideias e práticas de relações de superioridade *versus* inferioridade; entre dominantes e dominados; entre masculino e feminino.

Em contrapartida, Lugones (2008), como leitora crítica do pensamento de Quijano (1992), trouxe a constatação de que o gênero e o sexo também são categorias ficcionais coloniais, pois a colonialidade inventou a própria história e instaurou uma matriz de pensamento binária e dualista, pondo uma hierarquia, a qual fora inventada como uma verdade única, em que é natural existirem colonizadores e colonizados, denunciando o caráter limitado da categoria de gênero conforme realizada por Quijano (2005), pois é marcada pela compreensão patriarcal e heterossexual das disputas pelo controle do sexo, propondo a decolonização da categoria sexo/gênero como uma ruptura do paradigma do poder hegemônico, assim como argumentando que as estruturas de poder e de dominação imperam sobre o sexo feminino, também reconhecido pela natureza colonial, como inferior, racional, devendo ser dominado e subjugado em uma estrutura de poder que é androcêntrica e heteronormativa.

A noção de decolonialidade emerge em meio a uma crise de conceitos amparados em visões estritamente relacionadas aos estudos pós-coloniais que reiteravam versões sociais a partir das colonizações da África e da Ásia, deixando-se de lado o contexto central e sul latino-americano. O conceito parte da negação crítica do pensamento universal, abstrato e objetivo, que é desconstruído a partir de ideias como autoria, subjetividade, identidade bem definida e localidade. Tem-se, assim, uma “epistemologia” com alto grau de rigor teórico, centrado em uma democracia plurirracial, entendendo que a colonização não é um produto ou não tem uma história acabada, mas se estende até os dias de hoje, por meio de outros modos de colonizar, como a colonização de gênero, de pensamento, de poder, saber, ser e da natureza.

O pensamento de Lugones (2008) denunciou que o sistema binário de sexo/gênero impôs às mulheres, às pessoas trans e intersexuais, um lugar de submissão, com o argumento de que uma organização social, estabelecida em termos de gênero, não precisava estar posta de acordo com um modelo heterossexual e patriarcal, mas, sobretudo, que uma organização social não precisa ser lida em termos de gênero. Desta forma, pensar um outro feminismo, chamado de “decolonial”, caracterizado pelo enfrentamento da colonialidade do poder e a colonialidade de gênero, após a formalização da independência de territórios colonizados, em que, ainda, persistem os legados da modernidade, do racismo e do capitalismo, é a proposta das mulheres do Sul Global.

Assim, entende-se que é necessário compreender que, na literatura, as relações dialógicas estão sempre presentes na linguagem, em forma de narrativas que expressam o desejo de uma sociedade mais equitativa e humana. Como já afirmava Bakhtin (2010), existe uma dialogização interna da palavra, que é sempre perpassada pela palavra do outro, o qual, apreende a história e perpassa o discurso. Em *O país das mulheres*, observa-se essa dialogicidade nas ideias oriundas de pensadoras da crítica literária feminista, de base decolonial, visto que, nela, refuta-se o caráter universal do padrão colonial moderno de poder, pensado por Quijano (2005), mas reconstruído pela pensadora decolonial Lugones (2008), assim como pela estudiosa Oyěwùmí (1997), as quais produziram reflexões teóricas sobre o binarismo de sexo/gênero, como resultados da estrutura de dominação refletida por Quijano (1992), pois este último apenas naturalizou o pensamento da Ciência Moderna nos países do Eixo Centro Sul americano Global, como justificativa das relações de poder intrínsecas ao próprio capitalismo.

Felizmente, Lugones (2008) como pensadora argentina, sul americana, avançou em relação ao pensamento de Quijano (2008), no sentido de apontar que os termos raça e gênero formam igualmente categorias ficcionais, socialmente construídas, naturalizadas e integradas gravemente ao amplo projeto de dominação colonial. A partir das reflexões de Oyěwùmí (1997), ela demonstrou a indiferença e a invisibilização do saber produzido pelas mulheres de cor ou mulheres periféricas, perante o discurso de gênero ocidental, cuja lógica se amparou em uma ideologia biológica determinista, que desconsiderou a vivência das tribos indígenas antes da colonização, a exemplo da sociedade Iorubá, no sudoeste da Nigéria, formalmente colonizada pelos ingleses, de 1862 a 1960. Nessa tribo, não havia a chamada categoria ‘mulher’ e o corpo não era pensado como base para uma hierarquia social, e, sim, para uma hierarquia geracional e de idade, pois a posição social dos indivíduos era estabelecida com relação à posição dos demais indivíduos, em contextos de interação específicos, de forma que ela era sempre relacional e jamais essencializada.

Nos estudos de Oyěwùmí (1997), o termo *obmrin* e *okurin* em Iorubá, designam indivíduos com características anatômicas específicas, não sugerindo nenhum tipo de antagonismo e derivação hierárquica para designar *obmrin* como ‘mulher’ ou *okurin* como ‘homem’.

[...] o termo iorubá *obmrin* não é equivalente a “mulher” porque o conceito de mulher ou feminino evoca uma série de imagens, incluindo as seguintes: aqueles que não têm

pênis [...]; aqueles que não têm poder; e aqueles que não podem participar na arena pública.<sup>50</sup> (OYĚWÙMÍ, 1997, p.34).

Oyewùmí (1997) traduziu os prefixos *obin* e *okun*, referentes à anatomia da fêmea e do macho, sendo diferenciados apenas como anafêmea, anamacho e anasex, ao invés de serem designados como binariamente opostos, tal qual o pensamento eurocêntrico conferiu, gerando hierarquias propulsoras de opressão, dominação e exclusão. Esse estudo da autora rompeu com a postura eurocêntrica colonizadora de gênero, pois como ela mesma constatou: “O gênero não era um princípio organizador na sociedade Iorubá antes da colonização ocidental” (OYĚWÙMÍ, 1997, p.31).

Apesar desta constatação, a sociedade intelectual ocidental continuou, equivocadamente, pondo fronteiras periféricas para o que se entende por ‘mulher’, considerando-a distante das superestruturas do poder e excluindo-a de participar ativamente como profissional central nos espaços públicos, historicamente determinados pela cultura heteropatriarcal. Assim, além desta constatação de o gênero ter sido uma construção social no contexto colonial de poder, Oyewùmí (1997) apontou que a biologia também foi, assim como o gênero, uma construção social.

Considerando a reflexão empreendida por Lugones (2008) e Oyewùmí (1997), interpreta-se que, em *O país das mulheres*, há uma dialogicidade que aponta para a reflexão do posicionamento do pensamento feminista ocidental e o pensamento de política decolonial, pois, em sua narrativa, encontrei a postura crítica da, então, personagem Viviana Sansón, líder do PEE, quando propôs, em seu governo, uma política ginocrática que age contrariamente ao feminismo ocidental, em que as mulheres assumem a centralidade na esfera sócio-política, possibilitando essa ruptura com o feminismo ocidental e apontando para o sonho utópico decolonial de transformação concreta, visando promover uma maior capacidade de expressão positiva das experiências tradicionalmente ocidentais, tidas como femininas, de modo a rejeitar os valores egocêntricos, individualistas, opressores e violentos, encontrados nas instituições tradicionais dominadas por homens.

Lugones (2020) cita um outro estudo de base decolonial do Sul Global, mostrando também que, nas sociedades indígenas, os papéis de gênero eram atribuídos com base na vocação, inclinação e temperamento de cada indivíduo, outro dado diferencial de gênero com

---

<sup>50</sup> [...] the Yoruba term *obmrin* is not equivalent to “woman” because the concept of woman or female conjures up a number of images, including the following: those who do not have a penis [...]; those who do not have power; and those who cannot participate in the public arena. (OYĚWÙMÍ, 1997, p.34). (tradução própria).



relação à perspectiva eurocêntrica e, portanto, possibilitador de uma ‘ressurreição’ dos valores indígenas existentes muito antes da colonização. Assim, por exemplo, conforme a autora, alguém do sexo feminino que sonhava com armas era identificado como macho para todo tipo de propósitos práticos conferindo, desta forma, que o processo de colonização foi o responsável pela subversão das relações sociais indigenistas, destituindo a mulher da centralidade do poder e subjugando-a às figuras masculinas, transformando sociedades ginocráticas em sociedades patriarcais. Para Lugones (2020), no modelo colonial/moderno de gênero, o feminino como criador foi suplantado pela introdução de criadores masculinos, seguindo a cultura cristã e judaica, em detrimento das instituições governamentais tribais. Houve, para ela, “a substituição da estrutura de clã, pelo modelo colonial da família nuclear, onde então a liderança das mulheres é substituída pela dos homens” (LUGONES, 2008, p. 90).

Utilizando estes pensamentos de base decoloniais para compreensão de *O país das mulheres*, depreendo que, na obra, a força motriz que confere um dialogismo com os estudos apontados pelas teóricas citadas está bem presentificada na personagem Viviana Sansón, quando radicalmente decreta a exclusão temporária de todos os homens dos serviços públicos e, conseqüentemente, a sua descentralização neste espaço, delegando a eles uma atuação central no espaço doméstico, atividade antes de exclusividade das mulheres. Essa atitude pode ser interpretada nesta narrativa literária como a possibilidade de uma crítica literária feminista decolonial em detrimento da base da epistemologia colonizadora e eurocentrada, que naturalizou o lugar da mulher como sendo secundário na esfera pública, e, primordial, na esfera doméstica, diante da opressão que as mulheres de Fátuas estavam vivendo dentro e fora de casa.

Como foi visto no capítulo anterior, no governo de Viviana Sansón e suas companheiras do PEE, uma nova postura vai se construindo, desde os ministérios, cada qual com um nome que simboliza a ideia de decolonização, a exemplo do Ministério das Liberdades Irrestritas, delegado por Viviana Sansón a Martina Melendéz. Tal instituição é dedicada à promoção de leis, comportamentos, programas educativos que inspiram a liberdade inviolável de homens e mulheres na sociedade, decretando o fim da discriminação de gênero, cor, religião ou identidade sexual, propondo, mudanças fundamentais que trouxeram visões decoloniais fundamentais para *Fátuas*:

Mas nada comparado ao púlpito libertário que rapidamente havia montado em *Fátuas*, de onde pregava, como Evangelista na Nova Testamento, o fim da discriminação de gênero, cor, religião ou identidade sexual. O subdesenvolvimento, o fato de ninguém prestar atenção no minúsculo país, era uma vantagem quando se tratava de experimentos sociais. Em países como *Fátuas*, passados de um colonizador

a outro, da independência à submissão dos caudilhos, com breves períodos de revolução e democracias fracassadas, nem as pessoas supostamente educadas sabiam bem em que consistia a liberdade, muito menos a democracia. [...] (BELLI, 2011, p.36)

Fáguas, como um país latino-americano subdesenvolvido e colonializado pelos europeus, tem a possibilidade de, finalmente, a partir do PEE, sair deste estado de subdesenvolvimento, submissão e invisibilidade, para alcançar um novo patamar de consciência decolonial de entendimento da desumanização, à qual a população nativa esteve atrelada por estruturas naturalizantes das opressões racistas, de gênero, classe, entre outras. A discussão decolonial, nesta obra, revisita o passado e o presente numa perspectiva do lugar da resistência e posicionamento de oposição ao colonial, moderno, patriarcal, capitalista e desumano que cerca os países do Eixo Centro Sul americano Global, durante tanto tempo fadados ao silenciamento, à vergonha e à invisibilização das opressões racistas, sexistas, classistas, identitárias, entre outras.

Vergès (2020) descortina uma realidade secundária da mulher, pensando a empregada doméstica e a faxineira dos países do Centro Sul Global como responsáveis por limpar o mundo, para que outras pessoas privilegiadas, sejam homens brancos ou mulheres brancas, oriundos de espaços privilegiados, possam desfrutar do prazer de uma qualidade de vida economicamente abastada. Isso aconteceu em Fáguas durante os governos dos homens, marcados pela ditadura e opressão. Em contrapartida, no “feminismo decolonial”, aberto a questionamentos, análises e mudanças radicalmente antirracistas, anticapitalistas e anti-imperialistas, se destacam os estudos do próprio feminismo como anti-patriarcal e anticapitalista. Fáguas pode ser apontado como um país onde o PEE remonta às consequências da colonização, repensando-a por dentro e entrecruzando questões de gênero, raça, sexualidades e classe, negligenciados, silenciados e violentados durante séculos.

Em *O país das mulheres*, os exemplos racializados são descritos claramente pelas personagens membros do PEE, como esse “porta-voz” do feminismo de política decolonial, pois trazem o sonho da resistência radical das mulheres de Fáguas, esse país que ora representa os países latino-americanos, com suas misturas étnicas e suas posturas críticas contra as estruturas dominantes do capitalismo moderno, patriarcal e heteronormativo.

Viviana Sansón, filha de um pai mulato, mulher de cabelos cacheados, olhos negros e lábios grossos, sensuais e seios fartos [...] Eva Salvatierra, ruiva, pequena, com sardas nas bochechas [...] Martina, de cabelos castanho-claro lisos, era mais cheia, que magra de corpo, os olhos pequenos e escuros [...] Rebeca de los Ríos era alta, morena, esbelta [...] Ifigênia, era magra, de rosto largo e nariz pronunciado (BELLI, 2011, p.13-14).

Determinadores marcadores sociais e culturais como a mistura dos povos nativos (indígenas) com povos de outros continentes como África, Europa e Ásia, diferenças evidentes no tom da cor e espessura da pele, no formato do rosto e do corpo, na altura, textura dos cabelos, na cor e formato dos olhos, entre outras características dessas misturas, podem ser relacionados às lutas e experiências pessoais de cada mulher do PEE. Lutas essas unificadas na esperança de que, no partido formado apenas por mulheres, a resistência a toda forma de opressão seja possível.

No segundo mandato de Viviana Sansón foi possível enfraquecer a instituição política secular de ditadura no país de Fáguas, despolitizando, cada vez mais, as conjunturas de opressão travadas, há séculos, pelos homens, desconstruindo paradigmas solidificados secularmente e gerando enfraquecimento das forças patriarcais. Assim, Viviana Sansón e o PEE, apesar de todas as dificuldades, alcançam o segundo mandato, fazendo com que todas comemorassem isso em um dia chamado “Dia da Igualdade em todos os sentidos”. Tal comemoração foi realizada através de uma energia emanada do desejo feminista decolonial de desafiar “as previsões de todos que acreditavam que ela jamais alcançaria o poder e contemplaria como fazia naquele momento, o fruto da audácia e do enorme esforço despendido por ela e pelas companheiras do Partido da Esquerda Erótica” (BELLI, 2011, p. 11).

Durante a jornada de Viviana Sansón e suas companheiras em assumir o comando geral de Fáguas, em diversos momentos é possível ler pensamentos autocríticos em torno das próprias estruturas ainda “necessárias” àquele país, como a estrutura policial, o exército, o tribunal do Estado, pois:

[...] em volta do palanque, as policiais que formavam o cordão de isolamento titubeavam com a pressão da multidão. Coitadas, pensou, [...] não queria policiais, mas Eva insistia em tomar conta dela. Preocupava-se com o fato de que ela discursasse no meio de praças (BELLI, 2011, p. 12)

Isso demonstrava que, apesar do sonho utópico concreto e decolonial pela possibilidade de alcance de uma nova política, desvinculada da opressão militar e mobilizada pela “energia da igualdade, participação, ventre materno, feminino” (BELLI, 2011, p. 12), as “heroínas” do PEE ainda teriam que lidar com indivíduos que ultrapassavam a força do poder erótico, do vital e do saudável, tendo elas que lidar com a dominação e a exploração secular do patriarcado, em decorrência da tentativa de assassinato de Viviana Sansón em meio à multidão, enquanto discursava.

Mesmo no segundo ano de mandato de Viviana Sansón, após tantas medidas em prol de um país de política contrária ao patriarcado, a violência contra a mulher ainda se fazia presente, diante do ressentimento dos homens que viam seus lugares geradores de opressão, cada vez mais sendo minados pelas mulheres do PEE. A cena de um homem de boné disparando o gatilho de uma arma de fogo contra Viviana, à queima roupa, ferindo o tórax e o cérebro da presidenta, reforça, na narrativa, a existência recorrente da “voz” patriarcal no meio da multidão que representava os resquícios da opressão masculina que sempre abominou a “política do círculo”, do “contato”, do “erótico”, difamada pelos homens e usada contra as mulheres de política decolonial, fazendo a população recorrer ao “erótico” como sinônimo de “pornográfico”, o qual significa uma negação direta do poder erótico.

O erótico, na obra, elabora a ideia de senso interno de satisfação, o qual, uma vez que o tenhamos vivido e reconhecido seu poder, em honra e respeito próprio, encoraja a excelência da sociedade, para uma afirmação da força vital das mulheres que trazem a energia criativa empoderada porque essas mulheres vivem numa perspectiva como se de dentro para fora, informadas e iluminadas por ações sobre o mundo, sendo responsáveis por elas mesmas no sentido mais profundo, “negando a opressão em sua integralidade, empoderadas desde dentro” (LORDE, 1984, p. 54-57), para construir uma sociedade cooperativa e humana.

Essa proposta recai numa espécie de desconstrução ou, pelo menos, no enfraquecimento do patriarcado que vai além da onda popular de *girl's power*, isto é, de uma simples difusão massiva de histórias individuais que “perpetuam a ilusão que qualquer uma pode realizar seu sonho” (VERGÈS, 2020, p. 76). O erotismo político (proposto por Viviana Sansón e as companheiras de partido) desconstrói a ideia errônea do que se entende por erotismo como similar à pornografia (de uso restrito dos homens), como o personagem José de Aritmética reflete sobre o que pensavam aqueles e aquelas em relação à tal política do PEE:

[...] os calendários de borracharia com mulheres bonitas seminuas [...] eu não achava que isso deveria fazer parte do discurso sobre o que era preciso para governar uma nação [...] não concordo com esses que andam por aí criticando porque dizem que vocês permitem que todos sejam livres para fazer sexo com quem quiserem: homens com mulheres; homens com homens. Nisso eu não me meto. Cada um sabe para quem abre as pernas. Ai deles. Porque terão de acertar as contas com o Todo-Poderoso lá em cima, e desde que eu não tenha que lidar com isso, pouco me importa. Como tenho cinco filhas, Deus me livre e guarde de dizer qualquer coisa. Elas caem pra cima de mim. Não gostam nem que chamem de veados ... Agora são *gays*, companheiros, sei lá [...] (BELLI, 2011, p. 16-17).

O trecho destacado traz questões cruciais para as teorias decoloniais, desenvolvidas pelas teóricas do Eixo Centro Sul americano Global, pois demarca, muito claramente, os

sintomas do ressentimento, nos homens, contra as mudanças de paradigma em *Fáguas*, promovidos pela política decolonial, acentuando na fala de José de Aritmética um aspecto profundo ainda da colonialidade de gênero, presente em tantos homens, como força opressora contra as lutas decoloniais, que procuram constantemente destruir toda forma de misoginia.

No caso, esse ressentimento dos homens recai na obra contra a energia vital de mulheres e homens conscientes de seu papel cooperativo e equitativo, reproduzido, compulsoriamente, pelo poder masculinista e virilista, defensores da invisibilidade das pessoas racializadas ou de cor, das pessoas LGBTQIAP+, utilizando-se das instituições religiosas e das moralidades conservadoras, as ameaças, os insultos, a difamação, o assédio sexual, a violência sexual, a censura e os feminicídios, como forma de intimidação do pensamento de mulheres e homens, ressignificados pela decolonialidade, pois defendem uma outra postura, a da transformação e prática do pensamento utópico e erótico, elevando a energia e a força revolucionária para o convite emancipatório de ruptura com o passado opressor do patriarcado ou de um feminismo civilizatório e institucional, branco, capitalista e imperialista.

O poder implantado pelo PEE representa, em nossa interpretação, os esforços da luta de feministas continuamente dispostas a romper com um feminismo hegemônico, porque o partido de Viviana Sansón é centrado na crítica contra os mecanismos de ideologias masculinistas e heteropatriarcais, por isso não deixam de explicitar o quanto a crueldade dos homens tem poder destrutivo. As feministas decoloniais optam por não ignorar a existência da violência sistêmica contra as mulheres e o retorno de estruturas opressoras nos Estados que emergiram da descolonização (VERGÈS, 2020).

As vozes das mulheres do PEE ecoam de um país de Terceiro Mundo, *Fáguas*, buscando romper, primeiramente, com a opressão milenar do trabalho doméstico, que nos permite debruçarmo-nos numa autocrítica sobre o próprio trabalho cotidiano de tantas e tantas mulheres de cor, a indiferença que o sistema hegemônico confere à organização do trabalho de limpeza e cuidado, assim como à racialização deste trabalho, por parte tanto dos homens como das mulheres elitistas e brancas no topo da pirâmide social.

O personagem José de Aritmética reproduz, em vários fragmentos, a voz dos homens ressentidos pela política de Viviana Sansón, em decorrência do decreto da exclusão temporária de todos eles no setor público, em todos os cargos centrais dos serviços de gabinete, exército e polícia, cujo objetivo foi romper radicalmente com o sistema patriarcal institucionalizado e, ao mesmo tempo, produzir reflexões, em torno do trabalho secundário das mulheres assessoras destes homens nos serviços públicos, fossem elas secretárias, faxineiras, contadoras, enfermeiras e afins, as quais realizavam um trabalho invisível e superexplorado, adequado ao

consumo e condenado, historicamente, à limpeza do mundo burguês, revelando, desta forma, o caráter estrutural e desigual, feminizado, racializado e de profunda relação com o passado da escravidão e do colonialismo (VERGÉS, 2020).

Colocar os homens no lugar sempre ocupado pelas mulheres significa, nesta obra, uma defesa e luta constante pela “limpeza” radical do patriarcado, mesmo correndo o risco de se produzir ressentimento nos homens, antes privilegiados pela hegemonia patriarcal, mas procurando reescrever, criticamente, posturas autônomas na história das mulheres, especificamente, do Eixo Centro Sul americano Global (América Central, América do Sul, África e Ásia, do mundo Árabe), com suas vivências e seus saberes conscientes e críticos de um feminismo decolonial, que denuncia o androcentrismo e a cumplicidade de mulheres brancas. Exemplo disso refere-se à personagem esposa do ditador Emiliano Montero, dona Letícia Montero, que insiste na invisibilidade de Viviana Sansón, após seu atentado e pelo desejo que o estado de “coma” da presidenta decorresse em sua morte, a fim de que tudo voltasse a ser como antes: o passado da história ditatorial, escravidão das mulheres racializadas nos trabalhos de limpeza do mundo burguês, o genocídio, a expropriação, a exploração e deportação de outras mulheres, a exemplo de Juana de los Ríos, membro do PEE, que fora subjugada no tráfico de meninas pelo magistrado Roberto Jimenez, do partido de Emiliano Montero, servindo como diversão aos homens do poder de Fáguas.

Dito isto, considerando o tráfico de meninas, sempre indispensáveis para a perpetuação da sociedade patriarcal e capitalista, apontamos que “as feministas decoloniais analisam os trabalhos de limpeza e cuidado nas configurações atuais do capitalismo racial e do feminismo civilizatório como uma tarefa de primeira ordem”, conforme apresentado por Vergés (2020, p. 134). A decolonialidade significa alargar os horizontes do próprio feminismo desenvolvido nos países do Norte Global, buscando uma teoria radical e uma práxis contra o capitalismo, o racismo e o sexismo, sem sobrepor uma forma de dominação sobre a outra, pois, antes de se tornar feminista, faz-se necessário problematizar o feminismo, revolucionando a prática cotidiana, sem se servir de imagens, discursos e frases de efeito palatáveis ao capitalismo e absorvidos pela publicidade da sociedade de consumo.

Consideramos a palavra “decolonial” como aquela que ressignifica os processos histórico-administrativos de desligamento das metrópoles das ex-colônias, tentando superar a lógica colonial que forja o funcionamento do capitalismo racial e neoliberal, lógica essa que, na obra de Gioconda Belli, o vulcão Mitre simbolicamente representado faz repercutir a necessidade de enfraquecer de uma vez por todas todo o patriarcado existente em Fáguas, através de uma política decolonial, mobilizada por Viviana Sansón e suas companheiras do

PEE. Nos termos discutidos nesta pesquisa, a noção de decolonialidade é a que melhor se aproxima de outros conceitos teóricos que sustentam ou fundamentam nossa tese porque Gioconda Belli não alude a questões territoriais ou geográficas, como pleiteavam os processos colonialistas em busca de domínio de terras, de povos para implantar a língua do dominador para aculturar os povos dominados.

O critério de leitura pela perspectiva decolonial se dá em razão de que, de forma mais expansiva, a visão decolonial não se centra exclusivamente em questões geográficas, culturais e linguísticas: para além de tudo isso, incorpora à reflexão o aprofundamento de outras questões que não foram bem discutidas nas propostas de descolonização como, por exemplo, a colonização das mentes, das ideias, de gênero e sexualidades, intelectual. É a perspectiva dos estudos decoloniais que abre caminhos para que todos nós possamos perceber que é necessário repensar ideias e conceitos, por exemplo, dos quais muitas vezes somos assujeitados e sem refletir sobre como a não reflexão sobre esse tipo de coisa nos afeta enquanto sujeitos, minorizando cada um de nós.

Essa decolonização é promovida por meio da crítica às atitudes cotidianas de opressão, secularmente, implementadas pelos governos dos homens, tidas por eles como naturalizadas. Como Vergès (2020) mostra, o trabalho do cuidado e limpeza é indispensável, porém, este trabalho precisa ser de todos, todas e todes, saindo da invisibilidade da sociedade colonial e patriarcal, que é marcado pelo gênero, racializado, mal pago e subqualificado. Nesse sentido, entendemos que a obra revela que não há uma visibilidade maciça desta discussão, especialmente, quando se tem como contexto a dimensão colonial e racial que o feminismo europeu e civilizatório adotou e adaptou aos objetivos da missão “civilizatória colonial”, preocupada apenas com seus interesses neoliberais e imperialistas. Política essa que dialoga com os direitos das mulheres, servindo apenas aos interesses deste sistema, ou seja, direitos esvaziados de toda dimensão radical, tornando-se trunfo nas mãos dos poderosos.

O chamado feminismo civilizatório legitimou uma divisão entre uma sociedade aberta, por natureza, à igualdade entre mulheres e homens (a europeia) e as sociedades, por natureza, hostis à igualdade, construindo corpos eficientes, ou seja, o corpo branco e masculino, que passa horas na academia ou no escritório, trabalhando até tarde da noite e, no fim de semana, obtém sucesso e adesão à ordem dominante, enquanto os corpos invisíveis das mulheres negras e não brancas são esgotados, em consequência da lógica histórica do extrativismo e da acumulação primitiva do capital, numa economia de exploração dos corpos, historicamente ancorados na escravatura, período no qual o ventre das mulheres negras e não brancas foi explorado e

indissociável da reprodução social, tal qual demonstrado pelo feminismo negro e transformado em capital.

Urge combater abertamente o feminismo e quaisquer referências de estudos e práticas de feição burguesa, distante das mulheres do mercado de trabalho com dupla jornada, ora no trabalho doméstico, ora fora de casa, trabalhando em indústrias, no comércio, em casas de família abastadas ou como enfermeiras, professoras, jornalistas, entre outras áreas diversas e, ao mesmo tempo, as mulheres que não encontram tempo para amamentar seus/as filhos/as e necessitam trabalhar fora de casa para angariar sustento para criar os/as filhos/as. Também não podem deixar de figurar, nessa relação, as mulheres operárias e responsáveis, obrigatoriamente, pelo bem-estar emocional de toda família burguesa, quando o esposo da mulher burguesa, muitas vezes, não contribui em nenhum trabalho doméstico e, ainda, a explora social e sexualmente, fomentando a exploração sexual de meninas, a corrupção, o tráfico de drogas e a violência em todas as formas.

Neste sentido, considerando a colonialidade de gênero e a retórica da mística feminina, presentes no espaço nas Instituições Sociais e Políticas dos países da América Central e América do Sul, ou seja, na Superestrutura Social do Eixo Centro Sul americano Global, a obra *O país das mulheres*, ao tornar relevante em sua narrativa o grupo de mulheres, conforme já discutido acima, formado pela jornalista protagonista Viviana Sansón, juntamente com *Eva Salvatierra*, *Martina Meléndez*, *Rebeca de los Rios* e *Ifigênia Porta*, ficcionaliza a possibilidade do sonho utópico e decolonial de mulheres conscientes de seu papel crítico, juntas, construírem uma irmandade de luta no país de Fáguas, no PEE, lembrando-nos o sonho utópico de mulheres feministas autônomas do Chile e do México, chamada de *Las Cómplices*, segundo *Gargallo* (2006). Mulheres essas que se identificaram com os vários feminismos na América Latina, marcando pontos de diferenças e convergências, mas se afastando do feminismo ocidental eurocêntrico e norte-americano, que segundo *Friedan* (2020), reproduziu a cultura de dominação patriarcal ou ainda se assemelhou a um feminismo institucionalizado ou feminismo civilizatório, como denominado por *Vergès* (2020), incapaz de promover mudanças revolucionárias na consciência de mulheres e homens.

A utopia das mulheres *Las Cómplices*, a qual *Gargallo* (2006) relata, nos faz pensar em *Viviana Sansón* e suas companheiras de partido, ao se unirem em uma irmandade, para construir uma outra sociedade, com uma consciência de autonomia e confiança nas próprias mulheres, contemplando questões cruciais da luta do feminismo decolonial, como classe, gênero, trabalho, geopolítica, sexualidades, raça, etnia, entre outras na pauta governamental.



[...] o reinado por decreto com que as *eróticas*, encorajadas pela presidenta, tinha, em poucos meses transformado os costumes e convertido o Estado em executor de políticas igualmente absurdas. Águas grátis para os bairros que se mantêm limpos e mantêm limpas as crianças, a inauguração com grande pompa do curso universitário de maternidade (para homens e mulheres) e, nas escolas secundárias, a alfabetização obrigatória para as mulheres analfabetas do campo e da cidade; os seminários sobre respeito e poder para as vítimas de violência doméstica; as ministras convidadas: mulheres feministas que vieram do mundo todo para assumir pastas ministeriais e pôr em prática os sonhos que, em seu próprio país, ninguém lhes permitira realizar. E as flores, meu Deus! Essa invenção de Viviana Sansón de exportar flores [...] mas o pior das eróticas era a falta de moralidade. A lei que permitia o aborto inevitável e o fato de terem conseguido seduzir as mulheres do movimento pela vida transbordaram para ela a taça da iniquidade (BELLI, 2011, p. 44-45).

O trecho em destaque, de Letícia Montero, cúmplice do governo dos homens e ex-primeira-dama de Emiliano Montero, representa todo um apoio burguês dado à opressão das mulheres pelos homens burgueses. A personagem se sente ressentida com as propostas do Governo de Viviana Sansón, pois se vê vulnerável em sua zona de conforto, por estar do lado das políticas coloniais de gênero dos ditadores seculares do lugar e irrita-se, a partir do momento que outras mulheres e outros homens se ressignificam pela política do PEE e se autoconscientizam, assumindo posturas críticas contra as ditaduras masculinistas. Os seus privilégios de ex-primeira-dama estão fadados a desaparecerem, caso a população adquira autoconfiança para lutar contra as opressões seculares e a favor das classes menos favorecidas, mediante a nova “pedagogia” de permanente crítica das posturas conservadoras, elitistas e discriminatórias, da cumplicidade de mulheres brancas com o projeto colonial de gênero, implantados desde os serviços de saúde e de controle dos corpos das mulheres, forjado a partir do modelo elitista e heterossexual.

A lei do ‘aborto inevitável’, por exemplo, proposto pelo PEE, promoveu muito descontentamento às classes burguesas, visto que enfraquecia as políticas masculinistas, já que o aborto é uma modalidade subversiva de instituições basilares do sistema de gênero moderno/colonial, que rompe com o sistema patriarcal da maternidade e da heterossexualidade compulsórias. A personagem Viviana Sansón também reflete sobre o comportamento de outras mulheres cúmplices dos homens, aquelas do cotidiano, que acabaram sendo favoráveis aos opressores:

Também havia aquelas que, para agradar ao chefe ou até ao motorista do chefe, apunhalavam outras sem dó. Ela queria que as mulheres fossem melhores cúmplices. Eram por si mesmas as melhores amigas. Quando se aliavam, o resultado era o que há de melhor, fresco e juvenil, que mesmo as mais velhas podiam tirar de dentro de si. Viviana estava convencida de que a mudança com a qual sonhava precisava de um espaço em que elas existissem para si e por si mesmas, num estado de coisas que, por mais artificial que fosse e pelo pouco tempo que durasse, lhes permitiria se descobrir para que, idealmente, jamais voltassem a aceitar a ser menos do que podiam ser. Além

disso, para que a vida diária se transformasse – o verdadeiro nó da questão –, os homens tinham que tomar gosto pela casa, pela cozinha ou ao menos deixar de encarar isso como uma função que acabaria com sua identidade ou ameaçaria sua masculinidade. Ela não aspirava ao matriarcado, mas a uma sociedade de iguais. E era possível. Acreditava nisso com todos os seus hormônios e com sua massa cinzenta. E mesmo Emir, apesar de discordar da medida, não pôde resistir à curiosidade sobre o que aconteceria com o experimento (BELLI, 2011, p.157).

No fragmento dado, mais uma vez observamos a luta pela consciência decolonial, representada pelo pensamento de Viviana Sansón, ao refletir sobre seu desejo utópico de ver as mulheres cúmplices entre si, ao invés de serem cúmplices do sistema hegemônico patriarcal, com comportamentos de afastamentos e críticas negativas entre elas, reproduzindo, assim, as superestruturas naturalizadas pelos homens, através das opressões de gênero, raça, etnia, sexualidades, classes, entre outras, no contexto micro da vida cotidiana. Há um desejo no pensamento da personagem protagonista de ver as mulheres serem cúmplices entre si para a busca de uma consciência atravessada pela resistência contra a colonialidade do poder e gênero, a fim de romper com o conhecimento hegemônico eurocêntrico, impulsionado por uma política de enfrentamento consciente contra a cultura colonial. Esse enfrentamento só seria possível quando os homens realmente tivessem a consciência do próprio trabalho doméstico, como uma atividade que lhes pertencesse, sem que isso ameaçasse a sua masculinidade. Tal pensamento, inclusive, atinge o personagem Emir, que mantém um relacionamento amoroso com Viviana e fica “inquieto” perante a atitude experimental da companheira Viviana Sansón, que desafia as estruturas masculinas, tradicionalmente, consideradas como naturalizadas hegemonicamente.

O PEE, então, coloca em questão, para toda a sociedade, temas considerados coadjuvantes, polêmicos e radicais para a sociedade patriarcal e para o próprio feminismo branco, ocidental e burguês, trazendo à pauta questões do pensamento decolonial pela transformação de paradigma radical, em que as mulheres se organizam em defesa de uma outra feminilidade, fora do contexto de conservadorismo e das mulheres de performances “aceitáveis”, dóceis para o sistema hegemônico e patriarcal. O feminismo de Viviana Sansón e suas companheiras do PEE provoca um desajuste nas estruturas vigentes patriarcais, com a intenção de desmontar a opressão e implantar um sistema que, pelo menos, seja capaz de provocar as consciências em prol da interdependência de diferenças mútuas (não dominantes) que submerjam no caos do conhecimento e retornem com visões de futuro papáveis e possíveis.

O pensamento da personagem Viviana Sansón nos faz lembrar as palavras de Audre-Lorde (2019, p.137), ao afirmar que “como mulheres, fomos ensinadas a ignorar nossas diferenças, ou a vê-las como causas de desunião e desconfiança, em vez de encará-las como potenciais de mudança”.

Aquelas de nós que estão fora do círculo da definição desta sociedade de mulheres aceitáveis, aquelas de nós que foram forjadas no calvário da diferença – aquelas de nós que são pobres, que são lésbicas, que são negras, que são mais velhas – sabem que sobrevivência não é uma habilidade acadêmica. É aprender como estar sozinha, impopular e às vezes injuriada, como criar causa comum com aquelas outras que se identificam como fora das estruturas a fim de definir e buscar um mundo no qual todas nós possamos florescer (AUDRE-LORD, 2019, p. 137).

As mulheres do PEE representam um outro círculo, não este da mera aceitação da sociedade hegemônica e heteropatriarcal, conforme trecho citado, que forjou, durante séculos, uma conjuntura de opressão para todas aquelas que não se encaixavam neste sistema masculinista, mas, que, por outro lado, juntas, criaram uma “causa comum”, fora das estruturas opressoras e, ao invés de armas, escolheram as flores para representar um sistema governamental pautado no amor, na cooperação, na construção de novas consciências e esperanças. As flores são exemplos de afeto, beleza, contato, paz e transformação. Sair de um sistema opressor para entrar num sistema libertador, isto é, florescer.

A transformação social de Fáguas que sai da opressão e atinge um sistema governamental em que a maternidade é de todos, gera toda uma carga de amor, de cuidado e afeto para os homens e mulheres. Uma maternidade não biológica, mas social e cultural, em que todos, todas e todes cuidam uns/umas dos/das outros/as e existe, de fato, uma ruptura com a heterossexualidade e maternidade compulsórias, em todas as instituições, excluindo toda forma de governo colonizador. Nesse sentido, a decolonialidade é um projeto que parte dos corpos, das sexualidades, dos desejos, afetos, potencialidades, resistências e revoluções de mulheres oriundas da América Latina desafiando a norma patriarcal e todo um contexto micropolítico opressivo. Visualizo na ficção de Belli (2011) esta potencialidade de mudar a ordem e denunciar esse caráter totalitário dos governos masculinos.

O trabalho doméstico é o exemplo basilar que Viviana Sansón coloca como principal ruptura com a colonialidade de gênero, utilizando o novo paradigma educacional, proposto pela “Ministra das Liberdades Irrestritas”, Martina Meléndez. Logo, quando a protagonista consegue ser eleita a primeira presidenta do país, após uma longa campanha presidencial contra o partido centenário e ditatorial dos homens, a narrativa recai sob o decreto de ela excluir todos os homens do trabalho público estatal, para que esses trabalhassem no novo regime, limitados ao âmbito privado ou doméstico, cuidando de todos os pormenores do lar: lavando, passando, cozinhando, cuidando dos/as filhos/as, enquanto as mulheres ocupariam os cargos públicos, que antes eram exclusivos dos homens. O decreto desta protagonista representa, assim, a concretização da utopia das mulheres autônomas e decoloniais, modificando toda a superestrutura de gestão

governamental, antes implantada pelos homens e agora com outro paradigma educacional, econômico, social e político:

[...] o país tinha sido vítima da catástrofe de uma sequência de governos corruptos e ineptos [...]A presidenta tinha sido muito clara [...] disse que era como ficar no banco de reservas do beisebol [...] os homens iam descansar por uma temporada [...] as mulheres precisavam que os homens ficassem temporariamente no banco, porque naquele jogo eram elas que tinham de lançar, rebater, pegar e correr [...] mas estava bem claro que os novos desempregados iam para casa com salário e promessas de outro trabalho [...] o que mais queriam, além de ficar o dia inteiro em casa com seus filhos, de shorts e chinelo de dedo? (BELLI, 2011, p. 51).

Essa exclusão dos homens dos serviços públicos, comparada a essa metáfora do jogo de beisebol no fragmento destacado, demonstra as clivagens que Vergès (2020) comenta sobre os diferentes feminismos, numa visão geral das disputas das narrativas oriundas do feminismo francês (Norte Global) e possibilita a revelação dos pensamentos e das lutas das mulheres dos diferentes continentes, especialmente, as das chamadas Epistemologias do Sul, confinadas às fronteiras hemisféricas ou geográficas. O diálogo com intelectuais africanas, latino-americanas e asiáticas, no feminismo decolonial, emerge como uma postura utópica palpável de transformação do pensamento, através das experiências e das reflexões sobre a colonialidade, contribuindo para um entendimento mais complexo das formas de dominação e exploração globais. A fala da protagonista pontua que o poder sempre fora um signo masculino e que sua ideia foi mudar a natureza da autoridade e ganhar confiança mútua entre as mulheres e entre os homens: “os homens precisam sentir na própria pele o que significa ser marginalizado, que o outro sexo decida por eles. Além do mais, essa é a única maneira de fazer com que experimentem a vida doméstica como uma realidade” (BELLI, 2011, p.138).

Historicamente, no modelo heteropatriarcal, os afazeres domésticos foram considerados atividades gratuitas, fáceis e leves, sendo comparadas esdruxulamente a “ficar o dia inteiro em casa com seus filhos, de shorts e chinelo de dedo” (BELLI, 2011, p. 51) ou, quando muito, limpar a casa pelas mulheres trabalhadoras do lar, a exemplo de faxineiras, sempre mal remuneradas e desvalorizadas, mulheres essas escravas do sistema capitalista, que também trabalham dentro e fora de casa, atuando arduamente no lar, lavando, passando, cuidando dos filhos/as e da família como um todo. Todavia, quando os homens são postos para atuarem somente dentro de casa, fazendo as mesmas atividades consideradas unicamente afazeres de casa e “trabalho de mulher”, começam a se colocar no lugar de fala das mulheres, chegando, até mesmo, a reconhecer que o governo do PEE realmente é bom: “Ele não entendia bem por

que era tão difícil reconhecer isso nas mulheres. É muito duro para nós, homens, pensou. Parece que nos arde como pimenta reconhecer que fizeram um bom trabalho” (BELLI, 2011, p.209).

Mesmo sendo considerada uma atitude radical a de decretar a mudança na organização social do trabalho como uma maneira de decolonizar as relações de trabalho entre homens e mulheres, a personagem Viviana Sansón reflete, também, que a tal mudança foi processual e lenta, pois não se tratava apenas de esvaziar a presença real dos homens nos espaços públicos, mas também de fazê-los pensar sobre os juízos que emitiam sobre a tal fragilidade das mulheres, a lenda de que as mulheres não gostam de mandar e que somente os homens tinham a capacidade de governar um país, crendo, equivocadamente, que:

os defeitos dos homens não os faziam descer do pedestal; os das mulheres faziam-nas rolar até o porão. Por isso, ela apostou, em sua presidência, no gosto, na liberdade, em ver as mulheres se entregarem ao trabalho e dar o melhor de si sem se preocupar com o que pensavam ou deixavam de pensar seus superiores ou intermediários ou colegas [...] ela não aspirava ao matriarcado, mas a uma sociedade de iguais. (BELLI, 2011, p. 156-157).

Com base no enxerto dado, considero que esta personagem Viviana Sansón deseja des-patriarcalizar Fátuas, tendo o direito de mostrar que é capaz, sim, de governar um país, buscando uma igualdade entre homens e mulheres. Neste sentido, a obra remonta a discussões do feminismo decolonial, voltando-se para os problemas gerados pelas relações coloniais, desde a reflexão contra a forma ditatorial dos homens, trazendo à tona os efeitos deletérios das dominações seculares nas mulheres, nos países do Eixo Centro Sul americano Global, sendo até consideradas por eles como incapazes de gerir o país, opondo-se, frontalmente, com o feminismo liberal, em que tais pautas se encerram para demandas relativas apenas à liberação sexual e igualdade no mercado de trabalho, mas desconsideram as clivagens e as desigualdades entre as mulheres racializadas, operárias, pobres, exploradas em todos os quesitos, seja biológico, social, cultural, entre outros.

O feminismo decolonial, portanto, se opõe ao dito feminismo civilizatório, institucional e liberal, que apenas mostra uma faceta assumida pelos organismos internacionais que validam políticas imperialistas sobre os países periféricos, gerando opressão àquelas mulheres potencialmente exploradas nos setores supracitados. Isso não significa uma guerra à parte do feminismo teórico e histórico. Pelo contrário, vejo isso como uma ampliação discursiva e como um avanço nas políticas de pensamento que alimentam as academias, as militâncias, os partidos, os sindicatos e demais movimentos que gritam por direitos de mulheres e de grupos marginalizados e periféricos.

A mudança de paradigma da educação no novo governo sob uma mulher no comando e das eróticas é outra grande reviravolta na obra. Elas rompem com o paradigma hegemônico de uma educação elitista e descontextualizada e partem para uma *práxis* pedagógica que lembra muito o que Freire (2021) entende com a pedagogia da libertação e pedagogia do oprimido. Por isso, ancoramos a nossa discussão sobre a utopia nos conceitos de pedagogia da esperança e princípio da esperança, de Paulo Freire e Ernest Bloch, respectivamente.

O personagem José de Aritmética, sendo homem, tensiona, na narrativa, reflexões sobre a postura de governo na área educacional em Fáguas”. Ele reflete, por meio de sua “lente” masculina, sobre o modelo hegemônico educacional dos homens e o modelo proposto pelas mulheres do PEE: “[...] no governo das eróticas, as crianças de até doze anos estudavam nas escolinhas dos bairros. Aprendiam a ler e escrever e, no restante do tempo, faziam o que mais gostavam, qualquer matéria” (BELLI, 2011, p. 47-48), remetendo-nos à abordagem freiriana que privilegia o diálogo e a ideia de uma mudança social e individual na prática, pautada na esperança aos oprimidos e oprimidas. Uma pedagogia que cruza todas as fronteiras linguísticas e culturais, visando conscientizar crianças marginalizadas e oprimidas pela cultura burguesa.

Entendemos que, desta forma, a educação proposta pelo governo do PEE também decolonializa toda uma estrutura colonizadora do saber, gerando reflexões em torno da prática da liberdade nas escolas, em que crianças e adolescentes não são obrigados a permanecer em uma educação opressora, nem a se sentirem negligenciados, subdesenvolvidos e retardados.

Com a ajuda de conceitos-chave da pedagogia do Terceiro Mundo, essas diferenças e a marginalização social das subculturas poderiam ser descritas em seus próprios termos. Novos mundos de experiência, com suas próprias regras, sistema de valores e estratégias cotidianas da cultura da pobreza – a qual possui formas específicas de expressões linguísticas, culturais e simbólicas absolutamente vivas de uma cultura não burguesa – foram descobertas (FREIRE, 2021, p. 58).

O pensamento dialógico freireano é portador de uma pedagogia libertadora, permitindo-nos visualizar uma prática educacional proposta pela ministra Martina Meléndez no governo de Viviana Sansón, com base no diálogo e a liberdade dentro da educação com os/as estudantes marginalizados/as, fazendo nascer neles/as a consciência de liberdade em todos os sentidos, com o direito à escolha de qual disciplina cursar, realizando, desta forma, um método de autoeducação, de modo que as crianças e as pessoas na adolescência tenham a possibilidade de decidir o que querem aprender e não estudar o que lhes é imposto numa estrutura de poder verticalizada. Tal proposta de educação constrói novas posturas nos/nas próprios/as educadores/as, pois passam a realizar uma crítica da realidade, tornando-se capazes de perceber

o mundo, com suas regras, seus sistemas de valores e estratégias cotidianas. Conforme Freire (2021, p. 60), “A escolarização tradicional fossilizada e alienante, que funcionava como veículo social de colonização da vida diária e da mente dos estudantes” é criticada pelo governo de Viviana Sansón, uma vez que toda uma estrutura hegemônica na educação é desfeita e outra abordagem é posta em prática.

O romance também nos faz pensar sobre os vários feminismos existentes no mundo, como o eurocêntrico, simbolizado no feminismo civilizatório, defendido pelas mulheres brancas e burguesas europeias e norte-americanas dos anos de 1960 e 1970, que reivindicaram direitos iguais aos dos homens de sua própria classe (alta e média) e sempre foram privilegiadas.

Possibilitou-nos, ainda, verificar a possibilidade do feminismo interseccional (pensamento coletivo das feministas negras americanas dos anos de 1970, como foi o caso da Kimberlé Crenshaw, que cunhou e aperfeiçoou a ferramenta analítica), para defender um posicionamento que não somente abarca as categorias de gênero, sexualidade, raça, etnia, classe, mas soma-se à questão da crítica ao capitalismo, reposicionando o problema da reprodução social, seja na dimensão da reprodução biológica (aí, localizado todo o controle da natalidade e o trabalho da maternidade), seja no trabalho doméstico não remunerado, realizado, principalmente, no âmbito familiar e do lar, por meio de cuidados com parentes, idosos, portadores de necessidades especiais) e, por conseguinte, a reprodução social institucionalizada no mercado de trabalho formal, marcada pelo rebaixamento do *status* social, pela humilhação, invisibilidade, insalubridade, baixa remuneração e precariedade dos direitos, focalizando, principalmente, o trabalho doméstico remunerado e terceirizado, como garantia da engrenagem diária do capitalismo.

Um trabalho invisível, como já foi dito, produzido por mulheres ‘racializadas’, entendendo aqui racialização não como um termo reducionista e vinculado diretamente às pessoas negras, mas expandido e relacionado também às mulheres não brancas e não ocidentais. Trata-se de mulheres que possuem cidadania de outro continente, mas que não escapam dos processos de racialização, devido a marcas sociais diacríticas como cor, costumes, religião, língua, entre outras, impedidas de adentrar na seleta e exclusiva sociedade ocidental, sendo muitas delas responsáveis pela limpeza e organização do mundo.

Neste sentido, é possível ver, em *O país das mulheres*, o que Vergès (2020) afirma ser necessário como uma crítica às bases fundantes eurocêntricas e ao desenvolvimento do feminismo ocidental, que muitas vezes se curvou ao neoliberalismo econômico, ao imperialismo geopolítico e cultural e à colonialidade do poder epistêmico. É necessário, ainda, um engajamento com os esforços das ativistas e intelectuais feministas do Sul Global, pois estas

trazem abordagens que explicam a natureza e os mecanismos de reprodução das desigualdades e da exploração nas sociedades contemporâneas em escala planetária, apresentando uma perspectiva emancipatória, ancorada em valores radicalmente opostos ao capitalismo e ao racismo, numa “trincheira de grandes desafios do feminismo do século XXI” (VERGÈS, 2020, p. 11).

Há no romance um sonho utópico decolonial de trazer à pauta da discussão as lutas das mulheres do Sul Global, reconhecendo, de alguma forma, os sacrifícios dessas mulheres que honram suas vidas em toda a sua complexidade, que sofrem riscos, ao tomarem decisões que desafiam o sistema vigente heteropatriarcal e descrevem as hesitações de cada mulher companheira do PEE, agindo com coragem determinada em prol de uma luta marcada pelo gênero, pela raça, etnia, sexualidade, colonialidade do poder em torno de todas essas marcas. Ao mesmo tempo, devem ser pontuadas, também, na narrativa, as desmotivações das que lutaram neste processo contra os dirigentes estatais patriarcais, pois é uma luta considerada por muitos como “louca”, mas necessária.

A obra se insere, nesse contexto do feminismo decolonial, como uma busca possível pela des-patriarcalização das lutas revolucionárias, dando destaque à voz das mulheres que contribuem para o fomento do direito à existência da mulher política e decolonial, antirracista, anticapitalista, anti-imperialista, constituindo uma ameaça aos regimes autoritários que acompanham o absolutismo econômico do capitalista e a dominação masculina “assustada por ser obrigada a renunciar a seu poder” (VERGÈS, 2020, p. 37). E toda essa motivação política será vista, em alguns aspectos, do romance em estudo, quando de sua análise nos tópicos que seguem.

O movimento do PEE se caracteriza por ser revolucionário, decolonial e desestabilizador do feminismo civilizatório e liberal, pois também questiona a atuação das “mulheres cúmplices”, isto é, as esposas dos “donos do poder”, ativas da ordem capitalista racial e da mística feminina que não hesitaram em apoiar políticos intervencionistas imperialistas do Norte-Global, mulheres e homens negrofóbicos, homofóbicos e misóginos. O PEE ressaltou o posicionamento de outras mulheres e homens agora conscientes que procuraram reescrever um outro feminismo, que transgrediu e pensou a colônia como uma questão subsidiária da história das mulheres do Sul Global, sofredoras de riscos, aos quais foram expostos, por um preço muito alto, que custou uma luta constante contra toda forma de misoginia, sexismo, patriarcado, femi-imperialismo, fazendo ressurgir, do silêncio, as vidas das mulheres (anônimas) que recusaram o processo de pacificação e analisaram por que e como os direitos delas se tornaram uma arma ideológica a serviço do neoliberalismo.



Esta luta marcada pelo feminismo decolonial reivindica pautas coletivas que partilham o objetivo de reumanizar o mundo, desde os saberes, as práticas, as teorias antirracistas, antissexistas e anti-imperialistas, assim como a reflexão de que tal luta precisa ser muito forte, a ponto de ser capaz de enfraquecer toda a colonialidade de gênero, discutida por Lugones (2008) e demarcada pelos/as inimigos/as do sistema vigente de censura, difamação, ameaça, encarceramento, tortura e assassinato. O feminismo decolonial é o único capaz de superar as dificuldades, tensões e frustrações, além de combater todas as formas de opressão, culminando, principalmente, para o enfraquecimento do sistema heteropatriarcal, que reflete a matriz do Estado masculino, individualista, capitalista e imperialista.

As mulheres do PEE exibem posturas decoloniais de transformação utópica, pois guardam na memória a coragem e a resistência, considerando, para tal, a resistência das mulheres racializadas ao longo da história, sem se caracterizar por representarem apenas mais uma onda do feminismo, como apregoava-se nos feminismos eurocêtricos, mas sim dar continuidade às lutas de emancipação das mulheres do Sul Global, que tiveram, secularmente, suas vozes abafadas e sufocadas. Com afirma Vergès (2020, p. 51):

Os feminismos de política decolonial não têm por objetivo melhorar o sistema vigente, mas combater todas as formas de opressão. Justiça para as mulheres significa justiça para todos. Eles não cultivam esperanças ingênuas, não se alimentam do ressentimento ou da amargura. Nós sabemos que o caminho é longo e cheio de percalços, porém guardamos na memória a coragem e a resistência das mulheres racializadas ao longo da história. Não se trata, portanto, de uma nova onda do feminismo, e sim da continuação das lutas de emancipação das mulheres do Sul global.

Assim, interpretamos, a partir de todos os pontos discutidos, que Fátuas, em *O país das mulheres*, é um espaço em contínua transformação para uma política decolonial, pois, paulatinamente, constrói a tentativa de rompimento ou pelo menos um enfraquecimento das políticas colonialistas. Gioconda Belli soube caracterizar essa sociedade de forma utopicamente esperançosa, construindo a história do país, à medida que vive cada dia. Fátuas, encabeçado por uma mulher e um grupo gestor feminino, é colocado como um lugar que se reinventa, para poder dar plenitude à felicidade e ao bem-estar de seus cidadãos e cidadãs, à luz da pedagogia da esperança, da educação para a diversidade e do diálogo para os encontros entre os gêneros. Esse encontro dos gêneros passa por uma aprendizagem incitada nos lares, levada para as escolas e vividas no cotidiano de todos. Isso porque essa ideia é continuamente discutida e colocada em prática para que o desaprender as regras antigas e o se colocar no momento do novo possa ser conseguido na perspectiva do partido que comanda a nação.

### 3.3.1 Desigualdade social, política e de gênero em *Fáguas*: condições de existência do governo dos homens e transformação em busca da utopia da equidade

Neste subitem, destacamos tudo com que a política decolonial do PEE buscou romper, em *Fáguas*, com o proposto pelo governo dos homens. O texto literário pode ser pensado nas várias dimensões que sua leitura implica, no sentido de vislumbrá-lo sob um ângulo de escrita crítica, refletindo sobre pensamentos e ideias que se querem debatidas em fóruns discursivos apropriados para esse fim. A interpretação do texto, por assim dizer, a partir de estratos discursivos sociais, como os feministas e políticos, por exemplo, movem a dinâmica da leitura de textos ou escritos dessa natureza.

Uma tese de doutorado em literatura se ancora nessa visão da escrita criativa: aquela que intenciona provocar leitores, a partir da linguagem do texto, da formulação interna da obra, do enredo elaborado para significar ou apontar as intenções autorais que nem sempre são percebidas por leitoras debutantes, mas percebidas por leitoras maduras que elaboram também, a seu modo, leituras críticas que sirvam como modelos para outrem. Isso acontece, principalmente, quando a leitura da escrita é mediada por um aporte teórico plausível que estabelece relações de sentido entre o explícito no texto e os teores que podem ser inferidos, capturados dos vazios e das entrelinhas semânticas.

A interpretação do texto literário, principalmente de *O país das mulheres*, exige essa visão mais apurada, elaborada sob uma forte tendência teórica que fundamente as discussões emergentes no texto. Assim, em um primeiro momento, é apontada a necessidade exigida pelo próprio texto, em sua constituição linguística, de pensar a realidade da sociedade de *Fáguas*, numa perspectiva de leitura que denota expressamente um universo criado, no qual a desigualdade social e de gênero se mostram elementos centrais das vozes e práticas culturais dos personagens que movimentam a política, a economia, a cultura de um modo geral, ou seja, os homens que estão nos cargos de poder. A condição de desigualdade social, econômica e política resvala para uma outra condição desigual, a de gênero, porque as mulheres são postas, socialmente, em patamares de poder menores, inferiores, invisíveis e de quase impossibilidade de acesso.

Nesse ínterim, pretende-se analisar, no presente subitem, essa condição desigual mantida na obra, a partir do governo dos homens, centrando-se em dois aspectos considerados importantes para a construção de uma visão negativista de sociedade e propiciadora de manifestações capazes de reformular a estrutura social do país representado. O primeiro tópico discursivo e de análise focará a corrupção do governo masculino, a partir da imagem do traslado

de um pinguim do Chile para Fátuas, evento que movimenta a narrativa, no sentido de polemizar e causar fortes críticas ao governo dos homens na pessoa do presidente Paco Puertas. O outro aspecto a ser analisado será o tráfico de mulheres, favorecido por políticas estatais de invisibilização do evento e de acordo entre políticos, para lucrarem e se satisfazerem com o uso de mulheres e estupro de jovens colocadas à disposição dos homens desse governo. Nesse tópico, será analisada a reificação de mulheres como uma política machista e androcêntrica que evidencia a desigualdade de gênero e exploração do corpo da mulher como objeto sexual.

Nos dois casos, percebe-se uma prática estritamente masculina de governo, não para uma população, mas de usar a população para satisfazer os ímpetos e desejos individuais. Seja no caso do pinguim importado do Chile por Roberto Jimenez ou no caso Patrícia (a jovem que consegue sair das garras dos traficantes e, a partir de então, toda a cadeia produtiva do tráfico infantil e feminino é descoberto), há um egoísmo individualizado, muitas vezes confundido entre os pares na lógica da homossociabilidade, mas uma homossociabilidade perversa, porque atinge, moral e fisicamente, o outro (a mulher), que é tomada como animal ou objeto que é usado, para satisfazer o prazer sexual (e financeiro) do outro, extraindo a humanidade desse sujeito posto em constante perigo de vida, depois de sua identidade física e subjetiva ter sido violada, arrancada, manchada e, no mais das vezes, tornada invisível.

Essa visão negativa para o cotidiano das mulheres que são representadas em Fátuas pode conduzir também a ler o texto na chave de leitura da distopia, porque se estamos pensando em um universo utópico construído por Gioconda Belli para os componentes da sociedade que representa, uma utopia só se justifica diante de problemas de várias ordens que ocorrem na realidade de quem escreve. Neste caso, a realidade da Nicarágua, pelo histórico já anunciado, advém de ditaduras e políticas de favorecimento patriarcal e machista, desconsiderando as mulheres como sujeitos históricos. A realidade das mulheres é problematizada, sim, no romance, como forma de denúncia e de conscientização para outros modos de se fazer política de gênero, política econômica, política educacional, ambiental etc.

Para iniciar o tópico discursivo, propõe-se uma breve discussão, em torno da noção de desigualdade social e de gênero, para, em seguida, serem abordados, nos respectivos tópicos, o fator corrupção e, depois, o tráfico de mulheres. Metodologicamente, as discussões são postas em evidência a partir da necessidade das imagens, eventos ou conteúdos internos à própria narrativa. O argumento defendido neste capítulo, em consonância com o todo da tese, é o de que a existência de uma sociedade, por muito tempo governada por homens em desfavor dos seus *outros*, do não respeito às diferenças, conduz a pontos de explosão e de eclosão de ideias que se solidificam, ao longo do tempo, provocando uma erosão intelectual e política, que

culmina em outro sistema político, econômico e cultural. Trata-se da visão utópica feminista de sociedade, assunto do segundo capítulo desta tese.

Nesta narrativa, a autora concentra complexos e graves problemas sociais e de gênero que apontam para uma cultura real – a da Nicarágua – formulada de um modo imaginário para suscitar polêmica, provocar leitores/as, possibilitar visões diferentes e convergentes para países cujas estruturas sociais, políticas e econômicas esvaziam de sentido o gênero feminino, em favor de práticas sociais e culturais que atendem ou priorizam, quando não tornam exclusivas, as demandas e desejos masculinos, determinando as relações entre homens e mulheres, desumanas, do ponto de vista ético; desiguais quanto ao exercício da cidadania e dos papéis socialmente estabelecidos para os gêneros e, numa postura mais radical, poder-se-ia falar em um contexto ofensivo e de inferiorização das mulheres (e do feminino), porque essas são alocadas na subcultura, assumindo papéis sociais sem prestígio, diminuídas em sua força física e razão moral, em nome de uma supervalorização dos homens.

A análise empreendida neste capítulo segue uma perspectiva que aponta, pelos estudos culturais e feministas, para uma visão ampla de mundo que entende as relações sociais, sendo construídas com base em uma forte tendência histórica, possibilitada pelo pensamento do homem do momento e pela dinâmica social que gera todas as demais relações possíveis. Assim, corroboramos o pensamento de Saffioti (2004), quando marca a sua posição de sujeito. Para a autora, questões de ordem psíquicas ou subjetivas são deixadas de lado na constituição do sujeito, porque trabalha:

com uma teoria materialista da sociedade [...] Isso equivale a dizer que o sujeito se constitui socialmente, ou seja, é forjado nas e através das relações sociais. Não apenas o sujeito coletivo, mas também o sujeito individual não é senão a história de suas relações sociais (SAFFIOTI, 2004, p. 35).

A leitura que empreendemos sobre as mulheres da narrativa em pauta não é movida por questões identitárias ou sobre feminilidades, mulheridades. Não que não haja interesse e valor em discutir essas questões, mas adoto como baliza teórica a construção social do sujeito, porque entendo que são as relações sociais e culturais, erigidas em contextos econômicos e religiosos específicos, que determinam ou minam os modos de se produzir como sujeito, individual e/ou coletivo. Quando me refiro às relações de gênero desiguais e em sociedades governadas exclusivamente por homens ou por projetos machistas e de ranço patriarcais, é porque também fundamento o modo de ver o romance de Gioconda Belli na perspectiva de Soares (2004, p. 133):

Quando empregamos o termo gênero, ou relações de gênero, estamos tratando das relações de poder entre homens e mulheres. O termo gênero se refere à construção social da identidade sexual, construção que designa às pessoas diferentes papéis, direitos e oportunidades, de acordo com o sexo [...] As diferenças de gênero são constituídas hierarquicamente: a construção social do ser homem tem um maior *status* que a construção social do ser mulher.

Entender papéis de gênero, nessa perspectiva, nos conduz a toda uma historicidade do valor de ser homem e mulher em sociedade, das relações tecidas ou tramadas para erigir modelos de sujeitos, a partir do sexo de nascimento e dos atributos sociais assumidos por esse nascimento que, geralmente, em sociedades de teor machista ou masculinista, desfavorece as mulheres por estas serem agrupadas em coletivos de segunda categoria e supervaloriza o ideal de força e comando dos homens, sujeito de primeira categoria e representante da ordem. É preciso entender esse tipo de formação de sujeito e de sociedade que adota esse modelo, porque, no caso específico de *O país das mulheres*, Gioconda Belli critica esse tipo de sistema político que torna sem importância ou de menor importância a função social das mulheres, em razão dos discursos e práticas de comando dos homens que adotam políticas públicas para perpetuar a equação “mulher < homem”.

O romance de Gioconda Belli traz à tona esse tipo de coalisão entre diferentes aspectos sociais que favorecem os homens em detrimento das mulheres unicamente pelo sexismo, por questões de gênero, a exemplo da divisão social do trabalho, do trabalho doméstico e do exercido fora de casa, do cuidado dos filhos, das tarefas caseiras, dos salários menores para as mesmas funções, dos ganhos de causa na justiça etc. Para Rubin (2017, p. 27):

Gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente. É um produto das relações sociais de sexualidade. Os sistemas de parentesco baseiam-se no casamento. Por isso, eles transformam pessoas do sexo masculino e pessoas do sexo feminino em “homens” e “mulheres”, sendo que cada um é uma metade incompleta que só pode completar-se unindo-se à outra.

Nesse sentido, parece apropriada a escolha realizada sobre o caminho teórico traçado, para entender de forma mais aprofundada as relações sociais e de gênero tecidas no romance de Gioconda Belli. Transformar as pessoas, a partir do nascimento e do sexo biológico, em homens e mulheres interfere em vários aspectos da vida do sujeito: desde a construção de uma heterossexualidade compulsória (RICH, 2010), passando pela performatividade de gênero reiterada em práticas e atos (BUTLER, 1990) até a diminuição moral e constitutiva do sujeito mulher, como ser inferior, e do homem como superior unicamente pelo aspecto da genitália. Essa questão é tão profunda que os modos de produção e de existência das sociedades, sejam

as mais antigas e berço da civilização às mais modernas e atuais, insiste em manter em seu interior mecanismos e/ou dispositivos de interpretação do mundo, à luz de pressupostos de gênero que corroboram essa visão negativista das mulheres e superpositiva dos homens.

No caso do romance em pauta, toda uma economia, educação e postos de poder, no comando dos homens, estão atrelados diretamente a essa visão um tanto radical que prevê o masculino no topo dos poderes e o feminino na pessoa específica das mulheres na base dessa relação, não exercendo função somativa, mas colaborativa nos projetos dos homens que sempre as destituem de poderes e de saberes. Uma visão feminista da economia, das práticas culturais e do destino de uma população é um forte argumento para sair da curva e pensar o mundo, a sociedade de uma forma diferente, não viciada, mais humanizada. Nesse sentido, e ancorada nas/nos autoras/es citados, penso, automaticamente, na quebra da razão machista, na falsa neutralidade aplicada às práticas e aos discursos dos homens que usaram desse artifício como modo de tornar menor os seus *outros*, principalmente as mulheres. No dizer de Godinho (2004, p. 55):

Um primeiro desafio a ser enfrentado na implementação de políticas públicas e na organização geral do Estado é interferir na pretensa “neutralidade” deste como proponente e articulador de uma ação política. E aqui estamos nos referindo a esta suposta “neutralidade” sob uma perspectiva de gênero.

Enxergar uma sociedade sob outro ângulo e, aqui, sob o olhar de gênero e feminista é uma oportunidade que temos, nós mulheres, de avaliar as normas e as éticas sociais, buscando perceber a sua coerência, no acesso dado às pessoas menos incluídas no corpo social, a exemplo das mulheres, das pessoas analfabetas, das pessoas negras, deficientes físicas, portadoras de necessidades especiais, além de outros marcadores já estudados pelos estudos culturais e pelos feminismos, como a obesidade, a pobreza, a condição de presidiário etc. O apontamento de Godinho (2004) é no sentido de se pensar uma construção da igualdade de gênero pelo combate à discriminação. Ler o romance de Gioconda Belli, nessa chave de leitura, só nos favorece, enquanto mulheres, por tratarmos de uma escritura autoral de mulher, em cuja narrativa se encontram conflitos de gênero e críticas ao sistema que estabelece políticas e práticas de gênero de manutenção de um *status quo* masculinista e detratador das mulheres.

Na mesma perspectiva de entendimento sobre sociedade, políticas públicas e visibilidade feminina, Farah (2004) aponta para o fato de que o Estado, ao investir em políticas públicas dessa natureza, precisa estar atento ao plano estratégico de construção de bases e ideias para, no favorecimento das mulheres, não esquecer as devidas diferenças e a diversidade que envolve os sujeitos:

O eixo de uma ação governamental orientada pela perspectiva de gênero consiste **na redução das desigualdades de gênero**, isto é, das desigualdades entre homens e mulheres (e entre meninos e meninas). Falar em reduzir desigualdades de gênero não significa negar a diversidade. Trata-se de reconhecer a diversidade e a diferença entre homens e mulheres – mas atribuindo a ambos a “igualdade”, reconhecendo, portanto, quais suas necessidades “específicas” e nem sempre “iguais” devem ser igualmente contempladas pela sociedade e pelo Estado (FARAH, 2004, p. 127, grifos da autora).

Torna-se interessante, do ponto de vista de gênero, perceber aquilo que a autora supracitada aponta: é possível que, em nome de uma neutralidade ou de uma possível genericidade, o Estado possa falar em combate à violência. Todavia, apesar de ser poder e querer do Estado, combater esse tipo de violência, as particularidades não podem se perder em meio a projetos ou discursos generalistas que desfavorecem determinados grupos de sujeitos, chamados pelos estudos culturais de minorias, a exemplo das mulheres, como a segurança pública, por exemplo, o combate à violência e os vários atos praticados contra as pessoas cidadãs. Em meio a essa ideia genérica, nos aponta Farah (2004), há a diferença da violência. Exemplo disso trata-se da violência de gênero ou contra as mulheres que, ao invés de ser abordada ou ter um tratamento diferenciado, é lido na lista da violência geral, minimizando-se esse tipo de prática. Logo, a diversidade e a diferença são aspectos a serem considerados no rol de conflitos gestados ou expressados na narrativa de Gioconda Belli, a partir da visão da protagonista Viviane Sansón.

Sorj (2004) defende um pensamento convergente para esse modelo de leitura do social e dos gêneros, a partir de uma visão feminina, porque compreende que a noção de justiça social, por exemplo, se tratada sem a devida atenção dada pelas necessidades do feminino (mulher), pode correr o risco de adentrar em uma discussão vazia para as mulheres, porque são essas (além dos *outros* LGBTQIAP+) que sofrem com a ausência de participação política em momentos de definição, por exemplo, do que seja justiça. Assim, ao refletir sobre esse tema, afirma:

Os movimentos feministas da segunda onda, dos anos 60, foram os principais formuladores, na teoria e na prática, de uma concepção de justiça. A justiça de gênero, segundo as feministas, não poderia se limitar apenas às questões relacionadas a distribuição econômica, mas envolveria uma luta contra os valores sexistas e androcêntricos disseminados nas dinâmicas das instituições sociais, na esfera privada e nas relações intersubjetivas [...] E o sexismo, o machismo ou androginismo, como queira chamar, é um padrão cultural que associa ao masculino um valor superior e desvaloriza tudo aquilo que é ligado ao feminino, em particular às mulheres (SORJ, 2004, p. 144).

Não há como ler *O país das mulheres* e ignorar as “tratativas” masculinas para a manutenção de uma condição de inferioridade das mulheres no país *Fáguas*, quando sabemos, pela memória de Viviana Sansón, como se definia e se fazia existir o estado androcêntrico: uma sociedade distópica do ponto de vista da interpretação das mulheres no cotidiano de *Fáguas*. Visto pelo ângulo feminista ou procurando entender as relações de poder do governo dos homens pelo olhar das mulheres, entendemos que refletir sobre a concepção de justiça de gênero na narrativa é importante para colocar, em primeiro plano, questões relacionadas ao pensamento das mulheres sobre o governo proposto por elas, em comparação ao governo sob o qual viviam.

Trata-se de uma busca por melhorias coletivas, defendendo-se e respeitando as diferenças, a diversidade social. Nesse questionamento de ordem geral, o modo de fazer política masculino é descaracterizado, em função de outra concepção mais justa, mais eficaz, mais igualitária do ponto de vista coletivo e individual, apesar de sabermos que a noção de justiça implica, em sua gênese, aspectos dicotômicos dos quais, eticamente, torna-se difícil se esquivar: a balança da justiça, por assim dizer, dificilmente equilibra-se. Atender à demanda de um (coletivo ou individual) implica desatender a outra demanda (coletiva ou individual).

A partir dessa breve incursão naquilo que chamamos de discussão em torno da igualdade de gênero e demais igualdades, fica retido, na memória da pessoa que investiga essas questões de maneira sistemática, o quanto ainda é preciso debater sobre estruturas sociais para a igualdade de direitos, de tratamentos, considerando as diferenças de gênero, sociais, políticas e econômicas. Como já afirmado neste tópico, a depender de quem está à frente do governo e da distribuição de cargos de poder, homens ou mulheres podem ser prejudicados, assim como pessoas heterossexuais ou homossexuais podem ter suas práticas afetivas e/ou sexuais afetadas. Pessoas negras ou brancas são diretamente incluídas nos “pacotes” de inclusão ou exclusão social. Visto dessa forma, parece que a depender do momento, um ou outro grupo de pessoas pode sofrer em um governo “desequilibrado”. Mas fica evidente que já é padrão apenas mulheres, pessoas não heterossexuais e negras (assim como as que se incluem no rol dos não absorvidos socialmente sem uma ferrenha luta política e social) receberem o tratamento menor, de invisibilidade, sem políticas públicas, capazes de atendê-las com prioridade ou igualdade de direitos em suas diversas demandas.

Nesse contexto, a narrativa pode ser lida como um texto em cujo discurso se inscreve uma organicidade estrutural, na qual se mantêm, antes da eleição da protagonista do romance como presidente eleita pelo povo, práticas antigas de manutenção de um sistema quase, exclusivamente androcêntrico e catalisador de ordenamentos que sobrelevam o machismo



estrutural e patriarcal, o masculinismo em detrimento das mulheres que funcionam na dinâmica social como sujeitos de segunda categoria.

Ser de segunda categoria implica um não lugar nas estruturas sociais que valorizem o gênero e a diferença de gênero; implica ser menor e com poder de contestação limitado, não pelo fato de o governo dos homens ser uma ditadura, mas por similaridade a este sistema, desenvolver táticas de silenciamento das mulheres nas questões que lhes dizem respeito: corpo, trabalho, maternidade e trabalho doméstico. Há um padrão de comportamento e de manutenção da sociedade Fáguas que favorece os homens, conforme veremos.

É em uma estrutura de desigualdade de várias ordens que Fáguas, país imaginado por Gioconda Belli, está imerso. Nele, durante o governo dos homens, a economia funcionava em favor da menorização da atuação das mulheres e, conseqüentemente, dos direitos que poderiam ter; os papéis de gênero foram demarcados, de modo que as mulheres atuavam no espaço doméstico e sob a, ainda, “tutela” dos homens; o seu corpo ainda era visto como objeto de prazer, possibilitando, inclusive, numa perspectiva escravista, o tráfico e estupro de garotas e mulheres em geral; a atuação masculina, nos postos de poder, favorecia a tomada de decisões sempre em favor dos homens, tornando as mulheres sujeitos de segunda categoria, sem direitos de fala, de ocupar lugares nos postos de poder, sem acesso a uma educação que as qualificasse para demandas mais inteligentes e mantidas unicamente por homens.

O papel das mulheres no romance em discussão evidencia uma escrita também distópica, porque o contexto, em que estão inseridas, lhes desfavorecem, funciona como mundo piorado e deteriorado nas questões pertinentes ao feminino ou às mulheres. Antes de Viviane Sansón ser eleita presidenta de Fáguas, o mundo das mulheres era um caos, abaixo da linha de tudo: poder, educação, direitos, sonhos. Era um mundo distópico que funcionava contra elas. É contra esse estado de injustiça que *O país das mulheres* se coloca. Vejamos como a narrativa de Gioconda Belli instaura uma profunda reflexão sobre esse tipo de manobra masculina, para se manter no poder ou por estar no poder.

### 3.3.2 O governo dos homens e a prática de corrupção em *Fáguas*

Antes de ser eleita presidenta, Viviana Sansón sentia por Fáguas um ímpeto de mudança, uma potencial força utópica para mudar os tempos sombrios, em que os homens haviam transformado o seu país pelos efeitos da corrupção e da violência. A situação de lástima em que Fáguas, nas lembranças que Viviana Sansón, se vê inserida, no Galpão das memórias, enquanto estava em coma, é descrita no capítulo “O Despertador”. Esse relógio é que lhe acorda,

definitivamente, para a prática do seu impulso utópico, diante da realidade terrível e distópica em que seu país vivia. O caso dos pinguins é um acontecimento bem marcante e presente no “desgoverno de homens” (BELLI, 2011, p. 59), denunciado por Viviana Sansón, quando soube por Júlio – o “meticuloso jardineiro”, que trabalhava em sua na casa e em outras casas – de um comentário polêmico cuja verdade precisava ser exposta, de alguma forma, nos meios de comunicação, para que aquele sonho de transformação social de Fátguas fosse finalmente possível.

Júlio é um personagem relevante no romance, pois, através dele, foi possível descobrir um fato muito grave na casa do magistrado Roberto Jimenez, membro do partido opositor de Viviana Sansón. Descobriu que Roberto Jimenez tinha um quarto de gelo, onde abrigava pinguins, os quais demandavam um gasto exorbitante do dinheiro público, para que tivessem condições de vida em Fátguas. Isso se tornou um fato de extrema importância para a jornalista Viviana Sansón como denunciadora do mau uso do capital público no seu país, pois o governo dos homens estava utilizando dinheiro público para manter um pinguim em uma câmara fria na casa do magistrado Jiménez. Esse fato representou uma das “excentricidades” do “desgoverno dos homens”, enquanto a população do país estava mergulhada na fome e na miséria: “um assunto que, de tão absurdo, outras pessoas teriam que conhecer. Custava acreditar, mas na América Latina coisas assim eram o pão de cada dia” (BELLI, 2011, p. 60). Em outras palavras, a criação de pinguins, em Fátguas, significava um luxo egoísta e gastos exorbitantes às custas dos impostos pagos pela população:

uma câmara fria na casa do magistrado Jimenez. A história do pinguim [...] Ele entrou no país com um cão vindo do Chile. Aparentemente, esse senhor tem uma ‘amiga’ muito rica no Chile. O ‘cachorro viajou de avião, como um paxá. E o melhor, Vivi: é um presente de amor, por ela o chama de ‘pinguim’ (BELLI, 2011, p. 60).

O pinguim entra no país como se fosse um simples “cachorro”. O uso desse artifício informacional me leva a crer que o magistrado procura ludibriar a opinião pública, calando-a, desde o momento em que chega a Fátguas, escondendo a realidade do transporte e importação de um animal de clima altamente frio em relação ao de Fátguas, segundo relato da voz que narra. Aparentemente, não haveria nenhum indício de apropriação de recurso público para o magistrado, se não fosse o fato de esse caso do pinguim revelar ou ser o pontapé inicial para tornar pública toda uma rede de falcatruas perpetradas por homens em cargos do alto escalão que procuravam manter seus desejos, luxos e projetos de lazer com o dinheiro público de uma

nação cuja máquina estatal funcionava em favor dos particularismos e limitando as políticas públicas favoráveis à maior parte da população, a que mais precisava.

É possível pensar em corrupção no governo dos homens, porque, a partir da cena ou caso do pinguim, trasladar um animal exótico como se fosse outro animal legalmente possível de ser trasladado de um lugar a outro envolve, minimamente, um setor de alfândega ou de *check-in* de bagagem, que os responsáveis pelo traslado fossem cooptados ou para emitir notas de transporte do pinguim como um cachorro (se isso acontece logo na saída do animal, a mentira estaria instaurada) ou para ofuscar o caso e concordarem com a fala do magistrado sobre o traslado de um cão (se isso acontece logo na entrada de Fáguas, a mentira também está instaurada). De uma forma ou de outra, há indícios de corrupção de funcionários que poderiam ter ajudado o magistrado a manter a sua versão, ainda não escandalosa, de apropriação de um cão durante a viagem.

A corrupção é um dispositivo constantemente posto em evidência nas sociedades de governos totalitários e ditatoriais. Não há como não pensar desse modo, a partir dos exemplos que o mundo fornece, porque os homens se apropriam do poder, dos cargos de poder e passam a governar o social como se estivessem em suas casas. Fazem do governo uma extensão particular e os recursos públicos são desviados para interesses próprios e/ou de filiados que ocupam o cargo maior de poder. Assim, estabelece-se e naturaliza-se uma sociedade no entorno das falcatruas, dos “arrumadinhos” para os que são favoráveis ao modo de governar do governo autoritário. Particularmente, apesar da defesa da narrativa como uma escrita utópica, não há como negar, em aspectos específicos, a distopia referente ao governo dos homens que desfavorece o coletivo e, sobretudo, as mulheres, conforme veremos daqui por diante.

Para além desse fato, há ainda a manutenção da mentira, trazendo à baila o gasto do dinheiro público, dos impostos cobrados da base da população que não recebe no seu dia a dia o retorno daquilo que lhe é cobrado em políticas públicas. A corrupção e o descaso com os reais problemas que Fáguas enfrentava evidencia, desta forma, a corrupção endêmica que a população de países latino-americanos vivenciam e que Viviana Sansón e suas companheiras desmascaram na mídia daquele país, com seu trabalho de jornalismo investigativo, denunciando a falta de compromisso com a população que vivia sob o abandono sanitário, abandono social e econômico do “desgoverno dos homens”, pois esses empregavam o dinheiro público em uma atividade de luxo e capricho um tanto egoísta, responsável por retirar as verbas que deveriam ser destinadas à população para empregar em assuntos pessoais do magistrado.

Viviana tinha a vantagem de uma memória de elefante. Não lhe custou muito identificar e conhecer quem era quem no governo desgovernado, cujo presidente jamais se encontrava com jornalistas, nem se submetia às incômodas perguntas de uma coletiva de imprensa. Quando queria dizer alguma coisa, preparava um longo discurso e falava disparates do alto da tribuna. O governo dava nojo por ser mafioso e mentiroso, mas no país a vacina contra o nojo era o riso, o cinismo e a ironia. Não havia nada que agradasse mais aos editores que histórias e reportagens cômicas. Uma delas entrou por acaso na vida de Viviana.

– A senhora não sabe o que vi na casa de um magistrado, dona Viviana – disse Júlio.  
– A senhora devia mostrar isso na televisão.

Júlio era o meticuloso jardineiro que todo mês ia cuidar de seu jardim. Trabalhava o restante do tempo em outras casas e levava e trazia fofocas.

– O que foi que você viu?

– A senhora não vai acreditar, mas ele tem um pinguim de verdade, não estou mentindo. Assim como tem gente que tem aquário, ele tem um quarto com gelo com uma grande porta de vidro através da qual se vê o pinguim caminhando todo efeminado, como caminham esses animais.

– Tem certeza, Júlio? – Perguntou atônita.

– Eu juro. Vi com esses olhos que a terra há de comer.

Viviana ouvira rumores sobre as excentricidades do magistrado.

Recorreu a uma amiga de seu clube do livro, Ifigênia.

– Ifi, preciso de um favor. Você sabe quem instala câmaras frias em *Fáguas*?

Ifi era um gênio da organização. Administrava um negócio de exportação de carne e camarões. Estava ligada a linhas aéreas, empresas de barcos, de transporte de cargas terrestre. Deu-lhe alguns nomes e ofereceu-se para ajudá-la.

Não há segredos neste país – falou, depois de uma semana. – É verdade que instalaram uma câmara fria na casa do magistrado Jimenez. A história do pinguim também é verdade. Ele entrou no país como cão, vindo do Chile. Aparentemente, esse senhor tem uma “amiga muito rica no Chile. O “cachorro” viajou de avião, como um paxá. E o melhor, Vivi: é um presente de amor, porque ela o chama de “pinguim”.

O próximo passo de Viviana foi entrar em contato com Eva Salvatierra. Eva era vice-diretora de uma empresa de serviços de segurança residencial e corporativa.

– Preciso que você me empreste alguém de total confiança para um pequeno serviço. Em seguida, falou com Júlio, seu jardineiro, e lhe pediu que dissesse que estava doente e recomendasse um substituto à esposa do magistrado.

– Prometo, Júlio, que se demitirem você, lhe arrumo outro trabalho.

Uma semana depois, um dos funcionários de confiança de Eva, com aspirações a detetive, passou-se de jardineiro. Fotografou não só o pinguim na câmara fria, mas também os amigos do magistrado numa farra com garotas atirando peixes ao animal.

– Eu teria tirado mais fotos – falou o aprendiz de detetive -, mas me pediram para ir embora quando a festa esquentasse (BELLI, 2011, p.60).

No fragmento dado, a cena descrita é percebida num todo, analisada sob uma ótica global que favorece o argumento de um governo imergido em corrupção, mentira, uso do dinheiro público para fins pessoais, seja no caso da manutenção do pinguim em uma câmara fria ou na farra que ele promove com as mulheres, tomadas como corpos de prazer no mesmo espaço de luxo em que se encontra o pinguim, espécie de vedete de vitrine para agraciar os olhos dos que ali estão e sentem o poder político e econômico do dono do espaço para manter todo aquele luxo e lazer. A associação da mulher com a natureza parece ser flagrante nesse episódio, pois ambos os seres, animal e mulher, estão confinados em um mesmo ambiente para

proporcionar prazer (estético, no caso pinguim; sexual, no caso das mulheres) aos homens que se reúnem com o governante. Uma espécie de rebaixamento da mulher à natureza animal parece justificar, na óptica deles, o uso dos corpos de mulheres sem culpa alguma. Isso tudo difere do que se imagina sobre um governo, realmente, comprometido com o direito que a população tem de saber sobre as ações do presidente e com o direito da imprensa questionar, o que nos permite inferir, desta forma, que o sistema governamental se caracterizava por violar o direito de as pessoas terem informações confiáveis sobre o que estava acontecendo, politicamente, no país.

A figura do “pinguim” é exemplificadora desta corrupção, a qual o magistrado Roberto Jimenez, protegido do Presidente, dava sua exclusiva atenção e desprezava os problemas da pobreza da população de Fátuas, mantendo o país de forma desinteressada e permitindo a continuidade da miséria social, de modo que os direitos básicos da população, como educação, saúde, emprego, moradia, segurança eram simplesmente indiferentes aos reais interesses do governo. Isso provoca indignação em Viviana Sansón, no sentido de mostrar esse comportamento do magistrado se aproveitar do dinheiro público para fins pessoais, com o sustento do luxo e do capricho de criar um “pinguim”, um animal típico de lugares gelados, para mantê-lo sob todo um aparato milionário e o animal pudesse sobreviver naquele país tropical como mascote ou animal doméstico, de estimação. Neste sentido, o que era uma simples “fofoca” do jardineiro passa a ser de interesse crucial para Viviana que denunciaria a corrupção endêmica naquele país e mostraria como Fátuas havia se tornado esse “lugar ruim” para a sobrevivência das pessoas.

O escândalo do pinguim foi enorme e estendeu-se a todos os meios de comunicação. Entretanto, apesar do clamor popular pedindo o afastamento de Jimenez, o magistrado, que era protegido do Presidente, continuou com seu cargo.

Ele era uma das peças-chave do governo. Rábula hábil, distorcia qualquer lei ou sentença para que se adaptasse às necessidades políticas de seus chefes.

Se até então, na vida cotidiana, assim como a maior parte de seus concidadãos, Viviana fazia como o avestruz ou os macacos, “não ver, não ouvir, não falar”, a história do pinguim tornou-a mais radical. Às vezes ria sozinha, pensando que, ao escrever sua biografia, teria que dividi-la em antes e depois do pinguim. Depois da reportagem, recebeu uma avalanche de e-mails. Alguns eram meras felicitações, elogios à sua “valentia” (grifo da autora) mas outra grande parte eram testemunhos tristes e dolorosos de injustiças, pedidos de ajuda, histórias de desamparo generalizado e a repulsa impotente de uma cidadã que não conseguia ver uma luz no fim do túnel nesse país miserável. Precisamos de pessoas como você em *Fátuas*. Por que não ser candidata a presidenta?

Presidenta, ela?, sorria. Quem pensaria numa coisa dessas!

[...] (BELLI, 2011, p. 63).

Observemos como a imagem do quarto poder (discutida no capítulo seguinte) reincide nas ações políticas da protagonista. Como cidadã de Fátuas, interessada diretamente no desgoverno dos homens, e por trabalhar como jornalista, apresentando programa televisivo de notícias, há uma apropriação de sua parte em usar as mídias, o quarto poder, para minar as bases governistas do presidente que deseja derrubar. Como domina as estratégias e/ou táticas desse poder, usa com objetividade a linguagem, o modo de endereçar as notícias à população e, assim, consegue desestabilizar, de forma contínua e profunda, os alicerces que sustentam o governo do presidente que perdeu o cargo para a protagonista.

No fragmento acima, detecta-se uma prática corriqueira entre governos dos homens que se comprometem com o legado histórico e cultural dos antigos patriarcas, *viris* ou, em outra modalidade, práticas homosociais. A noção de homosociabilidade, advinda de Eve Sedgwick (1985), direciona o/a pesquisador/a para o entendimento de uma espécie de dinâmica e rotina entre os homens, no que diz respeito à ajuda mútua para as questões que envolvem o gênero em particular. No cotidiano brasileiro, por exemplo, pequenos atos de corrupção e desigualdade de gênero acontecem, de modo a favorecer os homens em detrimento das mulheres. Em caso de infidelidade, os homens silenciam para as mulheres (quando os grupos são amigos) e “dão cobertura” aos parceiros; as idas aos bares, por exemplo, denotam muito desse contexto em que segredos dos homens ficam ali guardados para não expor um ao outro; a ideia de solidariedade no infortúnio: um ajuda o outro a se levantar e, assim, esse gênero é construído; o passar a mão na bunda um do outro, o tocar o pênis do outro por sobre a roupa, tudo isso são práticas homosociais que deslocam o sujeito masculino da homossexualidade e o aproximam desse universo de fraternidade masculina semelhante à sororidade.

A voz que narra, refletindo sobre esse tipo de situação exibido no trecho dado, assim se coloca: “já estamos cansadas de pagar o pato por tantos governos ineptos, corruptos, manipuladores, baratos, custosos, usurpadores de cargos e sem respeito pela constituição” (BELLI, 2011, p. 89). As mulheres do PEE se unem cada vez mais em luta para o enfraquecimento daquele sistema de opressão criado pelos homens. E com razão. Afirmar que o magistrado era protegido do presidente desperta, nos que se encontram na base social (os trabalhadores de forma geral), um sentimento de raiva pela impotência diante de um contexto em que os homens se unem, pelo sistema governamental, para cimentarem ainda mais o seu poder, manter os demais outros sob sua dependência.

Viviana, Eva, Ifigênia e Rebeca de los Ríos se indignaram com o grau de complexidade daquele luxo do magistrado, ao manter “Casas de Gelo” em um país tropical, gerando o déficit da saúde econômica, social e política de Fátuas, considerando que, para manter um quarto de

gelo ou câmaras frias, era necessário um desvio de verba pública imensurável e, por isso, Viviana, como jornalista e apresentadora de televisão, se reveste de uma força e coragem gigantes, capazes de transcender todo o medo e quebrar todos os dispositivos de controle de uma sociedade de base patriarcal, desenvolvendo estratégias de produção jornalística para comprovar aquele fato e exibi-lo no telejornal, em que apresentava, na TV 1. Viviana vai além da conservação daquele poder masculino de opressão dos homens e, com sua consciência, realiza uma crítica desta política corrupta que os homens do “desgoverno” promoviam há centenas de anos.

Viviana preparou com todo cuidado a reportagem, que foi anunciada como exclusiva com anúncios vistosos, sem especificar do que se tratava. Não queriam alertar os envolvidos para que não impedissem sua veiculação. Os diretores da emissora de tevê, ainda que a história tivesse causado riso e espanto, temiam represálias. Com tato, porém firme, ela deixou bem claro que ou a reportagem seria divulgada ou a venderia para outra emissora (BELLI, 2011, p. 61).

O fragmento acima explicita as estratégias que a jornalista toma para fazer com que sua reportagem chegue à exibição na televisão, mostrando, inicialmente, de forma até mesmo cômica e trágica que, embora evite colocar nomes dos envolvidos, cautelosamente, mostra todos os indícios de quem se tratava na reportagem. O uso da mídia para atuar como poder que derruba outro poder está latente e fica explicitado, quando das táticas usadas pela protagonista, para minar o campo ideológico e político do presidente de Fátuas.

A voz de Viviana constitui um “grito” diante das notícias sobre a miséria, pobreza e opressão, lidas por ela, diariamente, ao chegar na redação onde trabalhava na TV 1. Viviana é uma voz subalterna que denuncia um colonialismo de homens perversos como esses de Fátuas: faziam o que queriam, ao seu bel prazer, para conservar o poder nas mãos de uma minoria:

Era relativamente fácil em *Fátuas* confirmar suspeitas, sobretudo, quando se tratava de algo assim, um assunto que, de tão absurdo, outras pessoas teriam que conhecer. Custava acreditar, mas na América Latina coisas assim eram o pão de cada dia. Ela se propôs a investigar a verdade (BELLI, 2011, p. 60).

Falei em colonialismo, mas, na verdade, a ideia colonialista e patriarcal não passa de herança genética difícil de se desgrudar do sujeito. Esse tipo de associação é melhor visto dentro de uma conjuntura político-partidária. Não é à toa que as mulheres lideradas por Viviana Sansón criam o Partido de Esquerda Erótica. Evidente que, num contexto como esse, a visão esquerdista, nas democracias atuais, contradiz os programas de governo de direita ou de ultraesquerda, muitas vezes, estes, situados numa chave de leitura um tanto ditatorial. Defender

projetos e políticas públicas de direita significa estar ao lado dos grandes empresários, dos banqueiros, da política internacional, gerada ou gerenciada pela visão neoliberalista da economia, que prevê a livre expansão do comércio, a não interferência do Estado nos negócios e o valor da meritocracia (aspecto que será visto no capítulo seguinte, quando abordo a questão de forma mais sistematizada). Defender valores e ideias de esquerda pode significar estar mais próximo das populações menos favorecidas: os partidos de esquerda, a seu modo, buscam encampar políticas trabalhista, de gênero, do trabalhador do campo, de minorias desfavorecidas socialmente.

Viviana é uma personagem cuja voz representa as mulheres progressistas latino-americanas que, em consonância com Eva, Martina, Ifigênia, Rebela de los Ríos e Juana de Arco potencializam os malefícios das práticas políticas patriarcais e se colocam como ouvintes das histórias de tantas pessoas silenciadas naquele “desgoverno”. São sujeitos subalternos que denunciam os grupos que estão no poder, formados, em sua quase exclusividade, por homens, e possibilitam o surgimento de um olhar duplo e alternativo em *O país das mulheres*, permitindo a consciência de seu lugar de subalternidade, perante a opressão dos homens, neste caso, exemplificada pela corrupção do dinheiro público para a serventia dos luxos e luxúrias de membros do governo.

Diferentemente do partido masculinista, em que se assentam os homens do governo de Fátguas, criticado pela protagonista, esta assume uma postura ideológica das mulheres progressistas porque o partido que encabeça essa ideia avança nas políticas públicas, nos programas de partido que se abrem de forma mais democrática para as causas não tão defendidas pelos partidos de direita. Os progressistas elaboram uma agenda política pautada nos direitos humanos, na gestão das mulheres e no respeito à diversidade sexual e de gênero, nos valores da família e na identidade das mulheres. São marcas das mulheres progressistas: a luta para fortalecer a presença feminina em espaços de poder e de decisão; a igualdade de gênero no trabalho e não dependência econômica da mulher ao homem; o enfrentamento a toda forma de agressão e violência acometida contra as mulheres e a igualdade de direito e de acesso para as mulheres, sejam elas jovens, idosas e/ou deficientes.<sup>51</sup>

Nesse sentido, a voz da protagonista é emitida, nas reportagens, questionando, interrogando e criticando toda a situação de luxo, a qual apontamos como uma marca da injustiça e da desigualdade social, promovida pelo governo dos homens, pois o país estava mergulhado em extrema pobreza e fome e o presidente pouco se importava com a situação em

---

<sup>51</sup> As ideias formuladas neste parágrafo são paráfrases do que se encontra em <https://mulheresprogressistas.com.br/>.



que Fáguas estava. Isso lembra a citação de Bammer (2015) sobre a voz das mulheres progressistas que têm um enorme potencial transformador sobre ambientes cruéis e desolados por um governo opressor (que se associa aos espaços distópicos), optando por não aceitar as condições de opressão, mas por tentar mudá-las, a fim de que haja uma esperança, mesmo em situações que parecem impossíveis de serem transformadas. Em sua fala, Bammer (2015) coloca que, quando as pessoas sem prestígio social ou dependentes de políticas públicas não são atendidas em suas demandas e as suas esperanças não encontram lugar de efetivação imediata, ou elas aceitam a situação ou procuram mudá-la.

No caso da protagonista e das mulheres do seu entorno e filiadas ao Partido de Esquerda Erótico e dos demais da população de Fáguas, lhes foi tirada a liberdade de expressão, no sentido de que uma educação mal elaborada e efetivada sequestra as ideias e as falas das pessoas que deveriam reclamar e reivindicar seus direitos; retiram-lhes um sistema público de saúde capaz de atender às necessidades das comunidades. Além disso, a segurança pública, a falta de emprego, a igualdade de gênero e salarial são elementos cruciais para o bem-estar de uma nação, de um povo, e tudo isso, em Fáguas, é demonstrado como sendo diretrizes políticas empreendidas pelo governo dos homens que torna a sociedade muito desigual, sem oportunizar a todos, igualmente, as chances e acesso aos bens de poder e simbólicos. Tudo isso possibilita apontar, nesse aspecto, um universo distópico, ruim, piorado para as mulheres e as pessoas pobres, fato que faz o PEE enveredar por um caminho que procura alcançar a utopia realista, pautada no engajamento cotidiano de mudança da realidade social.

O poder transformador de Viviana e suas companheiras conquista espaço na mente das pessoas através da divulgação do Caso dos Pinguins, adquirindo forças fundamentais de transformação da forma de se governar em Fáguas e mostrando os efeitos nocivos daquele “desgoverno” para o desenvolvimento social, político, econômico da população do país. Como jornalista, Viviana esbraveja a reportagem com muita força de transformação e criatividade, assim como suas companheiras:

Na noite anunciada, com Ifi e Eva, ela foi até um bar da zona rosa da cidade, do qual conhecia o dono. Você tem que me prometer que vai aumentar o volume da tevê quando começar o noticiário das nove. Juro que não vai se arrepender, ela disse [...] (BELLI, 2011, p. 61).

O aumento do volume da tevê, pelas companheiras Ifigênia e Eva, mostra, na narrativa, a vontade de ver as vozes silenciadas há tantos anos por aquele “desgoverno” e, ao mesmo tempo, a voz subalterna da protagonista, denunciando em horário nobre, na televisão, a

“podridão” que nunca jamais ninguém ousara demonstrar em Fátuas. O trecho que segue exhibe isso: o uso das estratégias do quarto poder para alcançar multidões e poder minar as bases governistas do presidente do momento.

Era triste, pensava, ler nas pesquisas que a maior ambição dos jovens era emigrar. Ou ouvir o lamento de um poeta magnífico que escrevera: ‘Queria ser estrangeiro para ir a meu país’. Um país mergulhado na desesperança, com um povo resignado a aceitar qualquer vergonha, exalava o fedor da carne podre. E ela não queria que sua filha crescesse cercada pelo cadáver da civilidade, dos valores humanos, da alegria (BELLI, 2011, p. 63).

As mulheres do PEE se colocaram como possuidoras de verdades nunca apontadas, desafiando o saber comum sobre a realidade social e do poder do sujeito “mulher” para um país dominado, há séculos, pelo masculino, estabelecendo, desta forma, um outro diagnóstico ou outra alternativa para aquele país marcado pelo descaso e indiferença com a própria população.

Chegaram cedo e se sentaram no balcão. Convidaram alguns amigos para se reunirem a elas ali. Às nove da noite, o bar estava cheio. Viviana mal podia controlar sua agitação. Sentia-se ao mesmo tempo eufórica e nervosa. Cumprindo sua promessa, o proprietário aumentou o volume. Ela apareceu na tela. ‘Os pinguins são animalzinhos simpáticos que vivem numa das regiões mais frias do planeta: a Antártida, no polo Sul. Ninguém imaginaria um pinguim aqui, no calor tropical de *Fátuas*. Nosso pobre zoológico, que pode apenas alimentar os jaguares de nossas selvas, teria que contar com instalações muito caras para manter um pinguim e cativo. No entanto, senhores, o noticiário extraordinário da TV 1 conseguiu revelar a existência de um pinguim em *Fátuas*, um pinguim aqui em nossa cidade, o mascote mais caro da história de nosso país...’ Enquanto Viviana narrava em off, apareciam na tela fotos do animal, da casa do magistrado, dele e dos amigos próximos ao aquário descomunal. As exclamações dos clientes do bar não demoraram. As gargalhadas, a descrença, os insultos. Que bárbaro, incrível, que filho da puta, ladrão, com nossos impostos, olhe para ele...e nas mãos de gente como ele está a justiça deste país, que insulto, que vergonha, exclamavam, intercalando coloridas grosserias.

Aplaudiram Viviana quando a reportagem terminou. Homens e mulheres aproximaram-se para abraçá-la e felicitá-la. Bem feito, isto sim, finalmente alguém se atreve a lavar em público a roupa suja desses desalmados. Tanta gente morrendo de fome e ele construindo câmaras frigoríficas para um pinguim, feito um milionário excêntrico.

Infelizmente, pensou Viviana, por mais ridícula e absurda que fosse a história do pinguim, ela ironicamente resumia a corrupção perversa e o descaramento dos funcionários públicos de *Fátuas* (BELLI, 2011, p. 60 a 62).

No fragmento acima, consideramos a postura do presidente como arrolada em aspectos negativos para uma população, porque atende a um reclame individual, particular, egoísta, tornando toda a sua agenda política injusta perante o povo que vê o noticiário e fica pasmo diante do fato narrado, como a ponta de um iceberg de falcatruas. O que se entende como um governo que realmente se preocupa com os anseios da população se distancia do fato exibido. Crer ou não, torna-se uma sentença absurda diante do descaso do governo com a população,

satisfazendo caprichos particulares para também ser beneficiado, posteriormente, com o que poderia, de lá, nascer: festas particulares servidas com mulheres prontas para esbanjar erotismo, feito presas diante dos predadores.

Viviana cumpre com o seu papel de jornalista, denunciando O caso dos pinguins como um crime contra a situação em que o país de Fáguas se encontrava, mergulhado na pobreza, miséria e falta de cuidado com os próprios zoológicos, pois utilizar verbas públicas para manter pinguins em ambientes privados, como na casa do magistrado, membro da Corte Presidencial, era um absurdo. O fato de os pinguins serem animais cujo *habitat* é característico de espaços gelados como a Antártida e de Fáguas ser um país tropical cujas temperaturas reduziriam drasticamente a expectativa de vida de animais como os em questão, tornou contraditória a questão da habitação de um pinguim em clima tórrido, daí a câmara gelada ou zoológico particular de um único animal. Ao mesmo tempo, torna-se contraditório, também, o mesmo caso, quando vemos a real necessidade do que aquela nação necessitava para sobreviver.

O “governo” estava ironicamente custeando “a mascote mais cara da história” daquele lugar, na casa de um magistrado, membro “da corte” do atual presidente. A narração em *off* do noticiário da TV 1, feita por Viviana Sansón, é acompanhada pelas fotos do pinguim na casa do magistrado, provocando, nos telespectadores, revolta em forma de insultos e muita vergonha por aqueles dirigentes do país, pois nem sequer o zoológico de Fáguas era “premiado” com tantas *benesses*, que a casa do magistrado tinha. Impressionantemente, o aparato para manter o animal vivo era de alto custo monetário para tornar válida a vida de um único animal, aprisionado em um ambiente particular e mantido com o dinheiro público, sendo este derivado de cobrança de impostos que não retornavam para o social, deixando a população à deriva de políticas públicas de combate à fome e ao desemprego, por exemplo.

Neste sentido, o elemento em destaque, neste tópico, como signo da desigualdade social e do desgoverno dos homens em Fáguas, é o fato de se manter um pinguim em um país pobre e tropical, necessitado de políticas públicas verdadeiras para o seu desenvolvimento. Apenas com o desmascaramento do caso, nos meios de comunicação, por Viviana Sansón é que as pessoas realmente se dão conta do que estão vivenciando no país. A protagonista se propôs como denunciadora do “desmascaramento dos funcionários públicos de Fáguas” (BELLI, 2011, p. 62) e impulsionou a imprensa como um todo, para dar visibilidade ao assunto, como um movimento utópico de mudança e transformação social daquela realidade:

No dia seguinte, um bando de jornalistas abordou o magistrado Jiménez, um sujeito ofensivamente gordo e desagradável, quando ele chegou a seu gabinete na Corte Suprema. Com incrível ironia e descaramento, Jiménez quis se apresentar como

defensor dos animais e contou uma história inverossímil: o pinguim havia naufragado em frente à sua casa de praia na Costa do Pacífico tropical de *Fáguas* [...] Viviana disse a seu chefe no dia seguinte. – Tenho provas de que é mentira. O pinguim foi enviado por uma namorada do Chile. Proponho que façamos outra reportagem para desmenti-lo. Além disso, Rebeca de los Ríos, uma amiga economista, está preparada para apresentar as cifras de quanto custou e custa manter esse pinguim. Já que estavam todos no mesmo barco – e com o ego massageado por muitas felicitações e uma ascensão nos índices de audiência do canal -, os diretores concordaram. No segundo programa, Viviana deixou de lado o tom irônico e castigou o magistrado com uma reportagem de rua que mostrava inequivocamente o repúdio geral ao cinismo com que este tentou se justificar. [...] O escândalo do pinguim foi enorme e estendeu-se a todos os meios de comunicação. Entretanto, apesar do clamor popular pedindo o afastamento de Jiménez, o magistrado, que era protegido do Presidente, continuou com seu cargo (BELLI, 2011, p. 62).

Neste longo trecho, é destacado o desejo de Viviana denunciar cada vez mais o caso, não mais com um tom ameno ou cômico como havia feito antes. O tom cômico ou jocoso, na estrutura dessa narrativa, surge como um elemento catalisador de ideias para pulverizar, a conta-gotas, a ideia que se firma na mente da apresentadora do telejornal. Imbuída de um ideal de justiça, para atender a uma demanda pública que, há muito, reclama ou pede socorro em *Fáguas*, a protagonista se utiliza da veia cômica e libera a notícia bomba, de forma engraçada, como uma estratégia de fazer a população, inicialmente, rir da situação trágica e, a partir de então, perceber, no riso, o próprio infortúnio. Para Bergson (1983, p. 9), o riso acontece como um acontecimento comportamental, com a direta função de coagir manifestações nocivas à comunidade ou ao grupo, a que a pessoa que ri pertence. Exemplo disso seria, na visão do filósofo, o fato de o sujeito rir de uma situação, com o objetivo de corrigir. Vale ressaltar que a paródia ridicularizadora é um princípio da enunciação sobre algo profundo que precisa ser refletido.

Corajosamente, a protagonista já tinha conquistado, até mesmo, os ânimos do seu chefe, um homem com seu “ego massageado”, devido as felicitações da reportagem da jornalista, conferindo-lhe uma liberdade maior de expor os fatos com uma cobertura jornalística mais apurada. Viviana disponibiliza, neste sentido, a sua força de mulher destemida dentro do seu universo de trabalho, no jornalismo, assumindo os riscos e chamando, inclusive, a atenção de outros veículos de comunicação para, igualmente, denunciarem o magistrado. Conseguiu apoio popular, fez com que as pessoas refletissem sobre a sua própria condição de desafortunada, diante das políticas desencadeadas pelo presidente que acoberta e se envolve em situações de vexame de seus protegidos.

A protagonista está envolta de uma força feminina coletiva, junto a sua colega economista, Rebeca de los Ríos, como esclarecedora do valor dos custos exorbitantes, para manter aquele animal dentro da casa de um funcionário público de alto escalão do

“desgoverno”. A caminhada de Viviana se dá de forma desvinculada do sistema patriarcal e, por outro lado, encaixada sob os pilares de uma luta das mulheres engajadas e irmanadas pelo Partido de Esquerda Erótica. Mesmo com a permanência do magistrado no cargo público, apoiada pelo presidente Paco Puertas, a popularidade de Viviana e o seu poder de persuasão se fortalecem cada vez mais, demonstrando, assim, a força das mulheres e seu espírito destemido, diante de uma realidade construída para a opressão, através das injustiças, corrupção e desigualdade de gênero.

De acordo com o fragmento da narrativa, “Viviana fazia como o avestruz ou os macacos, ‘não ver, não ouvir, não falar’, a história do pinguim tornou-a mais radical” (BELLI, 2011, p. 62-63). Desse modo, observa-se o poder da mulher feminista que desafia o saber comum, criando estratégias para angariar ou conquistar os homens do poder e, de alguma forma, definir “um programa libertário que permita que as mulheres escapem de seu estado de sujeição histórica” (MIÑOSO, 2020, p. 111). Viviana conquista, paulatinamente, uma força popular, nunca antes alcançada, mesmo diante da desigualdade de gênero e injustiça social do “desgoverno dos homens”. Traz em cena o impulso utópico com claras inflexões de gênero e suas implicações para uma construção possível de uma outra sociedade em Fáguas, a partir do olhar crítico sobre a corrupção gerada pelos homens do poder, numa tentativa de decolonizar o predomínio masculino no espaço público e dar voz à luta da mulher, mãe, jornalista e, por que não, “presidenta”?

As vezes ria sozinha, pensando que, ao escrever sua biografia, teria que dividi-la em antes e depois do pinguim. Depois da reportagem, recebeu uma avalanche de e-mails. Alguns eram meras felicitações, elogios à sua ‘valentia’, mas outra grande parte eram testemunhos tristes e dolorosos de injustiças, pedidos de ajuda, histórias de desamparo generalizado e a repulsa impotente de uma cidadã que não conseguiu ver uma luz no fim do túnel nesse país miserável. Precisamos de pessoas como você em *Fáguas*. Por que não se candidata a presidenta? Presidenta ela?, sorria. Quem pensaria numa coisa dessas! [...] Chegou em casa feliz nessa noite. Chamou as amigas. Comemorou no jantar com Consuelo e Celeste.

– Sabe – disse-lhe a mãe, quando Celeste já havia terminado o dever, escovando os dentes e ido dormir –, uma vez na vida li as cartas. Eu estava desolada depois que seu pai desapareceu e uma amiga me levou até a casa de uma famosa cartomante. Sua filha está destinada a grandes coisas, a senhora me disse.

– E por que você nunca me contou? – sorriu Viviana.

– Não sei. Não lhe deu muito crédito, mas ultimamente andei me lembrando da frase. Acho que é verdade. Alguém como você deve encarar a vida de frente, sem medo. O medo é um mau conselheiro.

Viviana voltou o relógio para a prateleira e pensou na sorte de ter uma mãe como a sua (BELLI, 2011, p. 63-64).

Na leitura do fragmento dado, infere-se que o evento, denominado por nós como “antes e depois do pinguim”, demonstra um claro movimento entre a visão política de injustiça social

e desigualdade de gênero e social, bem como o modo como as pessoas de Fátuas passam a enfrentar o sistema político do governo dos homens, com o intuito de obterem, na agenda governamental, possibilidade de serem beneficiados. Esse fato, em si, abre espaço para um outro modo de agir e querer consertar os desmandos masculinos do poder: a imagem de Viviana Sansón passa a ser a cogitada para se candidatar às eleições de Fátuas, amparada por um forte apoio popular, depois de noticiar, de forma valente, o caso do pinguim. Percebe-se o impulso utópico da personagem nas suas lembranças, as quais acessamos por meio de *flashbacks* na narrativa, devido à mudança daquele cenário corrupto, no qual seu país se encontrava e sua coragem de enfrentá-lo, desafiando o seu próprio medo de encarar os políticos e membros poderosos do tal governo.

De acordo com Levitas e Sargisson (2003, p. 17), “A transformação utópica não precisa ser localizada no futuro, em uma esperança longínqua de um lugar melhor. Em vez disso, pode ser parte da transformação no agora”. Tal afirmação pode ser aproximada à obra em estudo, tendo em vista o processo que vai sendo desencadeado na narrativa, a partir das atitudes jornalísticas e da forma como Viviana porta-se, em sua investigação, dando visibilidade à história dos pinguins para a sociedade em geral e chamando a atenção dos outros jornalistas, acostumados aos fatos cotidianos e já esperados com notícias cotidianas: “A vida diária em algumas comunidades intencionais, por exemplo, faz parte das mudanças transformadoras de vida na consciência e mudanças incrementais na prática diária e o comportamento em relação ao meio ambiente e outras pessoas” (LEVITAS; SARGISSON, 2003, p.17).

Ou seja, Viviana se viu em meio a testemunhos de injustiças, histórias de desamparo e sensação de desesperança, buscando forças que a impulsionavam para a modificação daquela crua realidade, através do jornalismo, que realizava na redação da TV 1, e expondo aquele escândalo para todos os outros veículos de comunicação, com toda sua carga de força e coragem, particularidades essas já previstas, desde sua infância, por uma cartomante e repassadas a sua mãe Consuelo.

A motivação feminina de Viviana é destacada como sendo um símbolo para que outras mulheres percebam a força que carregam e nem sempre se dão conta, demonstrem o que pensam sobre o mundo e como podem mudar uma determinada realidade cruel, através do impulso utópico que carregam dentro de si, o qual movimenta uma desestabilização deste “desgoverno”, juntamente com as companheiras do PEE, e surge a possibilidade concreta de Viviana disputar as eleições presidenciais diante do seu potencial. Isso era algo impensável para o sistema vigente, mas, inesperadamente, torna-se, cada vez mais, provável, pois, como será mostrado no item que segue sobre a violência contra meninas, Jiménez é descoberto envolvido com o tráfico

de meninas no país, o que confere a Viviana autoridade e voz, para defender Fáguas, sob seu olhar como mulher e como cidadã do seu país.

### 3.3.3 O tráfico de meninas: desigualdade de gênero e a reificação das mulheres

Nas lembranças em que Viviana se vê mergulhada, a partir dos flashbacks narrativos, vem à memória o Galpão, onde conheceu Patrícia, posteriormente chamada de Juana de Arco e incluída como membro do PEE, por sua postura crítica diante do que passou na vida. A menina de 16 anos foi resgatada por Viviana Sansón, como uma vítima do tráfico de adolescentes por Roberto Jiménez, membro do governo de Paco Puertas, além de ter sofrido, na adolescência, a violência sexual em sua própria família. Ao encontrar a menina, sentiu um impulso por cuidar da adolescente e conceder-lhe uma vida digna e merecida, ao vê-la machucada e pouco interessada em receber esse “cuidado” gratuitamente, conforme caracterizada, na narrativa, como uma personagem marcada pelo amargor do trauma de ser violentada pelo tio.

Viviana encontrou na prateleira a toalha que deu a Patrícia na noite em que a resgatou, para que secasse o corpo da chuva. Reconheceu-a por causa da cor turquesa e dos desenhos de peixes; uma toalha barata comprada de um ambulante. Passou a mão sobre ela, sorrindo para si mesma. Os *presentes que a vida concede*, pensou, antes de se entregar às imagens precipitadas que lhe ocuparam a mente” (BELLI, 2011, p.101).

Viviana é uma mulher privilegiada, pois apesar de sua mãe, Consuelo, tê-la criado sozinha, devido o abandono por seu companheiro, ao saber que estava grávida dele, ela nunca deixou de cuidar da filha, mesmo diante da dupla jornada de trabalho, em que coordenou expedições, numa grande revista de circulação internacional, como a *National Geographic*, viajando muito, mas levando a filha por onde ia:

Viviana sabia o preço que a mãe pagou pela aventura com seu pai, da qual ela nasceu. [...] sabia das dificuldades de Consuelo como mãe solteira. Essa história de filhos não foi feita para uma pessoa só, ouvia-se dizer com frequência. [...] Procurava alguém com quem deixá-la apelando à rede de amigas, mas não faltavam imprevistos. No entanto, daqueles anos, Viviana não guardava mais do que as lembranças habituais: sofrimentos de adolescente, de desajustada, de sentir-se às vezes como um fardo que incomodava a mãe, que a deixava em consignaçoão aqui e ali. Nada parecido com a experiência de Patrícia. Como resgatar alguém de algo assim? Quem convenceria a garota de que a vida valia a pena, que tinha um propósito? Quando Sebastián morreu, ela perdeu a capacidade de encontrar sentido no tempo que separava o nascimento da morte. [...] Paradoxalmente, o pensamento que a tirou do luto foi justamente esse, a simples percepção de que estava viva, de que o único propósito da vida era a própria vida (BELLI, 2011, p.102).

A protagonista recebeu apoio da mãe nos estudos, realizando seu sonho de ser jornalista, mas passou também pela difícil jornada de criar a filha Celeste e trabalhar na tevê:

Consuelo era uma mulher enérgica, cheia de exuberância e alegria. Aos sessenta e poucos anos parecia jovem e, embora seu lema fosse ‘viver e deixar viver’, quando devia bancar a mãe, sabia fazê-lo bem. Criara e educara Viviana sozinha, pois nunca mais ouviu falar do pai depois que lhe contou que estava grávida. Ela também se encarregou de convencer Viviana a realizar seu sonho de ser jornalista, a profissão para a qual se preparou e que apenas exerceu por poucos meses antes do nascimento de Celeste (BELLI, 2011, p. 56).

A história de Patrícia, menina encontrada naquela noite, era a mesma de tantas outras meninas de Fáguas, assim como havia pontos em comum com a própria história de vida da protagonista. Toda a amargura feminina da dor de ser violentada sexualmente se dava na figura de Patrícia, com seu relato de vida marcado pela violência sexual. Com Patrícia tudo era diferente, pois tinha sido machucada sexualmente por um ente familiar: o próprio tio a estuprara. No capítulo Juana de Arco, Viviana começa a compreender toda a revolta da violência contra a mulher e como era se sentir “estar sem estar estando”, como Patrícia lhe havia dito certa vez.

Esse tópico introdutório serve para nos colocarmos diante de determinados fatos da vida que precisam ou exigem ser repensados, revistos. Não apenas o caso da violência sexual contra uma personagem, mas o próprio histórico de vida da protagonista, como mulher, educada por uma mulher, encontrando no dia a dia de sua vida, as adversidades e não os benefícios, com os quais sonha colocar em prática para as pessoas de Fáguas. Encontrou, ao longo de sua vida, a dureza em tudo, porque em sociedades machistas, organizadas em torno de poderes exercidos por homens, dificilmente as mulheres encontram em quem se apoiar. Parece padrão sociedades desse tipo beneficiarem os iguais (homens), dando um tratamento diferenciado (menor) às mulheres e aos outros divergentes daquilo que é a imagem padrão. No caso, as pessoas gays, lésbicas, negras etc. sofrem a desigualdade em sociedades ambientadas em contextos como o de Fáguas.

Como o/a leitor/a pode sentir, se antes o caso do pinguim deu margem para uma leitura, na chave da distopia, agora essa leitura alcança reforço, com o caso da personagem Patrícia. As utopias negativas ou distopias apontam para mundo engendrados na dor, na solidão do sujeito, nas doenças, no desemprego, na corrupção no descaso social pelos governos autoritários, totalitários, ditatoriais (JACOBY, 2001; 2007). As distopias ofuscam as esperanças de seus componentes, projetando, no cotidiano do coletivo, elementos desencorajadores da humanidade, sequestrando a esperança dos sujeitos, naquilo que os fazem humanos. Esse é o



universo de Fúguas no governo dos homens e sentido por Viviana. Como ela busca dar uma reviravolta na política de seu país, constrói um modelo de sociedade, a partir dos documentos históricos propostos como ideias políticas do PEE, através do qual chega ao poder. Assim, por mais que o romance de Gioconda Belli seja considerado como utópico, as práticas masculinas nele contidas nos direcionam para uma postura distópica, que exigia sua desconstrução para a implantação e construção da utopia.

Quando se pensa em desigualdade de gênero, e tendo em vista o contexto de Fúguas, é possível ter em mente aquilo que Guimarães (2001), falando a partir do contexto de Brasil, entabula como um modo geral de perceber a questão:

[...] as empresas são 'feitas para machos'. E por quê? Por requererem coragem, destemor frente a riscos e inteira disponibilidade para o trabalho em regime de turnos, componentes considerados como 'naturais da constelação do masculino'. Por isso, 'parece naturalmente compreensível' a ausência de mulheres em ambientes como esses, tidos como essencialmente masculinos. (GUIMARÃES, 2001, p. 240)

Evidente que a discussão da autora citada gira em torno da empregabilidade e da empresa, mas, a partir dessa experiência, é possível estendê-la a outras situações e contextos, como é o caso dos cargos eletivos nos poderes públicos, sobretudo aqueles que não passam por concurso, mas são preenchidos por indicação. Se os cargos trabalhistas de uma empresa, de acordo com o trecho, são preenchidos por homens, porque tem-se em mente o seu destemor e coragem para os riscos, em outros âmbitos similares ocorre o mesmo, não só no Brasil, mas em países de constituição semelhante. As mulheres são descartadas de cargos de comando, de chefia, sendo alocadas em lugares menores, de submissão, trabalhando mais como ouvintes do que falantes, pacientes que são para trabalhos que lhes exigem comando sobre si.

Essa visão equivocada naturaliza toda uma política de inferiorização de mulheres nos vários contextos sociais (distopia para elas essa situação). Este tema está sendo abordado, a partir da perspectiva do trabalho, porque esse é um forte indutor de outra prática de inferiorização de mulheres, o trabalho sexual escravo ou a reificação de mulheres em trabalhos do sexo contra a sua vontade. A dignidade que o trabalho proporciona a todos é retirado das mulheres, desde quando, são levadas a saírem de casa e a exercerem tarefas assalariadas. Os homens que se encontram nos postos de comando lhes têm como diminutas diante das atividades. Subestimam-nas em suas performances e naturalizam uma visão distorcida sobre elas: a de que dão certo para determinadas funções e para outras não, revisadas e criticadas tanto pela Sociologia quanto pela Psicologia do Trabalho (SIQUEIRA, 2002). É o que apontam, nessa mesma linha de pensamento, Cavazotte; Oliveira e Miranda (2010):

A desigualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens nas organizações é um fenômeno tão predominante no mundo, que seu enfrentamento se tornou uma das principais bandeiras da Organização Mundial do Trabalho [...] Pode-se destacar três mecanismos por meio dos quais a desigualdade de gênero se reproduz no mercado do trabalho [...] Em primeiro lugar, existe a discriminação salarial pura, já que os homens tendem a receber remuneração salarial superior à das mulheres em ocupações idênticas [...] Em segundo lugar, ocorre a chamada segregação ocupacional, pelo fato de as mulheres, em geral, ocuparem postos de trabalho menos qualificados e mais mal remunerados do que os homens [...] Além disso, observa-se a dificuldade de ascensão profissional das mulheres (p. 71).

Fáguas é um país que sobrevive, na narrativa, envolvido em uma política de trabalho semelhante a que se descreve no trecho dado. Referimo-nos apenas à inserção e manutenção de mulheres no contexto social do romance, mas a mesma lógica se estende a todos os trabalhadores que buscam um meio formal de sobreviver e encontram, nos postos assumidos, desvantagens ou concorrência desleal, dificultando não só o acesso, como a manutenção e mobilidade de *status* na área de atuação. Para as mulheres, esse tipo de situação é agravado, porque ainda há os batalhões de vagas que são voltadas ao, no gênero masculino, conforme a dinâmica social. Para elas, restam a errância, a busca, o querer, para encontrar uma vaga capaz de aliviar o drama humano, pelo qual as mulheres desse país passam. Além dessa questão, há o outro lado mais aviltante da condição de mulher: a reificação.

O conceito de reificação é embasado em Lafetá (1995), que discute o termo a partir do marxismo, quando analisa o protagonista Paulo Honório do romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos. No ensaio, em que defende a reificação do protagonista, o crítico anuncia tratar-se de um processo social e psicológico, no qual o sujeito a quem se atribui essa condição é tornado indigno em sua pessoa, do ponto de vista humano, porque considerado uma coisa, um objeto, como requer, etimologicamente, o termo: reificação deriva de *res*, do Latim, que significa coisa. De *res* (coisa) + *ficar* (tornar-se), obtém-se a reificação, a coisificação, o humano tornado desumano, porque coisificado, objetificado como matéria comercial, degradável, descartável, vendável (distópico, pode-se dizer). O caso da garota Patrícia é o que abre a discussão para esse dado, uma vez que a situação de empregabilidade e de acesso das mulheres aos postos de emprego em Fáguas estava barrado.

Entre a infância e a adolescência, Patrícia fora traumatizada pela violência sexual cometida pelo seu próprio tio, sendo estuprada e sofrendo os horrores que uma criança jamais imaginaria sofrer. A personagem representa, na obra, um alto percentual de meninas que, pelo mundo afora, passam pela dolorosa experiência com a violência sexual em todas as suas manifestações: física, psicológica, moral, entre outras cometidas pelos homens:

Não pode deixar de gritar, de se contorcer, pois sentia dor; o horror de sentir um homem sobre ela, suando, arfando, desesperado por meter aquela coisa dura dentro dela. Foi a primeira vez que se deu conta do que acontecia com o pênis. Vira muitos quando era pequena, os amigos e os irmãos tomavam banho nus no próprio rio próximo à casa de sua mãe [...] O equipamento. Assim o chamavam os primos e irmãos. Pelo menos, nosso equipamento fica bem guardado no estojo, quando não está em uso. Mas ela nunca tinha visto o equipamento funcionar até a noite em que o tio a estuprou (BELLI, 2011, p. 108).

Vê-se, neste fragmento, o que as meninas, ainda em idade de construção de si, de reconhecimento do corpo, de sua pessoa, sem a experiência ou maturidade para viver o corpo em seus desejos e com racionalidade, têm que suportar dos homens: jamais imaginariam o que seria, materialmente, um órgão sexual, o “pênis”, identificado como uma espécie de “equipamento”, com o qual seus primos brincavam: “nosso equipamento fica bem guardado no estojo, quando não está em uso”, demarcando todo um poder perante este órgão masculino e conferindo-lhe a imagem de uma “arma” capaz de danificar o corpo e a mente para sempre de uma menina.

Neste fragmento, Gioconda Belli cria um texto com um tom de repugnância, não conformidade e de não aceitação da situação, em que um homem adulto se aproveita da ingenuidade ou da falta de experiência de uma criança, para lhe encravar a dor de uma violência sem tamanho, que tantas outras vivenciam em suas casas, com os próprios familiares, como pais, tios, padrastos, entre outros, e o poder nefasto de dominação das mulheres, promovendo situações de opressão, que se agravam, ao longo do tempo, levando as crianças a se tornarem reféns do próprio medo, o qual esses homens e o próprio sistema vigente introjetam na cabeça delas.

[...] levou um susto enorme quando ele a obrigou a tocá-lo e ela sentiu sua vara de bambu, o tronco sem folhas, a carne subitamente transformada em pedra. E o pior foi quando ele foi para cima e afundou essa estaca dentro dela; ela, que mal tinha pelinhos, que tinha acabado de menstruar pela primeira vez. Ardeu como pimenta. Foi uma ardência indescritível, como se tivessem lhe introduzido uma tocha acesa nas entranhas. E, para piorar, ele começou a se mexer, a esfregar o lugar que ardia. Esfregava e ofegava, e ela não podia pensar em outra coisa além da ardência e do nojo daquele homem a estar tocando ali, suando em cima dela, fazendo ruídos de animal, de macaco. E o tio a agarrava pela cabeça para tomar impulso e chacoalhar dentro dela, dentro da ardência em que se transformara, presa como uma mosca debaixo dele. E foi assim até que ele gozou (nunca entendera por que diziam ‘chegar’ ao orgasmo, para onde iam que chegavam?) e gritou e se refestelou em cima dela. Achou que o peso dele estouraria seus pulmões, porque mal podia respirar (BELLI, 2011, p. 108).

No fragmento acima, rico em detalhes para leitura reflexiva, é evidenciada a situação grave de violência contra a mulher no contexto doméstico e familiar. O trecho deixa transbordar

os danos físicos, psíquicos, morais e sexuais sofridos pela personagem Patrícia, que, desde cedo, fora abusada no ambiente doméstico, em uma relação incestuosa com o tio. Esse caráter reificante se junta ao não acesso e ao não progresso das mulheres nos empregos dominados por batalhões de homens. Segundo Saffioti (2015), uma prática como essa é considerada um abuso incestuoso, crime sexual violento e carregado de opressão e sentimento de impossibilidade de lutar contra, devido ao próprio sistema patriarcal, dada a maneira como são estruturadas as práticas machistas de sociedades distópicas, em que as mulheres são consideradas escravas, objetos sexuais, seres abjetos, funcionando apenas como valor de uso.

A escrita de Belli (2011) se revela como uma importante denúncia na literatura de autoria feminina, pois demonstra um fato de estupro simbolizado na figura de Patrícia, dentro de sua própria família, representando a história de tantas meninas, crianças, adolescentes e pré-adolescentes feridas profundamente na alma e no corpo. Observemos que o abuso sexual não está sendo tratado sob uma perspectiva religiosa ou da inviolabilidade do corpo, mas numa perspectiva dos direitos humanos, dos direitos do corpo que, em sua subjetividade e particularidade, dizem respeito unicamente à pessoa. O Estado, por exemplo, se encarrega de dominar os corpos através de mecanismos pelos quais pode prestar contas. Na prisão, por exemplo, o corpo dos apenados pertence ao Estado. Quanto ao aborto, prática ainda não liberada, o corpo que gesta ou pelo menos a ação de gestar vida no corpo ainda pertence ao Estado. O corpo nascido ou morto, identificado através de números, pertence ao Estado que o controla de algum modo. Todavia, a subjetividade, a intimidade do sujeito não pertence ao Estado. Violá-lo torna-se crime. Violá-lo sexualmente é crime hediondo.

Neste sentido, o fragmento transcrito demarca uma cena de tortura sexual e a ingenuidade de uma criança que, nem sequer, compreende o funcionamento da sexualidade masculina e os perigos que essa pode representar para sua vida, identificando o que aquele chamado “equipamento” poderia significar, quando estivesse em funcionamento em situações de risco. Apenas quando o tio de Patrícia obrigou-lhe a tocá-lo, a menina viu, de fato, que o “equipamento” se transformava num órgão duro como uma “pedra” e o peso do corpo do tio em cima do seu lhe dizia que aquilo não lhe fazia bem e estava lhe machucando, pois o tio introduziu à força “aquela vara de bambu” e ela começou a sentir a magnitude do trauma em sua vida e a dor de ser invadida em suas entranhas, sentindo a “ardência” e o “nojo” daquele homem sobre ela, agarrando-a sobre a cabeça e “chacoalhando”, em seu interior, até chegar ao “orgasmo”.

Uma situação extremamente violenta que era comum no governo dos homens, pois havia indiferença em relação à violência praticada contra as mulheres e não era do interesse

masculino que isso representasse um crime em Fátuas, já que a opressão cometida por eles era apoiada pelo próprio sistema machista, sexista, viril e patriarcal. Patrícia não via esperança de sair daquela situação, pois tratava-se de uma violência doméstica e intrafamiliar, em que se acreditava tudo aquilo ser normal ao próprio sistema vigente, já que nunca ouvira falar em violência contra a mulher, violência emocional e psíquica, “sobretudo em se tratando de violência de gênero, e mais especificamente intrafamiliar e doméstica”, violências estas em que existe uma ligação “muito tênue” e a inexistência de “limites entre quebra de integridade e a obrigação de suportar o destino de gênero traçado para as mulheres” (SAFFIOTI, 2015, p. 79-80).

Isso nos leva a pensar que a violência intrafamiliar e doméstica contra meninas, desde a infância, é um ato que torna a vítima cada vez mais indefesa, porque elas têm poucas forças físicas e psicológicas para medir com um homem adulto, conferindo, à vítima, uma sensação de não escapatória dessa situação descrita, uma vez que a vítima se sente culpada, apesar de ter sofrido tamanha crueldade em seu corpo e mente: “ainda que não haja razões aparentes para se culpabilizarem, culpabilizam-se, pois vivem numa civilização da culpa” (SAFFIOTI, 2015, p 24).

Isso está presente nos próprios discursos patriarcais intimidadores que atrapalharam o caminho do pensamento das mulheres em direção à crítica, pois criaram, ideologicamente, o pensamento da apropriação pelos homens da capacidade sexual e reprodutiva das mulheres; exerceram dominação sexual das mulheres como uma institucionalização, desde os Códigos Penais, que privilegiaram os direitos dos homens em detrimento das mulheres. Além disso, construíram a ideia de que as mulheres deveriam cooperar com o sistema, respeitando o chefe homem da família, constituindo, desta forma, uma situação péssima para a mulher, pois ela estava subordinada a uma escravidão, cujo início foi marcado pelos homens, escravizando-a e, conseqüentemente, uma história comum e universal de escravização das mulheres envolve o estupro (ARONOVICH, 2019).

Situações ou contextos como esse em que está inserida Patrícia, automaticamente nos incita a refletirmos como Sorj (2004, p. 46): “Que atores sociais poderiam contribuir para a mudança do estatuto das mulheres na família e no trabalho?”. Inicialmente, discutimos questionamentos acerca da (não)presença de mulheres nos campos trabalhistas, nos espaços laborais que são dominados pela figura e postura masculinas, restando às mulheres de países pouco desenvolvidos e com forte tradição machista, sexista e patriarcal, as atividades menores, domésticas e de cuidado da prole, sendo, portanto, objetificada, nas relações de gênero. As mulheres, na perspectiva da autora citada, sofrem violência tanto no espaço doméstico quanto

no espaço de trabalho. A visão que a sociedade masculinista tem sobre elas, em muitos contextos temporais e sociais, ainda continua a mesma de décadas atrás: dependentes, frágeis, compatíveis para afazeres que exigem cuidado, paciência e subserviência.

Todavia, quando se fala exclusivamente do abuso do corpo de mulheres, da violência sexual e, principalmente, do estupro, assim se coloca: “A violência doméstica, o assédio sexual e o estupro são fenômenos amplamente distribuídos por todas as classes sociais e presentes em todas as sociedades, independentemente do nível de seu desenvolvimento” (SORJ, 2004, p. 46). Logo, pode-se generalizar, a partir da fala da estudiosa, que o domínio masculino se encontra entranhado em todos os estratos sociais, porque a educação de gênero dada pelos Estados assemelha-se em todos os recantos cujas bases de sustentação de poder são ancoradas em ideologias machistas, sexistas e patriarcais. E a violência doméstica, como já aventei, não se restringe à atividade sexual forçada. Antes e concomitantemente a isso, nos contextos em que ocorrem essa violência, é a partir das atividades domésticas (trabalho) que os assédios e a desmoralização feminina se iniciam.

É de se perguntar, junto com Hirata (2004, p. 24): “Por que o trabalho doméstico é e continua a ser realizado, no interior da família e do casal, gratuita e ‘voluntariamente pelas mulheres?’ Por que mesmo aquelas que promovem uma ‘consciência de gênero’ ‘consentem’ em reproduzir uma relação assimétrica?”. Observe que o trabalho doméstico e sua dinâmica de dominação é uma forte chave interpretativa para se pensar as demais violências de gênero ou contra a mulher. Subordinada no interior do lar, “domesticada” ou vivendo sob forte influência discursiva e prática de dependência financeira e intelectual, parece ser mais fácil aos que pensam, dessa forma, tornar as mulheres fincadas nesses espaços, propícias às mais diversas ordens de violação de seus direitos, porque presas em situações de riscos e mesmo quando conscientes, a dependência não só material como psicológica (SILVA, 2009) pode ser forte fator de manutenção dessa condição degradante.

Esse regime de papéis de gênero, tanto no lar quanto no trabalho, fora do lar, talvez, encontre respaldo ou justificativa, também, naquilo que Barbosa (2012, p. 102) anuncia, a saber, o fato de que se estabelece por uma conduta assumida semelhante à relação entre o abade (pastor – homem) e o monge (ovelha – mulher). Essa relação se dá porque, na visão do mesmo autor, “o governo dos homens na modernidade é exercido de acordo com o modelo do pastorado transmutado em Razão de Estado” (BARBOSA, 2012, p. 114). A imagem do pastor/abade como o guia, o cuidador, o protetor e mantenedor das ovelhas (mulheres e monges) reitera ou reforça a ideia de mulheres caseiras e/ou domésticas, limitando-se aos afazeres menores e de pouca inteligibilidade para o mundo aberto e público, no qual os homens atuam. Dessa forma,

a sua prática de trabalho em casa, por ser de intimidade, favorece toda uma construção discursiva e prática social de domínio e de posse sobre elas, reificando-as, enquanto trabalhadoras e enquanto corpos disponíveis para o sexo, seja ele violento-agressivo ou não.

Esse sistema de base histórico-patriarcal foi ensinado, segundo Aronovich (2019), para ser natural, baseado no determinismo biológico, porém, pode ser derrubado e essa força destruidora é mobilizada na obra em estudo, a partir do que a personagem Viviana vai descobrindo e ganhando coragem para desmascará-lo, a cada acontecimento vivenciado por ela. No capítulo seguinte, exibimos como a protagonista, a partir das ideias lançadas pelo Partido de Esquerda Erótica, em plena eleição democráticas de Fátuas, empreende uma agenda política de acesso das mulheres aos lugares de poder, fundamentada numa política humanista que considera a diversidade de pensamento, a igualdade de gênero e o diálogo entre os sexos.

O caso de Patrícia, na obra, é um desses exemplos que mancha a imagem das mulheres, pois a personagem é narrada com uma dose de questionamento e indignação, denunciando, inclusive, o dano imensurável que os discursos religiosos promovem na mente de uma criança, quando, em meio à cena de estupro, Patrícia se vê na possibilidade de se livrar do tio, enquanto esse dormia após a relação sexual:

Quando não aguentou mais, o empurrou pensando que corria o risco de apanhar, mas ele parecia um saco pesado, como se estivesse morto em vida, e nem bem caiu sobre a cama, começou a roncar. Foi nessa hora que ela aproveitou para se levantar (com o sangue escorrendo pelas pernas), agarrou um pedaço de madeira e bateu o mais forte que pôde no pinto, no estômago, na cabeça. Sentia que o ódio a consumia, que queria matá-lo. Mas lembrou-se do quinto mandamento. Deteve-se. Ele se retorcia, botava a mão entre as pernas.

– Tio, tio – chamou, assustada com a própria raiva, pensando que talvez o tivesse paralisado (BELLI, 2011, p. 108-109).

O dado religioso do quinto mandamento da Bíblia aparece no fragmento literário como uma interferência na mente da garota, estando associado à culpa, caso se vingasse do tio e o matasse, mesmo para se defender contra aquela cena de estupro. O contexto religioso entra em cena perante a responsabilidade que este mandamento, quando utilizado ou manejado por uma cultura de opressão, pode significar para as vítimas de violência sexual, pois conferem uma “necessidade cristã de se culpabilizar” (SAFFIOTI, 2015), como foi possível visualizar na ação de Patrícia que recuou, ao querer se defender, passando a permitir novamente a agressão, ao ver o tio acordar e reagir contra ela, sob a premissa de que, ao não se vingar do tio, estaria “salvando sua família da morte”.

Diante disso, Patrícia se vê sem condições de se defender, pois, ao mesmo tempo, que tem um ente familiar agredindo-a, se vê em face de um discurso religioso que interdita sua

possibilidade de auto defesa e, neste ponto, reiteramos que o patriarcado construiu o sentimento de indiferença, permissividade, passividade na personagem, quando essa mentaliza durante a agressão a expressão: “estar sem estar estando” (BELLI, 2011, p.108), colocando-se, desta forma, numa atitude de ser caçada, aquela que “espera o ‘ataque’ do caçador” (BELLI, 2011, p. 28). Assim, deixa introjetar, em sua mente, a violência psicológica dos “golpes” do tio, permitindo que esse bata em seu “rosto, no peito, no estômago, no ventre” e a penetre, não apenas com a “vara de bambu”, mas com os palavrões “filha da puta”:

Mas, quando mal havia se aproximado, ele a agarrou pelo braço, atirou-a na cama e bateu nela: no rosto, no peito, no estômago, no ventre.  
Foi então que ela se ausentou. Estou sem estar estando, repetia para si mesma. A frase lhe ocorreu de imediato, não soube de onde veio, mas continuou a repeti-la. Os golpes doíam, mas ela não fez nada, nem sequer cobriu o rosto. E a certa altura ele se cansou.  
-- Você vai me pagar, filha da puta – ele gritou. – Vou fazer de você uma puta, queira ou não. Você vai ver (BELLI, 2011, p. 108-109).

Patrícia não seria mais uma menina, passaria à condição de “puta”, “prostituta”, mais uma mulher marginalizada duplamente, por ser mulher e por ser considerada menosprezada, abjeta, por ter o seu corpo, mesmo que a contragosto, disponibilizado para serviços sexuais. Essa realidade degradante para as mulheres representadas por Patrícia coloca em questionamento, na obra, as condições precárias de existência das mulheres no governo dos homens, naturalizada em sua dinâmica, como se pudesse ser justificada sem dolo para os homens.

Nesse sentido, concordo com Saffioti (2015), quando chama de “pedagogia da violência” esse tipo de prática intrínseca à cultura masculina de opressão, na medida que Viviana Sansón, ao se deparar com a história de vida de Patrícia, toma conhecimento de uma rede de tráfico de meninas e se impulsiona para denunciar e enfraquecer cada vez mais o governo dos homens, aproveitando que o Caso dos Pinguins já havia sido exposto para a população, gerando, em Fáguas, o desejo de mudança para uma sociedade melhor, uma utopia possível. O fato de ver Patrícia totalmente desassistida, faz Viviana procurar detalhes da vida da garota para poder ajudá-la da melhor forma possível e repensar a sua própria vida de mulher para mulher, de como ela poderia contribuir para uma construção de uma equidade entre ela e tantas outras dispersas pelo mundo.

O desejo exagerado de ajudar Patrícia parece se transcender, na vontade de extinguir aquela “indiferença de mulher feliz”, em relação às vidas de tantas “Patrícias” dispersas nas notícias dos jornais, das tevês, blogs e aonde quer que fosse para tentar se conformar daquela compaixão de ver a garota sem lar, porque tivera que fugir do padrasto devido àquela situação



de violência extrema que sofrera quando ainda estava na puberdade. O acolhimento dado à vítima pela protagonista demonstra não apenas a sororidade (que será discutida no capítulo posterior), mas o traço de humanidade, no modo de pensar e agir dessa narradora feminista.

A violência sexual sofrida por Patrícia e vista sob o olhar de Viviana Sansón me traz a reflexão em torno do perigo que existe, quando uma cultura dominante de opressão existe naturalmente, promovendo passividades de um lado e, por outro lado, me faz visualizar que mesmo diante de uma reificação de gênero histórica contra a mulher, a exemplo das violências sexuais promovidas pelos homens e os danos de um governo desta ordem para a configuração de uma sociedade patologizada, ainda assim é possível impulsionar resistências no presente, que são contrárias a toda esta forma de opressão de gênero promovidas pelos homens. Viviana, como jornalista, após ter denunciado as corrupções do magistrado Roberto Jiménez, relembra no Galpão como soube do tráfico de meninas:

Meu nome é Patrícia. Preciso que me ajude – falou a garota. Ficou com as costas grudadas na porta. Ofegava. – Não quero que me vejam aqui. Viviana não soube o que dizer. Franziu o cenho, curiosa.

– Tem a ver com o caso do pinguim. Posso leva-la a um lugar...[...]

– Ouça, se você me ajudar, posso lhe contar coisas a respeito do magistrado Jiménez que o arruinarão.

– ãã. E por que não pode contar aqui mesmo?

– Porque há outras como eu. E prometi que iria apanhá-las...com você.[...]

– Outras como você. O que quer dizer?

– Que queremos fugir. Eles sequestraram a gente – a garota falou, quase chorando. – Não me pergunte mais nada. Por favor, me ajude.

Viviana tomou uma decisão. Pressentiu que a jovem não mentia.

– Ok – falou. – Apanho você na esquina. [...]

– Diga o que isso tem a ver com o magistrado Jiménez – perguntou Viviana -, me mostre o caminho.

– Siga em direção ao aeroporto – disse a outra. – O magistrado Jiménez é um canalha. Ele me mantém presa numa casa com outras duas garotas. Comprou a gente de um cafetão. Ele nos usa. Para fugir, lixamos as grades da janela. Eu saí, mas as outras duas ficaram. Elas estão esperando. Nós podemos contar coisas que você nem imagina. [...]

Viviana enfiou a mão no bolso, pegou o gravador e apertou o botão para gravar. Patrícia continuava tremendo. Viviana teve a ideia de ligar o aquecedor do carro. Nunca era necessário em *Fáguas*, mas não aguentava ver a garota tremendo.

– Não tenha medo – disse. – Respire fundo, devagar.

– Tenho muito medo – Patrícia começou a chorar.

– Não vou deixar que nada lhe aconteça – disse Viviana, dando tapinhas na perna da garota. Ela queria poder abraçá-la. Sob a luz dos postes da estrada, encolhida no carro, parecia frágil, adolescente.

– Como você conheceu o magistrado Jiménez?

– É uma longa história. Diga-me se cansar de ouvir...

– Vai, pode começar.

(BELLI, 2011, p. 74-76).

A postura da protagonista parece estar em convergência com o pensamento das mulheres feministas, mencionadas por Gargallo (2006), quando afirma ser a utopia feminista fundamental

de todas as mulheres o olhar umas às outras, na perspectiva ou intenção de construir o direito à diferença entre elas mesmas, sem haver uma comparação com os homens, oferecendo-lhes a legitimidade de suas individualidades e a possibilidade de se unirem ao redor de uma autonomia de pensamento e atitude. O diálogo acima entre Viviana e Patrícia mostra a diferença marcante entre duas mulheres, cujas vidas se diferenciam pelas experiências demarcadas pela opressão patriarcal de modos diferentes: uma, ao ter nascido junto a uma mãe presente e consciente de seu papel de mulher de postura crítica, apesar de ter sido abandonada pelo marido, quando estava grávida, e mesmo assim, por ter um emprego digno, conseguiu dar a volta por cima e sustentar sozinha sua filha; a outra, por ter tido uma mãe pobre, sem condições de sustentá-la e enviá-la para o trabalho dentro da família, sofrendo a dor física da violência sexual esparramada em todos os sentidos em sua vida.

A narrativa coloca uma em frente a outra, com suas diferenças e seus impulsos utópicos pela transformação destas desigualdades e violências promovidas pelos homens. A postura utópica engendra a criação de estratégias para a desconstrução ou, pelo menos, o enfraquecimento de um sistema vil como aquele do patriarcado ou de base machista, sexista, utilizando-se das denúncias que se tornariam, agora, jornalísticas e comprovadas através do depoimento libertador de Patrícia, representando todas as outras meninas, vítimas da violência sexual e de gênero:

– Sou do norte. Minha mãe me mandou para Cuina para trabalhar na loja de um tio. Foi tudo bem no começo, mas, quando fiz treze anos, vários clientes começaram a me perguntar se eu já tinha pelinhos, pediam que lhes mostrasse minha coisinha. Meu tio percebeu. E me deu uma grande surra. Disse que a culpa era minha. Um dia, jogou-me na cama. Era melhor que soubesse como a coisa funcionava e que fosse com ele e não com outro, falou. Lançou-se em cima de mim. Ele me violentou. Senti muita dor. Eu o chutei, mordi, me defendi com pude. No dia seguinte, ele me deixou amarrada na cama; eu estava cheia de sangue. [...] Depois, um dia, ouvi meu tio me negociando com um homem. O homem ofereceu duzentos dólares e fecharam o acordo. Meu tio me deu banho e uma roupa nova. Vim para a cidade com esse outro homem. Ele também me violentou. Levou-me até uma casa luxuosa onde havia mais duas garotas. Um dia, disseram para a gente se maquiar e se arrumar. Levaram-nos até o magistrado. Eu já tinha desistido. Nada me importava. Ali o magistrado me jogou na câmara fria do pinguim, junto com o animal. [...] Há uns dias, ouvimos que iam nos vender para uns colombianos. Iam nos trocar por outras. Levaram a gente para a casa perto do aeroporto. Ficamos com muito medo. Não queremos ir para outro país. Como a única coisa que nos permitiam era ver televisão, vimos seu programa. Por isso, quando fugi, a única coisa que me ocorreu foi procurá-la. Peço apenas que não me leve para a polícia. Eles frequentam a casa. O chefe se deitou com uma de minhas amigas. Disse que ela era a propina. Patrícia não chorou enquanto contava sua história para Viviana. Já não sentia mais frio. Parecia ressentida, raivosa, como se precisasse se distanciar para falar daquilo (BELLI, 2011, p.76-77).

O desabafo de Patrícia só acontece, porque ela enxerga em Viviana uma voz capaz de denunciar todo um sofrimento de tantas outras garotas, uma vez que a jornalista estava tendo espaço nos meios de comunicação de Fátuas, mesmo com tanta opressão masculina ao seu redor. O gesto de coragem de Viviana, ao denunciar a corrupção do Caso do Pinguim, e a situação de miséria, na qual seu país se encontrava, foi apenas uma “ponta no iceberg”, para que outras falas de resistência surgissem e se associassem a ela, nutrindo-se juntas pela força da mudança daquela desumana realidade forjada pelos homens, que, aos poucos, começava a demonstrar-se com “rachaduras”, prestes a desmoronar, diante das reportagens que começaram a ser divulgadas sobre Roberto Jiménez e a crítica jornalística em relação ao apoio do presidente Paco Puertas ao magistrado. A coragem de Viviana encarnou na vida de Patrícia como uma voz possível de salvação de tantas meninas, marcadas pelo estupro dentro da própria família e a sua vulnerabilidade, diante de um Estado que apoiava uma rede de tráfico.

A afirmação de que as garotas são mantidas em ambiente isolado para o desfrute dos homens como “propina” de barganhas feitas no universo político de Fátuas reitera a tese da reificação do corpo feminino, o domínio dos homens sobre as mulheres, em uma conjuntura política de teor ou base machistas, misóginas, sexista cujos direitos humanos e individuais são desrespeitados em favor da manutenção do poderio dos homens. De acordo com Bourdieu (2002, p. 55):

O princípio da inferioridade e da exclusão da mulher [...] a ponto de fazer dele o princípio da divisão de todo o universo, não é mais que a dissimetria fundamental, a do *sujeito* e do *objeto*, do *agente* e do *instrumento*, instaurada entre o homem e a mulher no terreno das trocas simbólicas, das relações de produção e reprodução do capital simbólico [...] as mulheres aí só podem ser vistas como objetos, ou melhor, como símbolos cujo sentido se constitui fora delas e cuja função é contribuir para a perpetuação ou o aumento do capital simbólico em poder dos homens.

As mulheres, por esse sistema de favorecimento de sexo dado aos homens, com o uso do corpo das mulheres como objeto de uso, descartável, torna a humanidade das mulheres arroladas nesta prática esvaziada. Não há como pensar ou supor uma humanidade, salvo, se latente, impingida nas pessoas que passam por traumas como esse. As sociedades que mantiveram esse tipo de orientação de gênero nas bases do pensamento ou de sua agenda política dão provas de uma forte e resistente política de gênero que segrega radicalmente os homens do lado do poder e as mulheres do lado do comando ou, no dizer do sociólogo citado, os homens vistos como sujeitos e as mulheres como objeto; aqueles como agentes e esses, como instrumento. É essa lógica que é trazida à tona por Gioconda Belli na narrativa em pauta.

Na leitura do fragmento, verificamos a dor de uma adolescente que não pode sequer contar com os cuidados da sua mãe e tem que se submeter aos trabalhos na loja do seu tio, sofrendo assédios morais e sexuais que recebia dos clientes da loja, estando, ainda em vulnerabilidade com o próprio tio que também se aproveitava para realizar o estupro contínuo e, em seguida, negociar, friamente, a sobrinha para uma rede de tráfico, cujo mandante era o magistrado Roberto Jiménez. O efeito dominó da violência sexual e moral parte do ambiente doméstico para o público e se exponencia junto à história de tantas outras meninas. Vejamos que, quando vão em busca de trabalho para ganhar o salário para a própria sobrevivência, elas são exploradas com salários menores, com dificuldades de acesso aos postos de trabalhos e, quando ganham a função, ganham menos que os homens e encontram barreiras para ascender na função exercida. Trata-se de uma dominação masculina pela exploração do trabalho no campo capitalista.

Quando não encontram um trabalho em que possam atuar em favor da sobrevivência, outras diretrizes ficam como que em *stand by* ou “nas nuvens” como oportunidades que não dignificam a moral, o corpo, a identidade, a humanidade das mulheres. Trata-se das oportunidades, como a prostituição, relacionamentos arrançados na base da dependência econômica ou financeira. Interessante observar que o corpo feminino como perspectiva de negócio, nesse tipo de sociedade, está sempre em primeiro plano, quando o objetivo da mulher é encontrar uma solução para a dignidade de sua existência, para o exercício de sua identidade como mulher.

Patrícia e Viviana assumem o risco de falar com todas as suas implicações do sistema patriarcal, indo na contramão de uma contradição entre a centralidade e o papel ativo das mulheres na criação de uma sociedade e, ao mesmo tempo, estando no contexto de marginalização, perante o sistema hegemônico, dão significado ao que lutam, diante da própria condição em que se encontram. Isto é, não possuem o poder nas mãos, mas a voz dos meios de comunicação, para denunciar toda uma violência social contra as mulheres em Fátuas e a falta de preocupação com os reais problemas do país, pois milhares de pessoas se encontravam à margem da sociedade, sobrevivendo pelo “pão de cada dia”. Isso ocorria enquanto uma elite governamental criava um pinguim em câmara fria e ainda prendia as garotas nestas câmaras enjauladas, para realizar seus caprichos sexuais, divertindo-se e martirizando a vida de meninas pobres e traficadas:

Eu estava nua e eles riram de mim. Depois me tiraram de lá. Disseram que iam me esquentar. Um por um, eles passaram por mim. Meu Deus. E isso durante todos os sábados e outros dias; nem sei mais, perdi a conta. Depois nos levaram para outra

casa, mas sempre voltávamos para a casa do magistrado e sempre nos enfiavam primeiro na jaula do pinguim. Parecia que se divertiam martirizando gente. Diziam que geladas éramos melhores, como ar-condicionado portátil. Matavam-nos de frio, e o pinguim não gostava de estamos na jaula e ficava agressivo (BELLI, 2011, p.76).

A descrição acima constitui uma perfeita cena de tortura, configurando-se numa situação deplorável para as mulheres envolvidas nesse tipo de crime sexual e de gênero. Insuportável para a humanidade em geral, que luta pela equidade de gênero, por direitos humanos, pelo direito e respeito às diferenças que Gioconda Belli faz ecoar nessa sua ficção. Somente a força de Viviana Sansón, enquanto jornalista e membro do PEE, encontrou no jornalismo a possibilidade de expor todo este cenário assombroso, pois ela sabia que a notícia é tudo que o público deseja saber e, para se considerar plenamente cidadão/cidadã, o ser humano contemporâneo precisa dispor de fontes informativas que lhe permitam conhecer o que se passa. Daí a importância do informante Júlio, sobre o Caso do Pinguim e de Patrícia, essa adolescente corajosa que, igualmente como Viviana Sansón, mesmo não tendo formação jornalística, compreendeu a importância desse tipo de trabalho para tirar ela e todas as suas companheiras de tráfico daquele mundo terrível, do qual achava que nunca iria sair.

Patrícia, ao informar e descrever todo aquele cenário de estupro, violência moral e sexual sabia que o acesso à informação para a sociedade era fundamental para a vida das pessoas do seu país e Viviana era a única mulher que poderia enfraquecer aquele “desgoverno”. Neste sentido, percebe-se o quanto os meios de comunicação, quando utilizados para denúncia de fatos, são necessários, pois configuram o exercício da cidadania e do pleno usufruto dos direitos, enquanto integrante da sociedade e que a tomada de conhecimento de notícias como aquela seriam estratégias para o enfraquecimento daquele poder opressivo e insistente em seu país. A notícia, quando elaborada para a construção de uma sociedade melhor, aproxima as pessoas para o desejo de mudança de algo considerado ruim ou péssimo, pois ela acontece perto das pessoas e apresenta os conflitos que interessam aos setores afetados.

Consideramos, aqui, a relevância da notícia, em quaisquer meios de divulgação, seja impresso, televisivo, digital, mas a televisiva, em especial, na obra, se destaca, pois ela proporcionou a possibilidade de mostrar os crimes do magistrado Roberto Jiménez instantaneamente, exibindo *in loco* toda a dimensão da podridão do “desgoverno” dos homens em larga escala. Isso mobilizou os outros meios de comunicação, o impresso, pois após Viviana Sansón apresentar, no seu programa de televisão, o fato, o jornal impresso *La Prensa*, importante veículo impresso de Fátimas, noticiou em primeira mão a renúncia do magistrado, conferindo, desta forma, mais um fato que enfraquecia a política dos homens do país.

O jornal impresso ou digital tem, na atualidade, a função de informar, interpretar, servir à comunidade e investigar mais profundamente numa linguagem, em que prevaleça a reflexão e o entendimento do fato. Abaixo, é exibida a notícia sobre a renúncia do magistrado, exemplificada na obra como uma comprovação das denúncias realizadas por Viviana Sansón no meio televisivo e exponenciada para o meio impresso, no jornal de maior credibilidade de Fátuas:

(materiais históricos)

*La Prensa*

### **JIMÉNEZ RENUNCIA**

O presidente da República, Paco Puertas, aceitou hoje a renúncia irrevogável do magistrado Roberto Jiménez. A renúncia era esperada desde ontem, depois de uma reunião privada do presidente com os magistrados da Corte Suprema, no Palácio Presidencial. Jiménez está envolvido numa rede de tráfico de menores que exporta meninas para toda a região para explorá-las sexualmente. A jornalista da TV 1 Viviana Sansón divulgou a história na edição do telejornal do dia 8 de julho. O magistrado Jiménez foi indiciado pela Procuradoria – Geral da República e deverá se apresentar perante os tribunais para responder à acusação. Enquanto isso, o juiz ordenou que permaneça em sua casa, em prisão preventiva (BELLI, 2011, p. 80).

A partir da leitura da notícia acima, percebe-se que o jornal *La Prensa* reitera tudo que Viviana apresentou na televisão, em seu programa, sobre a rede de tráfico de menores, tendo subentendido que a renúncia já era esperada diante de tudo que já se tinha falado sobre o Roberto Jiménez, demonstrando, desta forma, o poder de fala de Viviana Sansón para as mulheres de Fátuas. Neste sentido, o lugar de fala de Viviana, enquanto jornalista, é fundamental para o esclarecimento de que uma opressão centenária existia em Fátuas e era necessário desmascará-la de alguma forma, adentrando os macros poderes da própria mídia hegemônica (quarto poder), mesmo que ela ainda represente a voz patriarcal e os privilégios dos homens, como bem apontado na notícia “o juiz ordenou que permaneça em sua casa, em prisão preventiva” (BELLI, 2011, p. 80).

Esse tipo de prática social denunciada n’*O país das mulheres* vem sendo estudado há tempos no âmbito das ciências sociais. De acordo com Santos; Gomes; Duarte (2009, p 78), “foi nos anos 80 que o movimento feminista começou a despertar para a questão do tráfico e da prostituição internacional, não o fazendo, contudo, de modo consensual”. Apesar de, em Fátuas, o tráfico de mulheres ter se expandido pela região, conforme excerto dado, os estudos avançados sobre o tema começam a ver o tráfico internacional de mulheres para o sexo, a partir de um enraizamento local forte dessa prática de submissão, escravização e dominação de

mulheres, como atestam Barry (1995), Jeffrey (1999) e Kempadoo (2005), na esteira do que Santos; Gomes; Duarte (2009) apontam.

Ainda de acordo com Santos; Gomes e Duarte (2009, p 71),

o tráfico sexual está longe de ser um problema isolado. As suas causas estão intrinsecamente relacionadas com outros fenômenos sociais, econômicos, políticos e culturais, pelo que vários são os direitos violados numa situação de tráfico (SANTOS; GOMES e DUARTE, 2009, p. 71).

Encontrar causas para essa prática degradante da humanidade sobre as mulheres, direcionando-se apenas à dominação (masculina) poderia deixar de lado a rede de artifícios engendrados para as mulheres serem levadas a esse estado de coisificação: é uma educação básica não compromissada com a igualdade de gênero; são normas do núcleo familiar restritivas para se pensar o corpo da mulher com vida própria, autônomo; é o machismo estrutural, reincidentemente, presente nas relações interpessoais no dia a dia; a visão negativa sobre o intelecto das mulheres para o trabalho e o não acesso das mulheres aos cargos de trabalho com poder de mando, sendo comandadas em relações de subserviência, que expõem o seu corpo e o seu sexo como facilmente manipulados, disponíveis e prontos para barganhar ou para entrar no comércio de trocas.

“A questão é que [...] as práticas de tráfico[...] alojam-se nas desigualdades e injustiças na distribuição de riqueza promovidas e fomentadas por esse mesmo sistema mundo” (SANTOS; GOMES; DUARTE, 2009, p 71). Logo, como é de se ver, a hipótese de leitura que estabelecemos, desde o início, encontra respaldo teórico no tema já estudado e aprofundado por pesquisadoras/es que se comprometeram a analisar o assunto à luz de uma realidade empírica e que, se não chegam aos mesmos resultados, os apontamentos são, em si, similares, mesmo havendo discordância sobre as causas do tráfico sexual de mulheres no mundo. A questão da injustiça social e da desigualdade, tanto social quanto de gênero, adentram a justificação para que essa prática desumana continue, a ponto de ser representada numa narrativa de ficção, como modo de atingir leitores diversos para uma questão urgente, grave.

A íntima relação entre o comércio de mulheres e as relações comerciais capitalistas podem ser associadas ao que questiona Rubin (2017, p. 59): “pode-se acumular mulheres acumulando riqueza? Pode-se acumular riqueza vendendo mulheres?”. A questão aborda, especificamente, a economia política do sexo, nos mercados capitalistas, porque o acúmulo de mulheres em culturas especificadamente poligâmicas, como a Arábia Saudita, o Sudão e os Mórmons americanos que tinham a prática, mesmo ilegal, de manter diversas mulheres ao redor

de um único homem. Conforme se observa, essa prática só favorece o homem e, ainda assim, o homem de posses, aquele que pode manter várias mulheres sob o seu domínio econômico e sexual.

Nesse sentido, o primeiro questionamento de Rubin (2017) constitui uma pergunta retórica, quando a interrogação não tem como objetivo obter uma resposta, mas sim estimular a reflexão do indivíduo sobre determinado assunto, caracterizando-se mais como uma afirmativa: o homem pode acumular riqueza e acumular mulheres, seja em práticas poligâmicas ou em práticas de compra de corpos. O segundo questionamento também é respondido afirmativamente, porque é possível acumular riqueza, vendendo mulheres como escravas ou trabalhadoras do sexo, sem que elas queiram. Essas duas práticas estão presentes em Fátuas, vistas a partir do caso Patrícia, conforme já fora exposto, considerando que essa política de vulnerabilidade das mulheres ocorre em governos de homens. Daí a preparação de Viviana Sansón para mudar a política de Fátuas, a partir de outros pressupostos políticos, econômicos, humanos e educacionais, como será visto no capítulo seguinte.

As “rachaduras” daquele “desgoverno” começavam a serem expostas, conferindo legitimidade ao que Viviana já havia falado na televisão, possibilitando que mais uma voz ascendesse naquela sociedade desigual e injusta, quebrando, de alguma forma, os discursos autorizados e hegemônicos na própria mídia, que se pretendia universal. Então, esse papel jornalístico de Viviana foi marcante, para romper com o regime de autorização discursiva de Fátuas e com os veículos de comunicação, que também eram povoados pelos homens, fossem esses diretores dos veículos comunicacionais, chefes de redação, colegas jornalistas e repórteres que traziam arraigados, também, a energia do patriarcado, do machismo e do sexismo, sempre infeccionado com os “egos” e as “ vaidades” dentro do jornalismo, haja vista só terem dado espaço à voz de Viviana, porque eles estavam recebendo elogios: “Já que estavam todos no mesmo barco – e com o ego massageado por muitas felicitações e uma ascensão nos índices de audiência do canal –, os diretores concordaram” (BELLI, 2011, p. 62).

A voz de Viviana surte eloquente para um país mergulhado pelo poder viril dos homens e para as mulheres de Fátuas que, há muito tempo, vinham lutando e reivindicando uma transformação de pontos de vista. Essas são personificadas, na obra, em nomes como Sofía Montenegro, Yvonne, dona Olguita, dona Alba, a “Poeta”, dona Malena, dona Milú, dona Ana, dona Vilma, dona Lourdes, dona Rita, fundadoras originais do PEE, representantes de instituições de Fátuas e que “reivindicavam o feminismo ao se autodefinir mulheristas” (BELLI, 2011, p. 142), fazendo ressurgir as reflexões de outrora, ativismos renovados e mobilizando sonhos, há muito tempo, reivindicados por outras mulheres, em outras épocas,



transcendendo o que as próprias fundadoras do PEE, as mulheres idosas que haviam sido desbravadoras naquele país, as quais denunciaram com veemência as problemáticas já vivenciadas em outras situações, eram, agora, todas reunidas na pessoa de Viviana e de suas novas companheiras do PEE:

bravas lutadoras dos direitos da mulher. *Montenegro* era a teórica que todas haviam lido até a exaustão nos dias que criaram o PEE. – Vocês realizaram todos os meus sonhos – sorriu. Pelo menos agora sei que não vou ficar me revirando na sepultura (BELLI, 2011, p. 142).

O fragmento em destaque, enunciado por Montenegro, renova a luta das mulheres de Fátuas, há tanto tempo silenciadas e omitidas diante do “desgoverno” dos homens e, agora, colocadas em relevância através do impulso utópico de Viviana Sansón e suas companheiras.

No próximo capítulo, discutirei um aspecto muito interessante que encontrei na obra em estudo: a utilização da linguagem paródica e irônica em diálogo com a imprensa. Aponto que no universo da utopia política de *O país das mulheres*, a imprensa permeia a obra inteira como um “quarto poder”, elencando aspectos que provocam toda uma discussão polêmica dos acontecimentos retratados em Fátuas.

#### **4 A UTOPIA POLÍTICA DE *O PAÍS DAS MULHERES* A PARTIR DA LINGUAGEM PARÓDICA E IRÔNICA EM DIÁLOGO COM A IMPRENSA COMO O QUARTO PODER**

O romance tomado como objeto de estudo se identifica com o que chamo de utópico, pelos motivos já discutidos ou problematizados no capítulo anterior. Vários são os caminhos encontrados por Belli (2011), para materializar o seu projeto utópico na escrita da narrativa. Um deles, bastante profícuo, segundo a análise que desenvolvo, diz respeito à construção linguística do romance, pautada em uma prática de absorção do modelo jornalístico de dizer, evidenciando a propaganda do Partido Erótico de Esquerda, em uma linguagem que não há como dissociar daquilo que as teorias chamam de o “quarto poder”, a saber, a imprensa e sua linguagem, suas verdades e suas informações.

O que a escritora faz é se apropriar desse quarto poder para poder colocar em xeque as estruturas políticas do momento anterior à eleição de Viviana Sansón, desestruturando aspectos sociais, antes não percebidos pela população, fazendo com que as informações midiáticas veiculadas em vários suportes (televisão, jornal, propagandas, mercadorias) adquiram um teor problematizador que faça o cidadão de Fátuas desconfiar de quem esteja no poder e repense o próximo governo, o das mulheres. A mídia, nesse sentido, na escrita romanesca, assume um caráter parodístico e irônico, através do modo de dizer desse quarto poder.

Considerando a narrativa de Belli (2011) como uma escrita que tangencia a paródia e a ironia, por projetar uma perspectiva utópica de sociedade em Fátuas pela inversão dos papéis sociais, de gênero, comumente associados à figura masculina como modelar, padrão e detentora de tudo isso, pode-se ler o romance na chave de leitura, em que se percebe toda a construção utópica do romance como paródia e ironia, conforme veremos nos próximos parágrafos, quando falarmos sobre essas categorias do discurso retórico, amplamente debatidas e incorporadas ao nosso estudo, por acreditarmos que essa base discursiva, crítica, destrutiva e construtiva, ao mesmo tempo, se torna elemento crucial para o entendimento do romance analisado. Essa paródia e a ironia advém, na leitura, aqui estabelecida, materializada, localizada ou especificamente, neste capítulo, em textos cuja linguagem é midiática, oriunda do jornalismo e da informação.

Macroestruturalmente, *O país das mulheres* é uma narrativa paródica e irônica. Poderia também ser vista como uma narrativa carnavalizada, no dizer ou sentido bakhtiniano, por ridicularizar, inicialmente, o poder antes ostentado pelos homens; por colocar em posição inferior aqueles que impuseram às mulheres, historicamente, as rédeas do controle e do poder;

por Viviana Sansón vencer uma eleição democrática e sem falcatura para os homens do comando; por, temporariamente, neutralizar as ações dos homens nos postos de poder e do serviço público de Fátuas, ocupando todos os espaços com a presença, exclusivamente feminina, permitindo que o romance recaia na ironia paródica.

O conceito de paródia sempre foi vinculado a um aspecto semântico reiterado por muitos estudiosos, apesar de haver mudança de sentido, quando avançamos para outras leituras. Para Hutcheon (1985), estudiosa desse legado retórico:

A maioria dos teóricos da paródia remontam à raiz etimológica do termo ao substantivo grego *paródia*, que quer dizer “contracanto”, e ficam-se por aí. Se olharmos mais atentamente para essa raiz obteremos, no entanto, mais informação [...] O prefixo *para* tem dois significados, sendo geralmente mencionado apenas um deles – o de “contra” ou “oposição” [...] *Para* em grego também pode significar “ao longo de” e, portanto, existe uma sugestão de um acordo ou intimidade, em vez de um contraste. É este segundo sentido esquecido do prefixo que alarga o escopo pragmático da paródia de modo útil para as discussões das formas de arte moderna. (HUTCHEON, 1985, p. 47)

Esse mesmo sentido primeiro, escanteado pela canadense, num primeiro momento, é aquele que só enxerga um lado da paródia, como contracanto, como canto paralelo, como texto que ridiculariza outro e que desconstrói a visão de mundo do texto base. Nessa perspectiva, autores como Moser (1992), Schnaiderman (2018) e Rodrigues (1980) reiteram, em seus escritos, essa versão inicial e quase monolítica ou cristalizada da paródia, enquanto contracanto ou canto paralelo. Na verdade, isso não soa negativo, porque, etimologicamente, o termo também significa isso, que é para o que Hutcheon (1985) chama a atenção. O problema reside em o estudioso fixar, unicamente, essa visão semântica e limitar-se a interpretar os textos parodiados pela segunda intenção, como apontado no trecho anterior.

Como é bastante nítido, a posição da teórica canadense sobre a paródia é ampliada quando vê que, primeiro, a paródia pode ser entendida, etimologicamente também falando, como um discurso que segue “ao longo de”, que compactua com o texto ou contexto parodiado. E essa é a novidade ventilada pela discussão da teórica. Segundo a paródia, parece não funcionar sem a ironia. É como se ambas fizessem frente, para problematizar aspectos relacionados a textos e discursos, mas que não podem existir em separado, porque se a paródia, no dizer de Hutcheon (1985), desmonta um universo, um texto, para construí-lo, na visão do caminhar a longo de, porque a ironia contradiz uma fala/discurso, assim como, numa visão inicial, a própria paródia faz, ao dizer o contrário para criticar. Paródia e ironia, “uma implica a outra” (HUTCHEON, 1985, p. 50).

Essa relação fica evidente em *O país das mulheres* porque a estória narrada subverte, drasticamente, como em uma pirâmide invertida, as relações sociais construídas em Fúguas e mantidas historicamente pelo poder dos homens. Se a sociedade representada estava assentada em alicerces cujas ligas jungiam toda uma conjuntura favorável exclusivamente aos homens, Gioconda Belli inverte essa lógica piramidal, contradiz o Estado anterior, subverte as práticas sociais, parodia o governo dos homens, ironicamente, a partir das ações e desejos utópicos de Viviana Sansón, mulher, que, nos discursos masculinos, sempre foram – as mulheres que ela representa – tomadas como sujeitos menores, de visão parca, subalternos.

O conceito de paródia, dessa forma, sai da linha semântica da repetição ridicularizadora em paralelismo associado à ironia, que se abstém do riso e se aproxima da reflexão política. O modelo de paródia recai sobre as subversões das convenções, demonstrando a diferença a partir desse paralelismo. Isso porque, ainda no dizer de Hutcheon (1985, p. 73), “a função pragmática da ironia é, pois, o de sinalizar uma avaliação muito frequentemente de natureza pejorativa [...] a ironia geralmente é às custas de alguém ou de alguma coisa”. No caso da narrativa, as práticas sociais e conservadores dessas práticas são os sujeitos e contextos que, na relação paródica, são contraditos, subvertidos, depostos e destruídos. A grande ironia do romance, por assim dizer: a inversão de papéis sociais e de gênero clássicos, particularmente, revertendo as situações como na imagem da pirâmide invertida, favorecendo as mulheres e tornando sem sentido as políticas dos homens. Daí a paródia por reiterar o mesmo e propor o outro, de forma crítica, ironicamente falando.

Barbosa (2001), discutindo a paródia a partir da visão de Mikhail Bakhtin, também em conformidade com as ideias defendidas por Linda Hutcheon e outros que saíram do campo primário da paródia unicamente como contracanto, assim se expressa:

O enunciado de caráter paródico utiliza a linguagem parodiada de forma a desmascará-la. Na paródia, o autor fala a linguagem do outro, mas reveste-se de uma orientação semântica oposta à que o outro lhe dera [...] A paródia supõe a deformação da palavra do outro e o seu rebaixamento. Esta é reavaliada, relativizada, desacreditada e, em muitas circunstâncias, ridicularizada [...] Os enunciados mais vulneráveis à ação da paródia são aqueles que se baseiam na hierarquia, na disciplina, na solenidade (BARBOSA, 2001, p. 60; 61).

Associando o trecho dado ao contexto da obra literária de Gioconda Belli, é estabelecida uma ligação direta entre a proposta da utopia romanesca escrita pela nicaraguense, corpus de análise desta tese de doutorado, com o conceito de paródia defendido por Barbosa (2001). Isso porque, em Belli (2011), o que está efetivamente em jogo destrutivo e irônico, que se desfaz ou desmancha no ar, como diria Marshal Berman (1986), é toda a estrutura política, educacional,

econômica, social, todo o modo de ver e interpretar o outro que sai de uma visão estritamente maquiésta por parte dos homens, para se alojar numa visão dialógica e inclusiva por parte das mulheres. O trecho dado aponta para os pontos fracos de serem cooptados pela paródia, pois eis que, em *Fáguas*, a hierarquia, a disciplina, a solenidade, por assim dizer, são apropriadas ironicamente pelas mulheres (comandadas por Viviana Sansón) para ridicularizar os homens e, assim, instaurar uma outra ordem mais inclusiva.

A ridicularização masculina advém de determinadas situações que serão evidenciadas mais adiante. Para o momento, podemos citar o caso do baixo nível de testosterona que, na escrita romanesca, seria “a fonte” de onde os homens extraíam a sua virilidade, força, poderio, voz de comando, submetendo os outros ao seu poder. Uma vez que o vulcão entra em erupção e a sua fumaça passa a ser inalada por todos, o efeito automático, nos homens, se dá no quesito baixa de testosterona, ou seja, a virilidade, a macheza, o androcentrismo, tudo isso se torna obsceno, isto é, fora de cena e dá lugar à força das mulheres que alcançam os postos de poder. Trata-se, então, da ridicularização dos homens de poder; do desmonte da hierarquia masculina sobre a feminina. Ironicamente, os homens que sempre passaram o poder com quem estava a outros homens agora se tornam “súditos” ou comandados por quem sempre subestimaram: as mulheres.

Esse fato nos leva a entender certos aspectos do romance em estudo, na chave de leitura da ironia como elemento potencializador da paródia política proposta por Belli (2011), porque a ironia verbal, para Braith (1996, p 61), “implica um trio actancial: o locutor (A<sup>1</sup>) que dirige um certo discurso irônico para um receptor (A<sup>2</sup>), para caçoar do terceiro (A<sup>3</sup>) que é o alvo da ironia”. Veremos, mais adiante, como a situação da baixa testosterona masculina (que implica rebaixamento ou perda de poder) é parodiada, ironicamente, porque debocha e destrona o masculino viril, tornando-os presas fáceis das práticas femininas empoderadas, questionando os lugares de fala e de poder dos sujeitos, historicamente, privilegiados ou subalternizados por questões de gênero. O teor político da paródia é potencializado com a ironia ridicularizadora (essa situação inscrita no romance) que atesta ao outro (primeiramente, os cidadãos de *Fáguas*; depois, os leitores da narrativa) a forçada “rendição” dos antes poderosos (os governantes masculinos de *Fáguas*).

Não é à toa que esse modo de Gioconda Belli entabular uma discussão política crítica, de maneira irônica, consegue dialogar com as visões teóricas sobre a ironia e a paródia, isso porque esses recursos retóricos constituem, hoje, uma base que alimenta e alicerça muito dos textos escritos por mulheres e demais grupos de sujeitos que, historicamente, tiveram suas falas

sequestradas em razão dos rígidos papéis de gênero atribuídos às pessoas em sociedade, de modo que os homens sempre foram privilegiados nessas questões. Assim,

todas as formas de ironia são a expressão de uma reversibilidade argumentativa, pela situação da inversão subjacente à linguagem irônica. A reversibilidade e a inversão são características intrínsecas e maiores da ironia (ESTEVES, 1997, p. 30).

Em *O país das mulheres* a inversão e reversibilidade, como apontadas por Esteves (1997), são visíveis, do ponto de vista do discurso, da ideologia, da construção narrativa. Para argumentar em favor de uma lógica política e ideológica que construa uma visão mais holística, utópica e de inclusão, favorecendo, sobretudo, grupos minoritários que, historicamente, foram esquecidos e subalternizados nas práticas e políticas públicas dos homens, houve a necessidade de, literalmente, *inverter a ordem social* (como já explicitado antes, através da imagem da pirâmide invertida) de maneira, até, ridicularizadora, piadista. Quando mulheres tomam, assumem o poder, os homens se prestam ao ridículo público, porque são alocados nos lugares que acreditavam menores e exclusivo às mulheres. Mas essa inversão, um tanto carnalizadora, conforme a acepção de Bakhtin (1993), é também, ao mesmo tempo, reversível, porque o romance trata de forças que se negam, por questões ideológicas, mas o princípio do poder, da ordem continua e, nisso, a reversibilidade é tangível. Da mesma forma que as mulheres utopicamente tomaram o poder, os homens podem fazer, caso a luta sexista seja o princípio norteador da política de Fátuas.

Quando se adentra ao universo terminológico dos conceitos e teorias, especificamente no caso da paródia e da ironia, que são os conceitos do momento, interpretamos que a diegese de *O país das mulheres* explora aspectos da rotina social, sobretudo, no campo das ideologias, das políticas públicas e das práticas sociais e de gênero, corroborando aquilo que encontramos no campo da reflexão, porque, segundo Duarte (1994, p. 57-58), “a ideia de partidos em oposição é fundamental para a ironia retórica, que pode apresentar-se através de personagens em luta pelo poder, ou pela incongruência entre uma voz enunciativa e outras vozes do texto”.

Em Fátuas, todo o universo diegético converge para a bipolarização de partidos em oposição: partidos políticos e/ou partidos ideológicos que digladiam por assumir ou se manter no poder e comando do país. Nisso, diversas vozes se encontram nas ações narradas, contrastando-se uma com as outras, mais especificamente, diversas vozes minoritárias alcançam holofotes para brigar com a voz hegemônica do poder e isso traduz exatamente a ideia de polifonia bakhtiniana (BAKHTIN, 2013).

As vozes diversas e minoritárias elevadas na narrativa de Belli, quando se associam às propostas de Viviana Sansón, jornalista e candidata a Presidenta de Fátuas. Neste capítulo, dentre vários, cinco documentos da campanha de Sansón serão analisados e todos eles repercutem um ideal de justiça, igualdade de direitos, mudanças em práticas sociais conservadoras para que não haja a subalternização de indivíduos em nenhum setor social. Esses documentos, na medida que são incorporados pela população votante, que os recebem através das mídias, denotam o caráter paródico e irônico, conforme veremos ao longo das análises, ao mesmo tempo em que apontam para aquilo já discutido no capítulo anterior: o efeito até o presente momento irreversível da imprensa como o quarto poder, que se imbuí de distribuir as informações a seu modo e, assim, construir poderes ou, por outro ângulo, destruir o que não é “conveniente” para quem mantém o poder de vigiar os demais poderes legais (executivo, legislativo e judiciário).

A linguagem dos documentos elaborados pelo Partido da Esquerda Erótica circula pelas mídias de Fátuas e encontra ressonância na aflição da população que consegue, utopicamente, vislumbrar a possibilidade de mudança real em suas vidas a partir da visão de mundo refletida por Viviana Sansón, representante direta desse quarto poder, que sabe, exatamente, como elaborar discursos que atinjam a todos naquilo que seja passível de denunciar e de sonhar. Os documentos trabalham nessa lógica, porque, quando se colocam como propostas possíveis de serem implantadas por uma nova gestão, denunciam o lado “podre” da gestão anterior que estava fincada ou resistindo através de práticas discursivas e sociais que desfavoreciam as populações em geral, favorecendo grupos e pessoas do entorno da pessoa ou do grupo hegemônico.

Nesse momento, torna-se importante estabelecer os elos semânticos entre toda uma gama de discursos construídos em torno da campanha de Viviana Sansón e o reflexo desses discursos no meio da população de Fátuas, porque a linguagem com que as mulheres materializam as suas propostas e intenções políticas assumem uma postura humanitária, sim; inclusiva também; mas através de ironias e inversões de práticas sociais, configurando uma paródia irônica, às vezes beirando a carnavalização. Essa retórica política faz com que as mulheres assumam os postos de poder e destronem os “machos” conservadores que nunca apostaram nas mulheres. Por elas atingirem o topo do poder e eles descerem ao rés do chão, tornam-se motivos de chacotas, risadas e piadas dos demais. E aí a paródia mais textual e linguística se efetiva de maneira profunda no texto de Gioconda Belli.

As pessoas leitoras irão perceber que, ao longo deste capítulo, procuramos tornar efetiva essas correlações. Durante toda a análise, chamaremos a atenção para o modo como a

linguagem dos documentos oficiais da campanha de Viviana Sansón se fundam em alicerces críticos, reflexivos, ideológicos e, por isso, paródicos e irônicos. Passaremos, a partir de então, a analisar cinco aspectos históricos e documentais presentes no romance para sustentar a hipótese de leitura: os documentos criados para a instauração do felicismo em Fáguas são provas incontestes de que o governo feminista desse país se organizava, política e ideologicamente, a partir de bases fortes, não simplesmente de um querer verbalizado em campanha política. Os documentos motivos de análise são: 1) Manifesto do Partido de Esquerda Erótica; 2) Primeira Proposta de Campanha Publicitária; 3) Programa do Governo Ginocrítico; 4) Documento sobre as Reformas Educacionais e, por fim, 5) Documento sobre as Reformas Democráticas.

Nesse sentido, sempre que tomarmos o caráter utópico agregado à noção de romance, especificamente o de Gioconda Belli, estaremos considerando essa dimensão tanto política quanto histórica. Primeiramente, porque os tópicos de análise deste capítulo se centram em aspectos materiais históricos presentes na formulação interna do romance, ou seja, analisarei, por ordem: a) Manifesto do Partido da Esquerda Erótica; b) Primeira proposta da campanha publicitária; c) Programa do Governo Ginocrítico; d) Reformas Educacionais e, por fim, e) Reformas Democráticas. Como esses tópicos estão materializados, no romance, enquanto documentos históricos, veremos que todos estão saturados de teor político ou, numa outra perspectiva, são projeções políticas de construção da sociedade sob o governo de mulheres em cuja dianteira se encontra a protagonista Viviana Sansón, presidenta de Fáguas, país imaginário ou utópico.

Ao todo, o romance utópico apresenta treze *materiais históricos*, considerados, pelas estudiosas do gênero, como paratextos: trata-se de uma apropriação dessa inserção de textos paralelos ao longo das narrativas como estratégia de convencimento, de persuasão, de enriquecimento intelectual por considerar a lógica intertextual como importante ferramenta na construção de diegeses como a exibida por Gioconda Belli. Desde Thomas More, os paratextos – aqui considerados, conforme consta na narrativa, como materiais históricos – são comuns nas utopias literárias.

documentos, nos quais são apresentados como escritas paralelas à diegese, como que extraídos de notícias de jornais ou lidos, na narrativa, como documentos extra narrativa, produzidos, historicamente, durante o processo de contação da estória imaginária de Fáguas. Serão analisados apenas cinco deles, porque são exatamente os que fazem menção às ações de Viviana Sansón, antes de ser eleita presidenta de Fáguas e todos os documentos analisados fazem parte da base ideológica do Estado utópico que ela e suas companheiras de partido



querem implantar. Assim, não subestimamos os demais materiais, que chamamos de documentos, apenas retificamos o interesse nos analisados, por apresentarem as ideias que sustentaram a campanha para a mudança política de Fátuas.

#### **4.1 O romance utópico reiterado por documentos históricos: análise do *Manifesto do Partido de Esquerda Erótico***

Propor uma sociedade igualitária em tempos sombrios, como viviam as pessoas antes do governo de Viviana Sansón, é um sonho que procura superar a atual realidade, daí a circunscrição utópica da escrita em análise. Como fazer para que um regime de governo seja substituído por outro, quando mulheres que nunca tiveram acesso ao poder buscam derrocar o poderio masculino? Isso é possível, no caso de Fátuas, através do sistema eleitoral. O intento de Viviana Sansón não fora unicamente o de assumir o poder no lugar dos homens, mas o de construir uma utopia feminina baseada naquilo que Oliveira (2015) havia descrito como a feminilização da política através do mito das Amazonas.

É nesse sentido que o/a leitor/a percebe a lógica da escrita romanesca de Gioconda Belli, ao assumir uma postura política que dialoga com a reflexão sobre bases corrompidas e a reconstrução de práticas sociais capazes de superar os males já atingidos e propor maiores benefícios à população. Uma escrita dessa natureza, conforme anunciado durante todo o texto, reitera o que Aragão (1980, p. 19) pensa sobre a questão, porque “o discurso literário inverte a estrutura ideológica, rompendo modelos socialmente impostos e provocando, pois, o questionamento”. Assumir os lugares dos homens numa clara associação ao mito das Amazonas é um modo de pensar a escrita como uma paródia política, ironicamente centrada num modelo feminista e não machista.

Para dar cabo desse intento, o romance é construído a partir de três momentos narrativos e, um deles, é o que sustenta a base utópica do regime político da protagonista: parte da narrativa é contada no presente das ações, enquanto Viviana Sansón está em coma, devido a um atentado sofrido, à bala. Logo, o leitor fica sabendo de fatos e eventos a partir da memória que emerge como fala ou ação da protagonista; parte do contado está registrado em documentos históricos que tomam também boa parte escrita do romance, chamados, no romance, de *material histórico*. À medida que formos analisando os documentos históricos presentes na obra – Manifesto do Partido de Esquerda Erótica, Primeira Proposta de Campanha, Propaganda do Governo Ginocrítico, Reformas Educacionais e Reformas Democráticas –, discutiremos a noção de

documento histórico enquanto fonte, a partir, sobretudo, de Le Goff (1990) e Karnal e Tatsch (2009).

(Materiais históricos)

**MANIFESTO DO PARTIDO DA ESQUERDA ERÓTICA (PEE)<sup>52</sup>**

1. Somos um grupo de mulheres preocupadas com o estado de ruína e desordem de nosso país. Desde que esta nação foi fundada, os homens governaram com participação mínima das mulheres, por isso nos atrevemos a afirmar que a gestão deles foi um fracasso. De tudo, nos receiptaram nossos ilustres cidadãos: guerras, revoluções, eleições limpas, eleições sujas, democracia direta, democracia eleitoreira, populismo, semifascismo, ditadura, ditabranda. Suportamos homens que falavam bem e que falavam mal; gordos, magros, velhos e jovens, homens atraentes e feios, homens de classe humilde e da classe alta, tecnocratas, doutores, advogados, empresários, banqueiros, intelectuais. Nenhum deles pôde encontrar o modo das coisas, e nós, mulheres, já estamos cansadas de pagar o pato por tantos governos ineptos, corruptos, manipuladores, baratos, custosos, usurpadores de cargos e sem respeito pela constituição. De todos os homens que tivemos, não se salva um. Por isso, nós decidimos que é hora de as mulheres dizerem: CHEGA.

2. Todas sabemos que nós, mulheres, somos peritas na arte de limpar e lidar com os assuntos domésticos. Nosso dom é a negociação, a convivência e o cuidado das pessoas e das coisas. Sabemos mais da vida cotidiana que muitos de nossos governantes, que nem se aproximam de um mercado; sabemos o que anda mal no campo e o que anda mal da cidade, conhecemos as intimidades de quem se faz de santo, sabemos de que barro os homens são feitos, porque de nós saíram alguns dos piores, esses que as pessoas livram da culpa quando chamam de filhos da puta.

3. Por tudo que dissemos, consideramos que, para salvar este país, nós, mulheres, temos que agir e botar ordem nesta casa suja e bagunçada que é a nossa pátria, tão nossa como de qualquer um desses que não sabem comandar e que a entregaram desonrada, vendida, penhorada e dividida, como dividiram os ladrões as vestes de Jesus Cristo (q.d.e.p.).<sup>53</sup>

4. Por isso fizemos este manifesto, para levar ao conhecimento de mulheres e homens que já podem deixar de esperar pelo *homem* honrado e apostar agora em nós, as mulheres do PEE (Partido da Esquerda Erótica). Somos de esquerda porque Eros significa VIDA, que é o mais importante que temos, e porque nós, mulheres, não apenas estivemos desde sempre encarregadas de gerá-la, mas também de mantê-la e protegê-la; somos o PEE porque nada mais nos sustenta além do desejo de caminhar para frente, de traçar um caminho ao andar e de avançar com aqueles que nos seguem.

5. Prometemos limpar este país, varrê-lo, esfregá-lo, sacudi-lo e lavar o lodo até que brilhe em todo o seu esplendor. Prometemos deixá-lo reluzente e com cheiro de roupa passada.

6. Declaramos que nossa ideologia é o “felicismo”: fazer com que todos sejamos felizes, vivamos com dignidade, com liberdade irrestrita para desenvolver todo o nosso potencial humano e criador, sem que o Estado restrinja nosso direito de pensar, dizer e criticar o que quisermos.

7. Prometemos que, em breve, publicaremos nosso programa explicando tudo a que nos propomos. Convidamos todas as mulheres a nos apoiarem e a se juntarem a nós. Convidamos os homens a refletir e recordar quem os criou e a meditar se não seria melhor ter uma mãe do que um monte de pais da pátria que, depois de todos esses anos, não fizeram nada. Unam-se ao PEE e não continuem metendo os pés pelas mãos (BELLI, 2011, p. 89-90).

<sup>52</sup> “Este foi o primeiro manifesto publicado pelo PEE” (BELLI, 2011, p. 89).

<sup>53</sup> “Que descanse em paz. (N. da T.)” (BELLI, 2011, p. 90).

Se temos em mente que o gênero manifesto é um texto, no qual uma declaração é trazida a público, com alto teor político e de mudança no objeto tratado (SILVA, 2021), vê-se que o Manifesto do Partido de Esquerda Erótica (MPEE) adequa-se a esse ideal, porque traz, em seu interior, uma linguagem carregada de desejo de mudança política, de perspectiva existencial para as pessoas a quem se dirige e de fortes acusações contra quem a voz feminista se posiciona: os homens que ocuparam os lugares de poder sem se preocupar com a população. O tom imperativo da linguagem, sobretudo, o tom acusatório, de um lado, e o de esperança, por outro, é o que marca esse texto das feministas de Fátuas.

Fica evidente, a princípio, que todos os documentos históricos se fundamentam em ideias, possivelmente, já discutidas por outrem ou encontradas no dia a dia fora da narrativa, porque tanto o princípio da esperança de Bloch (2005) quanto o de Freire (1992) se encaixam na perspectiva ideológica defendida por Viviana Sansón e todas as que fazem o PEE. Freire (1992) entende que a esperança é um dado necessário para os sujeitos, mas não suficiente em si, porque ela precisa ser apoiada em uma práxis, não apenas em um desejo. Isso reitera a versão de esperança e utopia de Bloch (2005), que a entende enquanto algo coletivo, militante, que caminhe para a superação, sobretudo, do capitalismo, fundando práticas sociais em bases marxistas. O Manifesto do Partido da Esquerda Erótica se impregna desse vetor reflexivo apontado por esses dois pensadores.

Assim, dividido em sete pontos específicos, as vozes feministas, de que se impregnam o manifesto, utilizam a linguagem como recurso, para obter a atenção dos seus (e)leitores, alternando o tom entre a denúncia e a promessa (utópica, esperancista). Inicialmente, o Manifesto aponta o texto como uma produção de um “grupo de mulheres preocupadas”, que “suportaram tudo [dos homens]”, que estão “cansadas de pagar o pato” e, portanto, “é hora de dizer: CHEGA”. A lógica de construção desse enunciado (transcrito aqui de forma descontextualizada para melhor absorção ou visualização da ideia que concatena o desejo de mudança) visibiliza um alto estágio de estranhamento das políticas masculinas.

A preocupação advém da experiência com toda uma prática de “desmando” dos homens na gestão de políticas públicas do país. Segundo o Manifesto, as pessoas sentem a necessidade de que políticas públicas específicas sejam efetivadas em favor de coletivos que, secularmente, têm sofrido com o abandono do poder público. Assim, a política masculina tornou Fátuas um caos, daí o desejo de “salvar o país” e “botar ordem”. Essa ordem é possível com uma virada na política, se as pessoas acreditarem que o gênero feminino é capaz de propor alternativas humanista e cuidadoras para todos, porque, como se auto intitulam as manifestantes, as

mulheres são “peritas na arte de limpar e dos cuidados domésticos”, sabem “negociar”, uma vez que o seu dom é o diálogo e o cuidado com as pessoas.

A cidadania, nesse sentido, dada, no texto, como caracterizador das mulheres de Fátuas, surge como uma espécie de ironia feminista, porque aquilo que era tendencioso para torná-las fracas em suas atitudes e ideias – o cuidado do outro, que seria igual a uma função menor e abjeta, segundo os filtros machistas e dos homens – adquire corpo e estrutura de poder. Soa irônico, então, para os homens terem que “engolir” o próprio discurso avessado, imposto a contragosto, ironicamente colocando em evidência as mulheres nos setores e poderes públicos, a partir de práticas e atitudes por eles negadas. Eis o grande feito das mulheres lideradas por Viviana Sansón: usar a prática feminina; o cuidado do outro; que fora sempre atacada e inferiorizada para transformá-la em arma de poder político.

Para que a visão humanista e do felicismo seja uma realidade, é preciso que todos entendam que “de todos os homens que tivemos, não se salva um”, ou seja, a versão feminista é a mais indicada, no momento da enunciação, porque, até então, não houve experiência no país com o poder sob o regime feminino. Apostar nesse tipo de ideologia termina sendo, para a população, uma utopia de saída, porque não há mais como continuar existindo sob a égide masculina que, até então, em nada beneficiou o coletivo. Daí o chamado das pessoas, através do Manifesto, como forma de construir uma ponte entre as pessoas e suas governantes que pretendem derrocar os homens que estão no poder.

No quadro abaixo, são elencadas palavras de ordem relacionadas ao feminino e ao masculino, no que diz respeito à política de Fátuas. Observemos como o Manifesto foi elaborado, para tornar a questão do poder polarizada por visões de gênero:

**Quadro 2** – Relação de termos usados para se referir a ações políticas femininas e masculinas

TERMOS RELACIONADOS ÀS MULHERES	TERMOS RELACIONADOS AOS HOMENS
Salvar (o país)	Ruínas
Botar (ordem)	Desordem
Limpar (o país)	Fracasso
Varrer (a sujeira dos homens)	Guerras
Esfregar (a superfície manchada por homens)	Revoluções
Sacudir (a poeira deixada por homens)	Ineptidão
Lavar (a sujeira produzida por homens)	Corrupção
	Manipulação
	Barateamento
	Custoso
	Usurpador

Fonte: Autoria Própria (2021)

Os termos apropriados pelo Manifesto para fazer referência a ações femininas e masculinas na política são proporcionalmente dicotômicos, opostos, polarizados, porque as manifestantes se colocam num lugar político de mudança, enquanto os homens, mesmo sem uma palavra deles, são colocados no lugar do *status quo* ou do continuísmo, da não-mudança, da não percepção das alteridades, dos outros, dos que mais necessitam. Isso nos leva a pensar a formação de partidos políticos, sustentados em base ideológica de direita e de esquerda.

De acordo com Silva (2014), os partidos polarizados têm sua origem a partir do século XVIII, na França, especificamente durante a primeira fase da Revolução Industrial, quando a classe emergente, denominada burguesa, dona do dinheiro e mantenedora do clero e da nobreza, insatisfeita com as políticas dessas castas que apenas sobreviviam às custas da burguesia e do povo, quis reduzir o poder político e social delas, apoiando as classes trabalhadoras em suas lutas. Foi formada a Assembleia Nacional Constituinte e, durante a sua realização, o grupo de “poderosos” se dividiu, de modo que a ala rica da sociedade, conservadora e querendo preservar e ampliar os poderes de si, sentou-se à direita do poder, deixando o lado esquerdo para os defensores dos grupos que eram sub-representados na Assembleia. Daí surgiu a polarização partido de direita e partido de esquerda.

Essa polarização reforça ideias de paródia e de ironia. Como isso se estabelece? A partir do binarismo ou polarização linguística apresentada no Manifesto do Partido da Esquerda Erótica, porque, nele, conforme pode-se visualizar no Quadro 2, de um lado, há itens lexicais que reavivam, para as mulheres que querem obter os votos dos cidadãos de Fátuas, os “desmandos” e as ações pouco coletivas dos homens, contrapondo a esse inventário linguístico denotadores de pouca efetividade política, as ações negadas pelos homens e atribuídas às atividades sexistas atribuídas às mulheres em seus espaços domésticos ou privados, como *lavar, sacudir, esfregar, varrer, limpar, botar*. No contexto comparativo, a linguagem usada, através dos termos selecionados para dizer sobre o Manifesto delas, percebe-se que a ironia se dá pela inversão ou reversão dos valores e funções. Aquilo que os homens desprezavam para si e sempre atribuíram às mulheres, elas ressignificam, paródica e ironicamente, para justificar a sua função no contexto político.

Gioconda Belli polariza ações e desejos da ala direita (masculina e machista) e da ala esquerda (feminina e feminista), conforme passamos a defender. Os termos referentes às mulheres são da ordem da produtividade, afirmados, em seus conceitos, por ideias que tornam o coletivo o centro das discussões e preocupações. Isso porque *O país das mulheres* é uma ficção com teor questionador que traz o sonho de uma nação governada por mulheres unidas umas às outras, para juntas construírem uma utopia, em que o protagonismo feminino está no

centro do país imaginário de Fátuas e o “essencialismo estratégico” (SPIVAK, 2017) é utilizado como estratégia para “barrar a sólida e inabalável” (FUSS, 1989) relação dualística entre os homens e mulheres, entre o trabalho doméstico e a gestão pública, livre da lógica patriarcal de hierarquização e opressão, desde os espaços domésticos até a gestão das esferas públicas e todas as mulheres e homens em conjunto, capazes de desconstruir, ou pelo menos, enfraquecer os paradigmas patriarcais que lhes foram impregnados na vida, mesmo correndo “o risco da essência” (FUSS, 1989).

O sonho de desconstrução da opressão patriarcal sempre fez parte do feminismo, que nasceu inicialmente como uma luta que procurou revisar o sexo como político e pensar as relações de poder, as quais, secularmente, o patriarcado exerceu contra as mulheres, assim como procurou rever a gestão das instituições públicas, sem o jugo patriarcal. Do ponto de vista da realidade material, não ficcionalizada, esse sonho continua crescendo em sociedades democráticas cujos postos de poder ainda continuam sob a égide masculina, com pouco espaço de diálogo para as frentes femininas, para as vozes das mulheres que buscam encampar uma defesa não unicamente de seus direitos, mas a partir de suas percepções podem pensar o coletivo, o social, tornando a política vigente menos individualista e mais abrangente, como requer a utopia da esperança.

A ficção incorpora em si a possibilidade desse sonho, no país imaginário de Fátuas, ressurgindo num momento histórico, em que as mulheres, finalmente, conseguem ser eleitas na pessoa de Viviana Sansón, através da formação do PEE, pondo o erótico (o feminino vital em sua essência) como político para romper com os modelos tradicionais do patriarcado, que, costumeiramente, atribuem uma neutralidade ao espaço individual e a política é posta unicamente sob o direcionamento da esfera pública (ALVES E PITANGUY, 2007). Leiamos esse erótico também na chave de leitura que aponta para a esperança já desgastada e afundada pelas políticas e práticas dos homens de poder que governam, sem uma visão ampla de como atingir as populações para uma vida mais digna e esperançosa. Isso porque sabemos que não há sociedade justa e equilibrada em todos os aspectos, mas há sociedades que lutam por atingir graus de felicidade e esperança para os seus componentes, algo que não acontece em Fátuas e que é proposto pro Viviana Sansón.

A partir desse ideal onírico das mulheres de Fátuas, buscamos refletir em Fuss (1989) o que se entende pela utilização do termo “mulher” enquanto essência e, ao mesmo tempo, como refutação do próprio termo, dentro do feminismo, concordando que há uma tensão, até hoje, ainda não superada chamada de essencialismo *versus* antiessencialismo/construcionismo, que predomina nos discursos feministas, principalmente dos anos 1980. Costa (2002) comenta

aspectos teóricos relacionados a esta tensão supracitada, revisando os debates feministas contemporâneos entre os termos “essencialismo estratégico” e enfocando a disputa entre feministas que apostam na política de identidade:

[...] a fabricação de uma identidade de gênero fixa (“o essencialismo estratégico” ou uma “idealização mínima”, segundo Gayatri Spivak) continua sendo um momento crucial – embora insuficiente, problemático e contestado – de um projeto feminista mais amplo. [...] Spivak se refere às invocações públicas da “mulher” como “essencialismo positivo”, uma posição que as feministas devem arriscar, embora conscientes quanto aos limites do (auto) posicionamento – individual e coletivo – de forma que este possa ser estrategicamente efetivo. [...] (COSTA, 2002, p.67; 72;73).

O “essencialismo estratégico”, conforme Spivak (2017), visa provocar questionamentos e, conseqüentemente, um reconhecimento e uma flexibilização entre os papéis de gênero de forma temporária e isso pode se constituir como uma utopia da igualdade ou equidade de gênero e justiça social, quando observamos, a partir das políticas identitárias de *O país das mulheres*, as propostas e ações para se alcançar ou se aproximar de uma igualdade ou equidade de gêneros. Todos os termos posicionados no lado feminino do Quadro 2, extraídos do Manifesto do Partido da Esquerda Erótica, apontam para a ideia do felicismo, pregada por Viviana Sansón. Trata-se de verbos, duramente apontados, para retirar algo sujo (lavar, sacudir, esfregar, varrer, limpar) e instaurar uma outra ordem (salvar o país, botar ordem). Veja-se que, para o país ser salvo e entrar em uma outra e mais produtiva ordem, faz-se necessária toda uma ação de higiene para retirar marcas do masculino destruidor e egoísta.

Do lado referente ao masculino, os termos usados só denunciam aspectos semânticos negativos – note-se que os termos relacionados às ações e desejos femininos não são afirmativos, mas sim de teor do desejo, da vontade, da ação de tornar o existente melhor (o afirmativo estaria depois da ação do desejo) –, porque aludem a toda uma prática milenar de guerra, revolução, corrupção, manipulação, fracasso, sobretudo, que minimizou drasticamente e sempre a participação feminina nos lugares de poder. Por isso, essa leitura feminista empreendida sobre esse primeiro documento histórico da narrativa em pauta, porque acreditamos que a ficção em estudo possibilita, com a utopia do felicismo, o reconhecimento desta estratégia como positiva, para que as mulheres assumam postos de governo, dirijam países e exerçam funções tão bem quanto os homens, demonstrando que é possível governar com os gêneros e para os gêneros. Chamar a atenção para itens lexicais denotadores iniciais, de atividades “essencialmente” femininas funciona, no romance, como uma paródia irônica, na contramão do vetor central do discurso masculino.

## 4.2 Leitura da primeira proposta de campanha publicitária para uma agenda utópica e feminista

No tópico anterior, um primeiro passo para imprimir uma agenda política utópica em Fáguas contou com o Manifesto do PEE, no qual os pilares que sustentam o país imaginário da governança feminina são fincados. Somando-se a esse documento, analisaremos outro, a campanha publicitária do partido que, após o manifesto ser publicizado, subentende-se a sua criação. Conforme já anunciamos no início do capítulo, a comunicação midiática, que constitui o quarto poder, tem influência direta na produção de dizeres e saberes dispostos nas propagandas do PEE, isso porque o modo de atingir eleitores se dá por vias linguísticas percebidas apenas por quem tem um nível de estudo aprofundado ou uma percepção político-linguística bem amadurecida. Assim, inicialmente, buscamos, na Comunicação, uma definição primeira de publicidade enquanto gênero discursivo e sua função. Segundo Toaldo e Machado (2013, p. 3),

As campanhas publicitárias caracterizam-se por constituírem um conjunto de peças, interrelacionadas, integradas entre si, as quais podem ser veiculadas em diferentes meios com um mesmo objetivo em comum: apresentar uma marca, um produto/serviço, um ponto de venda, uma ideia, uma promoção.

No caso do protagonismo feminino de *O país das mulheres*, trata-se de uma propaganda publicitária das ideias feministas, ginocríticas, colocadas sob domínio público da população do país que vai eleger Vivian Sansón presidenta de Fáguas. As ideias da campanha vêm, na narrativa em tela, promovendo a visão feminista de comunicação para cooptar eleitores, conforme objetivos e estratégias descritas no plano. Ao ler a proposta, o leitor depara-se com uma “estratégia geral” que compacta todo o ideal feminino quanto à politização de suas ideologias e ações: “usar a favor das mulheres os estigmas que as colocam à margem da vida política”. Durante todo o desenvolvimento da narrativa, entendo que os estigmas, a que se refere o romance trata-se de aspectos, dura e amplamente, negados, ao longo de décadas, alocando as mulheres em espaços privados e de submissão aos homens, a saber, o seu corpo (com suas regras), o seu sexo (passivo, segundo visão masculina), a maternidade (que engessa as mulheres no lar), o cuidado (derivado diretamente da maternidade) e a sensibilidade (que se opõe à fortaleza e brutalidade masculinas).

(materiais históricos)

**Primeira proposta de campanha publicitária  
PEE (Partido da Esquerda Erótica)**



**Estratégia geral:** O que a campanha do PEE pretende é utilizar a seu favor os estigmas que colocaram a mulher à margem da vida política, com o objetivo de gerar uma mudança de paradigma que ponha fim aos desgastados esquemas machistas de dominação.

**Campanha:** Lançamento do partido

**Objetivo de comunicação:** Filiações

**Objetivo de comunicação:** Divulgar o partido

**Alvo:** Mulheres donas de casa

**Estratégia:** Campanha de marketing direto em diferentes produtos de uso exclusivo feminino.

**Distribuição de panfletos**

**1. Nas instruções das embalagens de aspirina**

ACABE JÁ COM AS DORES DE CABEÇA.

Dê o primeiro passo. Una-se ao PEE, Partido da Esquerda Erótica.

**2. Dentro das fraldas**

O PAÍS ESTÁ MAIS CAGADO QUE SEU FILHO.

Dê o primeiro passo, junte-se ao PEE, Partido da Esquerda Erótica.

**3. Nas instruções dos testes de gravidez**

SEJA QUAL FOR O RESULTADO, PRECISAMOS MUDAR O MUNDO PARA QUEM VAI CHEGAR.

Dê o primeiro passo, junte-se ao PEE, Partido da Esquerda Erótica.

**4. No interior da embalagem de sabão em pó**

SE NÃO LAVARMOS A CORRUPÇÃO, QUEM VAI FAZER ISSO?

Dê o primeiro passo, junte-se ao PEE, Partido da Esquerda Erótica.

**5. Nos pacotes de absorventes femininos (aqui há dois enfoques)**

**a. OS HOMENS SANGRAM NAS GUERRAS. NÓS SANGRAMOS TODOS OS MESES PARA A VIDA.**

**b. HORMÔNIOS, AVANTE!**

Dê o primeiro passo, junte-se ao PEE, Partido da Esquerda Erótica.

**Cartazes**

**1. Cartaz atrás da porta dos banheiros femininos**

A ÚNICA COISA QUE OS HOMENS FAZEM BEM É URINAR.

Dê o primeiro passo, junte-se ao PEE, Partido da Esquerda Erótica.

**2. Cartaz nos espelhos dos provadores de lojas de roupas femininas**

SIM, SUAS IDEIAS SÃO LINDAS.

Dê o primeiro passo, junte-se ao PEE, Partido da Esquerda Erótica.

**AÇÕES**

**1.** Organizar falsas reuniões de demonstração de Tupperware para passar informação sobre o partido e para que a levem dentro dos potes.

**2.** Organizar chás de bebê falsos como desculpa para redigir os programas de governo.

**AÇÕES POLÍTICAS**

**Objetivo político:** Conseguir uma mudança de paradigma.

**Objetivo de comunicação:** Demonstrar a mudança.

**Alvo:** Homens/Mulheres

**Estratégia:** Ações políticas para despertar o interesse da imprensa e virar notícia.

**1. O tamponaço**

Transformar o tampão num símbolo, numa arma de defesa com a qual seria possível criar uma espécie de “Levante” contra os abusos dos políticos.

**2. As barrigas da pátria**

Fazer cordões de gestantes ao redor de instituições públicas tomadas pela impunidade, como o Tribunal Superior Eleitoral, a Corte de Justiça etc. Convocar a imprensa internacional.

**3. Giro dos pés pintados**

Caminhadas nos bairros para divulgar o partido. Entrar nas casas e pintar as unhas dos pés das mulheres.

**4. Ação com mulheres deitadas nas praças com as pernas abertas ou de quatro.**

Ocorreu-me que, nas praças públicas, Viviana Sansón poderia fazer um discurso mais ou menos assim: “Nós, mulheres, queremos uma mudança de posição. Não viemos ao

mundo só para parir ou fazer sexo ou limpar o chão. Mulheres, fiquemos de pé, há muito caminho a percorrer e precisamos começar a limpar a história que nossos líderes sempre mancharam...”.

#### **Campanha “suja”**

**Objetivo político:** obter o voto masculino.

**Objetivo de comunicação:** Convencer os homens.

**Alvo:** Homens.

**Estratégia:** Intervir nos espaços masculinos latino-americanos da mesma maneira objetual com que se coisificou a mulher na publicidade. 1. Utilizar o corpo da mulher como estratégia de persuasão. 2. Utilizar o amor, o carinho e o desejo para convencer.

#### **Por que a campanha “suja” é necessária?**

Não nos dão nem o controle remoto, muito menos nos deixarão controlar o país. Precisamos ser mais estratégicas que eles. Nosso eterno problema tem sido o excesso de inteligência emocional. Por isso, a única forma de ganhar espaço no terreno político é – como no judô – usar sua própria força para derrubá-los. **Fazer com que os mecanismos de dominação se voltem contra eles. (Aqui talvez esteja o argumento da justificativa de vingança contra a distopia dos homens lá nas ditaduras dinásticas que eles criaram contra as mulheres).**

#### **Conceitos criativos**

**a.** Durante o jogo, o homem não pensa. Na cama, o homem não pensa. Quando dirige, o homem não pensa. É comprovado que o homem não pode pensar em mais de uma coisa por vez. Então, é preciso aproveitar os espaços de “concentração” para “convencê-los” da mudança que podem conquistar junto com uma mulher.

**b.** Durante décadas, a publicidade utilizou a mulher para persuadir e vender produtos. Talvez seja válido que o PEE faça o mesmo para transmitir suas mensagens. Historicamente, os homens sempre se concentraram nos peitos e na bunda de uma mulher, e não em suas ideias. Os homens têm medo de mulheres inteligentes, querem se sentir protegidos e cuidados, não ameaçados e questionados.

#### **Atividades**

- Retirar as pilhas de todos os controles remotos para forçá-los a assistir a um único canal e verem o anúncio de nossa candidata dando seu primeiro discurso de topless.
- Durante os programas de futebol, que uma mulher com voz muito sensual narre a partida como se estivesse muito excitada. E que grite “Gooooooooooooo!” como se estivesse tendo um orgasmo.
- Guerrilha: um grupo de mulheres coloca estênceis em forma de beijo no rosto dos outros candidatos à presidência estampado nos cartazes das vias públicas e, se estiverem retratados de pé, sobre o pau.
- Na estrada, dispor belas mulheres com o pneu furado pedindo ajuda. Objetivo: fazer com o homem se sinta útil. Depois, dar-lhe um beijo e convidá-lo para a sede do partido.

#### **Algumas ideias para um possível governo do PEE**

##### **1. Acabar com o exército. Substituí-lo pelo “exército da vida”.**

Formar um exército de mulheres com uniformes camuflados vermelhos (para ser bem vistos) que se ocupe dos jovens (pré-adolescentes), para que não se metam com drogas ou gangues, e da educação sexual.

##### **2. Estátuas**

A maioria das estátuas é de homens (conquistadores, libertadores, heróis de guerra), mas quase não há estátuas que glorifiquem a vida. Criar estátuas inspiradoras, que retratem a amamentação, uma criança dando os primeiros passos, uma camponesa cheia de filhos.

Atenciosamente,  
Carla Pravisani  
(BELLI, 2011, p. 97-100).

Do ponto de vista linguístico, os verbos são semanticamente perfilados, numa ordem, para que os sentidos exatos dos enunciados explicitem, exatamente, o que estão dizendo, em

consonância com o plano de governo que se materializa nessa proposta. Dessa forma, tem-se os verbos *lançar* o partido (a campanha é feita para isso), *filiar* (trata-se do objetivo político), *divulgar* o partido (que é o objetivo da comunicação), *alvejar* mulheres (no sentido de acertar, ter como meta). A estratégia usada para a coerência e produtividade das ações requeridas pelos verbos em destaque vem a ser a de “marketing direto em diferentes produtos de uso exclusivo das mulheres”. Veja-se que a campanha lançada nessa proposta mira o gênero feminino com exclusividade, como forma de tirar as mulheres do marasmo em que se encontravam diante de políticas masculinas.

O uso racional do universo da comunicação para produzir sentidos de efeitos, nos dizeres do PEE, reitera a ideia já discutida de que as mídias e suas estratégias como o quarto poder sinaliza alianças incríveis de mudança e transformação de contextos. Ora, integralizar uma proposta política que caminha na contramão do sistema vigente não é tarefa fácil. Mas o quarto poder, quando se apodera daquilo que é de seu interesse, desenvolve mecanismos e estratégias capazes de fazer funcionar o que se quer ao contrário ou ironicamente. Daí a ironia e a paródia política (HUTCHEON, 1991), já discutidas, serem de grande interesse literário para justificar esse modo de produzir escrita literária que se embasa em questões de ordem política e ideológica.

Observe-se como a ironia (BRAITH, 1996) funciona nesse romance: toda a linguagem e todas as propostas lançadas têm como foco o feminino, as mulheres. Ideologicamente, todo o discurso contido no texto propagandístico está genericamente marcado, tendo sido excluída literalmente uma direção para os homens, uma vez que o objetivo do partido encabeçado por Viviana Sansón era não apenas chegar ao poder para efetuar transformações sociais, mas chegar ao poder alicerçada numa base feminista guiada pelo desejo de mudança de mulheres (e homens também), que sempre estiveram às margens de participação nas políticas públicas. Evidente que o discurso é orientado, específica ou exclusivamente, para as mulheres, mas evidencia também o querer e buscar a adesão dos homens que pensam e se identificam com as mulheres em suas lutas.

A ironia se mostra mais focalizada, quando lemos que quatro ações divulgadas são diretamente endereçadas ou tendo como objetivo e alvo as mulheres, fato que reverte ou distancia, de maneira inversa, as práticas políticas dos homens que sempre procuraram se manter no foco das atenções, usando de uma linguagem confundida com a neutra ou genérica, para encobrir o desejo real que era se manter no poder, com a exclusão da participação feminina. No caso do PEE, a instância de poder que ganha corpo reverte a situação a partir da escrita e divulgação de ideias, em que as mulheres são protagonistas e protagonizadas, enquanto os

homens são sequestrados de quaisquer lugares de poder e de fala, castrados naquilo que lhes dava maior autoridade e poderio para sempre avançar. Silenciados em seus pequenos ou quase não lugares, agora paralisaram a sua marcha pela expansão do império. Foram aprisionados em seu próprio território; caíram na armadilha que eles mesmos construíram ao longo dos séculos, porque não souberam compartilhar os lugares de fala, dialogar com o coletivo; porque não se importaram com o dar esperança ou construir propostas utópicas e lutar por elas em favor de uma coletividade.

Parodicamente, vejo caminhar rapidamente uma proposta que desqualifica os fazeres masculinos e beneficiam uma prática feminina de pensar, que logo será posta em exercício. Mas a paródia ou inversão maior deste discurso se faz no próprio texto dado: as mulheres não usaram de “traição”, ao excluir os homens dos lugares sociais, elas disseram objetivamente: “Fazer com que os mecanismos de dominação se voltem contra eles”, como na realidade de Fátuas isso acontece.

Estabelece-se, assim, uma vingança, mas antes de obter o sucesso, para poder efetivar essas práticas feministas em detrimento dos homens, necessário se fez obter o voto masculino, para só, então, objetificar os homens como eles sempre fizeram com as mulheres. De desqualificadas e sequestradas em sua fala, ação, ideologia, política, direito, elas passam a ser o centro dos fazeres, da geração de ideias, da promoção de políticas públicas e, assim, tornam os seus opressores em homens minúsculos, diminutos, desqualificados, castrados em sua macheza, fracos em suas forças, impotentes para enfrentar o mulherio que forma um exército em marcha contra eles. Isso é irônico. Isso é paródico. E a linguagem do quarto poder é apropriada para gerar os discursos do PEE e enfrentar os homens do poder.

No quesito “distribuição dos panfletos”, a linguagem deixa o teor referencial, direto, denotativo e passa a ser trabalhada de modo mais publicitário, usando de recursos linguísticos mais visíveis no campo da poesia ou da escrita criativa, com finalidade mercadológica (propagandas). Isso é evidente porque, para atingir favoravelmente o alvo (mulheres), a proposta de campanha foi pensada para atuar diretamente nos produtos de uso (quase) exclusivo das mulheres. Essa exclusividade dos produtos, em que são lançados dizeres políticos e manifestantes, não foi algo construído pelas mulheres, mas construído social e culturalmente, pelos homens, para elas. Daí o teor da paródia e da ironia bastante visíveis nesse quesito ou na leitura desses elementos, porque há uma inversão de valores e papéis, em que as mulheres reivindicam espaços e lugares para elas. Veja-se, no quadro abaixo, como funciona o uso da linguagem nessa parte da Primeira Proposta de Campanha Publicitária:

**Quadro 3:** Propagandas políticas inscritas em produtos de uso cotidiano de mulheres

LOCAL/PRODUTO DE USO DA PROPAGANDA	ENUNCIADO PUBLICITÁRIO
Instruções de embalagens de aspirina	ACABE JÁ COM AS DORES DE CABEÇA
Dentro das fraldas	O país está mais cagado que seu filho
Nas instruções dos testes de gravidez	Seja qual for o resultado, precisamos mudar o mundo para quem vai chegar
No interior da embalagem de sabão em pó	Se não lavarmos a corrupção, quem vai fazer isso?
Nos pacotes de absorventes femininos (há aqui dois enfoques)	a) Os homens sangram na guerra. Nos sangramos todos os meses para a vida. b) Hormônios, avante!

Fonte: Autoria própria (2021)

No campo da intencionalidade política, veja-se que os enunciados publicitários adquirem uma feição propagandística, a exemplo da linguagem curta, rápida e do coloquialismo direto e criativo, provocando os endereçados a refletirem pelo “desvio” mínimo do uso da forma linguística. Quanto à extensão, os enunciados não passam de uma frase (Hormônios, avante!) ou de períodos coordenados, mas curtos (se não lavarmos a corrupção, quem vai fazer isso?). Já quanto à criatividade dos enunciados, soa divertido, humorado, paródico e irônico, no ouvido de quem ouve, ou pela leitura do texto escrito, em um enunciado como “o país está mais cagado que seu filho”. Todavia, esses enunciados funcionam como alerta, porque vêm antecidos pelo *produto*, no qual se encontra inscrito, de modo que a leitura se torna eficaz, criativa e humorada nessa relação bivalente. “O país está mais cagado que seu filho” só funciona, nesse contexto, porque está inscrito em uma fralda de bebê; “Acabe já com as dores de cabeça”, por sua vez, em uma embalagem de aspirina (as relações semânticas são tecidas por associação direta); “Seja qual for o resultado, precisamos mudar o mundo para quem vai chegar” se efetiva em sua plenitude em um teste de gravidez, porque o resultado semântico associa os termos *resultado* (se positivo ou negativo para a gravidez) e *quem vai chegar* (um bebê). E assim ocorre com os demais enunciados.

Chama a atenção das pessoas leitoras o fato de, logo após cada enunciado, esse ser seguido do verbo no modo imperativo, típico do manifesto, do chamado político para uma mudança rápida e radical. Observe-se que o verbo *dar* em sua forma imperativa DÊ...já denuncia o teor político do texto; o fato do vocativo (tu) evocar o sujeito diretamente, apenas ele em particular, para uma outra dimensão daquilo a que faz referência. O *tu* deste verbo (endereçado) é o sujeito mulher que está sendo convencido (por uma voz de mulher) e cooptado para formar a legião de mulheres aderentes ao Partido de Esquerda Erótica, comandado por Viviana Sansón.

Nesse caso, a informação dada, seja no manifesto discutido no tópico anterior, seja nos demais documentos que compõem este capítulo, funciona como uma utopia, no dizer de Serra (1998, p. 12): “Enquanto utopia, a ‘sociedade da informação’ tem as suas raízes no ideal iluminista de uma sociedade constituída por cidadãos que, partilhando o saber, podem decidir democraticamente, partilhando o poder”. O material histórico ou documentos apostos à narrativa constituem, assim, a materialização da utopia tão desejada, porque convoca as multidões à luta (*Avante!*). Não se trata apenas de um sonho possível, trata-se de um sonho em realização (BLOCH, 2005), concreto, material, construído também na informação, na propaganda, em documentos que apontam e relatam as mudanças a serem executadas no governo que se instaura e que quer fazer a diferença.

Os termos usados nas propagandas do quadro 2 são bastante convincentes de que a informação pela propaganda política adquire também esse status de utopia, no sentido de direcionar as compradoras ou usuárias dos “produtos” para uma conscientização ferrenha, constante, da qual só consegue sair quem não vislumbrar a mudança, porque as estratégias linguísticas forjadas pelo quarto poder encontram reverberação positiva naquilo que pretendem. E a protagonista, oriunda deste lugar de poder, consegue tecer as linhas diretas, claras e objetivas naquilo que pretende conseguir. Centrados em *dor*, *cagado*, *mudar*, *lavar*, *sangrar* e *avante*, a leitura que se faz é a de que o contexto que se contesta, que se enfrenta e que se quer em outro patamar é um contexto de não felicidade (*dor*) e sujo (*cagado*, daí necessitar ser lavado), exigindo das mulheres uma *mudança* de postura, mesmo que a custo do *sangue* (dado como suor, trabalho) para seguir firme, *avante*.

O discurso utópico, construído no enredo da narrativa com os documentos históricos dispostos em lugares ou momentos específicos da narração, é concebido a partir da linguagem propagandística. Essa, segundo Sandmann (1993), se bem utilizada pelo usuário para a funcionalidade requerida, pode resultar em efeitos de grande potencial. Isso porque a linguagem da propaganda surte efeitos semânticos os mais diversos possíveis, todos vinculados a um núcleo semântico único focado no produto que é apresentado ou que é posto à venda ou à divulgação. Essa diversidade semântica se dá em razão da linguagem da propaganda ser polissêmica, por ela se apropriar e saber usar toda a potência da homonímia e da ambiguidade.

Todos esses recursos são observados na primeira proposta de campanha publicitária do PEE. Basta analisar, como exemplo, o método de distribuição de panfletos, em seu primeiro item:

1. Nas instruções de embalagens de aspirinas  
ACABE JÁ COM AS DORES DE CABEÇA  
Dê o primeiro passo. Una-se ao PEE, Partido de Esquerda Erótica  
(BELLI, 2011, p. 97).

A aspirina é um remédio bastante utilizado, mundialmente, para combater dores de cabeça, enxaqueca, inflamações gerais e baixar a febre, vendido sem receita médica e usado muito por mulheres, por essas serem mais propensas a esse tipo de mal e sintoma, segundo Skare; Castro; Kitanihsi (2012). A propaganda do PEE se apropria desse dado informacional e científico (cefaleia, enxaqueca e/ou fibromialgia), como sintomatizado em quase 80% dos casos em mulheres (estudo do sintoma na proporção dos gêneros masculino e feminino) e a indicação posológica (aspirina, mundialmente conhecida), trabalhando a questão da utopia política feminista sobre esses dados.

A ideia é usar a linguagem o mais próximo possível dos sujeitos endereçados, a saber, as mulheres: linguagem informal, direta, objetiva, clara, mesmo quando a ambiguidade, ambivalência ou polissêmia se faça presente. Na verdade, esses aspectos mais poéticos da linguagem (a linguagem voltar-se ou focar-se em si mesma, não em referentes) são utilizados para dizer, com exatidão, aquilo que, de outra forma, não atingiria profundamente o seu endereçada. Assim, se é comum o fato de mulheres terem mais dores de cabeça (cefaleia), nada mais produtivo do que exterminá-las: mas não apenas elas, as dores em geral, a dor política, sobretudo. Dar o primeiro passo, na versão posológica, seria tomar a aspirina; na versão política, unir-se ao PEE, ou seja, a polissemia da linguagem é trabalhada de forma ambígua, contemplando um mal (cefaleia crônica/má administração pública), seu sintoma (dor de cabeça/enxaqueca e desmandos políticos) e sua “cura” ou amenização do sintoma (dar o primeiro passo: tomar a aspirina/filiar-se ao PEE).

Tem-se, dessa forma, mais um documento histórico, formulado no interior da narrativa, corroborando todo um teor utópico de sociedade, que se quer construir, a partir de ideias bem dirigidas por mulheres militantes e partidárias, as quais se unem para evidenciar uma outra postura política e ideológica, no modo de conduzir a sociedade de Fátuas. A propaganda é um dispositivo importante em todos os setores políticos, porque é através dela que as ideias, as ideologias e informações são repassadas, chegam aos seus filiados, ficam registradas as ideias, as dinâmicas e os movimentos requeridos por quem pensa o partido. No caso dessa utopia feminista, toda a linguagem propagandística é pensada a partir dos lugares de fala e do cotidiano e experiência das mulheres, mote usado, potencialmente, para cooptar as mulheres a aderirem integralmente às propostas do PEE.

Outras ações políticas são promovidas na campanha do PEE e representam o sonho utópico, na ficção, de exibir mulheres deitadas nas praças, com as pernas abertas ou “de quatro pés”, e Viviana Sansón fazendo um discurso, por meio do qual desabafa:

Nós, mulheres, queremos uma mudança de posição. Não viemos ao mundo só para parir ou fazer sexo ou limpar o chão. Mulheres, fiquemos de pé, há muito caminho a percorrer e precisamos começar a limpar a história que nossos líderes sempre mancharam... (BELLI, 2011, p. 99).

Tal discurso representa um chamado para uma radical mudança relacionada às maneiras, pelas quais foram forjados os pensamentos dos homens para com as mulheres, pois produziram polarizações que culminaram no desabafo contra o que fizeram com as mulheres, ao longo do tempo, produzindo-se um utopismo que explora alternativas. Trata-se de uma parte necessária do processo de transformação, pois cria mudanças no modo como se pensa o mundo, sendo uma parte integral de uma mudança sustentável como o ser humano se comporta. De acordo com Levitas; Sargisson (2003, p.17), pode-se entender que tudo isso “é uma mudança de longo alcance: pede a Utopia ajuda para mudar o modo como pensamos”.

O lema “Mulheres deitadas nas praças com as pernas abertas ou de quatro” representa o grito daquelas que já não aguentam suportar o que lhe fizeram, uma esperança possível de desbravar pela utopia transformadora que perturba o ideológico, cuja campanha é mudar o paradigma de pensamento machista contra as mulheres durante séculos em Fátuas. Por isso, elas também se utilizaram de uma campanha que consideraram ‘suja’, pois, mesmo contra os princípios machistas dos homens, tinham que atingir o voto masculino e, para isso, a estratégia utilizada foi intervir nos espaços dos homens latino-americanos da mesma maneira que esses coisificaram a mulher na publicidade, utilizando o seu corpo como estratégia de persuasão, o amor, o carinho e o desejo para convencer.

Nosso eterno problema tem sido o excesso de inteligência emocional. Por isso, a única forma de ganhar espaço no terreno político e – como no judô – usar sua própria força para derrubá-los. Fazer com que os mecanismos de dominação se voltem contra eles (BELLI, 2011, p. 99).

A campanha ainda insere “Conceitos criativos”, os quais podem ser utilizados pelas mulheres para convencimento da necessária mudança:

na cama, o homem não pensa. Quando dirige, o homem não pensa. É comprovado que o homem não pode pensar em mais de uma coisa por vez. Então, é preciso aproveitar os espaços de ‘concentração’ para ‘convencê-los da mudança que podem junto com uma mulher (BELLI, 2011, p. 99).



Neste sentido, a campanha publicitária do PEE investe na promoção do pensamento crítico da mulher nestes momentos em que eles, os homens, não “pensam”, opondo, de forma racional e inteligente, o gênero masculino ao feminino, enaltecendo, desse modo, esse último, mesmo embasando-se em uma ideia que circula entre as pessoas como piada ou senso-comum. O texto trabalha com uma lógica discursiva de inversão de valores. Sai da padronização do existente e reverte a lógica de funcionamento do mundo à revelia do desejo dos homens. Isso constitui paródia política, ironicamente, desmerecendo aquilo que os homens tanto valoraram.

Em seguida, as atividades propostas da campanha publicitária sugerem que sejam retiradas as pilhas dos controles remotos, a fim de que os homens assistam a um único canal e vejam o anúncio da candidata Viviana Sansón, ministrando o seu primeiro discurso de *topless*. Além disso, que, durante os jogos de futebol, uma mulher narre, com voz sensual, a partida como se estivesse muito excitada e gritasse “Gooooooooooooo!”, de modo similar a um orgasmo; que um grupo de mulheres coloquem marcas de beijos no rosto dos outros candidatos à presidência ou, se estiverem de pé, marquem os beijos nos órgãos sexuais masculinos desses e, por último, nas estradas do país, haja mulheres com o pneu furado, pedindo ajuda com o objetivo único de fazer os homens, de alguma forma, se sentirem úteis na vida, além de convidá-los para participar da sede do PEE.

Tais atividades propostas pela campanha publicitária do PEE demonstram, de certa forma, a acusação de totalitarismo, porém explora estas alternativas para provocar questionamento e promover alternativa, objetivando a reflexão sobre a luta contra a opressão iniciada no patriarcado e sobre esse ser um processo transformador em si mesmo. O erotismo sugerido no discurso político, agora, não é usado contra elas, mas em seu favor, consensual, criado e por elas projetado para o fim que quiseram, sem a interferência dos homens. Trata-se de um erotismo racional, planejado e paródico, porque revisita o corpo da mulher nas funções, para as quais os homens o quiseram. Ressemantizam o lugar do corpo nessa nova gestão política, invalidando, pela inversão (paródica) o corpo feminino e seus sentidos.

Finalmente, a campanha expõe algumas ideias para um possível PEE, com a extinção do exército, substituindo-o pelo chamado “exército da vida”, sugerindo mulheres que se vistam de uniformes camuflados vermelhos, enfocando jovens pré-adolescentes, a fim de que esses não se metam com drogas ou gangues e efetivem uma educação sexual junto a eles. Propõe, também, que sejam construídas estátuas de mulheres inspiradoras para a sociedade, retratando a amamentação de uma criança, dando os primeiros passos e uma camponesa cheia de filhos, ao invés de estátuas de homens conquistadores, libertadores ou heróis de guerra.

Essas são as ideias presentes na primeira campanha publicitária do PEE, de Viviana Sansón. Os ideais, nela contidos, reforçam uma ideologia de base feminista e humanista, porque convoca ou evoca a construção de um sistema de gerência de um país à luz da *cuidadania*, do diálogo, da educação para a não violência, o não preconceito, o não ao estigma, porque coloca os sujeitos, homens e mulheres, em um mesmo campo de atuação: respeitar o outro, construir para a união, para a felicidade de todos, não para os individualismos, para os egocentrismos, para os grupos, majoritariamente, masculinos, brancos, de elite. O suporte do discurso feminista gerado pelo manifesto é assentado em uma prática acolhedora e favorecedora do coletivo. A grande utopia ou esperança que um governo preocupado com o todo poderia direcionar para os seus governados.

### 4.3 O programa de governo ginocrático e a visão da utopia felicista

Neste tópico, será discutido o material/documento histórico O Programa de Governo apresentado por Viviana Sansón, de modo a ampliar a reflexão sobre a logística e gestão da linguagem da comunicação apropriada pelas mulheres, para compor documentos oficiais, em que espelham planos estratégicos, consolidando o quarto poder como indispensável para a construção de ideias políticas. A utopia felicista, fundada na base da esperança, será considerada também nessa discussão. No documento citado, enfoca-se a promoção das ideias do felicismo na gestão presidencial, apresentando-se uma conceituação do que se entende a partir das palavras “felicidade” e “Felicismo”<sup>54</sup>.

Definimos a felicidade como um estado em que as necessidades essenciais sejam satisfeitas e em que o homem e a mulher, plenamente livres, possam escolher e ter a oportunidade de utilizar ao máximo suas capacidades inatas e adquiridas, em benefício próprio e da sociedade (BELLI, 2011, p. 105).

A definição apresentada é a base de toda a reflexão empreendida no romance em estudo. O ideal de felicidade é buscado não em uma plataforma individual, mas coletiva, adquirida de

---

<sup>54</sup> Quando abordo a utopia do felicismo em Gioconda Belli, tenho em mente que o termo felicismo não é empregado por mim da forma como já foi cristalizado na cultura. Defendo a utopia do felicismo como um construto de práticas sociais e culturais que reorientam as pessoas para o exercício da cidadania e, para isso, necessitam de uma (re)educação no que diz respeito às alteridades, ao respeito e direito dos outros. Nas mídias sociais de hoje, felicismo é entendido numa outra perspectiva: o universo das aparências em que as pessoas constroem para si momentos de felicidade com o objetivo de postar nas redes e terem como retorno aquilo que querem exatamente que os outros pensem delas. Esse modo de usar a felicidade, o felicismo como uma “onda” ou “movimento”, quase sempre não corresponde à verdade porque as pessoas tão somente buscam exibir aquilo que querem que os outros vejam e como acham que são, não verdadeiramente são felizes da forma que são e para isso precisam estar inventando momentos e contextos de aparências.

forma política, porque o bem-estar da comunidade é o alvo a ser atingido. Longe de especulações simplistas e egocêntricas, a discussão feminista sobre a felicidade aprofunda a questão, quando traz à tona um ideal, muitas vezes, associado ao comunismo ou ao socialismo político. Nesse sentido, ser socialista, na perspectiva político-partidária, corresponde a ser opositor dos partidos de direita, que defendem políticas públicas capitalistas e, hoje, neoliberais, em que a economia se constrói com a mínima ou quase nada interferência do Estado, assim como a meritocracia individualista é um forte pilar de sustentação dessa ideologia. Contrariamente, o felicismo almejado pelas feministas do romance são alicerçados em bases comunista e socialista (de comum, coletivo), projetando esperanças materiais para o desenvolvimento mais pleno dos que compõem a comunidade de Fáguas.

O programa propõe uma reforma integral – sintetizada em seis tópicos centrais – para mudar a maneira como as forças econômicas e sociais dos governos dos homens não favoreceram a construção de uma felicidade. Tal proposta é baseada no suprimento das necessidades essenciais de homens e mulheres livres, para escolher e utilizar as capacidades inatas e adquiridas em benefício próprio e da sociedade, reformando o sistema democrático, o mundo do trabalho, acabando com a divisão família-trabalho, reestruturando o sistema educativo, estabelecendo um sistema de prestação de contas transparente na administração do capital e das finanças públicas, concentrando a produtividade do país na obtenção de autossuficiência alimentar e energética e na produção de flores e oxigênio e mudando o conceito e o sistema tributário que cada cidadão tem para com seu país e seus concidadãos.

A principal abordagem do PEE que conferiu a autoridade, para que os homens fossem excluídos dos serviços públicos, foi motivada por um forte teor educativo (não se pode negar uma espécie de revanche também, de vingança, como está registrado no próprio texto narrativo) em que todos, independentemente do gênero, necessitariam construir para si a visão de que o cuidado de si, dos outros, da família, do coletivo deve ser um sentimento efetivado em práticas sociais coletivas, não individuais e separatistas, sexistas, generalizadas, como ocorre em quase todas as sociedades lideradas por homens, que tornam, por exemplo, as atividades divididas por gênero e sexo. Na voz da personagem Viviana Sansón: “O poder tem signo masculino, e os homens precisam sentir na própria pele o que significa ser marginalizado, que o outro sexo decida por eles” (BELLI, 2011, p. 138).

As propostas do programa de governo de Viviana são claramente de base feminista e reivindicam um modelo de organização do trabalho que questiona e modifica a relação automática mulher-maternidade, convertendo este trabalho em um ofício e função genérica, para não sobrecarregar o trabalho feminino, pois, na sociedade de Fáguas, as mulheres se veem

numa encruzilhada existencial, em que, ou abandonam suas vidas profissionais e acadêmicas para permanecerem em casa cuidando dos filhos e da casa ou assumem a dupla jornada de trabalho, cuidando da esfera doméstica e, ao mesmo tempo, da vida profissional, na esfera pública. A apropriação e valoração daquilo que, secularmente, foi atribuído às mulheres como questão menor, por se entender que se tratava de algo natural, biológico (como a maternidade, o cuidado da família, do lar, dos afazeres domésticos) se transformam, ironicamente, em algo de grande valor, satirizando, de maneira paródica, os homens, porque esses desprezaram uma fonte de riqueza que, agora, invertidamente ou paralelamente, caminha no horizonte da política de Fátuas.

As razões que justificam as reformas governamentais propostas pelas mulheres estão na maneira como as forças econômicas e sociais anteriores a elas organizaram sua vida. Então, propõem mudanças no sistema democrático, modificando a constituição, os métodos educacionais e os centros de trabalho, procurando, de alguma forma, catalisar mudanças no modo de administrar a sociedade, criando um país regido e cuidado, afetivamente, por pessoas que entendem as qualidades da maternidade e exercendo conjuntamente o cuidado e o contato com os “filhos” de Fátuas. As reformas propostas por Viviana buscam por mudanças significativas na mentalidade dos homens – que não entenderam, de imediato, o decreto presidencial que excluía todo sujeito masculino dos serviços públicos – são estratégias com vistas à produção de uma utopia do felicismo, regida pelo Estado Ginocrático (Governo de Mulheres), para promover mudanças de pensamento, atitudes e, conseqüentemente, de paradigma. Abaixo, é transcrito o “material histórico” do Programa de governo que *Viviana* enviava por e-mail para suas companheiras de partido (Martina, Rebeca, Eva e Ifigênia):

(materiais históricos)

**Assunto:** Programa

**De:** Viviana

**Para:** [mm@sonajero.com](mailto:mm@sonajero.com), [rebecadelosrios@celulares.com](mailto:rebecadelosrios@celulares.com), [eva@ss.com](mailto:eva@ss.com), [portaifi@gg.com](mailto:portaifi@gg.com)

Se quisermos que nos levem a sério em meio a tantas brincadeiras e gracejos, que concordamos que seria nossa marca, temos que apresentar uma proposta original, o que não deixa de ser difícil (por alguma razão, todos os programas são parecidos). Acho que devemos dar forma ao que apresentamos no manifesto, isto é, definir até para onde for possível o que entendemos por felicidade e felicismo.

Para a introdução do programa, algo como:

**Definimos**

**a felicidade como um estado em que as necessidades essenciais sejam satisfeitas e em que o homem e a mulher, plenamente livres, possam escolher e ter a**

**oportunidade de utilizar ao máximo suas capacidades inatas e adquiridas, em benefício próprio e da sociedade.**

A proposta do PEE não é um resumo de planos econômicos nem uma lista de promessas, como a que costumam apresentar os partidos políticos, que durante anos nos ofereceram isso tudo e mais um pouco para depois fracassarem. Nossa proposta é uma reforma integral para mudar a maneira como as forças econômicas e sociais anteriores à nossa época organizaram nossa vida.

A proposta do PEE tem seus aspectos fundamentais:

- a. Reformar o sistema democrático (proposta de Martina)
- b. Reformar o mundo do trabalho para acabar com a divisão família-trabalho.
- c. Reformar o sistema educativo.
- d. Estabelecer um sistema de prestação de contas que garanta transparência na administração do capital das finanças públicas.
- e. Concentrar a produtividade do país na obtenção de autossuficiência alimentar e energética e na produção de dois produtos básicos de exportação: flores e oxigênio.
- f. Mudar o conceito e o sistema tributário para que correspondam à ideia de responsabilidade que cada cidadão tem para com seu país e seus concidadãos.

A questão do mundo do trabalho, como vocês sabem, é uma obsessão minha. Creio que não existirá igualdade entre homens e mulheres enquanto não mudar o modelo de organização do trabalho, que pressupõe a separação do trabalhador de seu lar e, portanto, a existência de uma pessoa que cuide dos filhos e da casa (responsabilidade que tradicionalmente foi assumida pela mulher). **Como cuidar dos filhos e do lar sem que isso signifique desvantagens e a interrupção ou fim da vida profissional da mulher é o desafio ainda não resolvido da sociedade moderna.**

Até agora as mulheres ingressaram em grande número nas universidades, mas a vida profissional, quando existem filhos, introduz uma enormidade de obrigações adicionais que as sobrecarregam de responsabilidade e prejudicam sua eficiência em ambas as áreas. **Não é de surpreender que, ao ter a possibilidade, optem por permanecer em casa. Isso significa que passam a ser economicamente dependentes de quem provê o sustento da família e, portanto, são vulneráveis ao abandono e à violência e perdem a autonomia e a possibilidade de autorrealização em um terreno distinto da maternidade.**

**É preciso separar a associação automática mulher-maternidade e converter esse ofício num trabalho neutro, numa função social genérica.**

**Fazer isso é questão de poder. Quem tem o poder estabelece as regras do jogo, cria as razões que justificam determinado modo de organização.**

Lembre-se do que precisamos:

1. A ideia para uma bandeira ou emblema (se alguém puder fazer um desenhinho, melhor).
2. Um slogan.

É mais ou menos isso, borboletas.

Beijos,  
Viviana.  
(BELLI, 2011, p. 105-106)

Um programa de governo é um texto cujo gênero exige a exposição de ideias principais que comporão as propostas de candidatos/as a cargos executivos, politicamente falando, a

exemplo, no Brasil, dos cargos de presidente, governador e prefeito. Trata-se de um modo de cooptar eleitoras/es ou filiadas/os a partidos, investindo-se em uma linguagem direta, clara, concisa, capaz de efetivar o efeito do programa que se quer. Nesse sentido, Viviana Sansón cumpre essa *praxe* política, quando exhibe, em seu Programa de governo, os seis eixos centrais, nos quais procura ancorar toda a sua gestão, conforme visto em parágrafos anteriores. Os desdobramentos dos seis eixos ou ideias centrais vão sendo diluídos em outras ideias apontadas de forma mais enfática, mais desenvolvida, dando ao cidadão e eleitor a oportunidade de refletir, comparar e construir para si uma consciência de mudança. O objetivo do Programa de governo é esse: convencer para conseguir a adesão.

Nesse sentido, explicitando-se a base feminista em que se assentam as ideias do referido Programa, é possível afirmar que uma diretriz que perpassa todo o romance é a questão da maternidade e seus correlatos, a saber, as atividades domésticas, os cuidados com a educação que sempre foram restritas às mulheres, nas sociedades machistas, e o ficar em casa para melhor assistir à prole. Nisso, as questões pessoais são invisibilizadas, no mais das vezes, sequestradas das mulheres. Daí a necessidade de organizar um programa de governo que tenha a força de implantar outra realidade, a partir de uma mentalidade mais aberta, mais democrática, mais livre das amarras patriarcais, sexistas. Isso porque, de acordo com o programa exibido: “como cuidar dos filhos e do lar sem que isso signifique desvantagens e a interrupção ou o fim da vida profissional da mulher é o desafio ainda não resolvido das sociedades modernas”.

Inevitável para um grupo de mulheres, envolvidas politicamente com questões sociais e se lançando como protagonistas na esfera política, lideradas por uma mulher, não pensar em uma gestão política pública que traga à tona modos de resolver problemas de gênero, antigos e arcaicos, que continuam favorecendo o lado masculino, em detrimento das suas ações, desejos, ideias e aspirações. É verdade que a maternidade não é empecilho, nem elas, como feministas, procuram abdicar dessa questão “natural”; pelo contrário, se a maternidade fez e faz parte da “essência” de muitas delas, essas querem manter esse desejo, mas sem ter que ficar em casa cuidando, sozinhas, dos filhos, educando-os, sendo impedidas de estudar, trabalhar ou viajar, em nome da maternidade que pode ser compartilhada com os homens na mesma proporção. Os afazeres domésticos, neste sentido, também fazem parte do “combo” maternidade, então, o Programa de governo desse grupo prevê uma reversão consciente da maternidade e seus protocolos serem vividos unicamente pelas mulheres, mas em comunhão, em acordo e diálogo com os homens.

Quando acontece de as mulheres viverem, sob comandos masculinos e sexistas, sua vida profissional aliada à maternidade fica prejudicada, porque se tornam, dessa forma, sujeitos

vulneráveis, não conseguindo dar conta de modo eficiente e eficaz em ambas as áreas: maternal e profissional. Quando isso passa a ocorrer de modo “irracional”, optam pelo caminho mais lógico, mais natural, mais afetivo: permanecerem em casa. Esse ato, em si, lhes constitui sujeitos alvos para a submissão aos homens, “porque passam a ser economicamente dependentes [...] vulneráveis ao abandono e à violência e perdem a autonomia e a possibilidade de se autorrealizarem em terreno distinto da maternidade”.

Na visão de Viviana Sansón, esse é o grande problema a ser dirimido na sua gestão de Fátuas, com o apoio das mulheres e dos homens convencidos de sua proposta mantida no Programa de governo. A sua ideia, em sua visão feminista de sociedade, é a de que há uma urgente necessidade de “separar a associação automática mulher-maternidade [...] fazer isso é questão de poder. Quem tem poder estabelece as regras do jogo”. Logo, alcançar a presidência de Fátuas é o grande passo para a implementação da utopia do felicismo, a fim de garantir condições de vida dignas, politicamente falando, para todos os gêneros. Observemos que a urgência em reverter quadros seculares de dominação das mulheres não é questão de brincadeira, como, parodicamente, poder-se-ia pensar, por conta do riso. O riso e a ironia, neste sentido, se desdobram em questões políticas usadas para refletir sobre a seriedade de uma sociedade, quando ela é dominada por homens machistas e sexistas. A reversão e inversão dos fatos promove uma conscientização pelo riso, sim; pelo inesperado; pelo imprevisível. Mas trata-se de um imprevisível político e ideológico.

A lógica do felicismo só pode ser garantida, quando as mulheres puderem se construir como sujeito profissional, sujeito do seu corpo e sujeito natural – entendo sujeito natural como sendo um modo da mulher se ver não apenas como construtora cultural de si, mas também como tendo consciência crítica de que é um artfato biológico e natural e que a partir dele muita coisa pode ser (re)significada, assim como também muita coisa precisa ser mantida dentro desse modo de sentir. A importância dada ao trabalho (e aos estudos) fora de casa se dá em razão de séculos de manutenção e aprisionamento das mulheres nos ambientes domésticos, interditas de transitar pelas vias públicas, até porque o cuidado dos afazeres domésticos lhes custava todo o tempo do dia. O conto “Amor”, de Clarice Lispector, inscrito no volume *Laços de família* (1998), é peça perfeita para ilustrar a situação de aprisionamento de mulheres em espaços domésticos, porque regidas por normas machistas, patriarcais e sexistas, são incumbidas dos afazeres domésticos e educação dos filhos, desviando-se de quaisquer ordens de desejos e ações individuais, promovendo, assim, o poder masculino tanto nos espaços públicos quanto privado.

O rompimento dessa ordem garante uma reordenação de homens e mulheres nos campos afetivo, privado e público. A ideia de Viviana é manter a maternidade para as mulheres que

desejam constituir famílias, mas oportunizando-lhes, também, a autonomia financeira, o trabalho fora de casa, a independência econômica e intelectual, dividindo com os homens os trabalhos domésticos, o cuidado dos filhos e dos outros da sociedade. É assim que o Programa de governo dessa protagonista se efetiva enquanto utopia de felicidade coletiva. Observe-se que todos os documentos históricos (materiais históricos) convergem para uma organização social que empodera as mulheres num governo feminista e, a nosso ver, também socialista, esperancista, utópico.

À medida que vamos avançando na análise dos materiais históricos que compõem o enredo da narrativa *O país das mulheres*, é possível verificar que a hipótese inicial de leitura vai sendo confirmada, paulatinamente, a partir de cada elemento discutido. Os documentos históricos trazidos à baila vão se somando em conteúdo, para construir um panorama do plano de governo de Viviana Sansón, protagonista do romance em tela. O modo como a utopia do felicismo surge no romance é a partir da soma das partes, não apenas dos documentos inseridos ao longo da narrativa, mas também da performance social das personagens que se deixam convencer pelas ideias da protagonista. Assim, o leitor percebe a coesão interna da ideologia defendida pela presidenta de Fátuas, porque visualiza não apenas a pessoa (protagonista), mas sua voz (em palanques), sua imagem (no cotidiano, nas mídias), suas ideias (não apenas pela voz, mas, e principalmente, pelo material escrito e distribuído entre os eleitores). Constrói-se, dessa forma, uma propaganda política que atinge multidões, todo o coletivo de Fátuas que almeja à felicidade, apropriando-se da lógica linguística e midiática do quarto poder nela focalizado, para poder obter êxito na caminhada rumo ao cargo do poder executivo de Fátuas.

#### **4.4 Leitura dos documentos sobre as reformas educacionais: a educação como princípio basilar para a criação de uma consciência político-crítica**

Geralmente, na política, quando um governante assume o poder no lugar de seu antecessor, é possível que já tenha sido cogitado nas bases de sustentação de sua carta programa ou proposta de governo (amplamente divulgada pela propaganda de suas ideias) alterações e/ou mudanças em várias áreas ou setores da sociedade. Na educação, por exemplo, assim como na área da segurança, vê-se, nas culturas em geral, uma preocupação em atender aos princípios da formação de sujeitos pela educação formal e a segurança dos membros de uma coletividade. A saúde também é tema bastante cogitado para sofrer alterações, porque esse setor trata das primeiras necessidades do sujeito, já engajado em uma economia ativa. A área da educação termina sendo a mais substancial, do ponto de vista político e econômico, porque a base de



sustentação de uma sociedade que quer progredir se encontra no modo como a instrução, a formação e a informação de seus componentes é trabalhada informal (educação doméstica) e formalmente (educação escolarizada). Daí se falar tanto em investimentos nesta área, para que a utopia da esperança (na perspectiva de Paulo Freire, por exemplo) alcance destaque rapidamente, como é comum aparecer nas narrativas literárias utópicas feministas.

Propor mudanças equivale, muitas vezes, a apenas mascarar alterações. No caso do Brasil, nos governos locais, geralmente, as mudanças educacionais se efetivam a partir de uma reorganização do setor para que esse, na gestão vigente, adquira a feição do governante atual. Quando se trata de reforma, o teor semântico muda, porque exige um aprofundamento da ideia e uma “mexida” brusca nas bases de sustentação do sistema educacional do qual se fala, no caso, Fátuas. Assim, reformar significa construir outra base a partir da que já está em curso, de modo a serem superadas as lacunas em vigor e proporcionar-se uma ampla melhoria no(s) setor(es) específico(s) que se quer reformar. Leiamos o documento sobre a Reforma Educacional de Fátuas, uma das bases de sustentação do governo utópico e esperancista de Viviana Sansón:

(Materiais históricos)

### **Reformas educacionais**

Esta reforma educacional baseia-se nas pesquisas que indicam que meninos e meninas desenvolvem suas habilidades, preferências e curiosidade de maneira mais saudável e produtiva se, durante os primeiros anos de vida, recebem uma instrução aberta que lhes permita se auto educar de acordo com suas predileções. Sobre a base de um espírito aberto, meninos e meninas aprendem o que lhes parece útil para sua felicidade e seus talentos inatos. Sobre essa base, a escola secundária, a partir dos doze anos, finaliza a parte formal de sua educação, sem as resistências e frustrações comuns quando se impõe a rigidez de uma tarefa acadêmica na mais tenra idade.

1. Dos cinco aos doze anos, os meninos e as meninas frequentarão as Escolas Livres, que serão criadas nos bairros de acordo com o número de habitantes. Nessas escolas, uma vez finalizada a primeira etapa de aprendizagem de leitura e escrita, será oferecido aos alunos um “menu de aprendizagem” nas áreas de literatura, ciências, matemáticas e ofícios diversos. O menino ou a menina terá liberdade de escolher durante o dia a matéria à qual dedicará seu tempo num sistema de aula aberta, onde haverá um ou dois professores supervisores para orientar e ajudar meninos e meninas ou grupos deles a levar a cabo a atividade que queiram realizar: ler, usar o computador para acessar programas educativos de sua preferência, realizar trabalhos manuais ou assistir a programas educativos. Os menores frequentarão a escola das oito da manhã às cinco da tarde, mas poderão, se a mãe, o pai ou o responsável solicitar, voltar para casa ao meio-dia.
2. Ao completar doze anos, os menores passarão às Escolas de Educação Formal para completar sua educação por meio de um currículo regular, que consiste em: conhecimento do idioma, literatura, história, ciências, matemática, geografia, educação cívica e maternidade. Essas aulas serão ministradas em salas fechadas, de acordo com o sistema educacional tradicional e dentro do programa estabelecido pelo Ministério da Educação (BELLI, 2011, p. 136).

Em Fátuas, a educação é considerada um pilar fundamental para a transformação de seu povo. A mentora principal da reforma foi a personagem Martina que, juntamente com Viviana, elaboraram um modelo educacional, em que, desde criança, os meninos e as meninas já desenvolvem habilidades para se auto educar, de acordo com as suas próprias predileções; além disso, as escolas são instituições mais livres, criadas nos bairros de acordo com o número de habitantes para atender às demandas locais. Assim sendo, a aprendizagem é apresentada aos estudantes como um “menu” que contém áreas de literatura, ciências, matemáticas e ofícios diversos, propondo que a própria criança, seja menino ou menina, tenha a liberdade de escolher, durante o dia, para qual matéria dedicará maior tempo de estudos; nas salas de aula, os professores orientam e ajudam a entender as atividades escolares.

Para as crianças menores, o Governo Ginocrático propõe também que haja a liberdade de frequentar a escola das oito da manhã às cinco da tarde,<sup>55</sup> mas os pais podem solicitar que eles retornem para casa antes do horário, ou seja, o ideal de uma educação integral não é engessado, mas versátil, de modo que as famílias decidam como melhor serão atendidas na área de educação com seus filhos. Já para as crianças de doze anos, propõe-se que estudem outros idiomas, literatura, história, ciências, matemática, geografia, educação cívica e maternidade. Quanto ao último item, destacamos o seguinte fragmento:

Cada criança era um mundo e talvez por isso a ministra tivesse razão. Ele sempre achou que as crianças passavam tempo demais na escola, quando em casa havia tantas necessidades. Agora só iam ao colégio formalmente dos doze aos dezoito, e era obrigatório enviá-las. Além das disciplinas como gramática e ciências, tinham aulas de ‘maternidade’, fossem homens ou mulheres (BELLI, 2011, p. 49).

A proposta utópica, portanto, é uma educação à serviço da liberdade, a fim de impulsionar uma transformação e uma construção de homens e mulheres numa posição de igualdade, pois as aulas de ‘maternidade’ seriam ministradas para meninos e meninas e todos e todas valorizariam e cuidariam solidariamente uns dos outros. Isso pode ser considerado, na visão conservadora dos que perderam os cargos de poder com a eleição popular, de Viviana Sansón, por meio do voto, como uma ironia. Ora, aquilo que sempre fora desprezado e inferiorizado pelos que ocuparam os cargos de poder passa a ser norma, constatando-se uma grande ironia política pela inversão de papéis e funções na base dialogal.

---

<sup>55</sup> Esse tipo de educação, em muitas sociedades como a brasileira, se chama de Educação em Tempo Integral. Como o objetivo maior é promover uma educação integral para os componentes da comunidade, a alternativa encontrada pelo PEE foi a escola em tempo integral.

Percebemos, então, que a *utopia do felicismo* no estado ginocrático procurou, através do protagonismo dos valores da feminilidade, mudar o modo como se geria uma sociedade pautada em valores opostos, salientando-se a positividade dos elementos, tradicionalmente, tido como femininos na sociedade, orientando e educando, homens e mulheres, numa base ideológica, em que a igualdade de direitos e o respeito ao outro, independentemente do gênero da pessoa, são os sustentadores ideais dessa sociedade que passa a ser vivida em favor de um coletivo, não de grupos hegemônicos de poder. Esse tipo de educação só é possível de ser sustentado, quando implantado e levado a cabo por pessoas compromissadas, desde a base com o futuro do coletivo. Quando todos estão irmanados numa utopia esperancista, esse projeto de governo é possível, plausível.

A reforma educacional pretendida parte de uma base bastante democrática e preocupada com o bem-estar do outro de forma fundamentada – “Esta reforma educacional baseia-se nas *pesquisas*” –, ou seja, não se trata de um simples querer ou vontade da governante ou do grupo gestor do PEE, mas a base em que se constrói a reforma da educação advém da ciência, de pesquisas realizadas que apontam modos diferenciados e melhores de tratar a educação infantil e a de jovens. Nesse sentido, a reforma procura pôr em prática ideias, porque as pesquisas “indicam que meninos e meninas desenvolvem suas habilidades, preferências e curiosidades, de maneira mais saudável e produtiva, se, durante os primeiros anos de vida, recebem uma educação aberta que lhes permita se auto educar de acordo com as suas predileções”.

O investimento dado à educação inicial é um forte argumento a favor da reforma, porque essa vislumbra, para garantir, um futuro mais promissor, do ponto de vista produtivo, coerente com as ideias de sujeitos conscientes e felizes. Veja-se que, diferentemente do que outros modelos educacionais propõem – a formação de uma consciência crítica, de um sujeito atuante –, o modelo de educação visualizado pelo corpo gestor de Viviana Sansón, prevê, além desse elemento, o caminho da felicidade individual por meio da liberdade de escolha dada, pela equalização das atividades entre os gêneros, sem distinção, sem preconceito, sem um gênero se sobrepor ao outro. Ao extirpar dos discursos de controle a separação sexista amplamente difundida entre as sociedades conservadoras e machistas, elabora-se uma outra visão de mundo pautada na esperança que a população tanto precisa para vislumbrar novos amanheceres.

Nesse sentido, os pontos da reforma assemelham-se aos ideais básicos da Escola Nova (NOGUEIRA, 1986), propostos pelo suíço Adolphe Ferrière e costurados a partir de modos de perceber o outro e a prática pedagógica. Desse modo, a Escola Nova defendia que todos os sujeitos deveriam receber um mesmo tipo de educação, universal, sem distinção de classe. A ideia utópica, mas que funcionou durante certo tempo (no Brasil, foi na década de 1920 que o

escolanovismo passa a ser implantado nas escolas), era forte defensora da gratuidade escolar e propunha a criação de igualdade de oportunidades para todos, formando cidadãos livres e conscientes para ingressar no sistema do Estado em que se encontrava. Ao propor a oportunidade de igualdade, o feminismo utópico busca sarar as feridas causadas pela educação androcêntrica, que oportunizava progresso unicamente aos homens (brancos, estudados, de estratos sociais elitistas, cristãos).

Assim, entendemos, a partir da análise feita ao discurso que subjaz ao “material histórico” Reformas Educacionais, que a infância é uma fase do sujeito humano priorizada pelo governo ginocrático, favorecendo a construção consciente de escolhas, a liberdade de se exprimir, de se relacionar, de estabelecer comparações e fazer escolhas, tendência negada pela escola tradicional, que tolhe a criatividade, em razão dos programas educacionais rígidos e engessados dados a todos de forma linear, como se todos tivessem a mesma tendência, aprendessem da mesma forma e no mesmo tempo. A reforma, então, por esse ponto de vista, procura formar a criança sem a “resistência e frustração comum quando se impõe a rigidez de uma tarefa acadêmica na mais tenra idade” (NOGUEIRA, 1986, p. 136).

A reforma proposta está dividida, genericamente, em dois pontos: um, que pensa a educação dos cinco aos doze anos e outro que prevê a educação formal e mais rígida a partir dos doze anos de idade. No primeiro momento, a infância recebe um tratamento diferenciado, mais humanizado, mais libertador, dando ênfase às escolhas individuais, para que as crianças, independente do gênero de cada uma, aprendam o valor da liberdade e consigam construir estratégias para a felicidade, com a ajuda dos mentores que são representantes do Estado. No segundo momento, a educação secundária teria um tratamento mais formal, rígido e tradicional, como se lê no documento: as aulas seriam ministradas “em salas fechadas, de acordo com o sistema educacional tradicional e dentro do programa estabelecido pelo Ministério da Educação” (NOGUEIRA, 1986, p. 136).

Quando analisados esses dois momentos sugeridos pela reforma empreendida, passamos a refletir sobre a utopia centrada nos vários aspectos políticos da proposta do PEE. Trata-se de uma visão um tanto distante dos ideais de sociedade mantidos por políticas não proativas, centradas na manutenção de pessoas sem muito saber e que estejam à disposição do mercado de trabalho, quando esse se abrir para as pessoas que não têm formação especializada. A *utopia do felicismo* educacional em Fátuas contraria a dinâmica existente não apenas no país representado alegoricamente (Nicarágua), mas em quase todos os países da América Latina, consolidados em bases capitalistas e neoliberais ou, em último caso, em países de extrema esquerda (atacados como socialistas pelos governos de direita ou de extrema direita), mas com

forte rejeição internacional, por causa da adoção de políticas ditatoriais, a exemplo da Venezuela (de Hugo Chávez e Nicolás Maduro) e da Bolívia (de Evo Morales).

Daí a necessidade de se atribuir valor a ficções utópicas, como a escrita por Gioconda Belli, porque ela, ao assumir uma postura política em sua literatura, demonstra preocupação com o povo de sua pertença, com as organizações e dinâmicas do mundo, de modo que a felicidade local (Fáguas/Nicarágua) possam estar no centro das especulações ou reflexões. A pedagogia da esperança, a utopia política como ideia que se projeta no presente, na construção histórica de como os eventos se constroem, no momento em que as pessoas vivem a sua existência nas relações com as outras. Essa é a “grande sacada” do romance idealizado para refletir sobre uma proposta política que desmonta as estruturas anteriores e renova o social, a partir de um modelo mais harmonizado com uma visão humanitária.

Tem-se uma narrativa cujo modo de pensar a gestão de uma sociedade é fundada em ideais feministas, principalmente, das feministas que abraçam a causa do cuidado do coletivo, a partir da experiência com o “núcleo familiar”, em que, na visão utópica (muitas vezes correspondente de determinadas realidades de famílias espalhadas pelo mundo), deveria haver o tratamento e a oportunidade igual aos constituintes de famílias. Nesse sentido, a literatura utópica feminista avança no que apontava Funck (1993), ao dizer que a ficção utópica feminista deve superar aquilo que as utopias escritas por homens não conseguiram, para não serem meras reproduções. Ela apontava para a construção de um mundo, em que as mulheres pudessem abraçar causas universais de diálogo e manutenção de sociedades, a partir de laços efetivos entre os gêneros, sem revanchismo, mas com o controle do social no diálogo com os homens. O revanchismo ou vingança dado em *O país das mulheres* funciona como uma ironia ou paródia política, não efetivamente como um ideal de vingança, mas como uma porta de entrada para a discussão de como os valores negativos, mantidos pelo masculino são apropriados, ironicamente, pelo feminino e com os quais elas fazem uma política de levantamento e sustentação de uma sociedade melhor para Fáguas.

#### **4.5 As reformas democráticas como estratégia de manutenção de um sistema eleitoral mais justo em Fáguas**

Nesta seção, serão analisados, nos “materiais históricos”, os elementos correspondentes àquilo que pode ser chamado de reforma eleitoral. O adjetivo democrático surge, porque o caminho mais certo para estabelecer uma gestão com senso de justiça e anticorrupção, na perspectiva feminista de Viviana Sansón, advém do regime político democrático e a

democracia, enquanto “governo do povo”, se torna elegível através do processo democrático de eleição<sup>56</sup> de candidatos, com votos de pessoas conscientes de seu papel no corpo social. Desse modo, procura-se extirpar outras formas de eleição que sejam fundadas em troca de favores, coerção, incoerência de desejo ou ignorância.

As utopias consolidadas nas culturas e a que os estudiosos fazem referência sempre procuraram já deixar estabelecida uma sociedade com suas regras e normas, sem a participação das pessoas envolvidas, sem que a noção de justiça, igualdade, equidade, respeito aos outros fossem uma tônica considerada. O sistema administrativo era o mais visado nas ideologias utópicas da ficção que se debruçou sobre esse modo de discutir e sonhar lugares melhor para as pessoas da época. O que Gioconda Belli propõe nessa narrativa, a partir dessa visão sobre reforma democrática, é amparar as decisões eleitorais para presidente nos desejos e falas de quem está sendo governado. Desse modo, entre uma pessoa “leiga” ou ignorante e uma mais esclarecida, seus votos não poderiam ter o mesmo valor, apesar de aquelas terem o mesmo direito de exercer sua cidadania, isso porque há pessoas mais críticas, mais estudadas, que tendem, *a priori*, a votar mais acertadamente. Vejamos como foram pensados os itens da Reforma Democrática:

(Materiais históricos)

#### **Reformas democráticas**

- 1.** Reformaremos nossa democracia para que se assemelhe mais ao modelo sobre o qual foi criada.  
Em primeiro lugar:
  - a.** Institui-se uma loteria que, com base no censo da população, escolherá cento e cinquenta mil eleitoras (trezentos mil no total), ou seja, dez por cento da população de *Fáguas*. Esses trezentos mil eleitores vão se chamar ELEITORES QUALIFICADOS. Os selecionados terão um período de três meses para apresentar as razões justificadas no caso de não poderem assumir essa responsabilidade, que será obrigatória. Cada um deles vai saber ler e escrever no momento da votação (os que não sabem vão aprender). Os *eleitores qualificados* vão receber aulas especiais de direitos e deveres cidadãos e de funcionamento do Estado, assim como dois seminários anuais sobre os principais problemas do país. O voto dos *eleitores qualificados* valerá por dois nas eleições presidenciais.
  - b.** Nas discussões e aprovações das leis tipo A (que afetam diretamente a vida da população) na Assembleia Nacional, o voto dos *eleitores qualificados* será recolhido eletronicamente. A Assembleia vai levar em conta o resultado, mas poderá não acatá-lo por voto da maioria.
  - c.** Para votar, tanto os *eleitores qualificados* quanto os regulares, maiores de vinte e cinco anos, terão que apresentar o certificado de pagamento ou de isenção de impostos.
  - d.** Poderão votar todos os habitantes que tenham completado dezoito anos.  
(BELLI, 2011, p. 40).

---

<sup>56</sup> O sistema eleitoral é tema recorrente nas narrativas de caráter utópico. Isso pode ser atestado desde a *Utopia* de Thomas More até à “Sereníssima República”, de Machado de Assis, em cujas escritas há questionamentos sobre o investimento de políticas eleitorais para que a sociedade imaginária possa ser entendida em uma perspectiva mais igualitária, com o acesso das pessoas cidadãs à coisa pública pelo voto de cada uma delas.

Apresentada em um único tópico, a reforma pretendida, cujo objetivo maior é reformar a “democracia para que se assemelhe mais ao modelo sobre o qual foi criada” (p. 40), é exibida em 4 pontos que convergem, todos, para um mesmo eixo semântico, focando-se a perspectiva feminista ou a não sobreposição de um gênero a outro, tornando equânime, ao menos em pensamento, a vontade de instituir uma sociedade com essa dinâmica. Desse modo, o primeiro ponto a ser levantado separa, por competência, os eleitores em *qualificados e regulares*. Os primeiros são aqueles que, a partir dos 25 anos de idade, demonstrariam mais maturidade compreensiva sobre o sistema de eleição e a escolha de candidatos/as ao cargo executivo, além de terem somado à questão etária o ideal de pessoas escolarizadas. Todavia, não são todos os com idade a partir de 25 anos e estudados que teriam direito ao voto nessa categoria.

A ideia de um grupo selecionado, escolhido aleatoriamente através de uma loteria, traz benefícios para Fátuas, na visão da protagonista: primeiro, por se tratar de uma escolha aleatória, dar-se-ia o direito igual de concorrência a todos os que preencheriam tal critério; depois, com o/a voto/escolha desse grupo seletivo seriam contabilizados dois votos, ou seja, o voto individual valeria por dois, o país teria chances de uma melhor representação democrática, porque o grupo selecionado equivaleria a dez por cento da população, ou seja, trezentas mil pessoas (em um universo de três milhões de habitantes). Ao dobrar o voto individual, ao fim da eleição, os votos “competentes” equivaleriam a vinte por cento do universo total da população, uma vez que a soma do número de eleitores competentes multiplicado por dois chegaria a seiscentos mil votos (em valor simbólico).

Esse dado se torna impressionante para essa ficção utópica, porque ela procura corrigir atrasos, desigualdades no sistema de escolha de representantes para o maior cargo de gerência do país. O ideal em pauta é construir uma visão mais adequada às políticas de igualdade, propostas pelo grupo feminista liderado por Viviana Sansón. Para além dessa competência eleitoral, o mesmo item prevê uma igualdade de gênero nesse sentido, porque as trezentas mil pessoas escolhidas por um sistema de loteria (aleatório) seriam divididas igualmente entre mulheres (cento e cinquenta mil) e homens (cento e cinquenta mil). Logo, o ideal de equanimidade feminista não é perdido nas ações, ideias e propagandas da protagonista da obra. A todo momento, nas menores ações performadas, a visão feminista se mostra como diferenciadora daquilo que passará a ser em relação ao que é/foi no campo da política, da economia, da saúde, da segurança, da educação e etc.

Esses “eleitores qualificados” têm que saber ler. É óbvio que esse critério simplificado de saber ler pode implicar outro grau de conhecimento, letramento. Da forma como está posto,

a impressão primeira é a de que a pessoa, para cumprir os requisitos para ser eleitor qualificado teria que saber ler “(os que não sabem vão aprender)”. Saber ler pode soar diferente de saber assinar o nome, como durante bom tempo, no Brasil, o sistema eleitoral qualificava a pessoa que sabia ler como aquela que sabia decodificar grafemas e juntá-los para formar seu nome (saber assinar). Contudo, em realidade, tratavam-se de “analfabetos funcionais”, classificação dada pela UNESCO na década de 1930.<sup>57</sup> Observe-se que esses eleitores qualificados receberiam “aulas especiais de direito e deveres cidadãos e de funcionamento do Estado”, como estratégia para um letramento eficaz na hora da escolha do/a candidato/a à presidência do país.

Os eleitores regulares são aqueles em idade de votar, a partir dos dezoito anos e os demais que não foram aleatoriamente selecionados para fazer parte dos eleitores qualificados, ou seja, os que representam noventa por cento da população de Fátuas (noventa por cento não significa que todos os habitantes estariam em idade de votar, porque o percentual de eleitores é considerado em razão da idade e/ou condições de votar). Aos maiores de vinte e cinco anos, conforme o item C da Reforma Democrática, teriam que apresentar “certificado de pagamento ou de isenção de impostos”. Esse elemento é importante em uma eleição, porque corrige certas injustiças que acontecem em muitos processos eleitorais. Quando se pensa que a economia é o setor que move a construção de um país, parece ser incoerente alguém que sonega imposto querer reivindicar para si melhoria no país. Independentemente da classe social, o pagamento ou isenção de imposto é ponto de corte na eleição prevista a partir da Reforma Democrática empreendida. Isso evita vários danos à economia e aos demais setores de governança do país.

Vale observar que, por esses aspectos da reforma proposta, a ironia se faz presente mais uma vez, quando os pontos fortes do sistema corrupto dos homens são desbancados, lançados fora, visivelmente expostos e avaliados negativamente. A ironia soa mais potente, porque a proposta é oriunda do vetor que mais foi prejudicado, secularmente, pelas políticas dos homens: do universo feminino. Tratadas como cidadãos de segunda categoria, minorizadas em seus pensamentos e ações. Colocadas para o exercício de funções subalternas, inferiores, de baixos salários, os homens são obrigados a conviver com essa nova realidade disposta pelo programa de governo das mulheres, sustentada por um forte ideal de igualdade de direitos e de tratamento, o que soa como uma ironia para aqueles que sempre estiveram no poder e obstruíram os caminhos de quem eles tinham como inferiores.

---

<sup>57</sup> Trata-se da pessoa que não consegue compreender textos simples, interpretá-lo, apesar de saber decodificar letras, frases e, muitas vezes, até mesmo enunciados mais extensos, todavia sem a competência para uma leitura de texto/de mundo ampla, crítica, capaz de provocar o outro, a si (MENEZES, 2006, p.01).



Diante do que foi visto nos cinco “Materiais Históricos” que demarcaram o sentido da Utopia em *O país das mulheres*, foi possível visualizar uma ficção que apresenta, nitidamente, a discussão em torno de um governo implantado, exclusivamente, por mulheres, como uma perspectiva estratégica e uma postura de forte mudança frente aos governos autoritários de homens, sustentando uma ideia de que as mulheres podem assumir postos de governo e dirigir países e exercer funções tão bem quanto eles; trata-se também de um modo de dizer que as mulheres não precisam ser excluídas dos lugares de poder, que é possível governar com os gêneros e para os gêneros numa perspectiva dialógica e com a intenção do bem-estar coletivo:

A ideia é mudar a natureza da autoridade [...] não podemos realizar uma coisa dessas se estamos constantemente sendo forçadas a continuar agindo dentro dos mesmos esquemas [...] Um único homem no gabinete muda toda a dinâmica do lugar [...] Estou agindo como mulher, ouvindo uma voz que não vem da razão, mas de uma percepção do todo, do que não sei quem chamou de *inteligência emocional*. Sabe o que vamos ganhar? Confiança em nós mesmas. [...] Essa é a guerra mais difícil para nós mulheres. Desde pequenas nos educam para que duvidemos de nosso critério porque é emocional, sensível, subjetivo, irracional. Quero que as mulheres percebam que são sábias, que podem ser tão sábias para governar um país quanto são para administrar a casa (BELLI, 2011, p. 138-139).

Assim, o princípio ginocrático acontece em *O país das mulheres* como uma utopia entre os limites, tanto da postura essencialista conforme dito acima, quanto de posturas antiessencialistas, de que a mulher é produzida num espectro de discursos socialmente montados, como natural a um efeito social, pondo novamente o termo ‘mulher’ como reessencializada e, então, se aproximando do pensamento de Fuss (2017), por trazer esta discussão nos círculos feministas, mesmo correndo o ‘risco’ da essência tão difundida pelos homens, para manter as mulheres em posições de menor ou nenhum prestígio social, e tão negado por grupos de feministas que não querem ser entendidas numa lógica que as mantém num eterno ciclo biológico e, muitas vezes, determinista.

A transgressão sugere que ‘mulher’ seja um espaço social que pode ser preenchido por qualquer sujeito sexuado. [...] contudo, devido ao fato de Derrida nunca especificar por qual mulher ele fala (uma mulher burguesa francesa, uma mulher lésbica anglo-americana, etc.), a estratégia de falar como mulher torna-se simultaneamente reessencializante. O risco está na difícil negociação entre estes efeitos aparentemente contraditórios. [...] a estratégia construcionista de se especificar mais precisamente essas subcategorias de ‘mulher’ não necessariamente impede o essencialismo. Ao mesmo tempo em que as expressões ‘mulher burguesa francesa’ ou ‘mulher lésbica anglo-americana’ crucialmente enfatizam, por sua própria especificidade, que ‘mulher’ não é absolutamente uma categoria monolítica, por outro lado, elas reinscrevem uma lógica essencialista precisamente em se tratando de historicismo (FUSS, 2017, p.392).

Ao abordar a *utopia do felicismo*, as mulheres, em Gioconda Belli, decidem colocar a esperança em uma sociedade utópica, mesmo que se corra o ‘risco’ comentado por Fuss (2017). O que se coloca em questão é que elas reinscrevem essa lógica essencialista, numa postura utópica transformadora, como possibilidades latentes de mulheres em permanente questionamento, sempre críticas perante a cultura e a ordem hegemônica, a qual era representada pelo governo secular dos homens. Trata-se de um modo de se ver, não negando questões de mulheres inscritas naturalmente em seus corpos, mas negociadas, cultural e socialmente, também em seus corpos, como a maternidade. Essa questão essencialista não poderia ser impeditiva para o assumir cargo público, porque a gestação e cuidado de filhos não é para tornar a mulher menos eficiente, menos inteligente, menos sociável e competitiva.

A utopia do felicismo – que engloba a mulher de forma ampla, envolvendo corpo, desejo, natureza e utopia – é posta em prática a cada decisão apontada por Viviana Sansón, escolhendo somente mulheres para comandar o país, desde a Câmara, e modificando toda uma estrutura política hegemônica para uma política, na qual as mulheres assumem pastas ministeriais, põe em prática os sonhos mais impossíveis para a estrutura patriarcal, como “água grátis”, a fim de que os bairros estejam sempre limpos e as crianças também; curso de maternidade para homens e mulheres; alfabetização obrigatória para as mulheres analfabetas do campo e da cidade e seminários sobre ‘respeito e poder’ para as vítimas de violência doméstica. Lembremo-nos que cada ação política dessa envolve um plano de governo coerente em suas várias instâncias e que dão sustentação à performance da protagonista.

Percebemos a instalação de uma utopia como processo transformador em si mesmo para a própria crítica literária feminista. Ao analisar-se as ficções literárias, busca-se, a partir do pensamento político normativo, a crítica para tal, o questionamento e a reflexão como propostas processuais. Como apontam as autoras citadas, a escrita utópica nasce do desejo de mulheres que estão inconformadas com as políticas, ainda de base machista e masculinista, ordenando as sociedades, de forma a negar direitos não apenas às mulheres, por questões sexistas ou de gênero, mas também negando o direito e acesso de homens e mulheres não heterossexuais aos lugares de poder, bem como as pessoas de cor, de origem não aristocrática ou elitista etc.

se a Utopia é entendida como a expressão do desejo de uma forma melhor de viver, então em uma ou outra maneira ela (a Utopia) está presente, senão em todas, na maioria das culturas. Traçar seu padrão é uma parte adequada da antropologia cultural, a sociologia da cultura, crítica literária, a história das ideias e de movimentos sociais. Se a Utopia é entendida como um modelo parcial ou completo de uma sociedade alternativa, ela tem um papel, como um dispositivo heurístico (ou seja, criativo, imaginativo) no pensamento político normativo (LEVITAS;SARGISSON; 2003, p. 13 e 14).

De acordo com o pensamento transcrito, *O país das mulheres* é considerado uma ficção interessada em uma manifestação utópica, porque ela constitui um recurso para pensar sobre alternativas reais para o presente: “já estamos cansadas de pagar o pato por tantos governos ineptos, corruptos, manipuladores, baratos, custosos, usurpadores de cargos e sem respeito pela constituição” (BELLI, 2011, p. 89) e, conforme foi visto, as mulheres conseguem chegar ao concreto e viável, através da tomada de poder por elas, agindo em um essencialismo estratégico que visa a uma mudança de paradigma com o poder transformador que molda o agora, diante de um passado impossível de se modificar, perante as forças hegemônicas que oferecerem um certo pessimismo de ação. Contudo, contraditoriamente a esse pessimismo, conforme Bammer (2015):

Quando as necessidades das pessoas são negadas e suas esperanças adiadas porque as condições para o seu cumprimento ainda não existem, as pessoas podem aceitar essas condições ou tentar mudá-las, mas quando as condições mudam, de tal forma que as esperanças e necessidades que antes pareciam impossíveis de cumprir, de repente parecem possíveis, essas esperanças e necessidades podem se tornar uma força que efetua a mudança social. Nesse sentido, ‘O princípio da esperança’ utópico é inerente à dialética materialista da história. É o poder transformador inerente à ideia de que as coisas poderiam ser do jeito que deveriam ser, que o futuro que precisamos é do futuro que estamos moldando poderia ser do jeito que deveriam ser, que o futuro que precisamos é do futuro que estamos moldando agora. Essa crença foi a base histórica dos feminismos sobre os quais escrevo em ‘Visões Parciais’, tornando-as uma das forças mais significativas para a mudança em nosso tempo”<sup>58</sup> (BAMMER, 2015, p.32-33).<sup>59</sup>

O *felicismo* em Fátuas representa a esperança possível mobilizada por energias da crítica, da resistência, do engajamento e da luta. *O país das mulheres*, de Gioconda Belli, insere-se nesta lógica, pois essa ficção oferece a possibilidade de uma crítica literária feminista e uma autorreflexividade sobre a posição dos anseios feministas nascidos no contexto das necessidades dos países pobres, como é o caso de Fátuas, marcado pela miséria e corrupção dos governos anteriores aos das mulheres – uma alusão direta a diversos países, sobretudo

---

<sup>58</sup> Tradução própria.

<sup>59</sup> When people’s needs are denied and their hopes deferred, because the conditions for their fulfillment don’t exist yet, the people can either accept those conditions or try to change them. But when the conditions change, such that hopes and needs that had once seemed impossible to fulfill suddenly appear possible, those hopes and needs can become a force effecting social change. In that sense, the utopian “principle of hope” is inherent in the materialist dialectic of history. It is the transformative power inherent in the idea that things ← xxvii | xxviii → could be the way they should be, that the future we need is the future we are shaping now. This belief was the historical foundation of the feminisms that I write about in *Partial Visions*, making them one of the most significant forces for change in our time. (BAMMER, Angelika. *Partial Visions: Feminism and Utopianism in the 1970s* (Ralahine Utopian Studies Book 16) (pp. 32-33). Peter Lang. Edição do *KINDLE*).

latino-americanos, cujas bases políticas e de poder estão engessadas em discursos e práticas de enfraquecimento e empobrecimento de mulheres e de vários sujeitos que, na visão conservadora que é machista, não interessam aos que se instalaram nos postos de poder e de comando.

Concluimos este capítulo com o pensamento de Bloch (2005), quando afirma que a mudança histórica é impulsionada não só pela luta entre forças conflitantes, mas também por **energias** (grifo nosso), denominadas por ele utópicas. O utópico é sustentado pelo sonho futuro, no sentido de ultrapassar o curso natural dos acontecimentos, em que a esperança é a principal energia e a função utópica é a única transcendente que restou e a única digna de permanecer. Elas residem na imaginação humana e na capacidade das pessoas para a esperança. Neste sentido, o romance *O país das mulheres*, enquanto utopia, produz uma consciência e urgência de se pensar alternativas para mudança histórica e a presença das mulheres como protagonistas desta mudança social, através da feminilidade como força propulsora e possibilidade histórica real, capturada a partir dos feminismos dos anos 70 e 80 e os movimentos, em que se baseavam, sempre com olhar crítico e questionador.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados analisados é possível afirmar que o lugar da utopia em *O país das mulheres* ultrapassa o limite superficial de um possível sentido de revanche e da vingança, pois ela redimensiona a noção de *felicismo*, em favor de todo um coletivo que busca uma reeducação masculina para projetos coletivos e colaborativos nos espaços domésticos, transcendidos para o espaço público. Nesta obra de Belli, o sentido de aprendizagem política é construído através da inversão de papéis e dos poderes relacionados aos gêneros, quando as mulheres tomaram todos os cargos de poder em Fátguas e os homens foram retidos nos espaços domésticos cuidando da casa e da família, enquanto as mulheres ficaram livres para protagonizarem o espaço público sem o “o olhar castrador do homem”.

A utopia feminista, forjada pelas vozes das mulheres do PEE, sobretudo, da presidenta de Fátguas, Viviana Sansón, foi responsável por estabelecer uma coordenação eficiente das relações políticas, estabelecendo um importante passo para a experiência subjetiva entre homens e mulheres na sociedade, criando um espírito crítico de transformação solidária entre eles, através do diálogo entre os gêneros e buscando uma reorganização social capaz de projetar um modo de existência a mais justo.

As mulheres do PEE construíram uma noção de consciência ética, política e crítica sobre a misoginia, há séculos, indiferenciada em Fátguas, gerando novos posicionamentos afirmativos. Esta atitude, na *práxis*, constituiu o papel do feminismo contemporâneo e decolonial na escrita utópica de Belli (2011), pois houve um enfrentamento constante em busca do estabelecimento de diálogos entre os gêneros, construídos, cotidianamente, na política das mulheres do PEE e uma reorganização social, visando projetar um outro modo de existência que fosse mais justo.

Viviana Sansón e suas companheiras de partido discutiram as práticas discursivas que promoveram a desigualdade entre homens e mulheres e sentiram a necessidade, naquele país latino-americano, de construir um ar renovado pela utopia do *felicismo*, a partir da união das mulheres em prol da felicidade e da esperança do seu protagonismo na gerência da sociedade. Neste sentido, o corpo social, por meio da força destas mulheres, alcançou um estágio cada vez mais produtivo entre homens e mulheres com as novas diretrizes políticas, de forma que houve, paulatinamente, a construção de um novo senso de equidade entre homens e mulheres e vice-versa.

A leitura analítica do romance favoreceu a discussão em torno de poéticas de gênero, políticas econômicas, educacionais e uma gestão amparada no aprofundamento de questões e

reflexões sobre as estruturas sociais heteropatriarcais, tendo como eixo as experiências e as discussões dos círculos feministas eurocêntricos e decoloniais, com vistas a apontar o protagonismo das mulheres conscientes e autocríticas, historicamente tangenciadas das estruturas hegemônicas patriarcais, em decorrência do domínio masculino.

A ideia de utopia feminista a que *O país das mulheres* enaltece é a de que as mulheres têm, sim, o poder de atuar, falar, pensar, desenvolver ciência, agir politicamente em uma prática de esperança, capaz de revolucionar desde o espaço doméstico cotidiano aos modos de estar no mundo. Conforme foi visto em Levitas (2013), a utopia na literatura também promove em *O país das mulheres* esse debate sociológico no desenho institucional e a obra traz, em seu bojo, a partir de Viviana Sansón e suas companheiras do PEE essa sociedade alternativa que, paulatinamente, enfraqueceu o modelo hegemônico implantado pelos homens, assim como estabeleceu a reflexividade, a provisoriedade e o engajamento político-democrático feminista, dando voz ao lugar de fala *ladinoamericano*, pois, historicamente, as mulheres deste espaço discursivo foram excluídas e silenciadas, ao quererem, em algum momento de suas vidas, protagonizarem a gerência política de seus países.

O sonho, na *práxis*, conforme visto em Bloch (2005), está presente em *O país das mulheres*, pois é perceptível o desejo de florescimento das ideias feministas, oriundas das lutas decoloniais da transformação política hegemônica do domínio masculino para o espírito de equidade no exercício das mulheres autocríticas e feministas, capazes de integrar família e trabalho numa proposta de “esperança consciente-ciente”. Essa está pautada na mudança de atitudes no cotidiano político, desde o espaço doméstico ao público, na forma de se fazer política, tendo o cuidado, a colaboração, o respeito mútuo, a organização social equitativa entre homens e mulheres conscientes e a transformação em atos colaborativos entre si.

Esta política também é fundamentada em uma pedagogia que se coaduna com o pensamento de Freire (1992), muito forte à época na América Latina. A luta de mulheres autônomas, pobres, de cor, politicamente engajadas e de orientações sexuais diversas vai permitindo paulatinamente essa nova consciência de transformação das mentes, desde as classes populares, passando pelo desenvolvimento de uma cultura de consciência contra qualquer forma de sectarismo, utilizando a utopia militante e concreta como forma de enfraquecimento de todo posicionamento de base egocentrista, individualista e patriarcal.

Em *O país das mulheres*, diferentemente do que corre nas utopias clássicas e masculinas, como as de Thomas Morus a Rabelais, não existe abstração, mas uma transcendência e uma força subversiva, evidentes para a transformação da ordem histórico-social do pequeno país latinoamericano chamado Fátuas. Uma nova utopia foi construída a

partir do trabalho doméstico e da força transformadora na consciência das pessoas, promovendo outras possibilidades e renovações do pensamento, a partir do “olhar protagonista da mulher” que não se limita a simples reprodução do sexismo biológico nem à glorificação do papel reprodutivo da mulher, mas transcende a toda uma força da mulher que não nega a feminilidade tradicional, nem a maternidade, cultua o cuidado e o contato na cultura política de *Fáguas*.

Assim como em *A cidade das damas*, da autora francesa Christine de Pizan, *O país das mulheres* segue a postura pelo desejo utópico concreto, por uma sociedade equitativa a partir do protagonismo feminino, assim como da esperança, da reconstrução da sociedade e da ruptura ou enfraquecimento do heteropatriarcado, construindo a possibilidade concreta de transformação social, política, cultural, ambiental, econômica, entre outras, propondo melhorias nas condições de vida

Assim sendo, foi possível comprovar a tese de que, no governo de Viviana Sansón e suas companheiras do PEE, os valores da feminilidade tradicional (maternidade, cuidado e contato), cultivados no espaço doméstico, foram transcendidos para a esfera pública, com a intenção de enfraquecer o domínio masculino, trazendo à tona o protagonismo da mulher na gestão pública e a utopia feminista decolonial juntamente com os elementos da esperança, do lugar de fala e da subalternidade para o rompimento com a colonialidade, apontando caminhos possíveis que as mulheres conscientes e autocríticas de *Fáguas* encontraram para enfraquecer o patriarcado.

Considero que esta utopia foi uma resposta à ditadura centenária de homens patriarcais neste país e que a chamada *utopia do felicismo*, criada por este movimento de mulheres, apesar de produzir temporariamente um estado desagradável ou “distópico” para os homens, por retirá-los do serviço estatal e público, criou condições para que eles adquirissem o senso de alteridade e empatia com relação às situações de desigualdades, pelas quais as mulheres, durante muito tempo, passaram na sociedade patriarcal.

Logo, o lugar da utopia em *O país das mulheres* é aquele em que se garante o protagonismo da mulher que não teme a luta e não é impossibilitada de governar. A exclusão dos homens nos serviços públicos e o seu encaminhamento para o serviço doméstico remunerado e temporário, garantiu avanços para a possibilidade de reconhecimento do governo das mulheres na sociedade de *Fáguas*. Lugar esse de que a mulher caribenha e *ladinoamericana*, secularmente, foi deslegitimada, desde a colonização, mas, agora, experienciado pelas ideias do feminismo decolonial, pelo lugar de fala e da subalternidade, elas alcançam respeito e reconhecimento, autênticas em sua feminilidade, em sua biologia e em sua liberdade de ir e vir

sem o “olhar do homem” castrando-a, impedindo-a ou desdenhando do potencial da feminilidade.

Ao longo de todas as mudanças propostas por Viviana Sansón e suas companheiras de partido, os homens passaram a refletir sobre a necessidade de equidade diante das atividades cotidianas, pois houve uma educação na prática, considerando as atitudes da ministra das Liberdades Irrestritas, Martina Melendéz, quando introduziu uma educação para as crianças de Fáguas pautada pelo olhar da vivência das mulheres, desde as disciplinas escolares e a própria Viviana Sansón, quando fora presidenta ao decretar a exclusão dos homens do serviço doméstico, promovendo uma espécie de dialética da aprendizagem entre os homens e as mulheres cúmplices do patriarcado, assim como de toda a sociedade de Fáguas. Além da proposta do ministério da Economia, que propôs uma atenção especial ao meio ambiente, enfim, a toda uma maneira solidária e cooperativa de estabelecer vínculo entre os gêneros através de medidas políticas que promoveram a reflexão e a transformação.

O sentido sociocultural da utopia suscitado pela obra de Gioconda Belli é construído por meio da esperança, como uma prática pedagógica responsável por gerar consciência e transformação dos sistemas opressores dos governos dos homens, que nunca foram pautados pela consciência equitativa, mas pelo individualismo e egocentrismo. Esse sentido é impulsionado por essa energia utópica do “esperançar” e do “transformar” o homem e a mulher terceiro-mundistas, sexistas, racistas, lgbtquiap+fóbicos para uma outra realidade que traz, positivamente, a maternidade e todos os estereótipos femininos para o mundo político, público e social, administrando e cuidando de um país, de um estado e de uma cidade sem a opressão dos homens patriarcais.

Dessa forma, através da análise dos dados, percebe-se que o ‘risco’ da essência, em *O país das mulheres*, se caracterizou por ser um essencialismo estratégico de luta feminista contemporânea e decolonial. A luta das mulheres autônomas sai do lugar da subalternidade, para ocupar, finalmente, o lugar protagonista sem “o olhar do homem” nem a interferência eurocêntrica ou norte-americana, pois a obra possibilita provocar uma democracia de opiniões, por meio do questionamento e do debate na sociedade, desde o momento mesmo que aos homens é determinado atuarem apenas no espaço doméstico e experienciarem esse espaço, sentindo os ganhos e perdas para suas vidas. No decorrer da obra, é possível ver homens felizes, por estarem neste espaço cuidando dos/as filhos/as, por acompanharem o crescimento desses e ainda sendo remunerados para tal e, por outro lado, se deparam com as dificuldades do fazer cotidiano do espaço doméstico, recheado de atividades repetitivas na culinária, na limpeza, no cuidado com a família, entre outros.



A grande visada da obra é a provocação de que, a partir da experiência do trabalho doméstico remunerado dos homens, eles voltaram os seus olhares e seus corpos para as atividades, historicamente determinadas para as mulheres e, ao se verem “presos” neste lugar, finalmente, conseguiram ter empatia com as lutas dessas mulheres autônomas, por muito tempo silenciadas naquele trabalho repetitivo que não era visível aos olhos da gestão pública heteropatriarcal. Somente ocupando este lugar histórico que a mulher ocupou, foi possível impulsionar o pensamento crítico destes homens sobre a opressão, a qual as mulheres sempre estiveram sujeitas. A obra ativa uma multiplicidade de vozes na prática social, gerando o senso de *cuidadania* e alteridade em todos os/as personagens homens e mulheres que, paulatinamente, se enxergam cuidando da pátria e cultivando a força da feminilidade tradicional de forma afirmativa, produzindo consciência e autonomia em prol da responsabilidade mútua no trabalho, seja ela dentro de casa ou fora, de forma equitativa entre os gêneros, raças, etnias, classes, orientações sexuais, entre outros.

A partir do objetivo proposto em minha leitura, que foi analisar as formas de caracterização da utopia na narrativa em tela, e os seus sentidos semânticos, como o ‘risco’ da essência (FUSS, 2017) e o essencialismo estratégico (SPIVAK, 2017), entendo que tais escolhas na narrativa funcionam como provocações para o enfraquecimento do patriarcado e autorreflexão sobre o feminismo humanista das Primeira e Segunda Onda, pois o governo das mulheres do PEE retomou, estrategicamente, o essencialismo sem estabelecer linhas reacionárias. Foi capaz de dessencializar as visões mais retrógradas relativas ao essencialismo, produziu a possibilidade de reflexão sobre a recusa da essência, assim como aproximou o feminismo construcionista, pensando uma prática política entre o feminino e o masculino, tanto olhando para o passado governamental da opressão heteropatriarcal, como para a construção de um presente pautado numa utopia da *práxis* de “consciência antecipadora” de transformação e esperança possível, conforme visto em Bloch (2005).

Nesse sentido, a *utopia do felicismo* e as propostas da personagem Viviana Sansón e suas cinco companheiras do Partido da Esquerda Erótica – PEE foram fundamentais para a transformação do pensamento dos/as personagens coadjuvantes dentro na narrativa com relação à violência contra a mulher, principalmente no tráfico de meninas; para o exame da corrupção do governo ditatorial dos homens, bem como para a valorização do trabalho doméstico para os homens e sua exclusão temporária da gestão das instituições públicas, obrigando-lhes a atuarem apenas no espaço doméstico, cuidando da casa e da família e para compreender a utopia política de *O país das mulheres*, a partir da linguagem paródica e irônica em diálogo com a imprensa como quarto poder. Tudo isso foi catalisado dentro da obra, de modo a trazer *insights* que

impulsionaram modificações de pensamento, desde a colonização latino-americana, que era algo intocável de questionamento na condição que estava antes do governo de Viviana Sansón e as companheiras do PEE. Com elas, Fáguas ganhou uma nova possibilidade de esperança para o rompimento com a colonialidade, dominação e controle do trabalho e dos corpos.

A obra aponta para um feminismo decolonial que desfaz, através de medidas políticas progressistas, as marcas desse colonialismo, assinalando e provocando, incessantemente, questionamentos de todas as partes da sociedade, modificando posturas e promovendo atitudes de luta e busca por alternativas positivas e inclusivas para o protagonismo da mulher autônoma e autocrítica na gestão pública. A feminilidade, a maternidade, o cuidado e o contato são tidos como formas de romper com o discurso de gênero ocidental, eurocêntrico e imperialista, cuja lógica se amparou na ideologia biológica determinista responsável por afastar a mulher de participar ativamente do protagonismo político de administração pública de um país, de um estado, de uma cidade ou de qualquer atividade central.

Foi possível, portanto, através da análise de *O país das mulheres* pensar o afastamento pleno das mulheres do trabalho doméstico, para colocá-las no espaço público de forma central e diretamente nos postos de poder na gestão pública das instituições, para, desta forma, estabelecer o reconhecimento dos valores tradicionais da mulher dentro e fora de casa, mostrando a solidariedade e a cooperação como atitudes totalmente inovadoras do governo das mulheres.

As noções de utopia observadas na obra analisada possibilitaram o (re)pensar e o questionar das formas de construção de uma equidade de gêneros, a partir de uma sociedade, em que os valores tradicionais da feminilidade foram resgatados e problematizados, mesmo que tenham corrido o “risco da essência” (FUSS, 2017) e que o patriarcado fosse, de fato, enfraquecido dentro da sociedade de Fáguas, por meio do essencialismo estratégico, conforme Spivak (2017) abordou. Os valores da feminilidade, por muito tempo, aprisionados ao espaço doméstico (ato de cuidar e o valor da maternidade no espaço público), foram capazes de desconstruir a luta sexista, por muito tempo, enaltecidas no governo dos homens.

Outra hipótese de leitura que se confirmou na análise foi que a extinção dos homens, por mais desagradável que tenha sido, possibilitou também (re)pensar e questionar os efeitos maléficos do patriarcado, ainda insistentes em sobreviver na sociedade contemporânea. Do mesmo modo, ratificamos que a desconstrução e/ou a desnaturalização do masculino aconteceu na obra de Gioconda Belli, sob a ótica de um feminismo que valorizou as características “essencialistas” e biológicas da mulher, nas qualidades de (maternidade e maternagem) para a esfera pública da sociedade, de forma “temporária”, para, somente assim, ser possível realizar

uma inversão do poder tradicional da masculinidade, que tinha como características a força física, o egocentrismo e o individualismo. Assim, produziram-se reflexões para ambos os sexos da necessidade de mudança de todo um paradigma, há muito tempo imposto pelos homens.

A política ginocrática proposta por Viviana Sansón e suas companheiras do PEE possibilitou, ainda, uma ruptura com o feminismo ocidental, pois promoveu uma maior capacidade de expressão positiva das experiências tradicionalmente ocidentais, tidas como femininas, e rejeitou os valores egocêntricos, individualistas, opressores e violentos das colonizações, criando comportamentos progressistas de reconhecimento da feminilidade como afirmativas dentro da sociedade através de programas educativos, ambientais e econômicos. Esses inspiraram a liberdade e a consciência de homens e mulheres para um pensamento decolonial, amparado pelas experiências nascidas dos povos *ladinoamericanos*.

Por fim, foi observado que o papel da imprensa, enquanto quarto poder, trouxe a linguagem paródica e irônica, de maneira a carnavalizar e ridicularizar o poder, antes ostentado pelos homens, produzindo reflexões sobre a própria imprensa que coloca em posição inferior aqueles que impuseram às mulheres as rédeas do controle e aponta Viviana Sansón como uma mulher crítica, consciente, jornalista e apresentadora de televisão que vence uma eleição democrática e sem corrupção para os homens do comando.

Tanto a paródia como a ironia problematizam os textos e os discursos, de modo que aquela desmonta um texto e constrói novas possibilidades, já essa contradiz uma fala/discurso, promovendo esse movimento de reflexão, transformação e crítica. Como foi visto, a estória narrada subverte as relações sociais construídas em Fáguas, contradiz o Estado anterior, subverte as práticas sociais, parodia o governo dos homens, ironicamente, a partir das ações e desejos utópicos de Viviana Sansón num processo de reflexão política que ridiculariza os homens e instaura uma outra ordem, em que o protagonismo da mulher tem espaço nos jornais reconhecidamente importantes, como o *La Prensa* e o *New York Times*, só para citar alguns exemplos.

O teor político da paródia é potencializado com a ironia ridicularizadora no romance, tanto para os cidadãos de Fáguas como para os/as leitores/as de *O país das mulheres*. Esse jogo linguístico é uma das estratégias que a autora Gioconda Belli cria na narrativa para produzir essa discussão política crítica e irônica, de maneira a dialogar com as visões teóricas na contemporaneidade, especialmente na literatura escrita por mulheres, que têm esse viés crítico, questionador e propulsor de mudanças.

Assim, *O país das mulheres* pode ser apontado como um romance de importância ímpar para a literatura de mulheres latinoamericanas ou *ladinoamericanas* pois traz em seu bojo todo

esse caráter propulsor de crítica social, questionamento e discussão na sociedade atual. A escrita de Belli, nesta obra em particular, pontua muitos aspectos fundamentais, para se pensar alternativas de mudança histórica e a necessidade de colocar a presença das mulheres como protagonistas desta mudança social, sem deixar de valorizar a feminilidade como força afirmativa, sempre com olhar crítico e questionador.

## REFERÊNCIAS:

- ALMEIDA, Pedro Caio de Sousa; SILVA, Antonio de Pádua Dias da. O significado da distopia em Não verás país nenhum: uma reflexão sobre literatura e política. **Leitura**, n. 68, p. 281-296, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/10486/8395>. Acesso em 03 de agosto de 2021.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- ARAGÃO, Maria Lúcia. A paródia em “A força do destino”. **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 62, p. 18-28, 1980. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2009v14n2p24>. Acesso em 10 de julho de 2022.
- ARONOVICH, Lola. Prefácio. *In.*: LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: História da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.
- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo/Brasília, Hucitec, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e Estética: A teoria do romance**. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini et. al. 5. ed. São Paulo, Hucitec, 2010.
- BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BAMMER, Angelika. **Partial Visions: Feminism and Utopianism in the 1970's**. Florida, USA: Ralahine Classic, 2015.
- BARRY, Kathleen. **The prostitution of sexuality**. New York: New York University Press, 1995.
- BARBOSA, Aelton Leonardo Santos. **O governo dos homens na contemporaneidade**: laicização do poder e subjetivação massificante. 2012. Dissertação (em Filosofia), Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2012.
- BARBOSA, Márcia Helena Saldanha. A paródia no pensamento de Mikhail Bakhtin. **Revista VIDYA**, n. 35, v. 19, p. 55-62, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/VIDYA/article/view/503>. Acesso em 05 de fevereiro de 2022.
- BELLI, Gioconda. **O país das mulheres**. Tradução de Ana Resende. Campinas, SP: Verus, 2011.
- BELLI, Gioconda. **O país sob minha pele**: memórias de amor e guerra. Tradução de Ana Carla Lacerda. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

BELLI, Gioconda. **O olho da mulher**. Tradução de Sílvio Diogo. Diamantina/MG: Arte Desemboque, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

VERBETE SIMONE DE BEAUVOIR. Disponível em ([www.britannica.com/biography/Simone-de-Beauvoir](http://www.britannica.com/biography/Simone-de-Beauvoir)), acesso em 19/11/2022.

BERMAN, Marshal. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Tradução de Carlos Fielipe Moisés e Ana Maria Ioriati. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERGSON, Henri. **Ensaio sobre a significação do cômico**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. 2. edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

BERRINI, Beatriz. **Utopia, utopias: visitando poemas de Gonçalves Dias e Manuel Bandeira**. São Paulo: EDUC, 1997.

BLOCH, Ernest. **O princípio da esperança**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Verus, 2005.

BONNICI, Thomas. **Teoria e crítica literária feminista: conceitos e tendências**. Maringá: EdUEM, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAITH, Beth. **Ironia em perspectiva polifônica**. Campinas: Unicamp, 1996.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

CARDENAL, Ernesto. Disponível em ([www.en.wikipedia.org/wiki/Ernesto\\_Cardenal](http://www.en.wikipedia.org/wiki/Ernesto_Cardenal)), acesso em 12/11/2022.

CARDOSO, João Batista. História na ficção ou história e historicidade, **Revista Linguagem – Estudos e Pesquisa**, Catalão, v. 10-11, p. 1-22, 2007. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/17083/5/Artigo%20-%20Jo%C3%A3o%20Batista%20Cardoso%20-%202007.pdf>. Acessado em 04 de junho de 2021.

CAVALCANTI, Ildney. Diana Fuss: ‘desessencializando’ o essencialismo. In.: BRANDÃO, Izabel *et al* (Org). **Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas (1970-2010)**. Florianópolis/SC: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017.

CAVALCANTI, Ildney; DEPLAGNE, Luciana Calado (Orgs.). **Utopias sonhadas/Distopias anunciadas – feminismo, gênero e cultura queer na literatura**. João Pessoa: EdUFPB, 2019.

CAVAZOTTE, Flavia de Souza Costa Neves; OLIVEIRA, Lucia Barbosa de; MIRANDA, Liliana Carneiro de. Desigualdade de gênero no trabalho: reflexo nas atitudes das mulheres e em sua intenção de deixar a empresa. **Revista de Administração (R. Adm)**, v. 45, n. 1, p. 70-83, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/44494/48114>. Acesso em 05 de agosto de 2021.

CIXOUS, Hélène. O ‘riso’ da medusa (Tradução de Raíssa França Bostosi). *In.*: BRANDÃO, Izabel *et al* (Org.). **Traduções da Cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis, SC: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**, n. 19, p. 59-90, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/wS7Qsx7gSndHr7FyYcfjR5Q/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 26 de julho de 2021.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. *In.*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CYPRIANO, Breno. Construções do pensamento feminista latino-americano. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.

DABISCH, Joachim. Uma pedagogia da esperança em trinta anos depois da pedagogia do oprimido de Paulo Freire. *In.*: FREIRE, Ana Maria de Araújo. **Pedagogia da libertação em Paulo Freire**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

DEPLAGNE, Luciana Calado. **A cidade das damas: a construção da memória feminina no imaginário utópico de Christine de Pizan**. 2006. (Tese de doutorado). Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Recife/PE, 2006.

DEPLAGNE, Luciana Calado. Ironia e subersão em duas utopias protofeministas: A cidade das damas e o sonho da Sultana. *In.*: CAVALCANTI, Ildney *et al*. **Trânsitos utópicos**. Maceió, AL: Edufal, 2019.

DUARTE, Lélia Parreira. Ironia, humor e fingimento literário. **Cadernos de Pesquisa**, n. 15, p. 54-78, 1994. Disponível em: [https://periodicos.ufmg.br/index.php/cadernos\\_pesquisa/article/view/11406](https://periodicos.ufmg.br/index.php/cadernos_pesquisa/article/view/11406). Acesso em 15 de julho de 2022.

ESTEVES, José Manoel Vasconcelos. **Ironia e argumentação**. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Universidade de Lisboa, 1997.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Políticas públicas e gênero. *In.*: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 127-142.

FIRPO, Luigi. Por uma definição de utopia. **Morus – Utopia e Renascimento**, v. 2, p. 227-237, 2005. Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/viewFile/17/9>. Acessado em janeiro de 2022.

VERBETE FLASHBACKS. Disponível em (www.significados.com.br), acesso em 21/11/2022.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. *In.*: LORDE, Audre *et al*; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da libertação. *In.*: FREIRE, Ana Maria de Araújo. **Pedagogia da libertação em Paulo Freire**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FRIEDAN, Betty. **A mística feminina**. Tradução de Carla Bitelli e Flávia Yacubian. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

VERBETE BETTY FRIEDAN. Disponível em: [www.britannica.com/biography/Betty-Friedan](http://www.britannica.com/biography/Betty-Friedan), acesso em 19/11/2022.

FUNCK, Susana Bornéo. **Crítica literária feminista: uma trajetória**. Série Estudos Culturais. Florianópolis: Insular, 2016.

FUNCK, Susana Bornéo. Feminismo e utopia, **Revista Estudos Feministas**, n. 1, p. 33-48, 1993. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15986/14484>. Acessado em 05 de junho de 2021.

FURLANETTO, Elton Luiz Aliandro. O futuro como ruptura: a crítica materialista-histórica de ficção científica e utopia. **Revista Remate de Males**. Campinas, jul-dez, 2012. pp.307-319.

FURTER, Pierre. **Dialética da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

FUSS, Diana. The Risk of Essence. *In.*: **Essentially Speaking: feminism, nature & difference**. New York & London: Routledge, 1989.

FUSS, Diana. O 'risco' da essência (Tradução de Ildney Cavalcanti). *In.*: BRANDÃO, Izabel *et al* (Org). **Traduções da Cultura: Perspectivas Críticas Feministas (1970-2010)**. Florianópolis: EDUFAL; Editora da UFSC, 2017.

GARGALLO, Francesca. **Ideas feministas latinoamericanas**. 2. ed. Ciudad de México: Historia de las ideas, 2006.

GODINHO, Tatau. Construir a igualdade combatendo a discriminação. *In.*: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 55-64.

GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GONTIJO, Stella Ferreira. A desobediência epistêmica e as mulheres como sujeitos historiográficos. **Revista Crítica Histórica**. Ano X, nº. 19, Jun/2019.



GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. *In.*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.) *et al.* **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

GUIMARÃES, Nádyra Araújo. Os desafios da equidade: reestruturação e desigualdade de gênero e raça no Brasil. **Cadernos Pagu**, v. 17-18, n. 2, p. 237-266, 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644562>. Acesso em 08 de agosto de 2021.

HIRATA, Helena. Trabalho doméstico: uma servidão “voluntária”? *In.*: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 43-54.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.) *et al.* **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro, RJ: ROCCO, 1994.

HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.) *et al.* **Pensamento feminista hoje**: perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro, RJ: Bazar do Tempo, 2020.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

HUTCHEON, Linda. **Uma teoria da paródia**: ensinamento das formas de arte do século XX. Tradução de Tereza Louro Pérez. Lisboa: Edições 70, 1985.

IBGE. DADOS DA NICARÁGUA. Disponível em: [www.paises.ibge.gov.br/#/dados/nicaragua](http://www.paises.ibge.gov.br/#/dados/nicaragua). Acesso em 12/11/2022.

JACOBY, Russell. **Imagem imperfeita**: pensamento utópico para uma época antiutópica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

JACOBY, Russell. **O fim da utopia**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JEFFREY, Sheyla. Globalizing sexual exploitation: sex tourism and the traffic in women. **Leisure Studies**, n. 8, p. 179-196, 1999. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/026143699374916?journalCode=rlst20>. Acesso em 05 de agosto de 2021.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flávia. Documento e história – a memória evanescente. *In.*: PINSKI, Carla B.; LUCA, Tania R. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto: 2009, p. 9-28.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **Cadernos Pagu**, n. 25, p. 55-78, 2005. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644701>. Acesso em 09 de agosto de 2021.

LAGARDE Y DE LOS RÍOS, Marcela. **El feminismo en mi vida**: hitos, claves, y topías. 2012. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/genero/article/view/2883/2687>. Acesso em: 20 maio de 2021.

LAFETÁ, João Luiz. O mundo à revelia. *In*: RAMOS, Graciliano. **São Bernardo**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1995, p. 192-217.

LE GOFF, Jack. **História e memória**. Tradução de Suzana Ferreira; Berrando Leitão e Irene Ferreira. Campinas: Unicamp, 1990.

LA PRENSA. Disponível em ([www.laprensani.com/historia-de-la-prensa-nicaragua](http://www.laprensani.com/historia-de-la-prensa-nicaragua)), acesso em 19/11/2022.

LE MOS, Bethania Guerra de. Fogosa e intensa pupila. *In*.: BELLI, Gioconda. **O olho da mulher**. Tradução de Silvio Diogo. Diamantina: Arte Desemboque, 2012.

LE MOS, Bethania Guerra de. Exílio, história e construção identitária em Gioconda Belli. **Revista Pandora Brasil: Literatura e exílio**. n.º. 19. jun. 2020. Disponível em [https://revistapandorabrasil.com/revista\\_pandora/exilio/gioconda\\_belli.htm](https://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/exilio/gioconda_belli.htm).

LE MOS, Bethania Guerra de. **Sob o signo de Tláloc**: construção identitária e memorial na obra de Gioconda Belli. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2008. 330f.

LEVITAS, Ruth. **Utopia como método**. Tradução de Marcelo Augusto de Almeida Teixeira. New York, USA: Palgrave Macmillan, 2013.

LEVITAS, Ruth; SARGISSON, Lucy. Utopia in dark times: optimism/pessimismo and utopia/distopia. *In*: MOYLAN; Tom; BACCOLINI, Rafaella. **Dark horizons**: Science Fiction and Dystopian Imagination. New York, USA: Routledge, 2003.

LISPECTOR, Clarice. Amor. *In*.: **Laços de família**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LLOSA, Mario Vargas. **A verdade das mentiras**. Tradução de Cordélia Magalhães. São Paulo: Arx, 2002.

LORDE, Audre. Uses of the Erotic: The Erotic as Power. *In*: LORDE, Audre. **Sister outsider**: essays and speeches. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p. 53-59.

LORDE, Audre *et al.* Não existe hierarquia de opressão. *In*.: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LORDE, Audre *et al.* Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In*.: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.). **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In.*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *et al.* **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

LUGONES, María. Colonialidade de gênero. **Tábula Rasa**. n. 9. Jul-dez, 2008. Disponível em: <https://bazardotempo.com.br/colonialidade-e-genero-por-maria-lugones-2/>. Acesso em janeiro de 2022.

LUKACS, Georg. O romance e a epopeia burguesa. *In.*: CHASIN, J. (Org.). **Ensaio Ad Hominem, Tomo II – Música e Literatura**. Santo André: Estudos e edições Ad Hominem, 1999.

MORUS, Thomas. **A utopia**. Tradução de Luís de Andrade. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete analfabetismo funcional. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educa Brasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2006. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/analfabetismo-funcional/>. Acesso em 18 jun. 2021.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Fazendo uma genealogia da experiência: o método rumo a uma crítica da colonialidade da razão feminista a partir da experiência histórica na América Latina. *In.*: HOLLANDA, Heloisa Buarque de; VAREJÃO, Adriana *et al.* **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro, RJ: 2020.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Western Eyes: Feminist scholarship and colonial discourses. **Feminist Review**, n.30, p.61-88, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/302821>. Acesso em julho de 2022.

MOISÉS, Massaud. **A criação literária: prosa**. Rio de Janeiro: Cultrix, 1995.

MORETTI, Franco. O romance: história e teoria. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 85, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/BVTrcQq3p6L4T6B86YpMBwx/?lang=pt>. Acessado em dezembro de 2021.

MOSER, Walter. A paródia: moderno e pós-moderno. Trad. Maria José Coracini. **Remate de Males**, v. 13, p. 133-145, 1992. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8636203>. Acesso em 01 de agosto de 2022.

MÜNSTER, Arno. **Ernst Bloch: filosofia da práxis e utopia concreta**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

NEJAR, Carlos. **História da literatura brasileira: da Carta de Caminha aos Contemporâneos**. São Paulo: Leya, 2011.

NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá. A Escola Nova. **Revista Educação em Debate**, v. 9, n. 12, p. 27-58, 1986. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/13168>. Acesso em 12 de junho de 2021.

OLIVEIRA, Amanda da Silva. **Poder e gênero em Miguel Ángel Asturias, Érico Veríssimo e Gioconda Belli**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras), Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015, 105 p.

OLIVEIRA, Amanda da Silva. **A escrita feminina latino-americana contemporânea: El país de las mujeres, de Gioconda Belli, e a feminização política**. Disponível em <https://litcult.net/2017/01/10/a-escrita-feminina-latino-americana-contemporanea-el-pais-de-las-mujeres-de-gioconda-belli-e-a-feminizacao-politica-amanda-da-silva-oliveira/>. Acesso em 05/08/2022.

ORTEGA, Daniel. Disponível em (<https://brasilecola.uol.com.br/historia-da-america/daniel-ortega.htm>), acesso em 12/11/2022.

OYÉWUMI, Oyèronké. **The invention of women making an Africa sense of western gender discourses**, Minneapolis, University of Minnesota Press. 1997.

OYÉWUMI, Oyèronké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. *In.*: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. (Org.) et al. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro,: Bazar do Tempo, 2020.

PIVA, Márcia Cruz; PIVA, Marco Antonio. **Nicarágua: um povo e sua história (1552-1984)**. São Paulo: Edições Paulinas, 1986.

PIERCY, Marge. **Woman on the edge of time**. New York: Knopf, 1976.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In.*: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**. Buenos Aires, AR: CLAGSO, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica (Tradução de Carlos Guilherme do Valle). **Bagoas**, n. 05, p. 17-44, 2010. Disponível em: [https://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01\\_rich.pdf](https://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf). Acesso em 01 de agosto de 2021.

RICH, Adrienne. **Of woman born: motherhood as experience and institution**. New York, US: Norton, 1976.

RODRIGUES, Selma Calazans. Canto/contracanto: a paródia. **Revista de Humanidades e Tecnologia**, n. 6, p. 238-246, 1980. Disponível em: <https://recil.ensinolusofona.pt/jspui/bitstream/10437/2510/1/1461-5177-1-PB.pdf>. Acesso em 10 de setembro junho de 2022.

ROUVILLOIS, Frédéric. **L'utopie: textes choisis & présents par**. Paris, FR: Flammarion, 1998.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo. **Políticas do sexo**. Tradução de Jamile Ribeiro Dias. São Paulo: UBV, 2017.

SADER, Emir. **Cuba, Chile, Nicarágua: Socialismo na América Latina**. 3. ed. São Paulo/SP: Atual, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. *In*: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 35-42.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANDMANN, Antonio José. **A linguagem da propaganda**. São Paulo: Contexto, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa; GOMES, Conceição; DUARTE, Madalena. Tráfico sexual de mulheres: representações sobre ilegalidade e vitimação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 87, p. 69-94, 2009. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/33754/1/Tr%C3%A1fico%20sexual%20de%20mulheres%20Representa%C3%A7%C3%B5es%20sobre%20ilegalidade%20e%20vitima%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 10 de agosto de 2021.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **English Men: English Literature and Male Homosocial Desire**. New York. Columbia University Press, 1985.

SERRA, J. Paulo. **A informação como utopia**. Covilhã/Portugal: Serviços Gráficos da Universidade da Beira do Interior, 1998.

SILVA, Antonio de Pádua Dias da. Aspectos psíquicos de personagens da literatura contemporânea de autoria feminina: dependência, vingança, solidão. **Terceira Margem**, v.13, n. 20, p. 47-69, 2009. Disponível em: [http://www.ciencialit.letras.ufrj.br/terceiramargemonline/numero20/Terceira%20Margem\\_n20\\_site.pdf](http://www.ciencialit.letras.ufrj.br/terceiramargemonline/numero20/Terceira%20Margem_n20_site.pdf). Acesso em 10 de agosto de 2021.

SILVA, Antonio de Pádua Dias da. Aspectos do conto e do romance na atualidade: problemas de ordem teórico-conceitual. *In*: SILVA, Antonio de Pádua Dias da (Org.) **O conto e o romance contemporâneos na perspectiva das literaturas pós-autônomas**. Campina Grande: EdUEPB, 2016, p. 19-60.

SILVA, Gustavo Jorge. Conceituações teóricas: esquerda e direita. **Revista Humanidades em Diálogo**, v. VI, p. 149-162, 2014. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2018/resumos/R63-1634-1.pdf>. Acessado em 03 de junho de 2021.

SILVA, Kyssia Rafaela Almeida Pinto da. “**Manuais de conduta**” contemporâneos ou “**manifestos**” feministas para mulheres: uma leitura do feminino na trilogia crônica de Martha Medeiros. 2021. Tese (Doutorado em Literatura e Interculturalidade), Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade, Universidade Estadual da Paraíba, 2021, 196 p.

SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. Sobre o trabalho das mulheres: contribuições segundo uma analítica de gênero. **Rev. Psicol., Organ. Trab.**, v. 2, n. 1, p. 11-30, jun. 2002. Disponível

em [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-66572002000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572002000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 14 ago. 2021.

SKARE, Thelma Larocca; CASTRO, Adham Amaral; KITANISHI, Ligia Keiko. Fibromialgia no homem e na mulher: estudo sobre prevalência, semelhanças e diferenças de gênero. **Revista do Médico Residente**, v. 14, n. 1, p. 2012. Disponível em: <http://www.acm.org.br/revista/pdf/artigos/865.pdf>. Acessado em 06 de junho de 2021.

SOARES, Vera. Políticas públicas para a igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 113-126.

SORJ, Bila. Trabalho, gênero e família: quais políticas sociais? In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004, p. 143-148.

SOTERO, Edilza Correia. Transformações no acesso ao ensino superior brasileiro: algumas implicações para os diferentes grupos de cor e sexo. In.: MARCONDES, Mariana Mazzini *et al.* **Dossiê mulheres negras no Brasil**. Brasília, DF: IPEA, 2013. pp. 35-52. Disponível em: <https://google/p7nmii>. Acesso em: 26/09/2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida *et. al.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Literatura (Tradução de Plínio Dentzien). In.: BRANDÃO, Izabel *et al.* (Org.). **Traduções da Cultura: perspectivas críticas feministas (1970-2010)**. Florianópolis, SC: EDUFAL, Editora da UFSC, 2017.

SCHNAIDERMAN, Boris. Paródia e “mundo do riso”. **Literatura e sociedade**, n. 26, p. 143-149, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ls/article/view/148521>. Acesso em 02 de agosto de 2022.

SUVIN, Darko. Um breve tratado sobre a Distopia 2001, **Revista Morus: Utopia e Renascimento**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 465-487, 2015. Disponível em: <http://www.revistamorus.com.br/index.php/morus/article/view/255/230>. Acessado em 09 de junho de 2021.

TOALDO, Maria Berenice da Costa; MACHADO, Mariângela. A longevidade de uma campanha publicitária: uma sistematização teórica sobre o tema a partir de seu estado da arte. **Revista Ação Midiática**, UFPR, n. 06, p. 1-15, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/34744/21923>. Acessado em 08 de junho de 2021.

URTECHO, José Coronel. Disponível em: [www.en.wikipedia.org/wiki/jose\\_Coronel\\_Urtecho](http://www.en.wikipedia.org/wiki/jose_Coronel_Urtecho)), acesso em 12/11/2022.

VASCONCELOS, Anazildo. **História da epopeia brasileira: teoria crítica e percurso**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

YOUNG, Iris M. Humanism, Gynocentrism, and Feminist Politics. *In.*: HACHETT, Elizabeth; HASLANGER, Sally Anne. **Theorizing feminisms: a reader**. New York: Oxford University Press, 2006.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **História da literatura: questões contemporâneas**. Caxias do Sul/RS: Educs, 2010.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias et. al. São Paulo: Ubu Editora, 2020.